UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

O INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS E OS ITINERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO INTELECTUAL EM MANAUS-AM

CHARLES MACIEL FALCÃO

MANAUS
2019

CHARLES MACIEL FALCÃO

O INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS E OS ITINERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO INTELECTUAL EM MANAUS-AM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM), como requisito para a obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, sob a orientação do Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto.

Linha de pesquisa: Redes, Processos e Formas de Conhecimento.

MANAUS
2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F185i

Falcão, Charles Maciel
O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os Itinerários de construção de um campo intelectual em Manaus-AM / Charles Maciel Falcão. 2019
262 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Campo Intelectual. 2. Campo Cultural. 3. Institutos Históricos. 4. Microcosmo Social. I. Pinto, Ernesto Renan Melo de Freitas II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

O INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS E OS ITINERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO INTELECTUAL EM MANAUS-AM

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto (Presidente)

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profª Drª Lúcia Marina Puga Ferreira

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Profª Drª Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof. Dr. Jackson Colares da Silva

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Aos intelectuais que conceberam e fundaram o IGHA,

hoje centenário!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de reconhecer que não estamos sozinhos no mundo e que algumas pessoas, mais que outras, colaboraram para que pudéssemos apresentar os resultados de um trabalho de pesquisa. Então vamos a elas na certeza de que outros nomes faltarão pela simples questão de falta de espaço, mas todas as pessoas que me ajudaram estão comigo na estrada.

Agradeço aos meus pais, Ursulino e Nazaré, minhas irmãs Nara e Nádia e meu irmão Marcos, núcleo da família Maciel Falcão onde fui buscar a certeza de que estão sempre lá. Há muito mais gente na família Maciel Falcão, porém, através de vocês, espero ter sido grato a todas e a todos. Obrigado por tudo até hoje!

Augusta e Natália, com quem já formo outro núcleo familiar, me acompanharam em Manaus durante todo o doutorado, compartilhando de tudo um pouco. Obrigado pela força que vocês às vezes nem souberam que me deram. Estou com vocês!

Professor Renan Freitas, meu orientador, lhe agradeço pelos rumos e indicações recebidos nas inúmeras conversas que tivemos. Levo sempre a ideia de compromisso, dedicação e responsabilidade que emanam de sua postura dentro da universidade. Obrigado pela oportunidade!

O Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), verdadeiro espaço de convivência intelectual e humana, me proporcionou a inigualável experiência de conhecer novos caminhos, a partir dos professores e professoras com quem pude aprender a revisitar estradas já percorridas. Obrigado à coordenação, ao corpo docente e aos colaboradores do Programa!

A partir do PPGSCA, estendo meus agradecimentos à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde me graduei, me tornei colega de trabalho de meus professores e depois pude avançar na formação acadêmica. Obrigado e conte comigo na defesa de seu papel social.

Aos amigos e amigas de turma, agradeço pela convivência criativa nos diversos espaços de interação e aprendizado em que desenvolvemos nossas atividades. Estão comigo as lembranças construídas. Obrigado e desejo sucesso nas caminhadas de vocês!

Aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Biologia e Química do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB-UFAM/Coari), Elianai dos Santos e Felício Matos. O primeiro emprestou a moto e o segundo a dirigiu, me levando até a agência dos correios em Coari,

para que pudesse enviar os documentos para a inscrição na seleção do PPGSCA. Obrigado amigos, pelo incentivo e pela logística!

Ao Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB-UFAM/Coari), onde sou professor, agradeço pela oportunidade do crescimento institucional, pelas amizades que fiz e pela possibilidade de retribuir, com meu trabalho, a confiança em mim depositada em todos estes anos de formação.

Allan, Elisângela, Genivaldo, Manuela, Nilton, Raimundo, Valtemir e Zazá, amigos e amigas de sempre, vocês merecem todo o meu carinho pelo simples fato de sempre lembrarem quem sou e de onde vim. Muito obrigado!

Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), pela acolhida calorosa desde o primeiro momento. Agradeço pelo acesso aos arquivos da casa ao mesmo tempo em que desejo outros centenários. Obrigado, Casa de Bernardo Ramos!

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), estendo meus agradecimentos pela concessão da bolsa de estudos através do Programa RH-Interiorização, importante amparo na dinâmica do desenvolvimento da pesquisa no Amazonas e no País. Muito obrigado!

RESUMO

Compreender o processo de constituição de um campo intelectual, no cenário cultural da Manaus do início do século XX, é uma tarefa que exige o esforço por perceber as conexões entre o universo intelectual e a esfera política, entendida enquanto campo do poder. Exemplo dessa conexão, a fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), representa a iniciativa de um grupo de intelectuais que, num contexto de dificuldades para a permanência de instituições de caráter científico-cultural, ousaram fundar uma entidade com intenções claras de pensar acerca da realidade e propor caminhos possíveis ao momento de crise econômica verificado naqueles anos da década de 1910. Surgindo na paisagem cultural de Manaus em 1917, o IGHA passa a congregar intelectuais e personalidades de outras esferas sociais da realidade propondo, dentre outras atividades, a edição de uma revista para a publicação dos trabalhos de seus associados. Seguindo o modelo pioneiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1938 no Rio de Janeiro, o IGHA trilhará um caminho de proximidade com o campo político, no sentido de lançar mão do volume de capital de relações acumulado por seus associados para, em seguida, se constituir como um lugar de fala reconhecido e capaz de reconhecer posições internamente assumidas pelos fundadores e sócios efetivos. A partir da conexão entre os trâmites internos de estabelecimento de um modus operandi e de um habitus orientador de condutas e as pressões oriundas da ordem social mais ampla, sobretudo do mundo político-econômico, o trabalho buscou perceber as intenções em jogo na fundação do Instituto, as redes de relações estabelecidas ao longo de sua história e o papel que ele assumiu no processo de desenvolvimento de um campo intelectual relativamente autônomo na cidade de Manaus e no Amazonas, desde a sua fundação até a década de 1950.

Palavras-chaves: Campo Intelectual; Campo Cultural; Institutos Históricos; Microcosmo Social.

ABSTRACT

Understanding the process of constituting an intellectual field in the cultural scene of Manaus in the early twentieth century is a task that requires the effort to understand the connections between the intellectual universe and the political sphere, understood as a field of power. An example of this connection, the founding of the Amazonas Geographical and Historical Institute (IGHA) represents the initiative of a group of intellectuals who, in a context of difficulties for the permanence of scientific and cultural institutions, dared to found an entity with clear intentions of think about reality and propose possible paths to the moment of economic crisis verified in those years of the 1910s. Appearing in the cultural landscape of Manaus in 1917, IGHA now brings together intellectuals and personalities from other social spheres of reality, proposing, among other activities, the edition of a magazine for the publication of the work of its associates. Following the pioneering model of the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB), founded in 1938 in Rio de Janeiro, IGHA will follow a path of proximity with the political field, in order to make use of the volume of relationship capital accumulated by its members to It is then constituted as a recognized place of speech capable of recognizing positions internally taken by the founders and effective partners. From the connection between the internal procedures of establishing a modus operandi and a conductor-oriented habitus and the pressures from the broader social order, especially from the political-economic world, the work sought to understand the intentions at stake in the founding of the Institute. , the networks of relationships established throughout its history and the role it has assumed in the process of developing a relatively autonomous intellectual field in the city of Manaus and the Amazon.

Keywords: Intellectual Field; Cultural field; Historical Institutes; Social Microcosm.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAL	Academia Amazonense de Letras
ACA	Associação Comercial do Amazonas
IESA	Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RACA	Revista da Associação Comercial do Amazonas
RIGHA	Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Primeiro Presidente do IGHA..... 97
Figura 2 Orador Perpétuo do IGHA..... 98
Figura 3 Secretário Perpétuo do IGHA..... 99
Figura 4 Bandeira e Escudo do IGHA..... 100
Figura 5 Primeiro Presidente de Honra do IGHA..... 101
Figura 6 Fundação do IGHA na Sala do Conselho Municipal..... 102
Figura 7 Salão Arthur Reis com os mesmos móveis do Conselho Municipal..... 103
Figura 8 Colar comemorativo ao centenário do IGHA..... 188
Figura 9 Capa da Revista de 1932 presente dos arquivos do IGHA..... 189
Figura 10 Salão Nobre D. Pedro II com cadeiras antigas do Teatro Amazonas..... 190
Figura 11 Máscara mortuária do governador Alcântara Bacellar..... 190
Figura 12 Carta de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira..... 242
Figura 13 Proximidade com o campo político..... 243
Figura 14 Presença de associado em posto político..... 244
Figura 15 Prestando contas do uso de subvenção recebida..... 245
Figura 16 Solicitação de material..... 246
Figura 17 Contatos institucionais..... 247

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Conteúdo geral das revistas do IGHA (1917-1950)..... 149
Tabela 2 Distribuição dos Artigos nas Revistas..... 149
Tabela 3 Estatística Geral da Correspondência Recebida (1917-1921).... 193

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 13

CAPÍTULO I - REFAZENDO PIQUES..... 20
1.1 Um certo mormaço..... 20
1.2 Experiências institucionais no início do século XX..... 41

CAPÍTULO 2 - A FUNDAÇÃO DO IGHA..... 60
2.1 Os primeiros esforços..... 60
2.2 A organização interna do IGHA..... 65
2.3 Tateando espaços de afirmação..... 71

CAPÍTULO III - A DINÂMICA DO IGHA..... 104
3.1 As memórias das sessões..... 104
3.1.1 O que mostram as atas..... 106
3.1.2 Em busca de recursos..... 129
3.2 Produção intelectual: a Revista do IGHA (RIGHA)..... 144
3.2.1 RIGHA 1917..... 151
3.2.2 RIGHA 1932..... 156
3.2.3 RIGHA 1933..... 160
3.2.4 RIGHA 1934..... 163
3.2.5 RIGHA 1935/36..... 167
3.2.6 RIGHA 1948..... 172

CAPÍTULO IV – CORRESPONDÊNCIAS E REDES DE RELAÇÕES..... 191
4.1 Arquivos de correspondências..... 192
4.1.1 Relações com institutos congêneres..... 199
4.1.2 Contatos com Outras Instituições de Caráter Científico-Cultural..... 212
4.1.3 Aproximações com o campo político..... 232

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 248
REFERÊNCIAS..... 253
APÊNDICES..... 259
ANEXOS..... 264

INTRODUÇÃO

Um texto, uma obra de arte ou qualquer empreendimento circunscrito ao espaço específico de criação cultural, podem ser percebidos a partir de diferentes possibilidades interpretativas. Estas possibilidades emergem da relação dialética entre o momento no qual nos encontramos a executar a tarefa de extrair sentido de um fenômeno e o contexto mesmo no qual a obra foi pensada e posta em prática até a sua materialidade. Teríamos, neste sentido, uma relação que aproxima duas realidades elas mesmas consideradas em suas totalidades, ou seja, a realidade do momento histórico em que emerge a tentativa ou as tentativas de interpretação, e a realidade na qual este fenômeno foi possível e que, de onde olhamos, se apresenta para nós como algo inteiramente diferente, como um “outro” interpretativo, como um espaço aberto para o exercício da compreensão.

A partir disso, o trabalho de interpretação de uma obra nos coloca de imediato algumas questões que merecem destaque como, por exemplo, se nossa interpretação se pautará pela busca de um sentido do fenômeno que buscamos interpretar a partir dele mesmo, considerando a obra como uma totalidade em si mesma suficiente, ou se este sentido será buscado no entendimento da obra como resposta direta a um determinado contexto, considerando-a, por assim dizer, uma espécie de reflexo simbólico de uma ordem social mais ampla a lhe imprimir a sua própria materialidade.

A primeira via indicada, nos apresenta a ideia de uma análise internalista. Se pensarmos no trabalho de interpretação de um texto, por exemplo, essa via interpretativa nos leva a considerar o texto no interior de uma intrincada intertextualidade, onde o aspecto das subjetividades dos autores, considerados como produtores simbólicos, exerceria um forte peso elucidativo acerca do sentido buscado no processo criativo que resultou na obra em si. Compreender, interpretativamente, a obra, seria uma tarefa a exigir do intérprete um mergulho profundo na leitura da própria obra, onde o texto, em sua autonomia e intertextualidade, se bastaria a si mesmo.

Por sua vez, a segunda via de interpretação, a saber, a via da consideração do peso do contexto social no processo de fatura das obras, nos encaminha para uma rota de análise externalista, onde as subjetividades estariam submetidas à uma

objetividade imperativa que lhes determinaria os fundamentos e de onde precisaríamos partir para entendermos os elementos que estiveram em jogo durante o processo de fatura. Nessa perspectiva interpretativa, um texto, por exemplo, só poderia ser entendido na sua relação com um contexto social, econômico e cultural mais abrangente.

Refletindo acerca dessas duas possibilidades interpretativas, Bourdieu (2004) nos propõe um caminho capaz de equacionar os pólos internalista e externalista, o entendimento da obra enquanto texto e da obra enquanto contexto, localizando os agentes sociais produtores, os responsáveis pela sua fatura e execução efetiva, no interior de um universo social capaz de operar uma mediação entre as subjetividades destes mesmos agentes e a objetividade do universo social mais amplo, a imprimir a sua força sobre o processo de ensimesmamento que resultaria na produção das obras.

Esse universo social se fundamenta na noção campo, espaço social como outro qualquer, porém dotado de uma relativa autonomia frente à ordem mais ampla da sociedade e que se constitui a partir de leis específicas de funcionamento que são colocadas aos integrantes desse universo. Segundo essa lógica de funcionamento, os aspectos internos e externos em jogo no exercício de interpretação das obras, se conjugam a partir da intermediação do próprio campo que, com sua lógica e com as posições internamente assumidas pelos autores, filtra as pressões externas e as retraduz de maneira a manter e fortalecer seus próprios mecanismos de funcionamento seja este o campo artístico, intelectual, da moda ou qualquer outro espaço social assim constituído.

Seguindo esse caminho sugerido por Bourdieu, a interpretação de uma obra não cederia nem tanto ao texto, nem tanto ao contexto, mas deveria procurar localizar autores e instituições que atuam diretamente no processo de leitura e entendimento da realidade pela via da produção simbólica, seguindo as regras específicas do campo aos quais estivessem ligados. É a partir deste campo que tais autores e instituições percebem a realidade, amparados por certa tradição de entendimento reconhecida como legítima e que opera como filtro das pressões externas a partir de um sistema de relações objetivas entre os membros do campo.

Esse caminho de interpretação pode ser problematizado a partir da perspectiva hermenêutica de Gadamer (1998), especificamente quando o autor propõe que o intérprete de um texto deve ter por objetivo a busca do sentido por trás da

mensagem com a qual ele entra em contato, sem que isso signifique, necessariamente, que tal intérprete consiga em algum momento, colocar-se no lugar do autor do texto, a partir de sua subjetividade. Essa tarefa hermenêutica exige que compreendamos que o próprio intérprete, da mesma forma como o autor ou a obras interpretados, está imerso em uma determinada tradição que é responsável por engajá-lo no mundo (LAWN, 2007) e o ajuda no trabalho de mediação entre texto e contexto.

Tomando esse caminho de entendimento, a fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) no início do século XX pode ser pensada como uma iniciativa que a um só tempo respondeu aos interesses de um grupo de abnegados e assoberbados intelectuais locais, ávidos por fortalecer um campo específico de atuação e reconhecimento e aos imperativos de uma ordem social mais abrangente, a ditar caminhos possíveis de equacionamento das questões colocadas na ordem do dia. Manaus e a região estavam diante de si mesmas, tendo que descobrir novas rotas que fossem capazes de amenizar os resultados desastrosos que se implantam a partir do abandono do capital internacional que, durante o reinado da borracha nativa, fez jorrar embelezamento e fastígio.

As escolhas político-administrativas operadas pelo campo do poder, dentro de uma realidade de deslumbramento que tomava a borracha como um elemento quase mítico, sempre capaz de se refazer de crises momentâneas, passam a ser tomadas como as verdadeiras responsáveis pelo estado de coisas que se abateu sobre a cidade embelezada e a região encantada. A ordem do dia era a de encontrar alternativas à débâcle, num cenário em que os espaços institucionais envolvidos com o campo da cultura, vinham sofrendo abalos, desde o fechamento do Museu Botânico dirigido por Barbosa Rodrigues.

Posicionando-se de modo a apresentar essas alternativas, pelo menos no campo da cultura, os intelectuais que fundaram o IGHA procuraram deixar claro que o Instituto tomaria para si a responsabilidade pelo entendimento da realidade, a partir das habilidades já demonstradas por seus associados em momentos anteriores ao surgimento do sodalício na paisagem cultural de Manaus. O documento redigido pelo primeiro Corpo Administrativo da casa e enviado às autoridades para anunciar sua instalação solene, reforçam o que já estava em seus estatutos, ou seja, o papel que o IGHA teria a partir de então, no auxílio dos poderes estadual e municipal rumo à construção de novos caminhos que pudessem valorizar

as riquezas da região e resgatar a economia do aprisionamento monocultor de extração da borracha nativa.

Diferente de alguns de seus congêneres espalhados pelo país, com destaque ao pioneiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que já vinham de longa data construindo suas trajetórias, basta lembrar que o IHGB é fundado em 1838, o IGHA só aparece em 1917, como que a responder a necessidade de entender o processo que transformou a Paris dos trópicos em uma cidade morta, à maneira de Monteiro Lobato ou em quintal abandonado, na expressão amazonense de Márcio Souza. Seria, portanto, numa análise externalista, a fundação do IGHA uma simples resposta aos imperativos de uma ordem social e econômica as voltas com seus problemas? Por outro lado, numa análise internalista, seria a iniciativa posta em pauta por Vivaldo Lima, Agnello Bittencourt e Bernardo Ramos, os idealizadores e primeiros a ocuparem os cargos de orador, secretário e presidente, respectivamente, o resultado da ação de mentes iluminadas, apartadas e autônomas em relação a toda e qualquer imposição externa, sobretudo as advindas do campo da política?

O caminho proposto neste trabalho sugere a possibilidade de compreensão da fundação e desenvolvimento do IGHA, a partir das conexões entre as análises internalista e externalista, ou seja, entre o mundo purificado e relativamente autônomo do campo intelectual, espaço em que o IGHA se insere e a ordem social mais ampla, a envolver diferentes espaços de sociabilidade e suas pressões sobre a experiência cultural e intelectual do Instituto. Por maior que seja a autonomia de um campo, entendido como microcosmo social dotado de regras próprias de orientação de condutas, a pureza total figura como um tipo ideal, uma vez que os campos criam zonas de intersecção entre eles e, neste sentido, a autonomia só pode ser entendida como relativa.

O próprio modelo dos Institutos encaminha uma postura de autonomia relativa, principalmente em relação ao campo político, uma vez que surgem como entidades promotoras de falas oficiais, congregando não apenas intelectuais, mas representantes de uma infinidade de setores, respaldados pelo volume de capital de relações sociais de que dispunham. Usando do expediente da proximidade com o campo político, condecorando governadores e prefeitos com títulos honoríficos, outra característica desse tipo de instituição, o IGHA construiu sua trajetória procurando tirar vantagens das relações amistosas com o poder, pela via da

transformação do prestígio de seus associados em condições materiais necessárias para o projeto prosseguir.

Foi assim que obteve o reconhecimento de seus estatutos, a concessão do prédio de sua sede, o estabelecimento de uma lei estadual que o reconhecia como entidade de utilidade pública e o repasse de subvenções por parte do estado e da prefeitura para concretizar atividades, sendo uma delas a publicação de uma revista, em alguns momentos, produzida nos escritórios da imprensa oficial do Estado. Sem desmerecer a iniciativa dos fundadores por essa aproximação com o campo político, o que se quer é discutir a maneira pela qual eles lançaram mão do prestígio que tinham, para construir uma instituição de caráter intelectual capaz de contribuir para o desenvolvimento de um campo cultural na cidade de Manaus.

Operando essa conexão entre os dois campos, os fundadores foram estabelecendo um habitus e um modus operandi específicos, filtrando as imposições do mundo lá fora que se abatiam sobre o espaço de possíveis do Instituto. Afora a prática de condecoração de autoridades, os pretensos associados deveriam se enquadrar nos preceitos de um estatuto que, além de critérios intelectuais, se expandia para critérios de admissão de natureza moral ao mesmo tempo em que proibia, com forte rigor, o envolvimento em discussões de natureza política. Era preciso manter-se próximo o suficiente para poder existir, mas distante o necessário para tornar-se um espaço autorregulado.

Dessa maneira, o IGHA pode transformar o volume de capital social de seus sócios, em condições materiais capazes de garantir a existência de um espaço de possibilidades de investimentos simbólicos, numa realidade de poucas oportunidades neste sentido. Participar dos seus quadros significava ser reconhecido como intelectual e ter o respaldo social como uma voz autorizada a falar a respeito da geografia, da história e das ciências correlatas que ajudariam a entender os destinos da região. Em outras palavras, atendia-se aos desejos internos de tornar-se membro de uma entidade reconhecida e reconhecedora de posições e respondia-se aos imperativos externos da exigência de novos caminhos econômicos e sociais.

O primeiro capítulo do trabalho aborda o contexto da crise da economia da borracha, pano de fundo em que o IGHA teria surgido na paisagem cultural da Manaus abandonada pelo capital internacional. Era o momento de enfraquecimento de instituições de caráter cultural, elas próprias dependentes da proximidade com o

campo do poder e de uma situação favorável no campo econômico para que pudessem angariar o apoio necessário para atuarem. Mesmo com situação desfavorável, o Instituto é fundado e o prestígio de seus associados garante com que o projeto obtenha êxito, embora enfrente inúmeros problemas ao longo de sua existência, devido às inconstâncias políticas, por exemplo, no repasse das subvenções por parte do Estado e da prefeitura da capital.

Os primeiros esforços pela fundação do Instituto, as discussões internas pelo estabelecimento de um modus operandi e de um habitus específicos para, a partir daí, trilhar um caminho de autoafirmação pelo contato com outras esferas da realidade, são as etapas que compõem o segundo capítulo. O IGHA fora concebido, fundado e instalado solenemente e a tarefa que se impunha aos associados, era a de definir regras próprias de funcionamento, devedoras de uma lógica que não estava fora de seus limites, mas entranhada no espaço de possibilidades que é o campo intelectual como parte integrante de um campo de produção cultural.

No capítulo três, a dinâmica do Instituto é percorrida através de seus livros de arquivos, que guardam atas de sessões ordinárias e extraordinárias, de assembleias gerais e de sessões solenes, que indicam, dentre outras coisas, as dificuldades para obtenção de recursos, embora o Instituto fosse reconhecido como de utilidade pública. Percorre-se ainda as páginas das revistas do IGHA editadas e publicadas entre os anos de 1917 e 1950, recorte temporal adotado na pesquisa. Para além de aspectos meramente administrativos, o capítulo procura demonstrar que os associados ligados ao projeto iniciado em 1917, estavam empenhados em manter uma dinâmica de produção intelectual de modo que pudessem ser lidos por seus congêneres e outras instituições de igual caráter.

O recorte temporal demarcado entre os anos de 1917 e 1950, levou em consideração a possibilidade da identificação do IGHA como um dos participantes do movimento folclórico e sua dinâmica muito específica entre as décadas de 1940 e 1950, em torno do projeto de valorização e defesa do folclore, tendo nas diversas regiões do país e, sobretudo, nos Instituto Históricos, os seus agentes principais. No entanto, não foram identificados quaisquer documentos nos arquivos da casa que indicassem essa aproximação, orientando o trabalho para o caminho aqui seguido.

Por fim, o quarto capítulo se debruça sobre os arquivos de correspondências do IGHA, não apenas para quantificar os contatos firmados, mas para construir as redes de relações necessárias para a obtenção, no nível interno de atuação

intelectual, do reconhecimento dos pares. São analisadas as correspondências trocadas com entidades congêneres, com instituições outras, porém de caráter científico-culturais e, fechando a série, as correspondências entre o Instituto e os postos dirigentes do campo do poder. Neste último tópico, a intenção não é mostrar qualquer subserviência ou diminuir a importância do projeto do IGHA pela proximidade com o campo político, mas perceber as estratégias adotadas para fortalecer a posição do Instituto com parte integrante de um campo intelectual em formação.

Há vários caminhos possíveis de entendimento do processo de surgimento, desenvolvimento ou até mesmo do desaparecimento de instituições numa dada sociedade. A proposta aqui apresentada, parte do princípio de que existem duas forças em jogo nesse processo, uma força interna às experiências singulares pela constituição de um espaço de possíveis que é o campo intelectual e uma força externa, representando os imperativos de uma ordem social mais abrangente que, mesmo que o campo intelectual reivindique autonomia, ainda se fazem sentir, indicando prioridades analíticas e caminhos de entendimento. Eis a proposta colocada, pensar na conexão entre essas duas possibilidades de análise tomando como ponto de partida os agentes sociais em atividade nos campos.

CAPÍTULO I

REFAZENDO PIQUES

Nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas
Monteiro Lobato – Cidades Mortas

E nos novos papeis econômicos emergentes, o Amazonas não encontraria maneira de atuar: era um quintal abandonado.

Marcio Souza – A expressão amazonense

1.1 Um certo mormaço

O ruído que se ouve na cidade de Manaus ao iniciar o século XX é o de uma série de transformações sentidas tanto em sua paisagem física, com a abertura de novas e amplas ruas, o aterro de igarapés, as preocupações com o saneamento, dentre outros, quanto por intervenções no sentido da substituição de hábitos arraigados, facilmente tomados em seu descompasso com a cidade pretendida pelos barões da borracha. Desde o final do século XIX, já vinha tomando corpo um projeto de modernização em sintonia com uma lógica internacional de acumulação de capital que, por estas bandas, se fazia representar pela exploração da borracha na economia do látex (DIAS, 1999).

Os muitos caminhos ou estradas de borracha de onde afluíam litros e litros de látex como resultado de um processo extremamente penoso para os trabalhadores que cortavam seringa, fizeram jorrar na cidade de Manaus, bem longe dos barracões e tapiris dos seringais, uma grande soma de riquezas rapidamente investidas no embelezamento da cidade, porque isso representava a criação de uma estrutura de privilégios para as elites dirigentes que lançavam as bases para a consolidação de um novo espaço de vivência. “Manaus e Belém, muito cedo, tiveram luz e bondes elétricos, água encanada, esgotos, portos organizados, comércio florescente, centros de diversões, prédios públicos suntuosos” (LOUREIRO, 2008, p. 11).

Um certo mormaço pesado e letárgico já tomava conta dos ares da cidade e, quando ele passava, quem assumia o cenário era um forte temporal cujos ventos traziam de volta tudo aquilo que a cidade e seus dirigentes se esforçaram para

esquecer ou nem mesmo notar sua existência, ou seja, os elementos de uma crise que colocaria Manaus frente a frente consigo mesma, já que agora a cortina de fumaça do embelezamento artificial, talvez levantada pelo processo de defumação do látex, se esvaia nos ventos quentes desse temporal, e que, para Thiago de Mello, foi “um tempo em que Manaus pode ser ela mesma, a viver de si mesma e de afirmar um jeito de ser todo seu” (MELLO, 1984, p. 28).

De cidade e região poderosa internacionalmente, Manaus e o Amazonas se veem diante de uma situação em que é preciso encontrar saídas urgentes para a estagnação econômica. Longe daqui, na região sudeste do país, outros ventos sopravam e imprimiam uma nova realidade existencial que caminharia para a consolidação de um processo de industrialização. A derrocada da economia da borracha e o crescente desenvolvimento do sudeste, condenaram a região e a cidade de Manaus a conviverem com os fantasmas dos anos de fastígio que permitiram sonhos mirabolantes e ações inimagináveis. Era preciso refazer os piques nas matas e recolocar as coisas nos eixos, oferecer alternativas para as dificuldades tornadas claras e presentes no cotidiano a partir deste contexto.

A verdade é que a região se caracterizava por ser uma economia extrativista, cuja solidez estava ancorada no terreno movediço de uma série de circunstâncias que fizeram com que os dirigentes locais sempre mantivessem uma fé inabalável nas possibilidades que a borracha indicava para sair de crises e de oferecer caminhos de prosperidade num futuro a curto e médio prazo. Um sistema em que as perspectivas estavam, segundo Roberto Santos (1980), diretamente ligadas aos movimentos de uma demanda externa que, por suas características, impediam com que a economia local pudesse adquirir uma robustez permanente.

O cenário de então, não permitia com que se vislumbrasse um futuro promissor. “A queda dos preços da borracha marginalizava a Amazônia, empobrecendo cada vez mais as oligarquias que dominavam a região” (SANTOS, 2001, p. 36). Algumas iniciativas foram adotadas por parte de entidades comerciais ligadas ao processo de produção gomífera, como por exemplo, a criação de sociedades como a *Liga dos Aviadores* e a Companhia *A seringueira da Amazônia,* iniciativas surgidas em Belém e compromissadas com a garantia dos preços do produto nativo frente às especulações internacionais. Por estas bandas, a Associação Comercial do Amazonas (ACA), fundada em 18 de junho de 1871, assumia um protagonismo diante das dificuldades, publicando em suas revistas

artigos que discutiam o assunto e apontavam iniciativas que poderiam reverter a situação. “Na realidade, todos esperavam a intervenção do Governo Federal no mercado da borracha, através do Banco do Brasil” (LOUREIRO, 2008, p. 67), de forma a criar condições de competitividade da produção local no comércio internacional de borracha.

> Os cálculos dos prejuízos até agora, com a crise da borracha, são de 120.000:000$000 entre as praças de Belém e Manáos. As associações commerciaes deste Estado e do Pará accordaram em permutar diariamente telegrammas sobre as cotações da borracha em ambas as praças (Jornal do Commercio – Manaus, 27 de julho de 1910).

Em 1908, a revista da ACA (RACA) chamava a atenção para os problemas gerados pelas constantes interrupções do canal de comunicação telegráfico entre Manaus e Belém, situação que “em plena safra da borracha, causou, e não podia deixar de causar, sérios prejuízos a nossa praça” (RACA, 1908, p. 05). Ato contínuo, na mesma página, a associação se ressentia da queda na frequência de vapores para o transporte da produção, ansiando por uma iniciativa do Governo Federal de modo a enfrentar tais questões que criavam embaraços maiores ainda para os envolvidos com os negócios da borracha.

Mais adiante, no ano de 1910, quando ainda se percebiam preços vantajosos com os negócios em torno do látex, ocorre em Manaus o 1° Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, outra iniciativa da ACA no sentido de apresentar um posicionamento em relação ao que vinha ocorrendo internacionalmente com o processo de produção e comercialização de borracha, processo este que já caminhava a passos largos para o isolamento da Amazônia em se tratando deste setor específico. Com representantes comerciais do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela e Bolívia, além de agricultores e seringalistas, o esforço convergiu para a apresentação de uma série de encaminhamentos destinados a orientar diferentes níveis produtivos e de governo, considerando “imperiosa uma tomada de posição para enfrentar por meio da heveicultura a ameaça cada vez maior à segurança da nossa produção” (Jornal do Commercio, 19/06/1971).

No jornal Correio do Norte, de 25 de fevereiro de 1910, uma matéria se derretia em elogios à ACA pela organização do congresso e pela exposição de produtos de borracha, juntando-se ao coro dos que ainda acreditavam nas possibilidades

presentes e futuras da goma elástica amazônica, pois “a exposição veio mais uma provar a superioridade da nossa borracha”. E o Diário do Amazonas dava noticias no dia 3 de março daquele mesmo ano da realização de um passeio de vapor proporcionado aos membros do congresso e com a presença de inúmeras autoridades, a se destacar a do governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Em meio aos problemas presentes e aos sinais de outros futuros, ainda havia tempo para festejar, passendo pelos rios Negro e Solimões.

As resoluções do congresso acabaram por despertar iniciativas por parte do poder público dos estados do Amazonas e Pará, configurando-se num convênio assinado em 1911, e também do Governo Federal, com o Plano de Defesa da Borracha, posto em prática em 1912. Da parte do que caberia aos dois estados, a instalação de bancos de crédito em suas capitais, a melhoria do processo de produção e exportação da borracha, a busca por empréstimos exteriores e a isenção fiscal para a implantação de fábricas de refino em Manaus e Belém, eram as principais indicações do convênio que acabou por não se efetivar devido ao fato de o Governo Federal não autorizar a realização de um empréstimo com firmas francesas para que os bancos de crédito fossem criados e pudessem auxiliar os produtores (SANTOS, 1980). Mas não havia unanimidade.

> Na lucta que se trava, fatalmente o Convênio será vencido, de nada lhe valendo os milhares de contos de reis sacrificados [...]. O que quer o Convênio é impossível, [...] redundará em sacrifício inútil, [...]. Não nos leva um pessimismo systematico [...] verdade seja, o fazemos, todavia, depois de apurado exame nas hypotheses a nescerem da realização do convênio, tendo dolorosa firmeza os motivos expostos para angustiar-nos, desde já, a debacle final. [...] Existirá quem nisso lucre [...] nos dois ou trez annos de ilusão, retire quantiosas sommas desse jogo da cabra cega ou loteria [...] preciso é buscar felizes entre os aristocratas da finança e da política, gente que, em tempo algum, guiou seus passos pelas estradas de seringa, callejou as mãos com o machadinho de corte ou enegreceu as faces ao bafo ardente da fumaça dos boiões. [...] Seja qual for a medida [...] para a valorização, é má, não se dando isso com o auxilio à cultura, onde se acha a salvação (O Correio do Purus, 21 de maio de 1911).

No que diz respeito à ação do governo federal, o Plano de Defesa da Borracha saiu como proposta do 1° Congresso da Borracha que ocorreu no Rio de Janeiro, então capital do país, no mês de agosto de 1911, tendo sua execução a partir da Lei

N° 2.543-A, sancionada em 5 de janeiro de 1912 e regulamentada pelo decreto N° 9.521, de 17 de abril do mesmo ano (SANTOS, 1980). Da mesma forma que o convênio entre Amazonas e Pará, o Plano continha inúmeras proposições com o objetivo de apresentar alternativas a situação econômica, política e social da região no contexto das preocupações com a ampliação dos negócios da borracha na Ásia. No entanto, “o Plano fracassou em todos os setores” (SANTOS, 1980, p. 251) que envolviam questões de saúde, transportes, levantamento sanitário coordenado por Oswaldo Cruz, construção de hospitais, implantação de campos experimentais de cultivo de seringa, de indústrias de beneficiamento de hevea, produção de alimentos, fomento a imigração, dentre outras. “Tudo se fez atabalhoadamente. [...]. O saldo de todo o Plano, [...] restringe-se aos estudos da comissão de Oswaldo Cruz – estudos, note-se bem, e não a aplicação de um programa de saúde (SANTOS, 1980, p. 253-4).

Como se pode verificar, algumas iniciativas foram tentadas num contexto fartamente entendido nos dias de hoje como de crise. Na prática, os resultados esperados não vieram, confirmando uma terrível prática de descontinuidade administrativa e incompetência técnica, já verificadas desde o episódio do contrabando das sementes que viriam a formar os seringais da Ásia, quando não houve, no intervalo desde as primeiras experiências até produção no oriente, qualquer iniciativa das autoridades políticas para o cultivo do produto na Amazônia e no país (SANTOS, 1980). Restava então, o desapontamento e os passeios de barco nos rios.

> Manaus fervilhava no auge da borracha, os bordéis e cassinos sempre bem frequentados, nos magazines “Au bom Marché” e, na “A La Ville de Paris”, as últimas modas de Paris e Londres [...]. Restaurantes bem equipados serviam iguarias de caráter internacional – e pratos locais com os requintes da cozinha mundial. E prostitutas importadas da Europa, as “polacas” e “cocotes”, desfilavam elegantemente à tarde pelas ruas da cidade (PENNINGTON, 2009, p. 87).

O campo da política era sempre acionado quando o que estava em jogo era a busca de alternativas para a situação desesperadora enfrentada pela região e pelas elites diretamente ligadas aos negócios da exploração e comercialização da borracha. Não é a toa que as entidades comerciais se levantam e procuram, a todo custo, assumir o protagonismo frente aos problemas enfrentados seja pela

especulação internacional dos preços da borracha nativa, seja pela própria produção que fazia jorrar produto no mercado ao menor sinal de recuperação que logo se mostrava ilusório.

> O marechal Hermes, presidente da República, recebeu um telegramma do dr. João Coelho, governador do Pará, tratando da crise da borracha e pedindo-lhe providencias no sentido de haver maior facilidade na agencia do Banco do Brasil, com relação as operações de crédito com garantia do producto (Jornal do Commercio – Manáos, 25 de março de 1911 – Notícia replicada em Manaus a partir do Rio de Janeiro).

Na capital federal, também se viu alguma preocupação com a crise da borracha amazônica, apesar de as elites econômicas locais sempre se ressentirem da falta de apoio ou de sensibilidade do governo central em relação aos problemas que a primeira década do século XX trouxe para a região norte. As entidades comerciais, não apenas elas, mas principalmente elas, tentaram por várias vias, conseguir apoio do governo brasileiro para fazer com que a produção e a comercialização da borracha pudessem continuar no mercado internacional, cada vez mais inundado pela produção racional da borracha asiática. O Jornal do Comercio publicado em Manaus em 18 de setembro de 1911, trazia uma matéria intitulada *A crise da borracha amazônica preocupa a atenção de um ministro,* onde se lê:

> Rio, 15. O dr. Pedro de Toledo, ministro da agricultura, apresentou ao presidente da República, uma exposição minuciosa da situação crítica em que se debate o principal producto do Valle amazônico, provando, com muitos dados, que a queda do preço da borracha é devido à concorrência da produção estrangeira que está formando competência nos mercados. Pede [...] o ministro, que o marechal Hermes proponha ao congresso a diminuição do imposto, afim de baratear a exportação do producto.

Sete dias mais tarde, no mesmo jornal, temos uma noção exata de que as entidades comerciais, pelo menos elas, tinham total conhecimento não apenas da realidade de crise agravada no presente pela produção da borracha asiática, mas das dificuldades ainda maiores que viriam a surgir no curtíssimo prazo a partir de então, pela possibilidade que já batia a porta de um aumento exponencial dessa produção por plantio. Os custos para que a borracha natural amazônica fosse colocada no mercado eram muito altos, envolvendo uma cadeia de dívidas que

envolvia a todos, desde os aviadores até os seringueiros, peças mais frágeis, passando pelos donos dos seringais e outros intermediários como os comerciantes e exportadores. A produção pelo plantio no oriente, reduzira esses custos tornando as coisas cada vez mais difíceis para Manaus e Belém, as duas metrópoles embelezadas pela pujança dos tempos áureos da borracha. Assim se pronunciava o barão de Souza Lages, presidente da Associação Comercial do Pará ao participar de uma assembleia da Associação Comercial do Amazonas, cuja fala foi publicada no jornal acima citado, com o título em letras garrafais *A crise da Amazônia:*

> Facto irremediável e infelizmente certo a concorrência da borracha do Ceylão, que já soffremos, em muito maior escala para o futuro, pois tende a augmentar em proporções assustadoras. [...] resta [...] aos governos estaduaes e federal [...] a reducção progressiva dos direitos de exportação [e] a reducção de tarifas, ao menos para cerca de 20 artigos mais necessários á vida do trabalhador ou extractor da borracha (Jornal do Commercio – Manaus, 25 de setembro de 1911).

A preocupação era geral diante da crise sentida na cidade de Manaus e na região como um todo. Em um relatório da diretoria da ACA de 1909, é possível percebermos um pouco mais como, no âmbito desta instituição comercial, as dificuldades eram sentidas e, a partir daí, quais as iniciativas que eram tomadas para tentar reverter a situação. O relatório faz referência a uma matéria publicada no Times, por ocasião da participação da entidade na Exposição Internacional da Borracha que ocorreu em Londres em 14 de setembro de 1908. A matéria diz:

> A ACA [...] é [...] intelligente e enérgica para não permitir a diminuição duma indústria de tanta importância. Há de dedicar todo o cuidado que merece a maravilhosa árvore a que o Estado do Amazonas deve toda a sua prosperidade (Relatório da diretoria da ACA, 1909, p. 14).

Ao que no mesmo relatório, a diretoria completa:

> Que os nossos productores convensam-se [...] de purificar [...] a nossa borracha. Prepara-la com toda a probidade e despi-la das impurezas com que costumam remettel-a para esta praça, desvalorizando-a sem nenhum motivo sério. [...] devemos fazer tudo [...] para não desmentirmos os bellos prognósticos do Times (Relatório da diretoria da ACA, 1909, p. 14).

A entidade comercial se empenha em encontrar alternativas para a situação de crise que os primeiros anos do século XX já anunciavam para a região, e a prova disso está no fato de que nos números da sua revista, havia uma sessão específica onde o que estava em jogo era a preocupação com a maneira como se dava o processo de produção da borracha, uma atividade meramente extrativa e que não apontava para um futuro promissor, principalmente diante das possibilidades que se abriam no comércio internacional com a produção da borracha asiática. As revistas traziam circulares periódicas com o título *Conselhos úteis sobre a borracha,* com orientações sobre como implementar o que chamavam de campos de demonstração prévia, em que a borracha seria cultivada e não meramente extraída como até então vinha ocorrendo.

A cidade de Manaus, que se urbanizara às custas da exploração de seringais nativos e também dos empréstimos externos realizados pela municipalidade (DIAS, 1999), aos poucos vai sentindo os efeitos dos rearranjos da economia internacional que abandona a Amazônia em favor de maiores e melhores margens de lucro representada pela produção de látex na Ásia. Os igarapés, aterrados, davam lugar a avenidas, os bondes elétricos cortavam toda a cidade, o centro comercial fervia de gente e de mercadorias europeias (LOUREIRO, 2008) e todo um conjunto de medidas que visavam o embelezamento do local estava em curso quando o tapete lhe fora puxado aos pés a partir da primeira década do século XX.

Aos dirigentes restava, no desespero das dívidas, encontrar saídas. À população pobre e desfavorecida, o que já ocorria mesmo no período de maior opulência, sobrava um desalento ainda maior, que reforçava a dureza de uma inserção no processo de modernização da cidade a partir, exatamente, de sua exclusão. A política urbana de embelezamento que vinha sendo adotada, segregou trabalhadores e seus casebres, figuras que não combinavam com a ideia de vitrine da Manaus da borracha (MESQUITA, 2006). A essa parcela da população, restavam os caminhos tortuosos de um presente desanimador, como tortuosas eram as estradas secretas (SOUZA, 1977) dos seringais de cujo leite brotavam as riquezas dos centros urbanos, mas também as dívidas que escravizavam os seringueiros. O grupo dominante de coronéis e comerciantes, criou todas as condições necessárias ao desenvolvimento de uma civilização por estas bandas e viviam o sonho da expansão ao infinito. A débâcle, reencontro de Manaus consigo mesma, a refazer piques nas suas matas ou nos seus seringais, também os chacoalhou e “os que não

puderam fugir, ficaram a falar sozinhos durante cinquenta anos" (SOUZA, 1977, p. 102), numa cidade que "cresceu assim: no tumulto de quem chega primeiro" (HATOUM, 2000, p. 41).

> Muitas são as obras presentemente em construção; entre outras temos: Palacios do Governo e da Justiça, platafórma do Theatro, Institutos de Artes e Officios, canalisação para água, Quartel do Batalhão de Segurança, calçamento e nivelamento de ruas, reparos em proprios estadoaes, aterro de igarapés[1]

Do ponto de vista econômico, dos negócios fechados nas casas aviadoras, das lojas e cafés, dos armazéns repletos de produtos importados, os primeiros anos do século XX não foram nada animadores. O temporal modernizador da cidade, a havia transformado de corpo e alma, pavimentando ruas na mesma proporção em que sepultava costumes e hábitos ligados a história do local. Era preciso abandonar posturas que lembrassem um passado interiorano e atrasado, para adotar uma nova racionalidade cotidiana antenada com as exigências reconhecidas como modernas porque advindas da Europa. A partir de então, estabelecida a crise, para o espanto de muitos, as águas dos igarapés aterrados começam a vazar, os entulhos das demolições de velhos casebres sussurram aos ouvidos dos que trafegavam pelas modernas ruas, como que com saudade dos antigos moradores afastados dali pelo projeto político de embelezamento.

> O que vem succedendo depois que começou a produção de borracha das plantações extrengeiras e que não só tornou a Amazônia productor secundário como influiu para a constante baixa de seu preço, traz as mais serias aprehensões aos espiritos mais ponderados, deixando-os na maior duvida sobre a sorte desta industria entre nós (RACA, 10/08/1917, p. 01).

Estaria então Manaus desnuda da fantasia da opulência e com uma carga pesada demais para carregar que era a economia extrativista em seu espírito monocultor. Esse momento, pensado do ponto de vista da crise, também pode ser interpretado do ponto de vista de uma outra oportunidade oferecida à cidade e a região? Às pessoas? Thiago de Mello saldou o momento como o de uma "santa decadência" (1984), Marcio Souza buscou uma reflexão no sentido de perceber os

[1] Mensagem lida perante o congresso dos srs. Representantes por ocasião da abertura da 3 sessao ordinária da 4 legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado SILVERIO JOSÉ NERY em 10 de julho de 1903 – acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições.

mecanismos por meio dos quais se institucionalizou um processo de auto-isolamento, momento em que se batia no peito para reivindicar uma condição de província anestésica (SOUZA, 1977), faces de uma cidade e uma região até então encantada com as possibilidades e as materialidades que a extração do látex proporcionou.

Entre altos e baixos, desde o século XIX a região vinha mesclando alguns fatores que acabaram por contribuir para o desmonte final da economia da borracha. Dificuldades com o sistema de transporte, escassez de mão-de-obra, grande número de óbitos ocasionados por moléstias como a malária, inclusive de grandes contingentes de migrantes que chegaram para o trabalho nos seringais, mas também forte ineficiência administrativa para criar as condições favoráveis para o enfrentamento destas e de outras dificuldades que logo apareceriam. Ao invés disso, preferiu-se a crença na inesgotabilidade da demanda externa e no monopólio e qualidades da goma elástica de origem silvestre, sem que os verdadeiros mecanismos que punham em funcionamento a economia mundial e revigorasse a economia local figurassem entre as táticas dos dirigentes amazônicos.

> Tendo em mente a alta vulnerabilidade da economia amazônica [...] o que causa [...] admiração não é que a borracha tenha sofrido um colapso entre 1891 e 1914, mas sim que o colapso não tenha ocorrido antes, bem antes até. [...] toda a historia da borracha até 1910 revela uma resistência excepcional às tendências depressivas de longo prazo que atuaram nas economias dos maiores centros. [...] As razões [...] residiram parcialmente em notáveis coincidências que impediram as depressões de produzirem todos os seus efeitos sobre o mercado da goma elástica; a uma ameaça de forte declínio sobrevinha uma invenção específica ou uma guerra, reativando largamente a procura e alterando outra vez os preços para além dos marcos iniciais (SANTOS, 1980, p. 217-18).

Era a mística da borracha, um produto capaz de se soerguer e levar com ela toda a região e suas cidades embelezadas rumo ao esplendor permanente, desconsiderando-se toda a iniciativa em curso desde o século XIX em colônias na Ásia, onde vinha sendo empregado todo um conjunto de conhecimentos e técnicas científicas aliados a práticas específicas de exploração de mão-de-obra para o cultivo e produção da hevea, que proporcionavam altos rendimentos aos produtores e facilidades na aquisição por parte dos mercados consumidores.

Por sucessivas administrações, o Amazonas esteve ocupado em levar adiante essa situação. As iniciativas voltadas para a utilização dos recursos do extrativismo com vistas à modernização da paisagem urbana das cidades de Belém e Manaus, em que pesem os custos humanos desse processo, não se deram, por exemplo, no sentido da preparação de bases sólidas para uma economia fortemente dependente dos movimentos de demanda internacional. Ao mesmo tempo em que se supervalorizou a borracha, outros setores da economia foram relegados a planos bem inferiores e os arredores das capitais, bem como o interior da região, permaneceram sem conhecer o fastígio das ruas com calçamento, bondes elétricos e outras modernidades.

Mesmo os centros urbanos começariam a sentir as dificuldades do colapso de uma economia que se mantinha em pé à custa das circunstâncias do mercado consumidor externo. Enquanto os endinheirados do látex divertiam-se nos teatros, clubes, bares e cafés da cidade, pelo menos enquanto os ventos favoráveis permitiam, servidores públicos tinham seus vencimentos atrasados e as dívidas interna e externa cresciam a olhos vistos, resultado de governos que “agiam com extrema imprudência e apostando no futuro” (SANTOS, 1980, p. 242). Talvez a situação tenha se desenhado dessa maneira pelo descuido daqueles que ocupavam os postos dirigentes, por demais envolvidos com as disputas pelo poder local e a possibilidade que isso oferecia de gerir as grandes somas de recursos oportunizadas pelo esplendor daquela economia mística que sempre escapava das crises.

O esplendor se esvai e ficam nos caminhos os pedaços de ilusões que, com a mesma ligeireza que emergiram em atenção aos interesses econômicos internacionais, se colocam como um fardo de problemas a exigirem uma postura reparadora, agora que o capital internacional se retira e faz com que as elites dirigentes sejam constrangidas a apresentar alternativas.

> A uberdade nativa do solo é o fator que o condiciona. Mal [...] se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta [...] o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas (LOBATO, 2012, p. 09).

Apesar de se referir ao café e à região sudeste, Monteiro Lobato como que nos oferece uma leitura da própria região amazônica, às voltas com as consequências da quebra do monopólio da região em se tratando da economia da borracha. Manaus se encaixa perfeitamente na descrição das *Cidades Mortas,* uma vez que "ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito [...] viver [...] gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes" (LOBATO, 2012, p. 21). O capital realmente se retirou da região e foi em busca de melhores condições e maiores margens de lucro, sempre sem qualquer preocupação com os dividendos humanos que esse tipo de manobra sempre desencadeia.

No nível político, as autoridades sentiam-se pressionadas a apresentarem um plano de recuperação, afinal a região amazônica com a economia da borracha figurou no cenário econômico nacional de forma significativa, ficando abaixo somente da produção de café na região sudeste (MELO, 1915). Os setores produtivos e comerciais somavam ações nesta tarefa, haja vista os movimentos que vinham ocorrendo em Belém e em Manaus, em torno das ações de entidades ligadas ao comércio, algumas delas já descritas acima.

Ao longo de todo o período em que a extração da borracha esteve em evidência, alçando a região e cidades como Manaus e Belém a patamares extraordinários, em se tratando da produção de riquezas e embelezamento, atividades antes corriqueiramente realizadas e perfeitamente identificadas com a cultura local e que, de alguma forma, também contribuíram para a satisfação das necessidades da população e para a produção de alguma riqueza, foram praticamente abandonadas[2]. O império da borracha abarcou a tudo e a todos, os esforços de quem aqui estava e de quem aqui chegou, foram todos capitaneados para maximizar as possibilidades de lucro ligadas à extração, beneficiamento e comercialização do produto.

Seguindo essa lógica do extrativismo de um único produto, a cidade de Manaus importava boa parte do que era consumido em seu dia a dia (DIAS, 1999). Todas as atenções estavam voltadas para as longínquas estradas de seringa ou, pelo menos, para o que chegava à cidade e podia ser visto por pessoas que nem sequer sonhavam com metade do que era sentido pelos reais provedores das benesses

[2] Artigo de Veríssimo de Melo, publicado no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em dezembro de 1915.

vividas em Manaus, com suas ruas largas que tomavam o lugar de igarapés. Preocupados demais em converter os frutos da extração em riquezas e, por conseguinte, em melhoramentos urbanos, as autoridades não tinham tempo nem expertise para por em prática ações necessárias que pudessem transformar a aparência da cidade em resposta aos interesses do capital internacional. Era preciso então buscar tal expertise na experiência de quem representava a modernidade pretendida, a saber, os próprios representantes do capital internacional.

Os interesses em jogo no processo de transformação da aparência da cidade de Manaus, não eram obviamente, os dos trabalhadores ou dos moradores identificados com um certo jeito de viver local. Tudo o que fora realizado para a fundação de uma Paris dos trópicos, estava diretamente ligado aos negócios já realizados ou em vias de realização pelos investidores atraídos pelas enormes possibilidades que o cenário da economia da borracha lhes permitia vislumbrar. Todo o esforço dos dirigentes locais foi por tornar a cidade um ambiente agradável para o desenvolvimento dos negócios e para tanto, como os recursos eram vultosos, a saída estava em fazer concessões à iniciativa privada de modo a criar condições urbanas favoráveis aos grupos capazes de canalizar as riquezas pela realização de seus negócios (DIAS, 1999). Neste cenário, os ingleses se destacaram com obras de grande impacto na capital amazonense.

A crise devolveu à cidade o seu jeito de ser que havia sido maquiado pelos adereços chegados do mundo europeu ou de outras partes do país, realidades que pareciam mais próximas de Manaus do que os sinuosos caminhos de extração do látex. A cidade do delírio, com tudo “feito às pressas e pela metade (SOUZA, 1977, p. 25), revelava seu lado mais provinciano e lançava a partir do contexto da crise da economia de um só produto, as bases de um mantra cujas notas musicais atendiam pelo nome de isolamento, esquecimento, abandono e por ai vai.

> A cidade de Manaus, como província isolada e dependente, recorreu sempre a essa timidez, tornando-se uma população alienada culturalmente e mantida no abandono por esta desculpa sempre articulada: o isolamento nos constrange a aceitar nossa impotência (SOUZA, 1977, p. 26).

As grandes somas de dinheiro que permitiam a transformação da cidade vão escasseando até que mesmo os mais otimistas em relação a uma possível recuperação dos negócios ligados à borracha, acordam do sonho surpreendidos

pelo desinteresse, e não simplesmente abandono, da região e da cidade pelo capital internacional que se encanta com as possibilidades lucrativas representadas pelas seringueiras plantadas no oriente. Os problemas se multiplicavam e, pode-se dizer, que na verdade já estavam lá, em latência quando os montes de dinheiro e o intenso movimento de pessoas e produtos deixavam os olhares e as consciências anestesiados. Normatizados pelos setores dominantes, os aspectos da cidade desassistidos pela opulência do látex saltavam aos olhos a partir do final da primeira década do século XX, e na falta dos vultosos recursos, a saída talvez estivesse num controle mais rigoroso das ações das classes que afrontavam o pouco da soberba da borracha que ainda restava. Era o começo do fim, quando o marasmo tomaria o lugar do ilusório e artificial fausto da borracha (SOUZA, 1977).

Na verdade todo o processo de embelezamento da cidade, sempre foi marcado pela forte imposição de códigos e normas comportamentais, no sentido de desaconselhar determinadas posturas e costumes em troca de uma cidade moderna, antenada com os modelos buscados na Europa. É dessa maneira que os códigos de posturas da cidade são pensados para representarem os interesses das elites políticas e extrativistas, ficando “evidente a preocupação em livrar a cidade dos elementos nocivos à saúde, à ordem e aos bons costumes” (DIAS, 1999, p. 135). Com o título de Escola do Crime, o Jornal do Commércio assim estampava, em 26 de março de 1905, uma notícia sobre menores que perambulavam pelas ruas de Manaus:

> Já nos referimos há tempos a um certo grupo de menores que se entregam a perniciosa vadiagem pelas ruas da cidade, especialmente nas do bairro commercial. Como nada tem que fazer inclinam-se á prática de uns tantos actos reprováveis, que constituem uma aprendizagem perigosa para o futuro desses menores. [...] esses pequenos estacam [...] ás portas dos estabelecimentos commerciaes e os fragmentos de borracha que escapam aos trabalhadores, elles apanham e vão vender mais adiante.

As ilusões estavam se perdendo com a mesma rapidez com que a cidade fora transformada em vitrine. Os sonhos viravam pesadelo para as elites políticas e extrativistas e a população, já há tanto tempo desassistida e desamparada pelas fortunas que subiam com a fumaça dos tapiris das colocações de seringa,

continuariam pagando uma conta que não era sua e que agora era o resultado do ostentoso ciclo da borracha, cujas entranhas de exploração que sustentavam os embelezamentos e gostos supérfluos sempre foram silenciados e escondidos na terceira classe dos vapores, nas estradas de seringa ou nos bairros afastados para onde as figuras destoantes eram empurradas na cidade de Manaus (SOUZA, 1977).

Apesar de a crise representar a possibilidade de uma retomada da própria condição identitária de Manaus e da região, revendo o que tinha sido deixado de lado devido à monocultura da borracha, do ponto de vista da população menos assistida, não foi possível verificar grandes melhorias. Um enorme quantitativo de pessoas continuou em situação de dificuldade ou teve suas condições de vida agravadas pela condenação aos subterrâneos da ostentação ilusória. Era o momento, o que não ocorreu, de fazer emergir os esclarecimentos a respeito, por exemplo, das condições desumanas vividas pelos seringueiros nos confins das colocações ou dos sofrimentos urbanos dos trabalhadores e suas famílias das capitais embelezadas.

Durante todo o tempo em que a Amazônia esteve na crista da onda da produção de borracha, havia um enorme deslumbramento, especialmente por parte das autoridades e dos comerciantes direta ou indiretamente ligados ao processo de extração e exportação do produto. As autoridades trataram, como já mencionamos, de transformar os lucros proporcionados em melhoramentos urbanos, agindo como se nunca a posição da região viesse a sofrer qualquer prejuízo ou desconforto em se tratando de sua hegemonia enquanto produtora de borracha nativa. Do lado do comércio, a euforia não era menor, mesmo quando já haviam sinais de que algo de errado viria pela frente e de que a região desceria a ladeira para o encontro consigo mesma.

> A borracha havia transformado na efervescente metrópole dos trópicos. O Estado estava com a bolsa cheia. As finanças governamentais permitiam grandes sonhos arquitetônicos e maravilhosas obras de modernização: luz elétrica, rede de água e esgotos, moderno sistema de limpeza pública, bondes elétricos abertos, um novo mercado público, um porto flutuante só igualado ao da Austrália! Tudo construído pelos ingleses e para a comodidade dos ingleses (COSTA, 1996, p. 23).

Essa euforia pode ser percebida pelo estardalhaço que causou em Manaus, um telegrama enviado de Londres pelo presidente da A.C.A. juntamente com o

delegado escolhido pela instituição, para representar o Amazonas na 1ª Exposição Internacional da Borracha, que se deu em setembro de 1908, telegrama este que foi bastante divulgado na cidade e região e rapidamente encaminhado ao governo federal, como forma de demonstração de triunfo do produto amazonense numa exposição pensada para dar visibilidade à produção crescente da borracha asiática.

> O pavilhão amazonense causou um grande sucesso. O presidente da Exposição Internacional, que foi muito tempo Governador Geral do Ceylão, visitou-o demoradamente, elogiando-o com entusiasmo, depois de examinar as variedades do nosso producto. Acrescentou que a Victoria da borracha do Amazonas era indisputável. [...] Pedimos para congratularmo-nos com o commercio do Estado e com o seu Governador pela Victoria obtida pelo amazonas neste certamen mundial[3].

O conteúdo do referido telegrama ilustrou o artigo *A borracha do Amazonas na Exposição de Londres*, publicado na RACA N° 05, de 05 de novembro de 1908, um artigo, todo ele, marcado pelo deslumbramento da participação sempre dita como vitoriosa naquela exposição, em que a ACA, com o auxilio do Governo do Estado, através do governador, Coronel Antonio Bittencourt, colocaria a disposição dos visitantes, 10 mil quilos de borracha nativa, levadas para Londres com facilidades de transporte e ausência de cobrança de impostos. O sucesso foi tal que o delegado da ACA proferiu até conferência aos demais delegados na exposição acerca da cultura e da produção da borracha no Amazonas e, obviamente, que as notícias enviadas pelo delegado aos membros da associação procuravam trazer tranquilidade à região, tendo em vista a crescente produção e circulação da borracha asiática.

> A meu ver a borracha plantada no Oriente [...] é bastante mais fraca do que a do Amazonas e nunca será a mesma nem igual a nossa. Os inglezes imaginam descobrir um methodo qualquer para dar maior elasticidade a borracha do Ceylão. Duvido que o consigam. Creio e continuarei a crer que [...] a borracha asiática plantada será sempre fraca. Também creio que o augmento da safra no Oriente não será tão rápida como aqui suppõem. Penso até que grande parte dessas plantações feitas ficará muito em breve cançada e depreciada (RACA, Anno I, Nº 05, 1908, p. 02).

[3] Conteúdo do telegrama publicado na Revista da Associação Comercial do Amazonas (Anno I, Nº 05, p. 01 – 05 de novembro de 1908).

Mas, ao mesmo tempo em que as notícias traziam um certo conforto aos produtores de borracha nativa, destacando suas qualidades frente a borracha de plantação, em alguns momentos a comunicação feita pelo delegado da instituição atenta para a necessidade de um conhecimento cada vez maior dos processos empregados no cultivo asiático, num tom quase contraditório em relação ao otimismo exposto anteriormente, pelo que parece chamar a atenção para a necessidade de uma reflexão acerca da maneira pela qual até então se produziu borracha por estas bandas.

> Não sou um pessimista sobre o futuro do commercio do Amazonas. Porém lhes recommendo sempre empregar todas as suas energias para melhorar os systemas usados pelos seus seringueiros, porque seguramente as plantações do Oriente estão se adeantando muito e a producção esta augmentando consideravalmente, o que mais tarde, com toda certeza, influirá sobre os preços. Portanto, se o Amazonas pretende manter sua posição primacial, terá também de progredir com os tempos (RACA, Anno I, Nº 05, 1908, p. 02).

A produção asiática realmente aumentou e influiu nos preços, representando para a Amazônia, um golpe fatal nas possibilidades de um futuro promissor, alicerçado no monopólio de extração de borracha natural. Embora haja momentos de certa lucidez quanto à possibilidade de progredir com o tempo, como se posicionou o delegado, a euforia parecia maior e o deslumbramento voltava à cena, impossibilitando qualquer reflexão ou análise mais aprofundada de todo esse processo que culminou, a partir da primeira década do século XX, com o apagar das primeiras luzes da cidade embelezada e encantada, pelo menos em seus setores dirigentes e comerciais, com as transformações proporcionadas pelas grandes somas da economia extrativista do látex.

Encantadas e em delírio, as elites amazonenses sonharam alto, acordadas que estavam diante da luzes de um futuro que parecia se antecipar como infinito. As extravagâncias permitidas pelo extrativismo monocultor, que, por atender aos interesses internacionais, lançou a região num cenário de encantamento, depreciou manifestações regionais, tornando-as deslocadas, imprimiu a marca do atraso, trouxe de fora tudo aquilo que pudesse atualizar o local de acordo com parâmetros chamados de modernos pelo discurso econômico. O que em algum momento foi entendido como uma forma de se colocar no tempo, arquitetando estratégias de

expandir ainda mais o futuro promissor da produção de borracha e dos melhoramentos daí resultantes, representou, na verdade, um mergulho profundo num campo de delírios.

> O comércio da borracha vinha proporcionar inquietudes inéditas. [...] Cada salto na cotação da bolsa de Londres que a borracha sofria, era uma erupção na placidez provinciana [...] o enriquecimento conjurava o marasmo e representava uma conquista do refinamento civilizado. Concretamente, as circunstancias não passavam de um furor do momento (SOUZA, 1977, p. 88).

Para além da fantasia e da euforia aproveitada por poucos e apenas assistida pela maioria, embora surgisse do seu suor, existia uma cidade e uma região cuja verdadeira identidade ficava escamoteada. Era um mundo cheio de recantos e enseadas, “um mundo escondido, ocultado, cheio de seres que improvisavam tudo para sobreviver” (HATOUM, 2000, p. 80-1), uma realidade que envergonhava as elites atentas à última moda europeia e empenhadas na manutenção de um sistema orientado de fora e incapaz de democratizar os benefícios dos lucros da borracha.

Ao mesmo tempo em que se remodelou a aparência da cidade e com ela os costumes locais, atendendo os interesses dirigentes signatários do comércio internacional, planejando ruas, definindo posturas, estabelecendo impostos imprimindo uma rotina frenética de bares, cafés, armazéns, bondes, arborização, automóveis, usinas, vapores, jornais, importação de produtos de consumo corriqueiro, exemplos de alguns aspectos de sintonia com a modernidade, os braços que efetivamente atuavam neste processo de transformação em que as elites seguiam o canto da sereia da economia extrativista, eram excluídos de qualquer benefício que isso pudesse trazer. Nesta cidade que aos poucos foi sendo remodelada pelo e para o capital internacional, era possível encontrar, por exemplo, “em 1890 [...] 38.720 habitantes, dos quais 30.910 eram analfabetos. Isto significa dizer que 79,82% da população de Manaus não sabia ler e escrever” (DIAS, 1999, p. 54).

Vivendo e fazendo girar a roda da economia da borracha, a elite política e comerciante produzia privilégios à custa de muitos sofrimentos e, passeando encantada pelas ruas construídas sobre igarapés, vivendo o burburinho dos armazéns, apreciando e lucrando com o movimento das embarcações no porto,

morando em palacetes, comprando e vendendo diretamente com a Europa, se descuidou de suas coisas e quando os ventos internacionais mudaram de rumo, soprando outras velas de outras embarcações, foram acordadas no susto, ainda que dormissem de olhos abertos, no barulho de uma cidade que fervia e não dava pistas ou pelo menos elas não foram percebidas, de que logo ali, um igarapé aterrado se revoltaria ou uma estrada de seringa sucumbiria ao mato.

> Manaus seria um testemunho dos devaneios coletivos do século XIX, com seus edifícios e urbanismo modernos, sua vida cosmopolita "importada" juntamente com as modas, e artigos em exposição nos magazines luxuosos, a glorificação da mitologia da modernidade (PENNINGTON, 2009, p. 76).

Distraídos pelos bares, cabarés, cafés, cinemas e outras oportunidades de diversão na Manaus da primeira década do século XX, os endinheirados da cidade posavam de despercebidos em relação aos graves problemas que habitavam a vizinhança desses mesmos locais de divertimento. As vitrines embelezadas com produtos importados, fazendo jus a proximidade do ponto de vista do consumo entre Manaus e a Europa, sobretudo Paris, facilmente poderiam ter em suas fachadas envidraçadas o reflexo de rostos famintos desejosos de dias melhores. Manaus estava nas trilhas da sedução (PENNINGTON, 2009) e as coisas seguiam freneticamente (COSTA, 1996), entre uma aparição e outra dos excluídos do processo de enriquecimento.

> Se [...] os comerciantes desesperavam-se acusando, de um lado, os americanos, os maiores compradores mundiais de borracha, de causarem a queda dos preços do produto e, de outro, o governo federal por não dar atenção a região, preocupado apenas com a cultura do café, durante o ano inteiro haviam ficado se divertindo nos novos e agitados centros noturnos (COSTA, 1996, p. 71-2).

Havia os assombrados com a crise, mas havia também inúmeras possibilidades de diversão a que se apegavam os que ainda podiam usufruir de alguma tranquilidade financeira, a partir da realidade da primeira década do século XX. A cidade fervia a sua maneira e isso não passou despercebido por Euclides da Cunha, durante o tempo em que precisou ficar em Manaus a partir de dezembro de 1904, antes de seguir para o Purus chefiando a missão de reconhecimento de fronteiras

entre Brasil e Peru. Em uma carta a Afonso Arinos, escrita com febre, ele nos dá uma ideia do ritmo das coisas e do alvoroço que isso lhe causou.

> Somente hoje posso mandar-te uma breve notícia, tais as atrapalhações, tais os embaraços que nos saltearam aqui, nesta ruidosa, ampla, mal-arranjada, monstruosa e opulenta capital dos seringueiros. [...]. Felizmente a gente é boa. Em que pese o cosmopolitismo excessivo desta Manaus – onde em cada esquina range um português, rosna um inglês ou canta um italiano – a nossa gente ainda os domina [...]. Realmente, cada vez mais me convenço que esta deplorável rua do Ouvidor é o pior prisma por onde toda a gente vê a nossa terra (Carta de Euclides da Cunha a Afonso Arinos, em 12/01/1905).

Recém-chegado a cidade, ele escreve ao pai em meio à "atrapalhação do desembarque" (Carta ao pai em 30/12/1904) e, mais adiante, em carta sem dia e mês especificados, coisa que talvez tenha resultado da febre que sentia como indica na carta, compartilha suas impressões com Domício da Gama:

> Quis chegar, observar e voltar, mas cheguei e parei. Estaquei a entrada de meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas, caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio europeia (Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, 1905).

No momento em que Euclides da Cunha esteve na região, os tempos ainda não eram de crise e os sinais que logo se instalaria, não recebiam a devida atenção das elites dirigentes locais, sempre crentes e esperançosas nas capacidades de recuperação da economia diante de qualquer possibilidade de tempo ruim. Se ao se referir a Manaus, Euclides demonstra desapontamento, fosse em relação ao clima local ou em relação aos diversos aspectos da vida na cidade, como já destacados nas citações de cartas acima, quando as cartas dão notícia da cidade de Belém, ainda na subida do rio rumo ao Amazonas, as impressões são outras e sobram até elogios para esta parte da Amazônia considerada por ele como "adversária do

homem", como escreve em carta de 13 de janeiro de 1905, endereçada a José Veríssimo.

> Passei ali algumas horas inolvidáveis – e nunca esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade. Nunca São Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil, o que é a cidade de Belém, com seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem. Na volta hei de demorar-me ali alguns dias (Carta de Euclides da Cunha ao pai em 30/12/1904).

Nesta mesma carta Euclides comenta que nos locais em que teve que saltar ao longo da viagem, sempre contou com a gentileza daqueles que o recebiam, "graças à influência de seu grande neto – os Sertões". Mas a chegada à Manaus não lhe inspira a escrever de imediato sobre recepções ou qualquer outro assunto da vida local, alegando, como já indicamos acima, que a redação da carta ocorre num desembarque algo atrapalhado. Na carta a José Veríssimo já indicada aqui, o autor informa:

> Entreguei a sua carta ao dr. Goeldi e não preciso dizer-lhe como me recebeu ele, e que duas horas inolvidáveis passei a seu lado pelos repartimentos e entre as maravilhas de um dos mais notáveis arquivos do mundo. Mais tarde, e talvez pela imprensa, direi a minha impressão integral (Carta a José Veríssimo, 13/01/1905).

Um pouco mais adiante na carta, o autor se refere a Manaus, de onde escreve, com uma posição totalmente diferente, dizendo levar uma "vida perturbada e fatigante", algo que talvez tenha relação com a sua obrigatória permanência na cidade, enquanto as embarcações da equipe peruana que integrava a missão de reconhecimento de fronteiras, passavam por reparos em Belém. Apesar de toda a vontade e determinação de Euclides, era preciso aguardar por novas instruções, "levar meses de inércia e de amolecimento nesta Cápua canicular dos seringueiros! E eu que vinha num belo arremesso, ansioso por me encontrar, frente a frente, com o deserto" (Carta de Euclides da Cunha a Oliveira Lima, em 16/01/1905).

E assim Euclides da Cunha, que chegara por aqui em dezembro de 1904, foi ficando em Manaus, partindo "para o desconhecido" somente após instruções

recebidas já no mês de março de 1905. A realidade da cidade, apesar de ele não tecer muitos comentários sobre as folias da cidade do látex (PENNINGTON, 2009), ainda era de um certo fastígio, embora nada tivesse sido feito para transformar o poderio econômico da borracha, em algo mais duradouro que um embelezamento artificial. Na miopia produzida pela riqueza fácil e exuberante que chegava às cidades e que se apresentava como perpétua, os dirigentes políticos e comerciantes demoraram para enxergar os sinais do tempo. Dormiram no ponto e não acumularam capital político suficiente, além de não empregar as riquezas para a modernização e diversificação da produção, fazendo frente aos rearranjos políticos e econômicos em curso no país a partir das primeiras décadas o século XX. Dessa maneira, seria muito difícil responder à crise instalada com a perda da exclusividade de extração e comercialização da borracha, momento em que a região é abandonada pelas forças internacionais e se percebe distante das forças políticas e econômicas nacionais.

> Os coronéis de barranco não eram propensos [...] ao liberalismo ou ao bom humor burguês que levantava industrias e feiras industriais como monumentos à vitoria do progresso. Há uma recusa inconsciente a essa intromissão nova [...]. Vestido de savant, o coronel da borracha relutava na falta de sedimentação, tinha suas ideias políticas no século XVI, não havia experimentado nenhum dos acontecimentos políticos e culturais da Europa do século XIX (SOUZA, 1977, p. 104-05).

1.2 Experiências institucionais no início do século XX

Estávamos longe da era industrial
e mais longe ainda do nosso passado glorioso.
Milton Hatoum – Dois irmãos

A economia da borracha produziu muitos e enormes privilégios, prazeres e extravagâncias, com as grandes somas de dinheiro que circulavam em cidades como Belém e Manaus, que puseram em prática um conjunto de transformações diretamente ligadas aos interesses de uma elite muito mais antenada com os interesses do capital internacional, do que com o descaso do poder central do Brasil em relação à região, mesmo que durante todo o período áureo do monopólio de produção e comercialização de borracha natural, a Amazônia participasse de forma destacada do processo de produção das riquezas da nação.

Como um dos olhos desse furacão que foi a economia da borracha, Manaus será palco e protagonista de um processo que chega de fora e se impõe com todo o peso do que é considerado moderno e indicativo do progresso. Oriundos e ramificados a partir da Europa, todos os elementos capazes de imprimir um novo ritmo à vida material e cultural local serão tomados como redentores da Província, a preparar o cenário para o surgimento de uma nova realidade exigida pelos interesses internacionais, que ventilavam e traziam melhoramentos materiais e culturais de terras estrangeiras e que seriam capazes de modificar paisagens e almas de acordo com o apetite econômico internacional.

> O progresso e a modernidade pareciam fatores indissolúveis e passavam a ocupar um lugar destacado nos discursos e relatórios dos administradores. Tentava-se atualizar os padrões de civilização e consumiam-se as últimas novidades lançadas pelo comércio e pela indústria. Almejava-se, assim, atingir um estágio de progresso compatível com a noção de modernidade (MESQUITA, 2006, p. 142).

As transformações materiais por que a cidade passou, resultaram da introdução de tecnologias adventícias escolhidas a dedo para que o ambiente urbano pudesse oferecer condições para a instalação de uma enorme gama de serviços, atraindo e permitindo a fixação de investidores, comerciantes, aviadores, exportadores e importadores que fariam a roda da economia da borracha girar, azeitada pelos investimentos externos, para além dos impostos gerados internamente, e que teriam nas camadas dirigentes locais, mas nem sempre formada por indivíduos nascidos na região, os dinamizadores de todo esse processo articulado pelo capital internacional.

O extrativismo do látex e a maneira como os dirigentes políticos e a economia local se organizou para colocá-lo em prática, fez afluir para cidades como Manaus e Belém, um enorme contingente de trabalhadores braçais, mas também um bom número de pessoas com algumas habilidades mais refinadas e que passariam a exercer atividades mais concentradas nos centros urbanos, enquanto que os braços que sustentariam o sistema, em sua grande maioria nordestinos, eram deslocados para os confins da região, muitos deles sem nem mesmo desembarcar dos vapores que regularmente os conduziam aos portos dos seringais de onde muitos deles não se libertaram.

Os serviços de melhoramentos urbanos exigiram também muitos trabalhadores que tiveram um importante papel no processo de embelezamento da cidade, embora nunca viessem a usufruir dos benefícios que isso trazia, haja vista que a cidade modelada pela economia da borracha passou a ser privilégio dos poucos que constituíam a elite local, alijando os trabalhadores pobres por meio de uma política de segregação do espaço. Além dos trabalhadores que foram percorrer as estradas de seringa e além daqueles envolvidos nos serviços que fariam de Manaus uma cidade moderna, pela transformação da sua paisagem, “o extrativismo da borracha [...] impunha [...] a incorporação de quadros técnicos capazes de atuar nas outras pontas do processo, nas atividades de financiamento, transporte e comercialização do produto” (PINHEIRO, 2015, p. 119), atividades em que necessariamente se esperava alguma habilidade da parte de quem as fosse realizar.

Como boa parte dos novos e modernos serviços implantados na cidade de Manaus estavam sob a tutela estrangeira, sobretudo inglesa, as empresas que encampavam tais serviços passam a incluir entre seus funcionários, os imigrantes europeus que por aqui chegavam com alguma formação que os colocavam na dianteira em relação à imensa maioria da população formada pelos imigrantes brasileiros e pelos da terra, que não apresentavam instrução ou mesmo apresentavam índices de instrução abaixo do esperado e necessários para a prática de alguns negócios.

> Trabalhadores mais qualificados [...] foram requisitados como uma necessidade das firmas comerciais estrangeiras. [...] foi comum priorizar a vinda de quadros profissionais formados nos países de origem [...] para atuar no exercício das tarefas burocráticas, daí que tanto Belém quanto Manaus passam a ter colônias estrangeiras, o que explica não só a montagem de diversos jornais de colônias estrangeiras no amazonas, mas também a venda regular dos principais jornais europeus e norte-americanos em Manaus (PINHEIRO, 2015, p. 121-22).

A economia da borracha atualiza o aparato burocrático da província, imprimindo uma nova dinâmica que por sua vez exigia novas posturas por parte dos funcionários. O poder público se preocupa em expandir o sistema educacional, cria escolas, fortalece as iniciativas já existentes e dessa forma atende tanto aos interesses das elites por oferecer aos seus filhos a oportunidade da instrução, quanto aos interesses do sistema econômico internacional, pela formação de

quadros capazes de atuar para o bom andamento das transformações necessárias, fossem elas de ordem material ou cultural.

Ainda no final do século XIX, surge o Ginásio Amazonense, instituição de ensino de grande importância para a formação de quadros que mais tarde teriam forte atuação no cenário cultural e político da cidade de Manaus e mesmo do estado do Amazonas. O ginásio representou, primeiro, a possibilidade de garantias de formação acadêmica para a juventude local que, de outra maneira, teriam que buscar tal formação fora de Manaus e do estado ou até mesmo fora do país, dispêndio que só poderia ser pleiteado pelas elites (PINHEIRO, 2015). Em segundo lugar, viria a representar um espaço possível de atuação para a intelectualidade ali formada ou mesmo para os letrados vindos de outras regiões do país.

> Desde a criação da Província em 1850 e, principalmente após a segunda metade da década de 1880, período em que a produção da borracha já auferia cifras consideráveis para os cofres públicos, o aparato estatal cresceu rapidamente, abrindo secretarias e repartições e, com elas, também vagas para cargos (PINHEIRO, 2015, p. 122).

Os enormes lucros que resultaram do processo de extração e beneficiamento da borracha, não foram empregados somente nos melhoramentos pensados para transformar a cidade Manaus em uma verdadeira Paris rodeada de mormaço. As famílias constantemente abastecidas com esses montantes, também os empregavam para a garantia do conforto familiar, por meio de moradias luxuosas, roupas da última moda europeia, alimentos importados e comprados ali mesmo na praça de Manaus, situações em que “a vida procurava ser um primor difícil e caro, não mais o gesto simples” (SOUZA, 1977, p. 104) de uma cidade deslocada da modernidade. Além dessas benesses materiais, essas riquezas também permitiram com que os filhos dessa elite da borracha buscassem fora de Manaus, da região ou do país, a qualificação necessária para fugir às limitações da província e, quem sabe mais tarde, assumir os negócios lucrativos da família, negócios estes sempre ligados, direta ou indiretamente, ao extrativismo (PINHEIRO, 2015).

> Muitos foram os que preferiram não retornar à região (especialmente os membros das famílias que conseguiram sobreviver a crise da economia de exportação); mas os que retornaram a Manaus, empenharam-se em montar estratégias

> de (re) criação de uma ambiência cultural refinada (PINHEIRO, 2015, p. 124).

Para os que retornaram e para aqueles que conseguiram aqui mesmo alcançar a formação desejada, os espaços disponíveis de atuação intelectual não eram assim tão diversificados ainda na primeira década do século XX, pelo menos se pensarmos em iniciativas públicas, tão ocupados que sempre estiveram os dirigentes políticos e as elites comerciais, na perpetuação do sistema extrativista e exportador. Diante de tal cenário, era preciso não somente reforçar as experiências existentes, mas capitanear esforços para a criação de outros espaços de reconhecimento e consagração, não tão atrelados aos negócios da borracha, pelo menos de forma direta.

Além da experiência do Ginásio, instituição importante na formação de muitos intelectuais de destaque em Manaus e no Amazonas, outras instituições de cunho cultural e científico seriam criadas na cidade, como forma de diversificar os investimentos e permitir com que os letrados dentro de uma sociedade com grandes contingentes de analfabetos, encontrassem terreno para atuarem. Merece destaque também aqui, o processo de desenvolvimento da imprensa em Manaus e mesmo no Amazonas, visto que muitas cidades do interior organizaram jornais ou folhetins que foram responsáveis pelo registro da vida cotidiana em suas mais diferentes frentes. Muitas vezes, os próprios estudantes, por exemplo, do Ginásio, organizavam e publicavam pequenos jornais que ora traziam matérias formais, ora publicavam conteúdos de cunho mais humorístico.

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, cerca de 371 jornais foram editados no estado do Amazonas (PINHEIRO, 2015), o que, por si só, demonstra a importância de se considerar esse aspecto para a compreensão da história local e, neste trabalho, de considerar a imprensa como um espaço possível de atuação e reconhecimento para os que se destacavam na sociedade local pelo letramento. E foi nessa realidade de poucas oportunidades, que muitos deles encontraram na imprensa local e também de outros estados, em que atuaram como correspondentes, o veículo ideal para tornarem públicas as suas habilidades com as letras e suas capacidades quanto ao posicionamento frente à realidade em que viviam.

A imprensa proporcionou essa possibilidade, como também foi espaço de verdadeiras querelas entre os intelectuais, quando muitas vezes surgiam desacordos em relação à maneira pela qual determinada temática ou assunto eram tratados nas páginas dos jornais. Além disso, publicavam-se poesias, posicionamentos políticos e culturais, opiniões técnicas acerca de temas os mais variados e até discursos proferidos, por exemplo, quando da fundação de novas instituições de caráter cultural, literário ou científico como foi o caso do jornal do Comércio, que publicaria, em 26 de março 1917, uma matéria trazendo detalhes da reunião de fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), ocorrida no dia anterior, com parte do discurso de seu primeiro orador, Vivaldo Palma Lima.

> Com efeito, foi antes de tudo da seara jornalística que saíram os nomes que mais tarde estabeleceriam as bases para a criação e desenvolvimento das mais importantes agremiações científicas e literárias (Instituto Histórico, Academia de Letras e a própria Universidade Livre de Manaus) amazonenses (PINHEIRO, 2015, p. 126).

Muitos destes nomes, é verdade, jamais chegariam a transformar essa habilidade com as letras em livros, mantendo extensa publicação somente nas páginas dos jornais que circulavam pela província. Escrever para os jornais significava garantir um espaço de atuação e também a probabilidade de o talento dos que se destacavam por sua verve intelectual, ser reconhecido num ambiente de poucas oportunidades para isso e que, a partir da primeira década do século XX, dificultaria ainda mais as coisas uma vez que o sustentáculo da borracha conhecia a quebra da hegemonia na oferta do produto na economia internacional. Destacar-se dessa forma, seria uma espécie de marketing pessoal, a exaltar as qualidades intelectuais de uma parcela da elite local que, exatamente por isso, estava apta para assumir posições dirigentes, dando continuidade ao que já vinha sendo feito por seus familiares, seja no campo dos negócios, seja no campo da política.

> O período que se abriu após 1880 foi caracterizado pela proliferação de uma grande e diversificada quantidade de jornais [...] consolidando a presença e participação de um grupo cada vez mais amplo de intelectuais, que faziam das páginas dos jornais um campo fértil para a contínua troca de

> ideias e para o desenvolvimento do debate político (PINHEIRO, 2015, p. 79).

Esse vigor da imprensa local foi significativo, mesmo quando as circunstâncias estruturais e técnicas não eram assim tão favoráveis, exigindo esforços grandiosos por parte daqueles que se aventuravam no trabalho de editoração de jornais, num ambiente com deficiências em relação a consolidação de uma cultura letrada, não como uma característica intrinsecamente amazônica, como se isso pudesse ser diagnosticado como um sério problema humano, mas, principalmente, pelo descompasso com que esses dois mundos, o da cultura da oralidade amazônica e o do letramento europeu, foram colocados um diante do outro.

> No dia 31 de dezembro de 1849 chegamos à cidade de Barra do Rio Negro [...] Os mais civilizados moradores [...] dedicam-se ao comércio, podendo-se dizer que não conhecem outras diversões a não ser beber e jogar [...]. a maior parte deles jamais abriu um livro e desconhece todo e qualquer tipo de ocupação intelectual. Barra deve ser a comunidade civilizada que tem os costumes mais decadentes possíveis (WALLACE, 1979, p. 109-10).

Embora muitos dos jornais editados não tenham tido vida longa, alguns deles nascendo e morrendo na primeira edição e muitos dos quais manuscritos ou datilografados talvez como forma de enfrentar as dificuldades para a impressão, eles representaram possibilidades de atuação, ainda que nem todos garantissem algum reconhecimento público, para uma gama de pessoas capazes de se posicionarem, pela escrita, sobre a realidade a sua volta, ainda que nem sempre aqueles que assim se posicionavam fossem representantes das camadas mais altas da sociedade local, incorporando segmentos sociais de fora do cenário mais abastado da cidade (PINHEIRO, 2015).

Muito dessa participação nos diversos jornais que circularam pela cidade de Manaus e no estado do Amazonas, ocorria com os seus redatores e os autores das matérias tendo que conviver com uma forte ingerência política por parte dos ocupantes das posições privilegiadas do campo do poder. Em muitos dos casos, essa ingerência, de significativo peso simbólico, se transformava em verdadeira demonstração de força física, seja em relação aos integrantes dos jornais, seja em relação a sua estrutura física, incluindo aí, os equipamentos necessários para a tiragem das edições. Isso também acontecia em relação aos jornais de caráter mais

artesanal, redigidos à mão e com circulação mais restrita, embora entre estes, as ingerências e ameaças ocorressem diretamente em relação aos seus idealizadores identificados em seus ambientes de circulação.

> O entendimento da efervescência jornalística nesse período de transformação do modelo político por que passava o país (crise do escravismo, fim da monarquia e emergência do regime republicano), pressupõe sua inclusão no cerne do debate político que opôs facções e grupos oligárquicos, cujo poder se efetivava [...] inclusive por meio da força e da violência. [...] a crônica jornalística [...] registra o caráter corriqueiro com que diversos jornais foram violentamente empastelados por ordem das autoridades representantes dos grupos dominantes locais e nacionais (PINHEIRO, 2015, p. 97).

Neste sentido, de maneira improvisada ou seguindo padrões mais elaborados, aparecendo nos bairros, nos colégios ou como empresas, os jornais foram sendo produzidos em Manaus e no Amazonas e, na época em que apareciam e durante o tempo de suas existências, foram responsáveis por congregar os grupos letrados locais. Nem sempre esses grupos eram constituídos necessariamente de intelectuais ou eruditos, com formação mais substancial, embora isso aos poucos tenha se constituído em um elemento de grande peso para a afirmação de uma experiência jornalística mais profissional, em detrimento das experimentações visíveis nos jornais de estilo mais coloquial. Como desde as últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX, ainda não havia uma preocupação em profissionalizar a atividade da imprensa e, com isso, a montagem e a prática da confecção e editoração de jornais, ficava a cargo de pessoas cujas posturas eram reconhecidas na sociedade local pelo trabalho desenvolvido em outras áreas de atuação que não o jornalismo (PINHEIRO, 2015).

Ainda assim, com todas as dificuldades, a imprensa foi aos poucos se desenvolvendo e ampliando espaços de atuação para as camadas intelectuais que também se expandiam numa Manaus em franca transformação na passagem do século XIX para o XX. Somados a isso, havia também outros espaços partilhados por estes intelectuais como as praças e os cafés da cidade, que permitiam, de maneira totalmente alternativa, um compartilhamento de ideias e que, de alguma forma, podem ser relacionados à elaboração de projetos mais arrojados, como foi o

caso do Clube da Madrugada em relação à praça da polícia e ao café do Pina num período posterior, a saber, a década de 1950.

> O lugar da Praça da Polícia juntamente com o Café do Pina passaram a se constituir em pontos significativos para os frequentadores, desde passantes ocasionais [...] aos frequentadores assíduos que transformaram em matéria de jornal seu ambiente e as transformações que nele estavam ocorrendo. A Praça e o Café deixaram de ser apenas lugares comuns para constituírem-se em referências e abrigo dos grupos envolvidos com atividades culturais e políticas principalmente; representavam, sobretudo, a área de circulação de informações e formação (AGUIAR, 2002, p. 73).

Em seu texto, Aguiar (2002) faz uma relação, por exemplo, entre o Ginásio amazonense Pedro II, depois conhecido simplesmente como Colégio Estadual, a Praça Heliodoro Balbi, mais conhecida como Praça da Polícia e seus arredores. E faz isso amparado no depoimento de ex-alunos, já poetas e professores, a destacar a importância do complexo formado pelo Ginásio e suas adjacências como espaço de sociabilidade, em que a formação dos alunos se dava em todas as suas dimensões, formais e informais. Além disso, o autor procura lembrar que muitos daqueles que foram alunos do Ginásio ou do Colégio, depois integrariam importantes instituições voltadas para o campo da cultura e das letras, como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e a Academia Amazonense de Letras, além da participação de alguns no cenário político local (AGUIAR, 2002).

> Os cafés se originaram no Oriente Médio, de onde atingiram o Ocidente via Constantinopla, Viena e os portos de Hamburgo e Marselha. [...] apareceu pela primeira vez em Londres em 1652; o primeiro café parisiense abriu perto da Bolsa de Valores em 1671. Sua rápida expansão na Inglaterra nos dá uma ideia de suas novas e oportunas funções: [...] tornaram-se os primeiros centros de opinião numa sociedade parcialmente democratizada [...] um novo centro de amalgamação grupal (MANNHEIM, 2012, p. 110).

Como os cafés e espaços semelhantes que surgiam na cidade de Manaus entre os fins do século XIX e início do século XX eram resultado de um processo de implantação de um jeito europeu de viver, e “como era difícil ser europeu nos trópicos!” (COSTA, 1996, p 55), eles representaram espaços informais onde os representantes da elite letrada, amparada pelas riquezas do extrativismo da

borracha e do comércio, se reuniam em torno de opiniões semelhantes ou de querelas as mais diversas, um espaço de expressão livre e sem rigidez institucional, mas nem por isso, carente de coerência e profundidade, uma vez que entre uma xícara e outra de café ou entre um copo e outro de qualquer bebida para além do café, jornais eram lidos, matérias eram escritas e fofocas eram compartilhadas nestes ambientes de sociabilidade.

É no ambiente cheio de contradições de uma Manaus aquecida pelo extrativismo, onde os problemas com a instrução pública convivem com a efervescência dos cafés à moda europeia e com jornais das mais diversas linhas editoriais, que surgirá também a primeira experiência de ensino universitário do país, através da Escola Universitária Livre de Manaus, criada em 1909 e com início das atividades em 1910, como resultado dos esforços de parte da elite letrada, muitos migrantes inclusive com sólida formação acadêmica.

É dessa maneira que o engenheiro mineiro Eulálio Chaves resolveu animar a intelectualidade para a fundação de uma universidade capaz de permitir uma formação acadêmica local, quando muitos moradores só a conseguiam até aquela data fora da região ou do país, à custa de grandes somas em dinheiro e, por isso mesmo, algo só acessível aos membros das famílias economicamente abastadas, algumas delas, inclusive, já em processo de mobilização para trazer de volta seus filhos, tendo em vista as dificuldades que se imporiam com a instalação da crise da borracha. Mas a crise ainda não se fazia sentir em toda a sua plenitude. Ainda era possível assistir ao desfile de roupas e joias nas salas-vitrines de espera dos cinemas da capital (COSTA, 1996) e, do ponto de vista intelectual, era preciso pensar em algo vultoso institucionalmente.

Participando da organização do que ficou conhecido como Clube da Guarda Nacional do Amazonas (1906), depois da Escola Militar Prática do Amazonas (1908), logo Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, Eulálio Chaves e todo um conjunto de idealizadores colocaram em prática a ideia de dotar a cidade e a região de uma instituição de cunho universitário, fazendo surgir a Escola Universitária Livre de Manaus (1909), ideia a um só tempo audaciosa e polêmica, nas palavras de Paulo Pinto Nery, em conferência intitulada *O amazonas e a primeira universidade Brasileira,* proferida na Academia Amazonense de Letras em 31 de agosto de 1984, em que nos diz que o empreendimento era “fruto do trabalho arrojado e da persistência incomum de [...] intelectuais idealistas e patrióticos, tendo

a frente a figura invulgar, sob todos os títulos, de Eulálio Chaves" (NERI, 1985, p. 229).

> Do antigo núcleo da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, acaba de surgir nesta cidade um novo estabelecimento de ensino secundário e superior, sob a denominação de Escola Universitária Livre de Manáos, que se propõe estabelecer nesta capital fazendo funccionar a medida que as circumstancias o permitam, alem do curso das trez armas, que constituía o objecto de sua predecessora, um curso de direito, um curso medico e pharmaceutico, um curso de engenharia, um curso gymnasial, militar e os diplomas que ella emittir são validos dentro do Estado, em virtude da lei n. 601 de 6 de outubro findo, que lhe reconheceu existência legal (JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 22 de novembro de 1909).

O amparo legal para o funcionamento e o reconhecimento dos diplomas noticiados na matéria do jornal do comércio, veio através de ato do governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt que, "sensível ao pleito e reconhecendo a justiça da pretensão, sancionou a Lei [...] com a seguinte ementa: considera válidos no Estado os títulos conferidos pela Escola Universitária Livre de Manaus" (NERY, 1985, p. 229). E com uma sessão solene realizada em 15 de março de 1910, tornou-se público os procedimentos de matrícula, o que "extrapolou a qualquer estimativa por mais otimista que fosse" (NERY, 1985, p. 231), para em janeiro do ano de 1912, os primeiros formandos dos cursos de farmácia, odontologia e agrimensura, fossem apresentados à sociedade como os primeiros profissionais egressos da Escola Universitária.

> Do Dr. Astrolábio Passos, director geral da Escola Universitária Livre, recebemos um convite para a cerimônia de abertura dos diferentes cursos dessa instituição, a realizar-se hoje, às 2 horas da tarde no Grupo Escolar Saldanha Marinho, onde tem sua sede (Jornal do Commercio, 15 de março de 1910).

A mesma matéria da edição do Jornal do Comércio acima citada, trazia a integridade da ata da sessão ordinária do conselho de organização da Escola Universitária ocorrida em 13 de novembro, com detalhes como a apresentação de uma resolução do Conselho Constituinte que havia sido publicada no Diário Oficial, a apresentação dos nomes dos diretores das faculdades criadas, bem como a lista completa com todo o corpo docente das referidas faculdades. E vale a pena

ressaltar que muitos dos que ocupariam as cadeiras de *lentes,* seriam nomes sempre constantes nas diversas instituições de caráter cultural e científico e mesmo com importante passagem pelo campo da política na cidade de Manaus daquela época, como o foram os nomes de Agnello Bittencourt, Adriano Jorge, Araújo Lima, Alfredo da Matta dentre outros.

Do ponto de vista da elite letrada, a experiência da Escola Universitária representava uma possibilidade de atuação profissional, a partir de suas habilidades com o mundo das letras, numa realidade com poucas oportunidades para tal. Do ponto de vista da população local, pelo menos inicialmente aos filhos das famílias em melhor posição social em se tratando de possuírem alguma formação e, com isso, pré-requisito para a continuidade dos estudos, a possibilidade de alcançar a formação universitária na própria cidade, sem os gastos necessários para uma formação em outra região, dentro do que era oferecido pela nascente instituição.

A respeito disso, o governador Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, em mensagem governamental apresentada ao Congresso do Amazonas assim se refere:

> E, como no Estado contávamos apenas com institutos de instrucção primaria e secundária, alguns cidadãos de boas intenções, cogitaram da fundação de uma universidade, que recebeu a denominação de Escola Universitária Livre de Manáos.
> Empreza de tamanho alcance, não pode ser posta, logo ao primeiro impulso, no devido pé.
> Apesar, porém, das dificuldades com que tem de luctar as creações desta natureza, os entraves difficeis de transpor, foram installadas a 15 de março e já estão abertas e funcionando, desde 6 de abril, as faculdades de Sciencias e Lettras, de Engenharia, de Direito e de Medicina.
> Acham-se matriculados nos differentes cursos 80 alumnos e frequentam, como ouvintes, 36, segundo leio no Relatório apresentado [...] pelo dr. Astrolábio Passos, digno director da Escola.
> É de suppor que taes intuitos, por alevantados, produzem os melhores effeitos, pois já poderá a mocidade de nossa terra, que não póde contar com os auxílios da fortuna, aspirar a um titulo, que a applicação ao estudo lhe facultará.
> [...]
> Sem os meios indispensáveis para poder auxiliar tamanha tentativa, cedi o grupo escolar à rua Saldanha Marinho, para séde da Escola Universitária, sem prejuízo das aulas que funcionam nesse grupo (JORNAL DO COMMERCIO, 10 de julho de 1910).

Como resultado da iniciativa de certa parte da elite política e comerciante local, a Escola Universitária caminhará desde o seu nascimento, amparada pelo poder público e também por empresários e, quando veio a crise e a região perdeu o exclusivismo na extração e comercialização da borracha, as dificuldades enfrentadas por esta elite política e comercial impediram a continuidade dos aportes financeiros ou materiais que até então eram destinados à Escola Universitária e a experiência pioneira do ensino superior no país teve seus ânimos profundamente afetados (SOUZA, 1977).

Para que as atividades da Escola pudessem ser postas em prática, a ajuda material, por meio da cessão de espaços para o seu funcionamento, e a ajuda financeira, vinham não somente dos cofres do Estado e das fortunas dos comerciantes radicados em Manaus, mas provinham também de municípios do interior que atendiam às solicitações feitas pelo governador Antonio Bittencourt por meio de “carta circular dirigidas às intendências do Estado” (JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 24/12/1909), em que anunciava a criação da Escola ao mesmo tempo em que buscava sensibilizar os intendentes para que pudessem destinar recursos de seus orçamentos para a manutenção da nova instituição. Isso fica evidente em matéria de 1° de janeiro de 1910, do jornal O Correio do Purus, editado em Lábrea, dando notícia da informação repassada da capital do Estado.

> Escola Universitária
> Segundo lemos de uma circular publicada nos jornais de Manaus, S. Ex. o Sr. Coronel Governador do Estado, solicita o concurso dos municípios para auxiliar a Escola Universitária, ultimamente creada em Manaus.
> A utilidade incontestável desse estabelecimento de instrução superior, determinando a interferência do illustre governador em seu benefício, também fará com que os municípios do estado venham em seu auxílio.

Pouco mais de dois meses após essa matéria, o mesmo jornal em 13 de março de 1910, publica uma coluna intitulada *Trabalhos Municipaes,* com o registro da primeira reunião ordinária daquela intendência de Lábrea, ocorrida em 3 de março de 1910, em que se registra a discussão de um projeto de subvenção à Escola Universitária e, um pouco mais a frente, já discutido em comissão e aprovado como lei, se efetiva o repasse de recursos do orçamento municipal para o auxílio necessário e solicitado pelo governador para a referida instituição de ensino.

> PROJECTO N 5
>
> Considerando a utilidade da Escola Universitária Livre do Amazonas, para diffusão de conhecimentos proffissionaes;
>
> Considerando o dever do município em concorrer, quanto em si caiba, para a prosperidade do Estado;
>
> A Intendência Municipal de Lábrea
>
> DECRETA:
>
> Art. 1° - A Escola Universitaria Livre do Amazonas, será prestada, a titulo de auxilio, pelo Município de Labrea, no corrente exercício a importância de rs. 1.000.000.
> Art. 2° - Pela verba do [...] § 28 do art. 2° do orçamento vigente será effectuado o respectivo pagamento.
> Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.
> Sala das Sessões da Intendência Municipal de Labrea, em 5 de Março de 1910.

Em 5 de outubro de 1913, o mesmo jornal deu publicidade a leis N° 63 (16/09/1913), aprovando o orçamento municipal para o ano de 1914 em que, dentre os itens da receita da Intendência consta o valor de 1.000$000 listado sob a identificação de *Auxílio à Escola Universitária em Manaus.* Meses depois, já em 08 de março de 1914, o jornal publica uma outra lei, de N° 66 (23/02/1914) e assinada por um outro intendente, onde o valor do auxílio cai para 800$000. Em que pese tenha havido uma queda em relação ao valor publicado na lei de 1913, cabe destacar que a solicitação do governador teve eco no interior.

Mas essa situação não era bem uma unanimidade, haja vista que em duas edições do Jornal do Comércio, uma do mês de agosto e outra do mês de novembro do ano de 1910, a pauta proposta pelo governador de que o poder público pudesse auxiliar a Escola Universitária não logrou sucesso no chamado Congresso Amazonense, o que hoje seria a câmara dos deputados. Na edição de agosto, “não houve número para votação do projecto (sic) N° 12, que concede favores á (sic) Escola Universitária Livre de Manáos” (25/08/1910) e, no mês de novembro, em “segunda discussão do projecto 12, que autoriza o governo do Estado a auxiliar com cem contos de réis a Escola Universitária Livre: foi regeitado (sic)” (20/11/1910).

E dessa forma, a experiência universitária foi caminhando entre momentos de euforia e de dificuldades, num período em que já eram sentidos os abalos que

sufocariam a região até então encantada com as promessas infinitas do comércio da borracha. Somente a partir da década de 1960 é que a universidade voltaria a ganhar fôlego e iniciaria o processo que a levaria a assumir a feição que possui hoje, chegando muito tarde, a estrutura que oferecia além do ensino de graduação e da extensão universitária, a possibilidade dos estudos pós-graduados.

Alguns anos mais tarde, bem no epicentro do terremoto da crise do exclusivismo da Amazônia como exportadora de borracha natural, emergirão outras duas experiências institucionais que congregariam os intelectuais na cidade de Manaus. Trata-se da fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), fundado em 1917 e da Academia Amazonense de Letras (AAL), fundada em 1918, ambas as instituições nascidas num contexto em que, internacionalmente, o mundo assistia aos horrores da primeira guerra mundial.

O IGHA surge no ano de 1917, a partir do esforço de alguns intelectuais já com algum capital cultural acumulado pela participação em outras experiências institucionais como a do Ginásio Amazonense Pedro II ou a própria Escola Universitária Livre de Manaus, uma vez que muitos dos seus membros fundadores ou efetivos tiveram seus nomes de alguma forma ligados a estas experiências anteriores, assim como também teriam posteriormente ao surgimento do IGHA, em outras instituições como a própria AAL no ano seguinte.

O contexto de crise da economia local a partir da década de 1910, força as elites políticas e comerciais a se movimentarem em busca de saídas para as dificuldades enfrentadas a partir do abandono da região pelo capital internacional, que até então havia injetado ânimo para a realização de transformações materiais e espirituais. Na esfera da cultura, os intelectuais também buscarão repensar a região dentro do novo cenário em que ela se vê agora, não mais como destaque na economia internacional, mas como uma região que, não tendo acumulado capital político durante o boom da borracha, momento em que esteve mais próxima da Europa que do próprio país, pelo menos do ponto de vista do comércio e do consumo, não conseguirá uma posição mais vantajosa no jogo das novas articulações políticas e econômicas que se desenham no país a partir dos centros econômicos do Sudeste.

> A necessidade de vislumbrar uma nova alternativa não só econômica, mas também política e cultural para a “região” em

> crise, e para a cidade de Manaus em particular [...] atuou enquanto elemento propulsor para as elites manauaras decadentes no sentido de buscarem uma reformulação no conjunto das representações acerca da Amazônia através da criação de "centros de pesquisas", dentre os quais o IGHA e a Academia Amazonense de Letras (AAL) (PAIVA, 2002, p. 65).

Mas o próprio IGHA, que surge dotado de forte autoestima e com a missão de abordar "o problema do nosso progresso material ou scientífico"[4], não passou incólume e "quase se dissolveu pelo abandono nos anos de decadência" (SOUZA, 1977, p. 129). Seu nascimento está ligado ao esforço de uma gama de intelectuais capazes de tomar a região e a cidade de Manaus como foco de suas preocupações, mas também, a exemplo de todas as instituições congêneres no país, o IGHA desenvolverá suas atividades sempre a partir do amparo advindo do poder público, o que pode ser percebido desde a realização das primeiras reuniões de preparação de sua fundação, que ocorreram nos espaços de prédios públicos, até a doação do prédio para a instalação definitiva do órgão, prédio este onde o Instituto respira até os dias atuais. Isso sem falar nos aportes financeiros que também serão destinados ao IGHA pelo poder público, casos estes bem semelhantes ao que já havia ocorrido com a Escola Universitária Livre de Manaus.

Congregando parte da intelectualidade da cidade de Manaus e também incorporando nomes de outras regiões do país, na qualidade de sócios correspondentes, o IGHA trilhará uma história que seguiu o mesmo roteiro já verificado por outros institutos históricos e geográficos país a fora, tendo o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como exemplo maior, a saber, o fato de congregar os representantes das elites intelectual, econômica e financeira e sempre atuar em proximidade ao poder oficial, cujos nomes de maior relevo passam a figurar nas listas de presidentes de honra ou de sócios honorários e beneméritos.

Com todos os problemas enfrentados desde a sua fundação, problemas compartilhados por todas as instituições de caráter semelhante que surgiram em Manaus naquele período, o IGHA cumprirá um relevante papel na história do desenvolvimento de um campo de atuação e reconhecimento para a intelectualidade local, principalmente se pensarmos que, desde os primeiros vislumbres até os suspiros finais da inserção da região no comércio internacional por meio da

[4] Advertência na abertura do primeiro volume da Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, lançada em junho de 1917 e relançada em edição comemorativa na solenidade do centenário da instituição em 25 de março de 2017.

exportação da borracha, a ideia de um projeto de valorização da cultura e das letras nunca figurou entre os interesses das elites políticas e econômicas que estiveram à frente desse processo. Podemos mesmo dizer que sua criação, é uma tentativa de responder a isso, num momento em que a cidade e a região finalmente se olhavam no espelho, contemplando suas rugas e percebendo seu envelhecimento antes do tempo.

Era preciso, diante desse contexto, que se fizessem "o estudo, discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geographia, da História e das sciencias a ellas connexas"[5], procurando atentar, enfim, para os aspectos mais característicos da região e que foram relegados a segundo plano quando o que realmente interessava, para as elites, era concentrar esforços numa economia extrativista que fornecia grandes riquezas e que parecia nunca fraquejar, considerando a região e sua cultura como estando em descompasso com uma determinada ideia de civilização e, por isso mesmo, carente de projetos que pudessem prepará-la e inseri-la nos movimentos da modernidade.

Um ano mais tarde, em 1918, quem emerge neste cenário de carências e necessidades, mas também de vigor no nível das ideias e do pensamento, é a Academia Amazonense de Letras (AAL), engrossando o caldo das instituições criadas para a valorização e a congregação de homens que já vinham há algum tempo atuando na imprensa, no magistério, na política ou no comércio, dividindo seu tempo entre os afazeres do mundo da vida e do mundo das letras. Sob o título de Sociedade Amazonense de Homens de Letras, primeira identificação da A.A.L., o número 143 do jornal A Capital publicado em 8 de dezembro de 1917, assim anunciava o convite para a fundação da entidade:

> Para o fim de organizar e fundar nesta cidade um centro de cultura artística que venha soerguer o nosso meio, nivelando-o aos mais elevados núcleos intellectuaes do paiz, estão convidados a comparecer amanhã, ás 16 horas, no salão de honra da redacção de nossa distinta confreira A Imprensa, os homens de letras [...] mencionados: Benjamim Lima, Heliodoro Balbi, Adriano Jorge, Aurelio Pinheiro, Jorge de Moraes, Thaumaturgo Vaz, Virgilio Barbosa, Araujo Filho, Jonas da Silva, Odilon Lima, José Chevalier, Raul de Azevedo, Generino Maciel, Jose Francisco de Araujo Lima, Pericles Moraes, João Leda, Genesino Cavalcante, Carlos Chauvin, Raymundo

[5] Estatudos do IGHA, Art. 1°, Parag. 2°.

Monteiro, Alcides Bahia, Nunes Pereira, Octavio Sarmento, Coriolano Durand, Paulo Eleutherio e Huascar de Figueiredo.

Em 12 de dezembro o mesmo jornal já anunciava o primeiro Conselho Diretor que seria encarregado da tarefa de elaboração dos estatutos para que a instalação definitiva viesse a ocorrer no dia 1° de janeiro de 1918. Os tramites foram cumpridos, os estatutos aprovados e a Sociedade fundada definitivamente. Em 1920, "por proposta de Raul Azevedo, a Sociedade Amazonense de Homens de Letras teve sua designação alterada para Academia Amazonense de Letras"[6]. Entre suas atividades, estava a edição de uma revista, chamada inicialmente de Revista do Norte e capaz de garantir que "a posição da Sociedade [ficasse] mais consolidada nos círculos intelectuais da cidade" (COSTA, 1997, p. 194). Nascida da iniciativa de Benjamin Lima, José Chevalier e Péricles de Moraes, "três legionários da cruzada intelectual"[7], a AAL, da mesma forma como o IGHA já tinha feito um ano antes, cumpria o papel de congregar os intelectuais da cidade desejosos por espaços em que pudessem por em prática suas habilidades com as letras.

Também da mesma maneira que o IGHA, a AAL alternará momentos de grande efervescência interna marcada por publicações e outras atividades, com momentos de relativo silêncio, em que sua revista deixa de ser editada e a entidade ganha ares de casa de espectros (COSTA, 1997), talvez pelo fato de, como no caso do IGHA, a entidade ter surgido e construído sua trajetória "sob os auspícios do governo do Estado", referência do Pe. Nonato Pinheiro no mesmo artigo supracitado, ficando assim a mercê dos ânimos do campo do poder político local para, por exemplo, retomar a revista que, segundo o artigo, "sofreu um profundo colapso, saindo o próximo número somente em 1935, quinze anos depois", coincidentemente, mesmo período de tempo do silêncio da revista do IGHA.

Em que pesem todos estes fatos a AAL, o IGHA, o Ginásio Amazonense Pedro II, a Escola Universitária Livre de Manáos e a imprensa, representam ancoragens institucionais de suma importância para o desenvolvimento de um campo de produção cultural na cidade de Manaus e na região amazônica no início do século XX. Rompendo a letargia do contexto de crise econômica a partir do posicionamento

---

[6] História da Revista da Academia, matéria do Jornal do Comercio, assinada pelo Pe. Nonato Pinheiro, membro da academia, em 17 de abril de 1966.

[7] BRAGA, Genesino. Cinquentenário da Academia Amazonense de Letras. Jornal do Comercio – Caderno Cidades. Manaus. 31 de dezembro de 1967.

intelectual de seus membros, oferecem espaços possíveis de atuação reconhecidos socialmente e reconhecedores de posturas e discursos forjados em seus interiores, a partir de uma relativa autonomia em relação aos movimentos da ordem social mais ampla e do campo do poder político em específico.

CAPÍTULO II

A FUNDAÇÃO DO IGHA

> Com a palavra o senhor doutor Vivaldo Palma Lima declarou tratar-se da ideia da fundação de um Instituto Geográphico e Histórico no Amazonas, dissertando longamente sobre o assumpto [...] demonstrando todas as vantagens que a criação do mesmo Instituto trará para o Estado.
>
> (Ata de 11/03/1917 – Reunião Preparatória para serem lançadas as bases da fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em Manaus).

2.1 Os primeiros esforços

Para um grupo de pessoas que estava fora do círculo do poder político, incapazes, portanto, de oferecer uma alternativa prática para a situação de crise ou, pensando de forma diferente, apresentar estratégias políticas de valorização dos aspectos da região soterrados pelo deslumbramento proporcionado pela economia da borracha, grupo este que poderia ser identificado como a *intelligentsia* da Manaus pós-esplendor, para este grupo, portanto, a face menos opulenta de Janus, impõe uma postura que logo se transforma em uma espécie de missão, uma tentativa de pensar a cidade e a região em outros termos.

Iniciativa tomada, pelo menos no campo da cultura, para contribuir com o equacionamento da situação de crise começou a ser formalizado em 11 de março de 1917, data do primeiro registro no livro de atas do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, dando conta da reunião que teve por objetivo preparar as bases do futuro Instituto. Neste registro, verifica-se a aclamação pela assembleia de uma comissão para a redação dos estatutos da entidade, de modo a apresentá-los para discussão em nova reunião já marcada nesta mesma ata para dali a 7 dias, em 18 de março de 1917.

Presidindo a primeira reunião e as demais que ocorreriam naquele mês de março de 1917 e participando da comissão de elaboração dos estatutos, estava Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, nome que poucos dias a frente se tornaria o primeiro presidente do IGHA. Junto com ele, figuraram na comissão organizadora dos estatutos, “os senhores [...] doutor Vivaldo Palma Lima e coronéis Henrique

Rubin, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt e Agnello Bittencourt" (ATA de 11/03/1917).

Desde essas primeiras reuniões, a dinâmica administrativa da instituição seguirá alguns critérios de inclusão de novos associados bem como de manutenção de suas estruturas, diferentes daqueles adotados por outras instituições que tenham nos critérios estritamente objetivos e científicos seus fundamentos. As referidas reuniões são realizadas aos domingos, um dos critérios para a admissão de novos sócios, versada na secção I, artigo 5° dos seus estatutos, estabelece como "condições indispensáveis [...] ter moralidade e bons costumes provados". Em outros momentos dos estatutos, fica patente a origem das condições de manutenção da instituição, parte bancada pelos próprios associados, com o pagamento de "jóias" mensais e parte pelos fundos obtidos a partir de patrocínio do Estado, seguindo a mesma tônica já presente quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro em 1839. Lá, a presença do poder oficial se fez sentir com a figura de Dom Pedro II, financiando e participando das reuniões (SCHWARCZ, 1993), aqui, através da presença do governador Pedro de Alcântara Bacellar que, dentre outras coisas, assinaria o decreto que aprovaria os estatutos do IGHA, reconhecendo formalmente sua existência.

E a presença da figura do governador se fará sentir de maneira mais forte ainda, quando se verifica na ata da assembleia de fundação do IGHA, realizada em 25 de março de 1917 nas dependências do Conselho Municipal de Manaus, que o primeiro corpo administrativo bem como todas as 15 comissões de trabalho da instituição para o triênio 1917-1920, tiveram os nomes, efetivos e suplentes, indicados pelo governador, através de um representante legal que participou da assembleia e apresentou a proposta que foi aclamada por unanimidade pela assembleia. Estava fundado o IGHA, tendo Bernardo Ramos como presidente, o professor Agnello Bittencourt como primeiro secretário, Henrique Rubim como segundo secretário, Vivaldo Palma Lima como orador e Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, que já havia sido governador do estado, como tesoureiro.

Fundado "sob os auspícios do Governo do Estado" (Art. 1° dos estatutos), o IGHA terá seus estatutos aprovados pelo decreto N° 1.190, de 17 de abril de 1917, assinado pelo governador que, no dia seguinte, em 18 de abril de 1917, assinaria também o decreto N° 1.191, concedendo ao IGHA o usufruto de dois prédios no centro da cidade para o desenvolvimento de suas atividades, uma vez que:

> O Instituto Geographico e Historico do Amazonas, segundo seus fins, consignados nos Estatutos approvados por decreto n° 1.190 de 17 do corrente, tem, por intuitos, entre outros de real interesse collectivo, promover o desenvolvimento das riquezas econômicas do Estado, trabalhar pelo seu progresso e defender os seus direitos e interesses, auxiliando por tal forma a acção dos Poderes Públicos (Decreto N° 1.191, de 18 de abril de 1917).

Dali a alguns meses, o governador também assinaria a lei N° 897, de 24 de agosto de 1917, considerando o IGHA entidade de utilidade pública e chancelando sua participação como entidade consultiva em assuntos do governo que estivessem ligados às áreas a que o Instituto se dedicasse. E, quanto a isso, os estatutos aprovados estabeleciam um amplo leque de possibilidades de estudos, através de comissões internas que abrangiam além dos aspectos burocrático-institucionais, áreas como a geografia, a história, observações astronômicas, questões de limites físicos entre os estados da região, arqueologia, etnografia, antropologia, botânica e zoologia, geologia e mineralogia, filosofia, agricultura e zootecnia, comércio, indústria e navegação, numismática, tombamento, pesquisa de documentos, obras e manuscritos referentes à região.

A proximidade com as altas posições da política foi sempre uma marca de instituições como o IGHA. O caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é significativo. Pioneiramente fundado em 1839 no Rio de Janeiro, contava com a presidência de honra de D. Pedro II, além do fato de que 75% de seu orçamento provinha do Estado e de que 80% de seus sócios fundadores ocupavam cargos na estrutura do poder da época (SCHWARCZ, 1993). Esse tipo de vínculo fica evidente no exemplo do IGHA, quando verificamos que o governador, presidente de honra, se faz representar em reuniões preliminares ou participa pessoalmente de sessões, como o fez em 13 de maio de 1917, na sessão solene de instalação do Instituto. Também depõe em relação a isso, o fato de o governador assinar os decretos já mencionados quanto aos estatutos, à doação de prédios e o reconhecimento do IGHA como entidade de utilidade pública no Estado do Amazonas.

Esse tipo de proximidade também já tinha ocorrido, por exemplo, em relação à Escola Universitária Livre de Manaus, quando Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, que mais tarde seria sócio fundador do IGHA, era governador e concedeu as

dependências do grupo escolar Saldanha Marinho para que a nova instituição pudesse realizar os primeiros cursos universitários, além de envidar todos os esforços para manter aporte financeiro do Estado e ainda outros recursos angariados junto às intendências municipais na capital e no interior, intervindo sempre em favor da Escola Universitária. Bastante emblemática, é a presença nos dias de hoje no salão nobre D. Pedro II, nas dependências do prédio do IGHA, da máscara mortuária do governador Pedro de Alcântara Bacellar, posicionada imediatamente a frente dos assentos destinados às autoridades quando da realização das sessões solenes e acondicionada em uma caixa protegida por vidros, como a prestar homenagem póstuma aquele que seria reconhecido como Presidente de Honra do IGHA com registro em ata de 25 de março de 1919.

> O senhor presidente [...] concedeu a palavra ao orador do Instituto, o qual começou lembrando as difficuldades de execução da ideia [...]. Lembra ainda que o Instituto fôra criado em um momento especial para a vida de todos os povos civilizados, principalmente para o Brasil e ainda mais para este Estado. [...] era elle como uma criancinha [...] a despertar attenções (sic) e cuidados e, hoje, se apresenta como um adolescente apto a subsistir, tal é o progresso que tem realizado em tão curto espaço de tempo. [...] o Instituto caminha desassombradamente, pela grande estrada de seu nobre destino precisando, todavia, do amparo de todos os seus associados, como das autoridades locais, elementos esses que não lhe tem faltado. [...] enaltece os serviços que o Instituto deve ao excelentíssimo senhor doutor Pedro de Alcântara Bacellar, pelo que resolveu conferir-lhe o diploma de seu Presidente de Honra[8]

Como dito anteriormente, um número expressivo dos sócios fundadores do IHGB estava ligado à estrutura do poder político da época, o que por si só demonstra que tais associados eram integrantes das fortes oligarquias políticas locais, característica que logo fez com que a instituição se apresentasse para a sociedade como um lócus de onde emanariam falas e representações acerca da cultura brasileira reconhecidas pelo poder oficial (SCHWARCZ, 1993). No caso do IGHA, as coisas não foram tão diferentes 78 anos depois da fundação do IHGB, quando muitos dos seus sócios fundadores e depois dos seus sócios efetivos,

[8] ATA da Sessão da Assembleia Geral do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em 25 de março de 1919 – Solenidade de aniversário da fundação e entrega do diploma de Presidente de Honra ao Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar.

também ocupavam cargos políticos ou estavam de alguma forma ligados à estrutura do poder na cidade e na região.

Em texto intitulado *Quase Posfácio,* publicado na edição comemorativa da primeira revista do IGHA por ocasião do centenário da instituição, seu atual orador Robério Braga, relembra a trajetória de alguns dos fundadores do instituto, elencando as diversas atividades as quais estavam diretamente ligados, no momento em que incorporaram mais uma empreitada que era a fundação da nova entidade na Manaus as voltas com a crise econômica. Dessa maneira, estavam entre os fundadores um ex-governador, um secretário geral do Estado, um ex-prefeito de Manaus, um promotor de justiça, um vereador, um bispo, um deputado, além de outras personalidades que já haviam ocupado cargos políticos ou que desenvolviam atividades no ramo do comércio.[9].

Em que pese tudo isso, é importante destacar que a criação do IGHA se dá num momento em que Manaus e a região enfrentam as dificuldades resultantes das escolhas feitas nos tempos do exclusivismo da exploração e comercialização da borracha natural. Já haviam se passado 28 anos do fechamento do museu botânico e 8 anos da fundação da Escola Universitária, instituição que caminhava com grandes fragilidades, embora já tivesse passado pela formatura de 21 alunos dos cursos de farmácia, odontologia e agrimensura[10]. É neste cenário que o IGHA passará a representar, dentro de um ambiente de depressão econômica e com alternativas não muito diversificadas de atuação, uma possibilidade de encontrar proteção e reconhecimento institucional para os discursos e representações acerca da região, elaborados por parte dos integrantes dos círculos intelectuais da cidade de Manaus naquele período de turbulências.

Aos intelectuais que viveram em Manaus entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as oportunidades de atuação profissional estavam restritas ao magistério, à imprensa e o funcionalismo público de modo geral, além da possibilidade de atuação na política e no comércio, o que muitos fizeram por questões familiares. Ainda que, a partir desse período, alguns encontrassem espaço para atuarem, isso não significava tranquilidade uma vez que a situação econômica

---

[9] BRAGA, Robério. Quase posfácio. In: **Edição Comemorativa da Primeira Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas** - ANNO I, Volume I, Num. I, 1917. Manaus: IGHA, 2017, p. 227.

[10] NERY, Paulo Pinto. O Amazonas e a primeira universidade brasileira. In: **REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS**, fevereiro de 1985, Ano LXVII, N° 20 (1984-1985), p. 232.

do Estado e da região como um todo, não permitia com que se vislumbrassem melhorias a curto prazo.

O IGHA surge como uma oportunidade, dentre as poucas disponíveis, para que a intelectualidade pudesse exercitar suas habilidades com as letras. Não havia como transformar isso em uma atividade remunerada, visto que o Instituto não previa tal situação, mas o que estava em jogo era a possibilidade de preencher lacunas, como disse em seu discurso o presidente Bernardo Ramos, lacunas estas também lembradas no discurso do orador Vivaldo Palma Lima, que destaca o silêncio institucional na região, desde o desaparecimento do Museu Botânico, chamando ainda a atenção para as diferentes frentes que seriam cobertas pelo trabalho das comissões do Instituto, o que, sendo realizado a partir de então, seriam a demonstração de um relevante serviço para o Estado do Amazonas[11]. Assim nos fala Vivaldo Lima na sessão solene de instalação do IGHA em 13 de maio de 1917:

> Senhores. Não podia surgir em nosso meio uma concepção mais altruística do que a criação de uma sociedade destas. Várias tentativas se fizeram nestes 20 últimos annos (sic), depois do fracasso completo do Museu Amazonense. Todas falharam até o presente. Desta vez, parece-me, a semente não cahiu em terreno sáfaro.

2.2 A organização interna do IGHA

No dia 18 de março de 1917, uma sessão ocorrida no salão do conselho municipal de Manaus discutiu e aprovou os estatutos do IGHA, seguindo o que já havia sido indicado em reunião preparatória para lançar as bases do Instituto, que se deu no Paço Municipal de Manaus e cujo registro consta no livro de atas N° 01 da instituição. As disposições preliminares dos estatutos tratam de estabelecer os fins a que o Instituto estaria destinado:

> Parag. 2° - Os seus fins são: o estudo, discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da geografia, da historia e das sciencias a ellas connexas, nos seus differentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e applicações, reunindo, concatenando, publicando e archivando documentos e trabalhos concernentes ao Brazil e especialmente ao Estado do Amazonas.

[11] Os discursos de Bernardo Ramos e de Vivaldo Lima, respectivamente primeiro presidente e primeiro orador do IGHA foram publicados no primeiro número da Revista do Instituto em junho de 1917.

E para cumprir estes fins, algumas ações estavam previstas como a criação de 15 comissões especiais, que dariam conta de “colligir documentos, estudos, plantas, cartas, mappas, etc., inéditos ou raros, sobre os dois ramos scientificos acima referidos e sobre aquelles com que elles se relacionem ou sejam seus auxiliares” (Estatutos do IGHA, Art. 2°, § 1°), além da publicação de uma revista periódica, a estruturação de bibliotecas e museus, o estabelecimento de coleções de numismática, de fotografias e retratos, a realização de exposições de equipamentos ligados à agricultura e de produtos agrícolas e equipamentos usados em explorações científicas, procurando sempre manter correspondência com institutos congêneres no país e no exterior.

Os estatutos indicam uma dinâmica interna muito intensa, com a ideia da organização de conferências, exposições, congressos, reimpressão de trabalhos científicos relacionados aos fins da instituição, premiação de estudantes que se destacassem no ensino público secundário nas áreas de geografia e história, realização de expedições científicas além de, sob os auspícios do Estado, atuar como corpo consultivo deste em questões que abordassem assuntos relacionados aos seus fins. Dessa maneira, nas palavras de Bernardo Ramos na sessão solene de instalação do IGHA em 13 de maio de 1917, “a organização do vasto emprehendimento de ordem intellectual que de muito nos vem preoccupando, terminou a sua preliminar com o mais satisfatório successo”.

Nessa mesma sessão solene, Vivaldo Lima indica que:

> Com o aparecimento do Instituto, não é um museu único que surge. Temos em projetos museus – Geographico, Historico, de Commercio, Industria e Navegação, Botanico, Zoologico e Mineralogico, Archeologico, Ethnologico e Anthropologico; além dessas e outras criações, que seria fastidioso entrar em detalhes, o Instituto terá de organizar Congressos e Exposições.

As intenções eram as mais abrangentes possíveis e não se limitavam somente à cidade de Manaus, mas pretendiam atualizar a história do Estado partindo da geografia, da história e de todas as disciplinas ou áreas do conhecimento a elas conexas e, pela proposta de criação das comissões internas de trabalho, ficamos sabendo que por disciplinas conexas os fundadores do IGHA estavam querendo dizer arqueologia, etnografia, antropologia, botânica, zoologia, geologia, mineralogia,

filosofia, agricultura e zootecnia, lista que, como as intenções e fins, era também muito abrangente.

A estrutura dos associados compunha-se de 06 categorias de sócios, sendo elas as de sócios fundadores, efetivos, correspondentes, benfeitores, honorários e beneméritos, com o destaque para o fato de que entre os fundadores figurassem aqueles que participaram do processo de preparação e instalação do Instituto. Quanto a isso, o Livro de Assinaturas N° 12 do IGHA, registra 33 nomes na assembleia de fundação do dia 25 de março de 1917. O convite havia sido divulgado com uma nota no Jornal do Commercio de 24 de março daquele ano e o mesmo jornal em matéria do dia seguinte à fundação, destaca detalhes da reunião indicando a presença de mais de 50 pessoas entre autoridades locais, professores e um delegado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em edição da Revista do IGHA (RIGHA) de 2015[12], há uma listagem com 98 nomes daqueles que seriam os sócios fundadores do Instituto, com destaque para a presença dos nomes do Governador Pedro de Alcântara Bacellar e seu secretário Hamilton Mourão e de Astrolábio Passos, diretor da Universidade de Manaus.

Todos os sócios fundadores seriam considerados efetivos, categoria que se amplia para todos os demais associados admitidos posteriormente a instalação do Instituto e que mantivessem domicílio na cidade sede do IGHA. Aquelas pessoas que não vivessem em Manaus, mas que poderiam contribuir com o desenvolvimento da instituição, seriam encaixadas na categoria de sócios correspondentes e, em ambos os casos, os candidatos a sócios se enquadravam no disposto no artigo 8° dos estatutos, que estabelecia como requisitos para a admissão, serem os nomes propostos por dois ou mais membros do IGHA, que o candidato pudesse apresentar trabalho ou possuir reconhecida competência em uma das grandes áreas do instituto, a geografia e a história, ou mesmo no campo das ciências conexas, que a proposta obtivesse parecer favorável por parte da comissão interna respectiva à competência do candidato e também não viesse a ser impugnada pelo orador, seguindo então para apreciação por parte da assembleia, sendo admitida caso obtivesse maioria dos votos. Vale lembrar ainda, que a possibilidade de concorrer aos cargos do corpo administrativo era prerrogativa somente dos sócios efetivos e dos correspondentes que viessem a fixar domicílio na cidade sede.

---

[12] Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas/Publicação do IGHA. Fase IV – Janeiro-Fevereiro-Março de 2015 – Ano II - Nº 5 – Manaus: Editora Grafisa. 2015.

O sócios benfeitores seriam pessoas que viessem a prestar serviços relevantes ou que fizessem “donativos de quantia superior a dois contos de réis ou de objetos de valor equivalente” (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 20). Numa versão de 1968, essa categoria de sócios benfeitores não existe, figurando em seu lugar a categoria de sócio Contribuinte, sem que haja maiores detalhes quanto aos requisitos, direitos e obrigações relacionados a essa categoria.

Sócios honorários seriam “as notabilidades scientificas de outros estados ou do estrangeiro, que, pelos seus elevados conhecimentos de geografia, história e sciencias connexas, forem consideradas dignas dessa demonstração de apreço pelo INSTITUTO” (ESTATUTO DO IGHA, 1917, p. 20). A apreciação de propostas de inclusão de novos associados nesta categoria, dependeria da assinatura de 5 sócios efetivos e, vindo a ser apreciada, da obtenção de no mínimo dois terços dos votos dos presentes na assembleia em que a questão fosse apreciada e discutida.

Por sócios Beneméritos, entendam-se pessoas “que tenham prestado [...] serviços relevantíssimos de valor inestimável ou lhe façam donativos de quantia superior a dez contos de réis ou objetos de valor equivalente” (ESTATUTO DO IGHA, 1917, p. 20). As propostas de inclusão seja de sócios Benfeitores, seja de Beneméritos, seriam de iniciativa do presidente do Instituto, com justificativa por escrito e com a exigência de maioria de três quartos dos votos dos presentes para que fossem admitidos.

A primeira versão dos estatutos do IGHA, indicava em seu parágrafo único do artigo 4°, ser “ilimitado o número de sócios de qualquer categoria”[13], porém, a versão de 1968 estabelecia o número de sócios efetivos em 60, número que perdura até os dias de hoje. Para cada cadeira efetiva, essa versão dos estatutos também indica o nome de patronos, ou seja, personalidades “que se notabilizaram nas ciências de que se ocupa o INSTITUTO, ou que empreenderam notáveis efeitos em prol do progresso da terra amazonense” (ESTATUTO DO IGHA, 1968, p. 04).

É interessante notar que desde o início das atividades que levaram à criação do IGHA, a preocupação em destacar o aspecto científico da instituição sempre esteve presente, tanto entre os intelectuais que efetivamente o fizeram, quanto entre as personalidades políticas que presenciaram ou mesmo ajudaram na preparação e fundação do Instituto. Exemplo disso pode ser visto no primeiro número da revista

[13] Paragrafo único – art. 4°

do IGHA, onde desde a apresentação feita pela equipe de redação, passando pelos estatutos e discursos de autoridades e membros do corpo administrativo publicados naquela ocasião, é possível perceber o esforço em destacar esse aspecto de ser o IGHA uma instituição de caráter científico.

Na fala da redação da revista, o IGHA seria "o repositório de informes e estudos scientíficos". Uma entidade voltada para "o estudo, discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geographia, da História e das sciencias a ellas connexas", diziam os estatutos em seu primeiro artigo. Um "centro de cultura scientífica", discursava Hamilton Mourão na sessão solene de instalação do IGHA, representando o governador Pedro de Alcântara Bacellar. Bernardo Ramos, o primeiro presidente, também discursa e exalta o esforço intelectual na organização e criação de uma entidade de "reconhecido mérito scientifico" ao que Vivaldo Lima, o orador, completa colocando o surgimento do IGHA como semelhante ao "apparecimento, no horizonte, de um novo sol", imenso clarão que ilumina e afasta as sombras, para fazer reinar a esperança salvadora numa região as voltas com inúmeros problemas[14].

Diante do cenário de dificuldades que a cidade de Manaus e a região enfrentavam, os esforços de Vivaldo Lima, Bernardo Ramos, Henrique Rubim, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt e Agnello Bittencourt, membros da comissão organizadora do IGHA, fizeram emergir no cenário institucional pouco dinâmico da capital, uma instituição que seguiria o roteiro já estabelecido por suas congêneres em todo o país e, principalmente, pela representação mais destacada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro. Esse roteiro incluía para além da postura científica, uma estratégia de estabelecimento ou fortalecimento de relações sociais e políticas, que acabaram se mostrando fundamentais para o êxito das propostas dos institutos.

---

[14] As citações diretas aqui apresentadas dizem respeito à Advertência, aos Estatutos e aos discursos de Bernardo Ramos e Vivaldo Lima, fontes presentes no 1° número da Revista do IGHA. Especificamente em relação ao discurso de Vivaldo Lima, é importante mencionar que ele destaca a importância da criação do Instituto como um empreendimento capaz de oferecer respostas aos problemas enfrentados pela cidade e região, como quando se refere à agricultura amazônica, considerada por ele ainda em fase embrionária e razão pela qual a região não teria dado o salto de qualidade para passar da extração pura e simples ao cultivo sistemático, por exemplo, da seringueira, o que resultou nas dificuldades enfrentadas pela região quando da quebra do monopólio de extração da borracha natural com a produção asiática. O IGHA poderia trazer esclarecimentos e alternativas para essa situação num momento em que, para Vivaldo Lima, a cidade de Manaus estava "marchando a passos largos para ficar reduzida a um porto de lenha das embarcações fluviaes do Rio Negro" (Discurso na sessão solene de instalação do IGHA, em 13/05/1917).

No caso específico do IGHA, essa estratégia marcada pela manutenção de um capital de relações sociais e políticas, pode ser percebida desde os primeiros momentos em que a ideia foi ventilada e compartilhada pelos que compuseram a comissão organizadora do Instituto. Coincidência ou não, Vivaldo Lima, o grande idealizador, e o governador Pedro de Alcântara Bacellar, eram conterrâneos e amigos, ambos baianos e médicos de formação, embora Vivaldo Lima ostentasse formação em outras áreas do conhecimento, o que lhe conferia uma postura polígrafa, característica essa muito frequente entre as figuras que compunham o cenário intelectual da cidade de Manaus no começo do século XX e, mais especificamente, do momento em que o IGHA é fundado. Pode-se dizer que essa proximidade entre os dois, tenha criado um cenário de maiores facilidades para a criação e consolidação do Instituto.

> Naquele ano de 1917, um dos mais entusiastas daquele grupo que aspirava a fundação da entidade, era o Dr. Vivaldo Palma Lima, o qual conseguiu, do então Governador do Estado, apoio moral e financeiro para fundar e instalar o Instituto, inclusive um prédio próprio estadual, para a sede definitiva do mesmo (RAMOS, M.; RAMOS, J. 1965, p. 155).

Antes desse momento em que o governador cede 2 prédios para a instalação do Instituto, “prédios ns. 19 e 21, á rua de S. Vicente, de propriedade do Estado” (Decreto N° 1.191 de 19 de abril de 1917), as reuniões iniciais de preparação que envolveram o lançamento da ideia, a elaboração, apreciação e aprovação dos estatutos e sua fundação oficial, ocorreram sempre nas dependências de prédios públicos, como o Paço da Intendência Municipal, o Conselho Municipal de Manaus e o salão nobre da Assembleia Legislativa, local em que se deu a sessão solene de instalação do IGHA em 13 de maio de 1917. Ações como a assinatura dos decretos de aprovação dos estatutos e de concessão de prédios e a sansão da lei N° 897, de 24 de agosto de 1917 que considerou o IGHA entidade de utilidade pública, com certeza pesaram para o fato de o governador receber a homenagem que o reconheceu como presidente de honra da casa, enredo, aliás, muito comum entre as instituições de caráter semelhante ao do IGHA país afora.

Foi por meio de um capital de relações sociais e políticas que estas instituições foram definindo suas estratégias de ação, na busca pelo reconhecimento como um

lugar de fala oficial, a consagrar a produção de uma intelectualidade que, durante as primeiras décadas do século XX, não encontrava tantas possibilidades de atuação de maneira mais ou menos independente no mundo das letras. O cenário institucional não era muito dinâmico neste sentido e os espaços de atuação estavam limitados quase sempre ao magistério, à imprensa escrita, às atividades clericais, ao funcionalismo público e a participação na política.

Os institutos históricos então, a começar pela experiência pioneira do Rio de Janeiro ainda no século XIX, tiveram uma importância muito grande na constituição de um campo de produção cultural e, mais especificamente, de um campo de atuação intelectual dotado de relativa autonomia frente aos espaços sociais mais amplos, pelo menos até a criação e desenvolvimento dos primeiros cursos de ciências sociais do país, que tiveram no Rio de Janeiro e em São Paulo as experiências mais significativas no primeiro quarto do século XX.

2.3 Tateando espaços de afirmação

Anima-me essa esperança,
enquanto a desilusão não chega
Vivaldo Lima

A formação intelectual na Amazônia nas primeiras décadas do século XX, foi marcada pela tentativa de reflexão e equacionamento do problema da estagnação econômica, ocasionada pelo fim da exclusividade da exploração de borracha natural. Diante disso, quais os possíveis caminhos para essa formação intelectual de alguém que vivesse na Amazônia neste período? Que estratégias são assumidas no interior de um espaço relacional em vias de constituição, tal como o campo intelectual? Quais as armaduras institucionais capazes de investir os pretendentes aos postos intelectuais na cidade de Manaus do reconhecimento e da legitimidade necessárias para a estruturação de um discurso fundador da região, enquanto um espaço social e cultural?

Questões como estas nos remetem a dois caminhos possíveis de interpretação e análise das obras e estratégias adotadas por diferentes autores no interior de um universo de ação bem específico, construído e reconstruído, ininterruptamente, a partir de critérios relativamente autônomos frente à ordem social mais ampla, a

saber, o espaço social do campo de produção cultural e, dentro dele, do campo intelectual. O primeiro desses caminhos nos leva a uma análise internalista da questão, que nos permite considerar as estratégias e as obras produzidas pela intelectualidade no interior de uma intrincada intertextualidade, onde o aspecto das subjetividades dos autores, considerados como produtores simbólicos, exerce um forte peso elucidativo acerca do sentido buscado no processo criativo e que resultaria na obra em si e nas relações entre os autores. Compreender, interpretativamente, obras e estratégias que surgem a partir daí, seria uma tarefa a exigir do intérprete um mergulho profundo na leitura das próprias obras que, em sua autonomia e inter-relações, se bastariam a si mesmas, abrindo janelas de compreensão capazes de nos permitir o entendimento das relações que, por meio dessas obras, aproximariam ou distanciariam os autores.

Por sua vez, a segunda via de interpretação que considera o peso do contexto social mais abrangente no processo de fatura das obras e na adoção das estratégias dos autores, nos encaminha para uma rota de análise externalista, onde as subjetividades estariam submetidas à uma objetividade imperativa, a lhes determinar os fundamentos e de onde precisaríamos partir para entendermos os elementos em jogo no processo de produção intelectual em todos os seus aspectos. Nessa perspectiva interpretativa, um texto, por exemplo, só poderia ser entendido na sua relação com um contexto social, econômico e cultural mais abrangente e as escolhas e estratégias adotadas pelos autores responderiam também a esse imperativo. Isso, é claro, se pensarmos numa perspectiva pragmática de apostas realizadas no interior de um campo, com vistas a obtenção de algum ganho imediato ou futuro por parte do apostador.

Na Manaus do início do século XX, mais especificamente na década em que o IGHA surge como um espaço possível para a atuação da intelectualidade local, esse imperativo da ordem social se daria pela necessidade da busca por alternativas para a situação de crise. As escolhas feitas pelas elites dirigentes em Manaus e no Amazonas, quando os lucros da borracha permitiam sonhos mirabolantes e pareciam não ter fim, encapsularam a região, não permitindo com que a vantagem na produção da borracha frente ao país e ao mundo, pudesse se transformar, no pós-borracha, em vantagens políticas capazes de soerguer a região do marasmo econômico em que ela mesma se colocou, quando atendeu apenas as ilusões do mercado internacional.

Neste sentido, pensar nos esforços que levaram a fundação do IGHA e em toda a produção que emergirá de seu interior nessa perspectiva externalista, significa entende-la unicamente como resultado de um esforço por oferecer respostas urgentes, no plano intelectual, às necessidades impostas pela realidade social, ela própria a indicar uma temática e uma rota de equacionamento. Estratégias e obras surgidas neste cenário, seriam respostas mecânicas ao peso de um contexto de crise visto que, quando o apogeu da borracha não permitiu outra coisa a não ser o deslumbramento, a ideia de fundação de uma instituição como o IGHA, com a missão de preencher lacunas e de ser a esperança salvadora capaz de reconfortar os espíritos, como disseram respectivamente Bernardo Ramos e Vivaldo Lima na sessão solene de instalação do Instituto, a fundação de uma instituição nestes moldes estava sendo dito, não só não foi ventilada, como instituições de caráter científico e cultural anteriores ao IGHA, já haviam sucumbido ou estavam em vias de enfraquecimento diante da débâcle.

Foi durante os anos de crise, portanto, quando já se tinha no horizonte de um passado próximo a saudade do museu botânico do Amazonas e quando a Escola Universitária Livre de Manaus também sentia o peso das dificuldades, que o IGHA foi pensado como um instituto de pesquisa "meticuloso e sério de todos os assuntos que se relacionam ao momento histórico do Amazonas"[15]. Antes disso, a ordem social mais ampla impunha outros conteúdos e outras perspectivas analíticas para a intelectualidade em busca de posições de atuação e de onde pudesse proferir seus discursos. Isso se considerarmos a via da análise externalista como dito acima.

> Por que [...] o IGHA surge apenas em 1917? Uma razão poderia ser a existência, desde 1909, da primeira universidade brasileira, a Universidade de Manaus, que ocuparia o seu lugar, até a sua progressiva decadência, com o fim do comércio da borracha. Nos demais Estados, os Institutos surgem mais cedo. Desde que o Museu Botânico de Barbosa Rodrigues fora fechado, nenhuma outra instituição científica havia sido criada em Manaus, exceção à Universidade, cujos objetivos não eram exatamente voltados para a pesquisa" (COSTA, 1997, p. 186).

[15] Trecho do discurso de Hamilton Mourão, Secretário de Estado e representante do governador Pedro de Alcântara Bacellar, na sessão solene de instalação do IGHA em 13 de maio de 1917, publicado na revista N° 1 do IGHA no mês de junho de 1917.

Se pensarmos pela outra via, da interpretação internalista, a fundação do IGHA, as estratégias dos que estiveram diretamente envolvidos nesta empreitada e as atividades ali desenvolvidas desde o março de 1917, seriam ações que revelariam as capacidades subjetivas de todos os envolvidos em captar os sinais dos tempos e, a partir daí, construir uma trajetória intelectual a certa distância das imposições da ordem social mais ampla. Os intelectuais ligados ao IGHA, boa parte deles marcados por uma postura polígrafa, atuariam de modo a estruturar um universo que, se não estivesse totalmente desconectado da realidade social de sua época, também não estaria à mercê de suas imposições, definindo suas ações a partir do que viesse de fora. Eis que surge então o IGHA, como tentativa de se tornar um espaço social relativamente autônomo e dotado de regras próprias de funcionamento, recrutamento, reconhecimento e consagração.

Pensar a partir dessas duas possibilidades interpretativas, as análises externalista e internalista, nos coloca diante das reflexões de Bourdieu (2004), acerca dos estudos das obras culturais, que nos propõe um caminho capaz de equacionar os dois polos, ou seja, o entendimento da obra enquanto texto e da obra enquanto contexto, localizando os autores das obras, os responsáveis pela sua fatura e execução efetiva, no interior de um universo social capaz de operar uma mediação entre as subjetividades destes mesmos autores e a objetividade do universo social mais amplo, a imprimir a sua força sobre o processo de ensimesmamento que resultaria na produção das obras.

Essa ideia de universo social se fundamenta na noção campo, espaço social como outro qualquer, porém dotado de uma relativa autonomia e que se constitui a partir de leis específicas de funcionamento. É assim que os aspectos internos e externos em jogo no exercício de interpretação das obras, se conjugam a partir da intermediação do próprio campo que, com sua lógica e com as posições internamente assumidas pelos autores, filtra as pressões externas e as retraduz de maneira a manter e fortalecer seus próprios mecanismos de funcionamento, seja este o campo artístico, intelectual, da moda ou qualquer outro espaço social assim constituído.

Seguindo esse caminho sugerido por Bourdieu, a interpretação de uma obra não cederia nem tanto ao texto, nem tanto ao contexto, mas deveria procurar localizar autores e instituições que atuam diretamente no processo de leitura e entendimento da realidade pela via da produção simbólica, seguindo as regras

específicas do campo aos quais estivessem ligados. É a partir deste campo que tais autores e instituições percebem a realidade, amparados por uma certa tradição de entendimento reconhecida como legítima e que opera como filtro das pressões externas, a partir de um sistema de relações objetivas entre os membros do campo.

> Para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] entre estes dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe [...] que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo campo literário, artístico, jurídico ou científico [...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Nesta perspectiva, a fundação do IGHA pode ser pensada, a um só tempo, como uma tentativa de um conjunto de intelectuais sem muitas opções institucionais para a construção de uma carreira no mundo das letras, de criação de um universo com regras próprias de funcionamento, um campo social relativamente autônomo na Manaus do início do século XX, e também como uma resposta destes mesmos intelectuais no campo da cultura, aos problemas que passaram a afetar a cidade e a região, a partir do momento em que o sopro do fastígio da borracha começou a dar sinais de enfraquecimento, anunciando os dias difíceis do abandono da região pelo capital internacional, quando da entrada em cena da produção da borracha cultivada na Ásia.

O cenário de possibilidades profissionais disponíveis à intelectualidade manauara estava restrito, sobretudo à imprensa, ao magistério ou a própria participação no mundo da política, coisa, aliás, que muitos dos intelectuais ligados ao IGHA vivenciaram. Neste sentido, fazer parte e atuar nas fileiras do Instituto, uma instituição capaz de valorizar o potencial individual de cada membro para o diagnóstico da realidade, seria uma forma de garantir mais um espaço por onde transitar, tendo a disposição até mesmo uma revista trimestral que publicaria “trabalhos dos sócios, as actas (sic) das sessões do Corpo Administrativo e da Assembleia Geral, outros trabalhos que forem julgados dignos de publicação [...] e

um noticiário do que houver [...] de mais importante no Estado, no Paiz (sic) e no exterior sobre os assuntos atinentes aos fins do INSTITUTO”[16].

Tratar-se-ia de um esforço por pavimentar uma estrada capaz de levar, senão a construção, pelo menos ao fortalecimento de um campo de produção cultural na cidade de Manaus, um espaço social dotado de relativa autonomia frente à ordem social mais ampla e de onde emergiriam discursos dotados da capacidade de (re) inventar a região num cenário econômico e político que não inspirava grandes esperanças. Através do IGHA, uma instituição pensada e posta em prática por um grupo de intelectuais e reconhecida pelas autoridades locais do Estado como uma instituição de utilidade pública, seria possível pensar, pelo menos no plano da cultura e das letras, caminhos que permitissem a superação das dificuldades enfrentadas pela região.

Desde os primeiros esforços que culminariam na elaboração dos Estatutos e, a partir daí, de todo um conjunto de ações e de responsabilidades internas, o IGHA e todos os seus sócios, tomarão para si o trabalho de esquadrinhar a região ao nível do pensamento, produzindo uma série de trabalhos que seriam publicados em sua revista e que, a partir de temáticas muito variadas que envolviam questões de limites interestaduais e estudos históricos e culturais, foram se transformando em uma fala oficial na tentativa de contribuir para o soerguimento de uma cidade e de uma região as voltas consigo mesmas, numa situação de crise econômica e com pouco ou quase nenhum capital político acumulado para se fazer forte frente as demais regiões do país, principalmente a região sudeste, de onde sopravam novos ventos políticos e produtivos que logo deixariam regiões como a Amazônia e o Nordeste em maus bocados, em se tratando dos processos decisórios da nação.

A verdade é que durante o período áureo da exploração da borracha natural, a Amazônia viveu uma relação de proximidade com setores do mercado europeu e norte americano interessados no produto, e que possuíam tecnologia para o seu beneficiamento em escala industrial. “Havia um impulso modernizador no ar [...] Esse impulso [...] tem a Inglaterra como paradigma.” (PENNINGTON, 2009, p. 99). Foi assim que Manaus e Belém se tornaram as cidades vitrines para onde acorriam pessoas, produtos e serviços em consequência da riqueza advinda da exploração das estradas de seringa, num movimento de autossuficiência e quase de arrogância

[16] Estatutos do IGHA – Título VI, Capítulo II, Art. 68.

em que os barões do látex negociavam em outras línguas que não o português, sem qualquer preocupação com um futuro a longo prazo, encantados que estavam com um presente de opulência.

> Os navios [...] partiam e chegavam, principalmente, do porto de Liverpool [...]. Um rol de mercadorias com destino a Manaus, datado de 1899, mostra os seguintes produtos: algodão, chapas de ferro galvanizado, chapas de chumbo, maquinaria para chaminés, óleo lubrificante, tijolos refratários, bigornas, forjas, presunto, canetas (penas), ferragens, óleo de linhaça, espoletas e caixas de armas de caça (PENNINGTON, 2009, p. 89).

Quando as coisas mudaram, as cidades vitrines se viram como que perdidas no labirinto de piques percorridos pelos seringueiros e sem peso político para se fazer firme num cenário nacional que não considerava a região em pé de igualdade com os processos em curso no sudeste do país. Instala-se a crise já nas primeiras décadas do século XX e os anos vindouros se encarregariam de dificultar ainda mais as coisas, não apresentando senão lampejos de possíveis recuperações, sem que nunca mais o esplendor proporcionado pelo comércio da borracha viesse a ser experimentado de novo.

Era preciso então, repensar os caminhos da região neste cenário de extremas dificuldades e os intelectuais que se reúnem em torno da ideia do IGHA incorporam essa responsabilidade. Ao fundarem a instituição, acabam por contribuir, intencionalmente ou não, para a estruturação de um campo de produção cultural na cidade de Manaus, um espaço de fala oficial muito próximo do poder político local, porém, dotado de alguma autonomia para que, internamente, seus associados pudessem forjar mecanismos específicos de reconhecimento e consagração de posturas e obras.

Ao menos ao nível simbólico, a região amazônica precisava ser reinventada e o IGHA atuará como o espaço institucional de onde emergirão os discursos responsáveis por essa tarefa. Sob os auspícios do governo do Estado e com a definição de regras internas, o Instituto foi aos poucos se transformando em um lugar de fala legitimado e reconhecido, onde seria possível a realização de investimentos no campo da cultura que, num curto prazo, pudessem se transformar em um volume de capital simbólico capaz de garantir a seus participantes uma

posição de prestígio, em se tratando da tarefa de pensar e repensar a região e seus problemas imediatos.

No cenário de parcos espaços com essas características e possibilidades, a fundação do IGHA passa a despontar como uma iniciativa de grande impacto para a constituição de um campo de produção cultural na cidade de Manaus. A exemplo do que já havia ocorrido no Rio de Janeiro com a fundação do IHGB e de outros institutos congêneres em outras partes do país, o IGHA passa a congregar a intelectualidade local que se autoatribui a responsabilidade por pensar a região em todos os seus aspectos, mas sobretudo a partir da geografia e da história, ressaltando suas especificidades para colocá-la no concerto dos discursos forjados em outras regiões do país e, eles também, autorizados por mecanismos específicos para atuarem como vozes legitimadas e legitimadoras de suas próprias identidades. Dessa maneira, “a noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse mecanismo dotado de suas leis próprias (BOURDIEU, 2004, p. 20).

A fundação do IGHA em 1917 contribui, portanto, para a constituição de um campo de produção simbólica cuja relativa autonomia frente à ordem social mais ampla e, especificamente, frente ao campo do poder, proporciona ao conjunto da intelectualidade polígrafa de Manaus, um espaço de atuação que lhes consagre posições e lhes reconheça os discursos como representações legítimas acerca da região. Pode-se dizer, na verdade, que tais representações acabam por (re) inventar a região em bases um pouco diferentes daquelas que vigoravam até o momento em que a crise se instalou.

Manaus já tinha vivido a experiência do museu botânico e da primeira universidade brasileira, dentre outras iniciativas de caráter científico. Viveria ainda outras para além do IGHA, como foi o caso do surgimento da Academia Amazonense de Letras (AAL), pouco menos de um ano depois. Cumpre-nos aqui, destacar o papel do Instituto enquanto um microcosmo social dotado de um conjunto de regras específicas que recaem sobre todos os seus integrantes. Uma lógica interna que os aproxima e os distancia, seja internamente em se tratando das diferentes posições que cada agente assume no interior do campo, seja externamente, pela maneira como filtra ou retraduz as pressões exteriores (BOURDIEU, 2004).

> É a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que determina o que eles podem e não podem fazer [...] é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta [...] suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos [...] o que diz ou faz um agente engajado num campo [...] se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos "de onde ele fala", [...] em vez de nos contentarmos em nos reportar ao lugar que supostamente ele ocupa no espaço social global (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Usando de um capital de relações sociais (SCHWARCZ, 1993), os agentes que estiveram diretamente envolvidos nos processos iniciais que culminaram com a fundação do Instituto, souberam capitanear as vantagens oriundas das relações de proximidade com o campo do poder, na ocasião o primeiro escalão do governo do Estado, para por em prática a ideia de fundação de uma instituição de caráter científico, que contemplasse as preocupações de uma intelectualidade preocupada com os rumos da cidade de Manaus e da região como um todo.

> No interior desse espaço marcado por uma teia de relações pessoais, outro aspecto comum se sobressaía: o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado [...] formando um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade de corte. [...] uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais (SCHWARCZ, 1993, p. 133-4).

Parte significativa da força que permitiu com que o IGHA pudesse dar os primeiros passos enquanto instituição, para além da importante iniciativa dos intelectuais, veio da participação direta do governo do Estado, através do governador Pedro de Alcântara Bacellar que oferece algumas condições materiais indispensáveis para o desenvolvimento de seus primeiros atos enquanto instituição formal, como o foram o reconhecimento de seus estatutos e a cessão dos prédios onde até os dias de hoje o Instituto desenvolve suas atividades. Não que essa ação do governador sirva para diminuir a imagem do IGHA no processo de constituição de um campo de produção simbólica na cidade de Manaus no início do século XX, nem que venhamos a interpretar a atitude dos fundadores como uma iniciativa eminentemente subjetiva, ação de mentes iluminadas que se aproveitam da situação para engrandecer seus próprios currículos e garantir algumas benesses pessoais.

> Esta respeitável associação scientifica, creada sob os auspícios do Governo do Estado, esta [...] installada a rua São Vicente [...]. Achando-se o edifício quase em ruínas, não tendo o Instituto recursos para os necessarios reparos, e attendendo a tratar-se d'uma Sociedade que apenas começa e que virá a prestar grande serviços ao Amazonas, resolvi deferir a solicitação que me fez o seu ilustre Corpo Administrativo, mandando fazer as respectivas obras, mediante concorrência publica. Hoje, esses concertos e algumas adaptações necessárias estão concluídos, ficando o prédio livre da ruína a que, fatalmente, chegaria. [...] É justo também que lhe seja concedido um auxilio annual desde que a Associação é um Corpo Consultivo destinando-se ao estudo e solução de problemas de capital interesse publico[17]

O que se quer com essa linha de raciocínio, é mostrar que os agentes envolvidos nesse processo, pelo lado do IGHA, buscaram uma espécie de aproximação distanciada com o campo do poder, ou seja, fizeram uso de seu capital de relações sociais para o estabelecimento de um universo em que pudessem atuar de maneira mais ou menos autônoma, em se tratando dos assuntos ligados as áreas de geografia, história e ciências correlatas. Por um lado, vemos o amparo do Estado, por outro, o empenho e as capacidades individuais inicialmente, e depois coletivas, de um grupo de intelectuais que se esforçavam, a partir dos referenciais teóricos disponíveis nas áreas de que se ocupam, para compreender a realidade na qual viviam.

Fortalecendo um capital de relações sociais e definindo uma lógica interna muito específica, capaz de colocar lado a lado critérios científicos e determinantes sociais, o IGHA vai se transformando num espaço de reconhecimento e consagração de posições e discursos da intelectualidade que o constitui. Torna-se um lugar de fala, lugar de conhecimento e reconhecimento que se efetiva na relação entre os seus pares-concorrentes (BOURDIEU, 2004), na tarefa diuturna pelo estabelecimento de representações acerca da realidade.

> Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa [...] sobre o reconhecimento de uma competência que, para alem dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis

[17] Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa, na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, governador do Estado a 10 de julho de 1918, p. 88-89.

> que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema (BOURDIEU, 2004, p. 27).

A proximidade com o campo do poder resulta do pouco grau de autonomia experimentado pelo campo intelectual que, enquanto campo, estava ainda em formação nas primeiras décadas do século XX na cidade de Manaus. As iniciativas pensadas anteriormente neste sentido, haviam sofrido interrupções justamente pelo fato de o campo intelectual, como espaço de produção simbólica, ainda não ter atingido um estágio de desenvolvimento que lhe permitisse caminhar com suas próprias forças, a partir de sua própria lógica, ficando com isso a mercê da dinâmica do jogo político ou econômico, como ocorreu, por exemplo, com os casos do Museu Botânico e da Universidade de Manaus.

É claro que não foi o IGHA que resolveu de uma vez por todas essa situação, nem tampouco as experiências anteriores devem ser desconsideradas pelo fato de não terem logrado êxito nesse processo de construção da autonomia da esfera intelectual frente à ordem social mais ampla. Pode-se dizer que todos os esforços anteriormente postos em prática já estavam lançando as bases para que no futuro um campo de produção cultural e, dentro dele, o campo intelectual pudesse representar para os produtores de bens simbólicos na cidade de Manaus, uma realidade capaz de permitir sentido e reconhecimento às suas ações.

Grande parte dos intelectuais ligados ao IGHA desde o processo inicial de sua concepção até a sua fundação e consequente desenvolvimento de atividades, já vinham construindo uma carreira política na cidade de Manaus e, portanto, já guardavam certa intimidade com o campo do poder e com toda a gama de relações estabelecidas entre os agentes políticos. Quando se reúnem em torno da ideia do Instituto, já estão, portanto, imbuídos de um volume de capital político que lhes permite, a partir de um ponto de vista científico-cultural, estreitar ainda mais essas relações e estabelecer mecanismos de refração das pressões externas, num processo de autonomização da esfera de atuação intelectual.

Em que pese essa proximidade em relação aos agentes ocupantes dos cargos políticos e as relações sociais figurarem ao lado das capacidades científicas no leque de critérios para a incorporação de associados, os intelectuais do IGHA conseguiram estabelecer uma lógica própria ao modelo a que se propunham criar em 1917. Redigiram seus estatutos e estabeleceram as condições de admissão e de

funcionamento para que, daquele momento em diante, pudessem orientar as ações de seus integrantes a partir de seus próprios mecanismos objetivos de regulação.

Dessa maneira, com critérios próprios de organização, reconhecimento e consagração de seus integrantes, o IGHA vai tateando espaços de afirmação no cenário institucional da cidade de Manaus a partir de 1917. Por meio de uma dinâmica que cada vez mais vai priorizando critérios científicos e culturais em lugar de posições ou relações políticas, o Instituto trilha um caminho próprio ao mesmo tempo em que contribui para dar prosseguimento ao processo de constituição de um campo de produção cultural dotado de uma autonomia relativa frente à ordem mais ampla da sociedade, na medida em que mantém com esta uma relação de proximidade-distanciamento, ou seja, sem que as ações dos agentes resultem em respostas diretas às determinações exteriores, e sem que tais determinações sejam totalmente desconsideradas de todo o processo, mas percebidas e filtradas por mecanismos específicos ligados ao jogo do campo intelectual (BOURDIEU, 2004).

Importantes mecanismos que exemplificam esse processo de construção da autonomia do campo no caso específico do IGHA, são a organização de diferentes comissões internas de trabalho e a ideia de organização e publicação de uma revista do Instituto, iniciativas capazes de oportunizar aos intelectuais envolvidos com a casa, um espaço para a demonstração de suas habilidades no mundo das letras, algo que passava a contar com o reconhecimento por parte dos próprios pares integrantes do jogo, a partir das condições colocadas pelo próprio jogo. Participariam das comissões e publicariam na revista, os sócios que, seguindo os critérios estatutariamente definidos, demonstrassem conhecimento nas duas grandes áreas a que o Instituto se ocuparia, a geografia e a historia, bem como áreas a elas correlatas.

Atualmente o Instituto conta com nove comissões permanentes, mas os estatutos de 1917 apontavam a existência de quinze comissões, compostas por três membros cada uma e com os nomes aprovados na assembleia de fundação em 25 de março daquele ano, todos, inclusive, indicados pelo governador a exemplo do primeiro corpo administrativo da casa. Cada comissão, bem como cada cargo do corpo administrativo, tem suas responsabilidades definidas nos Estatutos, estabelecendo-se, com isso, uma lógica de atuação interna que vai enquadrando as ações dos associados num processo de autonomização frente aos espaços mais

amplos de vivência. Se os nomes do primeiro corpo administrativo e das comissões foram indicados pelo governador, a partir de então, a dinâmica seria outra.

O caráter das atividades fica mais introspectivo e vai surgindo uma atmosfera de campo com certo distanciamento em relação às pressões externas, com a intenção de movimentar os associados através da realização de eventos científicos como conferências, exposições, congressos, realização de viagens para levantamento de dados acerca dos assuntos que lhes digam respeito, organização de museus, bibliotecas e a edição da revista periódica. Vale ressaltar que, a admissão de novos membros, exigia que o candidato pudesse "apresentar [...] um trabalho seu próprio sobre geografia, história ou sciencias connexas ou ter publica e reconhecida competência nellas, attestada por cinco sócios" (Estatutos do IGHA, Seção II, parágrafo 2°). Além disso o nome do candidato deveria ser apresentado por dois ou mais sócios, obter parecer favorável da 1ª comissão do Instituto, que tratava da sindicância, redação de estatutos, regimentos e regulamentos, responsável por tal análise, não receber impugnação por parte do orador para somente a partir daí, tivesse o nome submetido e aprovado por maioria de votos na assembleia em que tal situação ocorresse.

No entanto, é preciso que se diga que, mesmo com essa iniciativa interna de criação de uma lógica específica de atuação, o distanciamento ou a autonomia frente à ordem política não se dá de maneira tão efetiva. Uma vez que os mesmos estatutos que estabeleciam o conjunto das regras a orientar as atividades dos sócios, também faziam questão de registrar que tão logo o Instituto "obtenha o necessário auxilio dos poderes públicos, organizara a carta geral e a cadastral do Estado, escreverá a geografia geral do Amazonas e a sua História desde os tempos pré-históricos" (Estatutos do IGHA, Seção II, parágrafo 2°). Mais do que nunca a ideia de autonomia relativa deve ser destacada, estando o campo em posição de tranquilidade para construir seus próprios passos, mas nunca perdendo de vez o contato com a realidade mais ampla que lhe oferece pressões, ao mesmo tempo em que oportuniza a possibilidade interna do desenvolvimento dos mecanismos necessários para a realização da filtragem dessas mesma pressões.

> Quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira etc.) e as

> pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões; para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações (BOURDIEU, 2004, p. 32).

No interior de um campo, ocorre uma luta que põe em jogo o volume de capital acumulado por cada agente participante desse campo. No caso do campo de produção cultural de maneira mais genérica, e dos campos científico e intelectual, mais especificamente falando, esse capital representa o conjunto de ganhos, materializados sob a forma de distinções, reconhecimento e consagração, acumulados por cada agente no desenvolvimento das atividades ligadas a função ocupada no interior deste mundo social específico.

Do interior do espaço relacional que é o campo intelectual, os agentes sociais aí localizados empreendem um processo de aproximação com a realidade mais ampla e marcada por diferentes frentes de sociabilidade. A partir da lógica interna ao campo e olhando a partir dele, elaboram representações acerca do mundo, não apenas criando, mas em alguns casos, recriando a própria realidade representada no nível do discurso.

> Trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação [...] dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (FOUCAULT, 2008, p. 36-7).

Já nos referimos ao fato de que o distanciamento entre o campo intelectual e a ordem mais ampla da vida social em todos os seus segmentos, não ocorre de maneira definitiva, como que a purificar corações e mentes dos agentes intelectuais dedicados à tarefa de representar a realidade e constituir uma rede de conversação entre diferentes representações que vai, pouco a pouco, firmando estratégias de reconhecimento de posições e discursos. Esses agentes são afetados por todos os tipos de pressões sociais do mundo lá fora, uma vez que os campos se interpenetram. No entanto, ao invés de simplesmente sucumbirem a tais pressões e terem suas ações condicionadas pela força externa, eles percebem essa força a partir dos mecanismos específicos de apreensão do campo de que fazem parte.

> Acreditamos que o indivíduo enquanto tal só pode ser compreendido através de sua participação numa multiplicidade de agrupamentos, alguns dos quais coordenados e outros superpostos ou mesmo em conflito. O que torna o indivíduo sociologicamente relevante não é seu comparativo desvinculamento da sociedade, mas seu envolvimento múltiplo. O processo de individualização tem lugar no próprio processo através do qual o indivíduo se identifica com grupos superpostos e conflitantes (MANNHEIM, 2012, p. 86).

É dessa maneira que os agentes sociais que compõem o campo intelectual, articulam um conjunto de representações acerca da realidade que, sendo operacionalizadas a partir do campo e reconhecidas pelos dispositivos próprios de reconhecimento inerentes ao campo, inventam ou reinventam essa mesma realidade numa intrincada rede de discursos que, ao mesmo tempo em que são postos em rota de colisão, sendo diversas falas sobre o real, se afirmam exatamente a partir desse conflito polifônico que funciona como crivo, cada discurso ou cada voz individual alimentando a realidade de grupo capaz de reconhecer e de consagrar posições.

> Aquilo com que se defronta no campo são construções sociais concorrentes, representações (com tudo o que a palavra implica de exibição teatral destinada a fazer ver e a fazer valer uma maneira de ver), mas representações realistas que se pretendem fundadas numa “realidade” dotada de todos os meios de impor seu veredito mediante arsenal de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação coletivamente acumulados e coletivamente empregados, sob a imposição das disciplinas e das censuras do campo e também pela virtude invisível da orquestração dos *habitus* (BOURDIEU, 2004, p. 33-4).

Participar do universo de um campo social específico, significa aderir ao conjunto de regras que orientam e fundam um habitus e um modus operandi dentro dos limites de atuação deste campo. É o grau de refração do campo quanto às imposições e pressões externas que definirá as maneiras pelas quais este campo dialoga com o mundo lá fora, estruturando posições internas de onde sairão as representações sobre esse mundo. Quanto mais bem definidos estiverem os mecanismos internos contra as intrusões (BOURDIEU, 2004), menos dependente será o campo dos mecanismos de produção e reprodução cujas fontes encontram-se em outros universos de sociabilidade.

No momento em que o IGHA é fundado, um campo de produção cultural com estas características de autonomia ainda não existia, o que fez com que as experiências pensadas em termos da produção de bens simbólicos, ficassem na dependência das forças econômicas ou políticas para que fossem operacionalizadas com algum sucesso. Foi assim com o caso do Museu Botânico, que pereceu pelo desinteresse político, e com o caso da Universidade de Manaus que, embora tenha realizado feitos de destaque, enfrentou dificuldades diante da crise da borracha, a ponto de quase deixar de existir.

O IGHA não passa incólume por essa realidade de pouca autonomia de um campo de produção simbólica, estando desde o seu início diretamente ligado às forças políticas locais como condição para que pudesse não apenas existir formalmente, mas por em prática um conjunto de ações que, ao menos no plano das representações, pudessem contribuir para melhorar a imagem de uma região as voltas com uma penúria econômica e em posição desvantajosa no cenário mais abrangente das decisões políticas do país. Se teriam sido as escolhas políticas que colocaram a região em maus bocados, não garantindo algum poder de barganha nos cenários futuros em que a região Sudeste passaria a assumir posição destaque nos processos decisórios da nação, o momento agora seria o de acionar as habilidades intelectuais de modo a articular falas criadoras locais ao conjunto de outras representações acerca do país, considerando, por exemplo, os processos que seriam responsáveis pela redefinição das matrizes produtivas nacionais, centradas cada vez mais, em atividades econômicas diferentes daquelas até então praticadas e priorizadas pela região amazônica.

Não se trata aqui de diminuir ou desqualificar a importância da concepção e fundação do IGHA, pela aproximação que os intelectuais envolvidos com essa ideia articularam com as forças políticas da cidade de Manaus. Diante das dificuldades impostas pela inexistência de um campo autônomo, a estratégia usada pelos fundadores seguiu o mesmo roteiro de instituições semelhantes pelo país, com vistas à construção de um espaço de atuação intelectual, num cenário pouco dinâmico em se tratando de possibilidades para esse tipo de ocupação.

Todas as preliminares que culminaram com a fundação do IGHA, bem como boa parte do que ocorreu no momento posterior a sua fundação, se deram em espaços institucionais ligados ao poder político, como os espaços da Intendência Municipal de Manaus, hoje Câmara Municipal. Poderiam muito bem ter ocorrido em

outros ambientes, no entanto é na proximidade com o poder político, utilizando os espaços públicos a ele associados, que a ideia do IGHA vai ser apresentada para a sociedade local, como que a investi-la da importância necessária para garantir respeitabilidade ao projeto em andamento.

Neste sentido, a aproximação com o campo político, entendido enquanto campo do poder, tratou-se de uma estratégia de que lançaram mão os intelectuais para levar adiante a ideia de fundação de uma instituição destinada ao "verdadeiro conhecimento dos fatos desta região"[18]. O capital de relações sociais e políticas que estes intelectuais já tinham acumulado no cenário do poder local, é posto em jogo para fortalecer a ideia do IGHA como um espaço de atuação em que fosse possível a realização de investimentos simbólicos no campo da cultura. As redes de relações em torno destes intelectuais, muitos deles com largo trânsito nas administrações municipal e estadual, são amplas o bastante para permitir o amadurecimento e a efetivação da ideia de fundação de um lugar de fala oficial sobre a cultura local, produzindo conhecimento na medida em que as vozes que daí se levantam são reconhecidas como capazes de legislar acerca da realidade representada.

Mesmo com toda essa aproximação, digamos assim, entre os campos político e intelectual, no caso aqui tratado, não faltaram momentos em que não houvessem posições lastimosas em relação às dificuldades para por em prática as ações pensadas por seus idealizadores. Ainda que considerado pelas fileiras do poder político como entidade da mais alta importância, capaz de contribuir para o desenvolvimento das riquezas do Estado e, por conseguinte, do seu progresso, dessa forma entidade de utilidade pública primeiro para o governo estadual e depois para o governo municipal, o IGHA sentia os efeitos da inconstância do apoio prometido pelas instâncias do poder político e Anísio Jobim, que seria seu presidente na década de 1940, assim se lamentava:

> Não obstante o enthusiasmo e a bôa vontade destes ilustres cidadãos, o Instituto cahiu num profundo desanimo. Os sócios deixaram de se reunir; e não se effectuaram mais as suas ruidosas sessões solennes. Tinha uma vida hibernal. Sobretudo escasseavam os meios. A douta associação não dispunha de rendimentos para as suas despezas. As subvenções concedidas pela Municipalidade não eram pagas. O desanimo foi aos poucos se apoderando desse organismo scientifico. [...] com os pequenos recursos obtidos, graças a

[18] Nota de abertura da RIGHA, Anno II, Volume II, Números 1 e 2.

> boa disposição dos elementos officiaes, especialmente o Sr. Capitão Nelson de Mello, digno e honrado Interventor Federal, a illustre associação poude levantar-se e prosseguir na sua finalidade (JOBIM, 1934, p. 160).

O mesmo capitão interventor tomaria ainda outra atitude considerada de relevo por Jobim, doando um prédio para que a Academia Amazonense de Letras pudesse se instalar definitivamente. Nos anexos da obra, o autor apresenta o *Acto* N° 3.708 da Interventoria, que formalizou a doação em 05 de junho de 1934, e, entre os seus *considerandos* preparatórios para a resolução, o *acto* destaca a Academia como "a maior expressão da cultura intellectual do Estado, [...] representa [...] a mentalidade amazonense [...] considerando que ao governo cumpre estimular a inteligência e prover o engrandecimento moral e espiritual da collectividade".

Aos poucos, ainda que pese bastante a participação do poder político local na realização das atividades do IGHA, haja vista que seus Estatutos indiquem que a casa atuará "sob os auspícios do Governo do Estado"[19], os agentes envolvidos vão tratando de estabelecer o refinamento social seletivo (MANNHEIM, 2012) necessário, fazendo com que o Instituto viesse a desempenhar um importante papel no desenvolvimento de um campo de produção cultural relativamente autônomo na cidade de Manaus e na região como um todo, reconhecendo as representações sobre a região que ai são forjadas e consagrando os nomes dos intelectuais responsáveis por tal tarefa, a partir das posições assumidas em seu interior.

> Tudo que pareço inventar eu vivi, senti, seja em mim mesma, seja nos personagens criados pela minha fantasia ou nascidos do meu inconsciente – seja na observação de tantos anos das pessoas e das coisas, humanas, sociais, culturais. Estão também em todos os livros lidos, os filmes assistidos, as reportagens vistas [...]. Assim também minha visão do tempo [...] que procuro aproximar da realidade. Embora eu diga seguidamente que a realidade não existe: cada um de nós inventa a sua (LUFT, 2014, p. 121).

Mesmo que a primeira versão dos estatutos considerasse a moralidade e os bons costumes como condições para a aceitação de novos membros e que a proximidade com o campo do poder tenha sido uma marca desde a fundação do IGHA, as regras do jogo vão sendo pensadas internamente e os critérios buscarão

[19] Estatutos do IGHA, Disposições Preliminares, Art. 1°.

valorizar as capacidades no campo da cultura, com o pronunciamento de um trabalho produzido pelo candidato nas áreas a que se destina o Instituto, em sessão solene especificamente convocada para tal. Além disso, os Estatutos fazem com que os sócios efetivos fiquem obrigados a "submetter (sic) ao juízo do Instituto todos os trabalhos de suas especialidades, destinados á (sic) publicação ou vulgarização"[20], refinando, com isso, os mecanismos pelos quais as falas são reconhecidas, ainda que o peso do contexto possa ser verificado com a adoção de determinados temas e referenciais de análise que, de alguma forma, possam oferecer respostas às demandas colocadas pelas situação social vivida como, por exemplo, as questões de limites entre os estados, para citar somente uma das temáticas abordadas nas revistas, e que ocupou a quase totalidade do primeiro volume publicado em 1917.

> Os mecanismos de intermediação existentes entre as "obras" e as condições sociais e institucionais de sua produção é que devem ser priorizados enquanto elementos centrais de entendimento. São estes ambientes que explicitam o ambiente social singular a partir do qual emerge todo um "sistema classificatório" acerca da produção cultural (PAIVA, 2002, p. 18).

Sentindo-se capazes de diagnosticar a realidade na qual estão inseridos e sofrendo todos os efeitos que daí decorrem, os agentes envolvidos com a tarefa de criação do IGHA, percebem a demanda colocada ao campo da cultura pela situação de crise e, diante das poucas possibilidades institucionais de atuação autônoma, se mobilizam para fazer emergir no coração da província, um espaço em que seja possível convergir capacidades intelectuais e relações sociais, capital intelectual e capital político, no processo de afirmação de um campo social, como é o campo intelectual, a integrar o campo mais abrangente da produção de bens simbólicos e culturais.

Vivaldo Lima, Bernardo Ramos e Agnello Bittencourt, dentre outros que depois das preliminares seriam agregados ao projeto do IGHA, vislumbraram diante da realidade de crise do início do século XX, a possibilidade de realização de investimentos no campo da cultura que seriam capazes de lhes render algum ganho futuro e, partindo de um capital de relações sociais de que dispunham, se

[20] Estatutos do IGHA, Sessão II, Dos deveres e obrigações dos sócios, Art. 14°, alínea "e"

esforçaram pela criação de uma instituição de caráter científico-cultural, ainda que a história recente da cidade e da região fosse marcada por um intenso processo de desvalorização de instituições com finalidades semelhantes.

Num primeiro momento, para tirar a ideia da cabeça e fazê-la caminhar de um ponto de vista pragmático, a aproximação com o campo do poder foi de suma importância, tanto pelo uso dos espaços públicos para a realização das reuniões, quanto pelo apoio do governador para a aquisição, por exemplo, dos prédios onde o Instituto pudesse desenvolver suas atividades, algo que também já havia ocorrido com o caso da Universidade Livre de Manaus, quando o governo do Estado cedeu as dependências de um prédio na rua Saldanha Marinho para o início das aulas. No entanto, deve-se ressaltar o empenho dos intelectuais em torno da causa de fundação do IGHA, ressaltando o peso dessa iniciativa para o estabelecimento ou mesmo o fortalecimento de um campo de produção simbólica na cidade de Manaus.

Quando essa autonomia não dava sinais de que pudesse se efetivar e quando os agentes envolvidos na sua elaboração, não tinham como ter alguma certeza de que realmente ela se efetivaria e lhes permitiria usufruir algum benefício a partir disso, eles simplesmente assumiram a responsabilidade de encampar o trabalho de fazer surgir na paisagem social da província, uma instituição que pudesse promover "a dissertação e a discussão de theses (sic) sobre as diferentes ordens de estudos que constituem os seus fins, organizando sessões, conferências, prelecções (sic), investigações, exposições e congressos scientificos (sic)"[21], ainda que sua dinâmica interna de funcionamento não guardasse relações estritas com os parâmetros de organização de instituições científicas como as universidades, cujos exemplos mais significativos no Brasil viriam a ocorrer, na década de 1930, em torno das experiências de Universidade no Rio de Janeiro e em São Paulo.

> Nesses universos, para fazer progredir a cientificidade, é preciso fazer progredir a autonomia e, mais concretamente, as condições práticas da autonomia, criando barreiras na entrada, excluindo a introdução e a utilização de armas não-específicas (BOURDIEU, 2004, p. 42).

O campo intelectual é um campo social como outro qualquer, marcado não apenas pela tranquilidade de comportamentos rotinizados e geridos por regras

[21] Estatutos do IGHA, Art. 15°, § 1°

específicas, mas por conflitos constantes que atuam, inclusive, como fator de desenvolvimento do próprio campo na medida em que se efetivam. Estes conflitos ocorrem tanto internamente, polarizando autores em posições dominantes e dominadas, quanto externamente, na medida em que sua autonomia nunca se efetiva por completo em relação aos demais campos sociais, exigindo a adoção de estratégias de refração em relação às forças externas ao campo.

> Pelo fato de que sua autonomia com relação aos poderes externos jamais é total e de que eles são o lugar de dois princípios de dominação, temporal e específico, todos esses universos são caracterizados por uma ambiguidade estrutural: os conflitos intelectuais são também [...] conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos. [...] o peso relativo de um e de outro varia muito segundo o campo e a posição no campo (BOURDIEU, 2004, p. 41).

O capital de relações sociais posto em cena quando da criação do IGHA, representa essa dimensão política do processo, com os intelectuais fazendo valer seus contatos com o mundo do poder, para dotar o Instituto do amparo legal e material necessários ao seu funcionamento. Os esforços específicos da intelectualidade envolvida, suas habilidades com o mundo das letras, tivessem eles formação acadêmica ou não, podem ser pensados como elementos de uma dimensão científico-cultural que fez com que, mesmo diante da impossibilidade de alguma certeza quanto aos resultados dos investimentos realizados no campo da produção simbólica, esses agentes apostassem na viabilidade de uma instituição num cenário relativamente adverso, quando na verdade as instituições estavam sendo abandonadas, a maneira do que ocorreu com a região em relação ao capital internacional com a quebra da economia do látex.

Compreender o processo de fundação do IGHA a partir dessa perspectiva exige a consideração tanto dos aspectos internos de sua organização enquanto instituição, quanto das relações que se estabeleceram, desde a sua fundação, com espaços de sociabilidade mais abrangentes como o campo político. Houve certa dose de coragem e determinação por parte dos intelectuais envolvidos, conforme o registro histórico atesta, principalmente porque mesmo que tenha enfrentado muitas dificuldades em sua trajetória, o IGHA resistiu ao tempo e chegou aos 100 anos de

existência em 2017. Barganhas políticas a partir do uso de um capital de relações acionado, dificuldades para manter a regularidade de sua revista, problemas com a manutenção dos prédios cedidos pelo governo do Estado, eis algumas situações enfrentadas e que fazem com que a atitude dos fundadores do IGHA seja digna de nota.

> O Estado continua a dispensar, como é de justiça, o devido auxílio a esta Instituição, que bons serviços está destinada a prestar á sciencia, no estudo da Geographia e da Historia do Amazonas. Para a "Revista" que começou a publicar, faz-se mister um auxilio que, de certo, não negareis, levando em attenção ser esse o único meio de divulgar trabalhos que muito interessam ao Amazonas[22]

É claro que não se trata de uma capacidade sobrenatural, do envolvimento de mentes brilhantes capazes, somente elas, de chegarem a ideia e a execução de uma tarefa dessa natureza. Também não se trata de uma experiência tão dependente do contexto em que surgiu, que jamais seria possível pensá-la apartada dessa realidade contextual. Nem só produto de mentes brilhantes e iluminadas, nem resultado imediato das pressões sociais e políticas de um momento histórico marcado por uma grande crise (LOUREIRO, 2008). Nem atividade intelectual pura, nem atividade intelectual escrava (BOURDIEU, 2004), mas uma tentativa de compreensão que seja capaz de considerar essas duas possibilidades, a partir da realidade do campo em que os agentes sociais desenvolvem suas estratégias no contato com o mundo.

> Nem tanto ao texto, considerando a obra como apartada da história e nem minimizando sua importância enquanto produto simbólico pela imersão no contexto, a compreensão das conexões entre o campo de produção cultural e o campo político, deve oportunizar a percepção da maneira como o universo específico de produção de bens simbólicos realiza a filtragem necessária dos elementos que compõem a ordem social mais ampla sem que isso determine, de antemão, os critérios estabelecidos para o reconhecimento e a consagração do trabalho intelectual (FALCÃO, 2015, p. 118).

---

[22] Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da segunda sessão ordinária da décima legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar, Governador do Estado a 10 de julho de 1920, p, 68-9.

O IGHA surge como uma instância de reconhecimento e consagração da atividade intelectual na cidade de Manaus e, atuando dessa maneira, a intelectualidade a ele relacionada contribui para o desenvolvimento de um campo de produção cultural dotado de alguma autonomia, revestindo de autoridade todo um conjunto de representações acerca da realidade amazônica que será forjado em seu interior. Um mundo a parte onde diferentes posições se estabelecem num conflito pela legitimidade de proferir discursos verdadeiros acerca do real, tendo por base, um regramento específico que guarda fraca dependência em relação aos critérios de reconhecimento e consagração fundados em poderes temporais e externos.

> O que faz as reputações não é [...] a "influência" de fulano ou de sicrano, esta ou aquela instituição, revista, publicação semanal, academia, cenáculo, marchand, editor, nem sequer o conjunto do que, às vezes, se chama de "personalidades do mundo das artes e das letras", mas o campo da produção como sistema das relações objetivas entre esses agentes ou instituições e espaço das lutas pelo monopólio do poder de consagração em que, continuamente, se engendram o valor das obras e a crença neste valor (BOURDIEU, 2006, p. 25).

O campo é um lugar de fala, um universo dotado de uma energia específica, que atribui valor ao que lhe é internamente produzido. Essa energia acumulada do campo (BOURDIEU, 2006), é que reconhece e consagra os agentes posicionados em seu interior, bem como as estratégias de que lançam mão, a partir do campo, no processo de elaboração de representações sobre a realidade. Girando em torno e agindo no sentido de apropriar-se dessa energia, os agentes reforçam suas estruturas e ampliam sua autonomia frente aos demais espaços de convivência, criando um idioma peculiar e uma metodologia específica.

No caso do IGHA essa energia acumulada resulta da bagagem cultural apresentada pelos agentes sociais diretamente envolvidos no processo de sua concepção. O pequeno círculo que era a comissão organizadora do Instituto, formado por Vivaldo Lima, Bernardo Ramos, Antonio e Agnello Bittencourt e Henrique Rubim, era formado por pessoas ilustradas e com participação direta ou indireta no campo político local. Antonio Bittencourt, por exemplo, já havia sido governador do Estado, Henrique Rubim, dentre outras ocupações, fora professor do ginásio Pedro II, da mesma forma que Agnello Bittencourt, que ainda havia sido professor de "geographia e chorographia" (Jornal do Commercio, 22/11/1909) da

Escola Universitária Livre de Manaus, “Inspector de Ensino”[23] e, alguns anos mais tarde, Diretor Geral de Instrução Pública no período de 1926-1929, Vivaldo Lima, transitava bem por esta área e anos mais tarde seria vereador entre 1923-1925 e deputado federal entre 1946-1951[24] e Bernardo Ramos que, dentre tantos cargos honoríficos, tinha a “patente de Coronel da Guarda Nacional, que lhe fora outorgada pelo Presidente Rodrigues Alves” (RAMOS; RAMOS, 1965, p.150-1). Destes, além de Bernardo Ramos, também exerceram a presidência do IGHA Antonio e Agnello Bittencourt.

Conforme Diniz e Pessoa (2013), Bernardo Ramos havia participado do Conselho de Intendência Municipal, composto, já no período republicano, no ano de 1890. Henrique Rubim fora Intendente entre 1917-1919. Antonio Bittencourt, Agnello Bittencourt e Vivaldo Lima, também ocuparam o cargo de prefeito de Manaus, o primeiro, aparecendo por duas vezes nos registros do ano de 1891, o segundo no período de 1909-1910 e o terceiro no ano de 1923. Antonio Bittencourt e Vivaldo Lima foram presidentes da Câmara, respectivamente nos períodos de 1920-1922 e 1923-1925, e ainda exerceram o cargo de intendentes municipais, Bittencourt entre 1918-1922 e Lima entre 1923-1925[25].

Em Anísio Jobim (1934), outras facetas e habilidades aparecem. Bernardo Ramos egiptólogo, historiador, numismata e arqueólogo. Henrique Rubim, jornalista, literato e advogado. “Colaborou assiduamente em vários jornais, com Jornal do Commercio, [...] O Tempo, Diário do Amazonas, tendo dirigido [...] o Diário Official do Estado” (p. 126). Vivaldo Lima, baiano de Salvador, “lente de medicina pública da nossa Faculdade de Direito. Jornalista esclarecido. Dispõe de vastos conhecimentos adquiridos no estudo assíduo da ethnographia, historia e numismatica” (p. 96).

---

[23] ESTADO DO AMAZONAS. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Director Geral da Instrução Pública do Estado pelo professor Agnello Bittencourt, Inspetor de Ensino em 25 de maio de 1909. Manaus: IMPRENSA OFICIAL, 1910.

[24] Conforme listagem obtida em 28/09/2017, junto à Câmara dos Deputados em Brasília, através do sistema SILEG – Módulo Deputados.

[25] Além dos nomes já citados da linha de frente do IGHA que chegaram a ocupar cargos públicos, nas listas de prefeitos, presidentes da câmara e intendentes, apresentadas por Diniz e Pessoa (2013), constam ainda os nomes de outros 14 sócios fundadores do Instituto, sendo 7 no cargo de prefeito: Jorge de Morais (1911-1913), Antonio Ayres de Almeida Freitas (1917-1919), Edgard de Rezende do Rego Monteiro (1923-1924), Gentil Augusto Bittencourt (1924-1925), Alexandre de Carvalho Leal (1933), Pedro Severiano Nunes (1934-1935) e Oscar da Costa Rayol (1952-1953); 5 como Intendentes: Gentil Augusto Bittencourt (1862-1865/1923-1925), Agostinho Cesar de Oliveira (1908-1911), Raimundo de Carvalho Palhano (1911-1913), Plácido Serrano Pinto de Andrade (1918-1922) e Júlio Verne de Mattos Pereira (1927-1929); e 2 como vereadores: Oscar Costa Rayol (1935-1938) e Adriano Augusto de Araújo Jorge (1947-1952), que também seria presidente da Câmara em 1947.

Antonio Bittencourt, “um perfeito conhecedor dos homens e das cousas do Amazonas” (p. 57), tendo publicado O município de Lábrea (1918) e Memória histórica sobre o município de Parintins (1924). Agnello, “nome que se recommenda ao alto apreço das elites intellectuais [...] dedicação à instrucção pública [...] copiosa somma de conhecimentos [...] em pedagogia, história, geographia e estatistica” (p. 110). Anísio Jobim destaca ainda como fundador do IGHA o baiano Manoel de Miranda Simões, advogado e jornalista, que “fundou, em 1909, de parceria com Péricles Morais, o vespertino Diário, que teve a duração ephemera de cem dias” (p. 88).

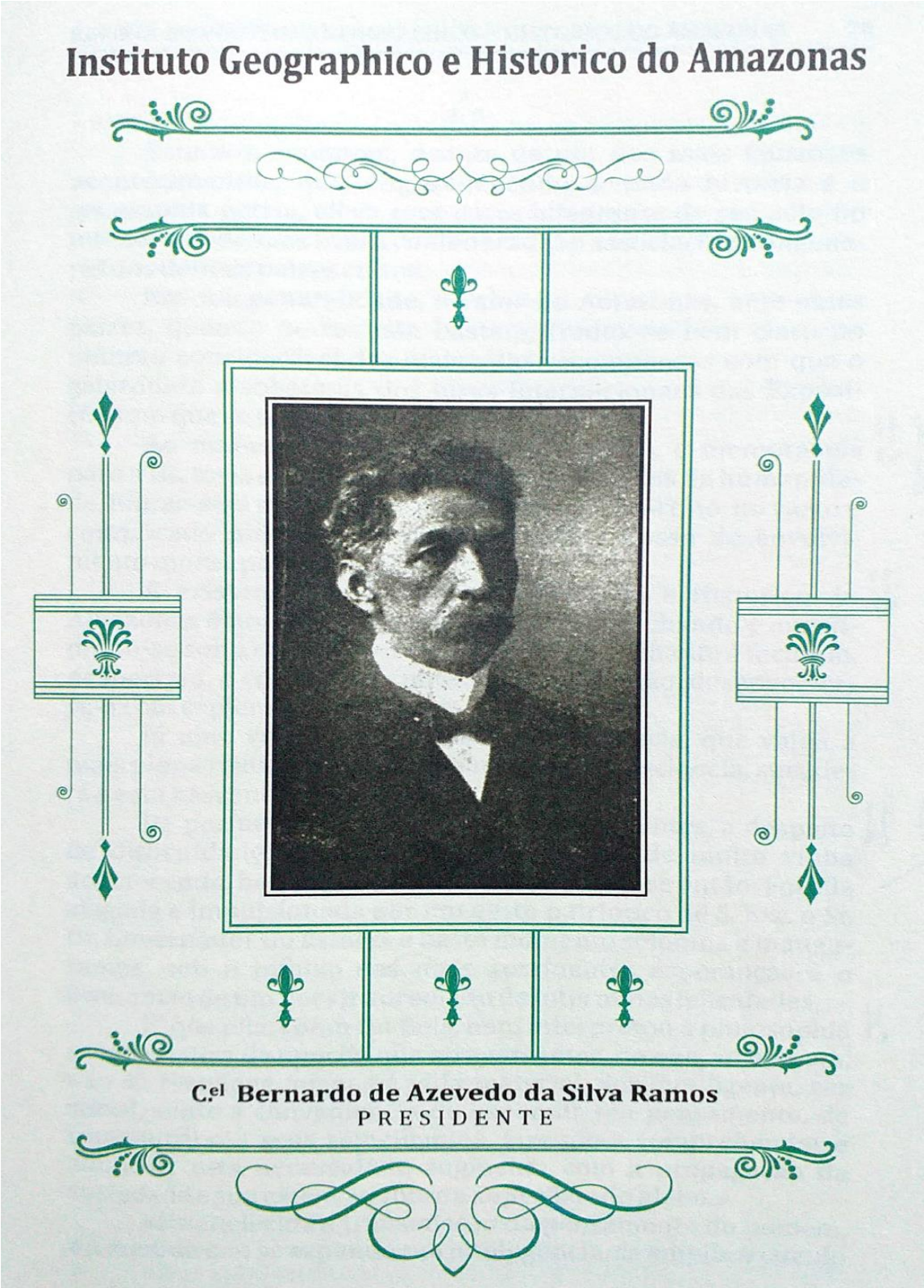
A essas trajetórias viriam ligar-se muitas outras, todas com um forte peso em se tratando de um capital de relações sociais que poderia muito bem ser acionado, como o foi, valorizando a energia social acumulada (BOURDIEU, 2006) pelos intelectuais a partir de suas formações em diversas áreas do conhecimento e também pela participação nos espaços de atuação até então disponíveis, representados pelo exercício no magistério e na imprensa, para citar apenas atividades que guardem relação mais próxima com o campo intelectual, espaço ainda em formação no início do século XX em Manaus, pelo menos se pensarmos a partir da ideia de autonomia de ações e de produção.

Dessa maneira, mobilizando um certo volume de energia simbólica produzida e acumulada pela vivência de experiências propriamente intelectuais e também um certo prestígio diretamente proporcional à rede de relações que mantinham, por exemplo, com agentes do campo político, os intelectuais que materializaram a ideia do IGHA criaram as condições para o estabelecimento de uma instância reconhecida e, por isso mesmo, capaz de reconhecer e consagrar posturas a ela associadas. Seria possível, a partir de então, a realização de um conjunto de investimentos no campo da cultura, apostando na possibilidade da obtenção de ganhos futuros, pela apropriação de parte da energia simbólica que viria a se acumular no interior do campo.

Embora os condicionantes da ordem social mais ampla não devam ser descartados, já que exercem influência junto ao espaço relativamente autônomo do campo intelectual, podendo interferir na escolha das estratégias adotadas no jogo de perde e ganha do campo, são os seus mecanismos internos que devem ser buscados como elementos fundamentais para a compreensão do processo de distanciamento e aproximação entre o campo cultural e o campo político.

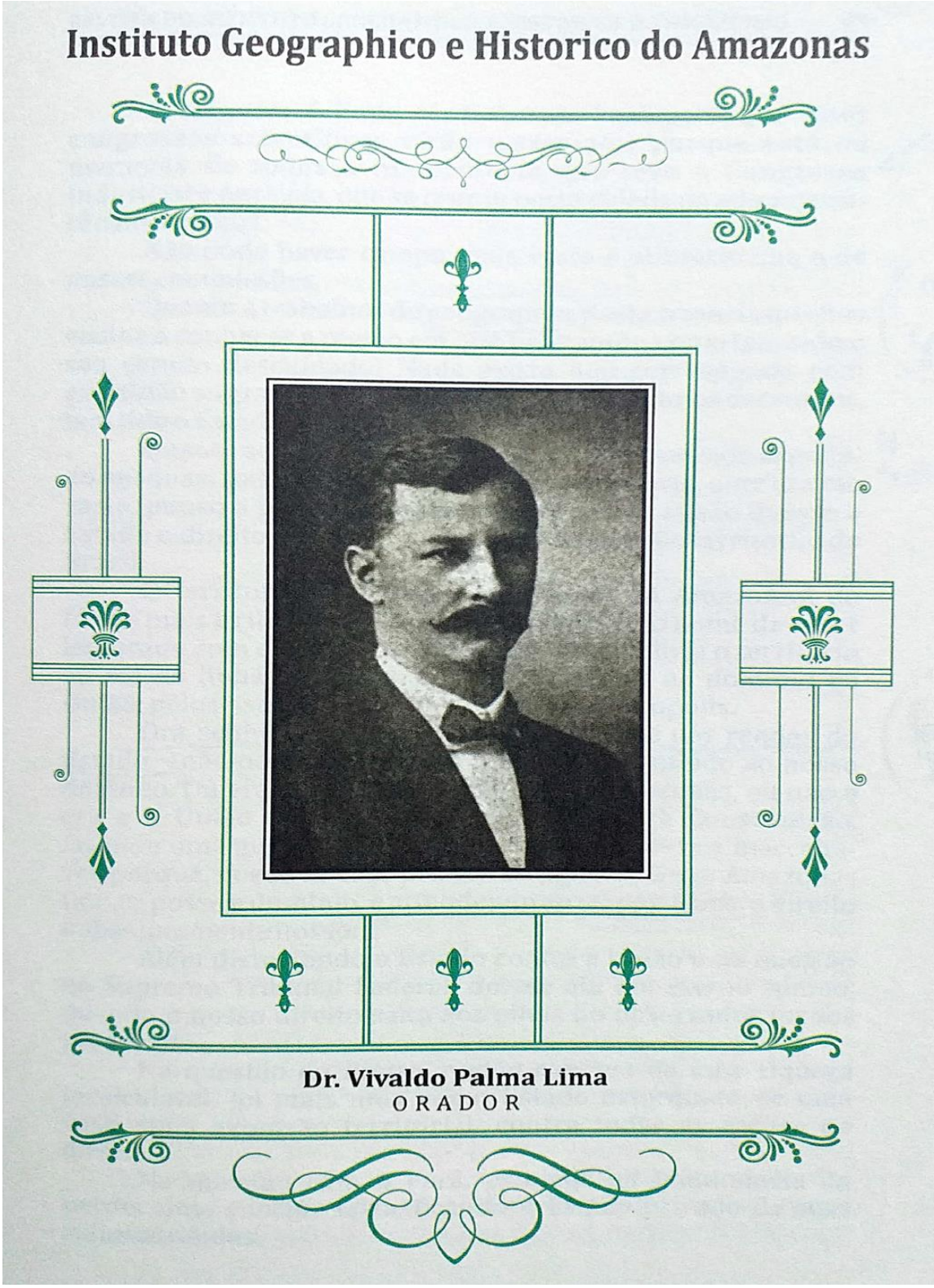
Distanciamento que é afirmador da identidade do campo via autonomização, aproximação que se torna criadora na medida em que aciona, a partir dos critérios específicos do campo, aspectos que o fortalecem como ocorreu, no caso do IGHA, com o capital de relações sociais que lhe permitiu a instrumentalização inicial necessária.

Figura 1 – Primeiro Presidente do IGHA



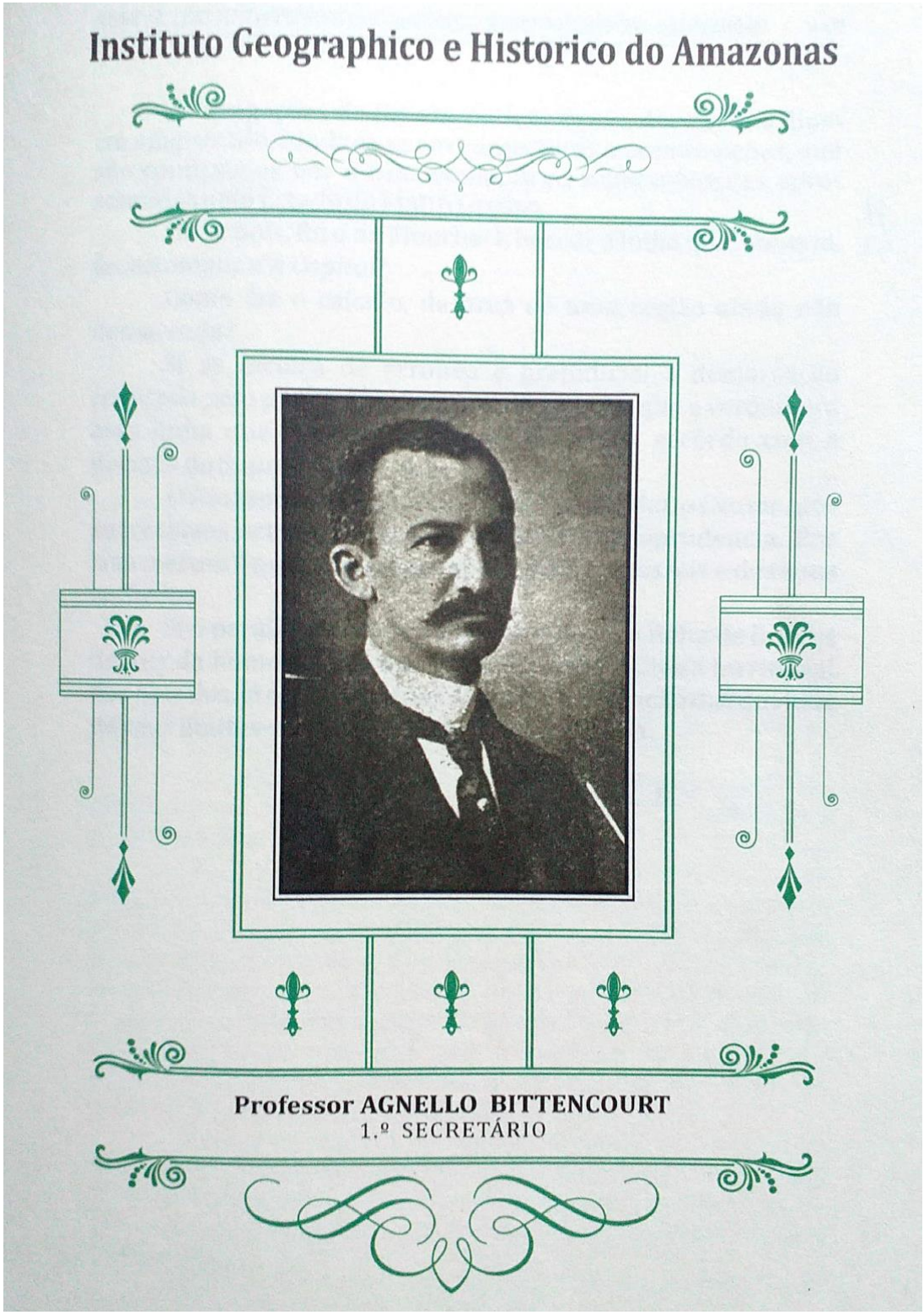
Fonte: Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Figura 2 – Orador Perpétuo do IGHA



Fonte: Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Figura 3 - Secretário Perpétuo do IGHA

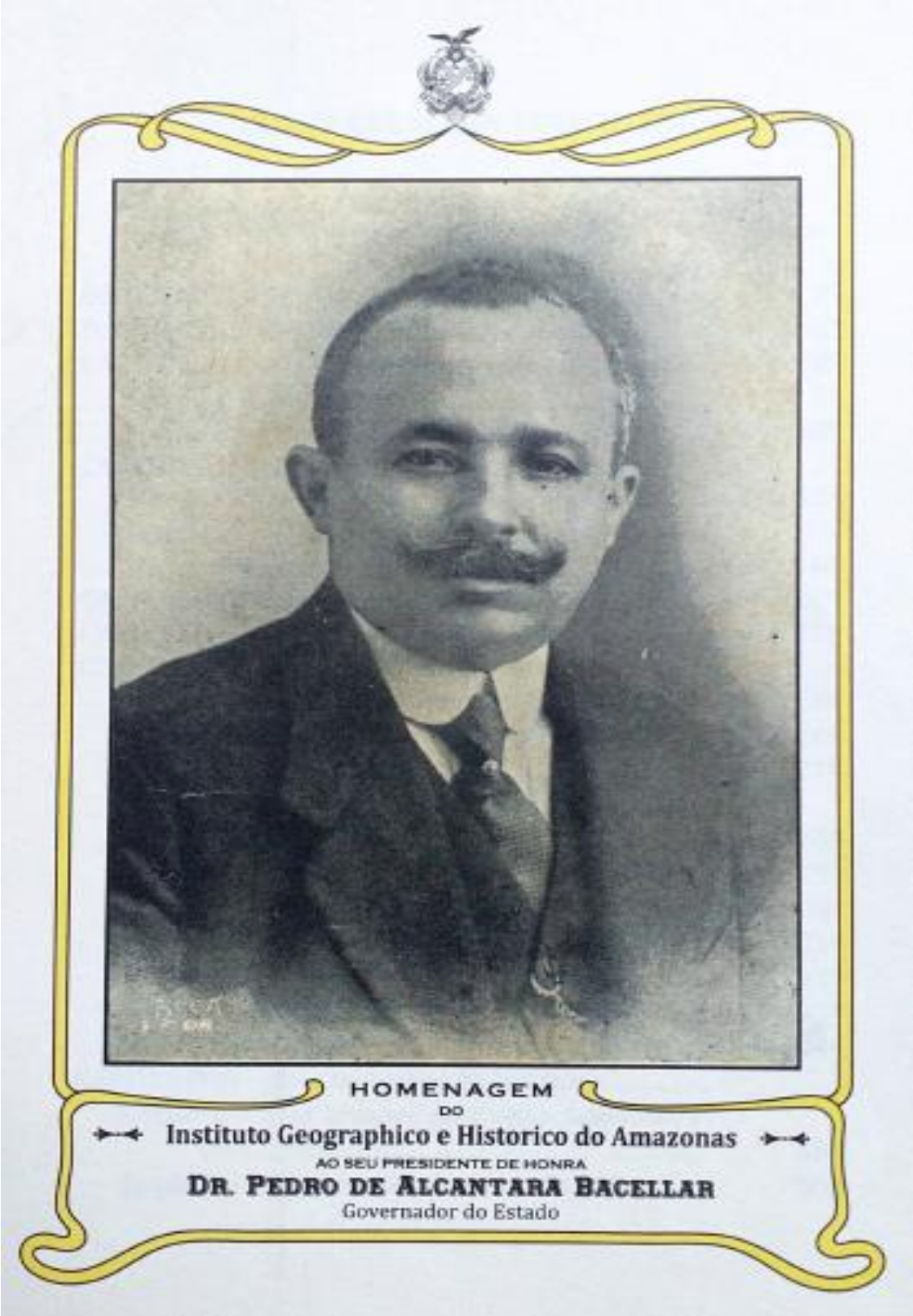


Fonte: Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Figura 4 – Bandeira e Escudo do IGHA

Fonte: Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Figura 5 – Primeiro Presidente de Honra do IGHA



Fonte: Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Figura 6 –Fundação do IGHA na Sala do Conselho Municipal

Fonte: Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Figura 7 – Salão Arthur Reis com os mesmos móveis do Conselho Municipal.

Fonte: Registro fotográfico do autor.

CAPÍTULO III

A DINÂMICA DO IGHA

3.1 – As memórias das sessões

O conhecimento da dinâmica interna do IGHA, desde as atividades que precederam a sua fundação, passando pelas dificuldades de manutenção e avançando para os detalhes de seu desenvolvimento ao longo do tempo, pode perfeitamente ser conhecida a partir do volume de documentos existente em seus arquivos. Livros de atas, de correspondências, de propostas de novos associados, dentre outras formas de registro, indicam os caminhos percorridos por seus associados, na busca pela consolidação do Instituto como entidade capaz de "auxiliar os poderes públicos estaduaes ou municipaes na pesquisa de novos caminhos que melhor satisfaçam as aspirações do povo e tornem mais feliz esta vastíssima região"[26].

Estes documentos podem nos indicar e indicam, os mecanismos internamente pensados, construídos e postos em prática para não apenas estruturar a entidade, mas para consolidá-la na paisagem social e cultural de Manaus a partir da primeira metade do século XX. O espaço das reuniões do corpo administrativo ou das sessões solenes, os documentos emitidos ou recebidos, os próprios estatutos da entidade, dão conta dos esforços no sentido do estabelecimento de uma lógica própria de funcionamento e de um habitus gerador e unificador (BOURDIEU, 1997) de diferentes posições e discursos no interior deste espaço.

> Um espaço dos possíveis que tende a orientar a sua investigação definindo o universo dos problemas, das referências, dos marcos intelectuais [...] conceitos [...] um sistema completo de coordenadas que é preciso ter-se na cabeça – o que não significa na consciência – para se entrar no jogo (BOURDIEU, 1997, p. 37).

O primeiro dos dispositivos que constituem este sistema de coordenadas no caso do IGHA, são os seus estatutos. Este documento versa sobre a organização

[26] Livro de Correspondências Nº 19 do IGHA – Circular S/N do Corpo Administrativo do IGHA à Diversas Autoridades e Pessoas Gradas da Capital e do Interior em 1917.

social da entidade, indicando requisitos para a entrada de novos sócios bem como seus deveres e obrigações, mas indica também as relações de proximidade com o poder político, na medida em que o trabalho de impressão dos estatutos ficou a cargo da imprensa pública do Estado, fato que também se repetiria com a impressão de alguns dos números da própria revista da entidade. São estes mesmos estatutos que estabelecem como parte das atividades do IGHA, as suas sessões de trabalho, divididas em sessões do corpo administrativo e assembleia geral.

Aprovado em 18 de março de 1917 e devidamente reconhecido pelo setor de Registro Especial de Títulos, Documentos e demais papéis da cidade de Manaus, em 11 de maio do mesmo ano, os estatutos do IGHA trataram de definir o seguinte:

> Art. 55° - O corpo administrativo reunir-se-á em sessões ordinárias nos primeiro e terceiro domingos de cada mez [...] e em sessões extraordinárias, quando convocado pelo Presidente, ou por três dos seus membros, no mínimo.
> Parag. 1° - Somente com a presença de dez dos seus membros, pelo menos, poderá funcionar o corpo administrativo.
> Parag. 2° - As sessões extraordinárias deverão ser convocadas com a antecedência mínima de dois dias e nellas só se tratarão e discutirão assumptos que as motivarem (ESTATUTOS IGHA, 1917, p. 24).

O outro expediente de trabalho, a assembleia geral, deveria ocorrer em sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, cada uma delas guardando suas especificidades de realização e dinâmica. As ordinárias no segundo sábado de fevereiro e último de novembro, discutindo e votando o orçamento e a prestação de contas, respectivamente. As extraordinárias, quando convocadas pelo Presidente ou por cinco associados, com antecedência mínima de três dias. E as sessões solenes da assembleia:

> Parag. 3° - [...] Nas datas da fundação [...] e da installação solemne [...] e nas seguintes ocasiões:
> a) de inauguração de bustos de sócios beneméritos e presidentes de honra fallecidos;
> b) de sessões fúnebres para comemorar o fallecimento de sócios honorários e beneméritos, de presidente de honra ou de notabilidades scientificas no Paiz;
> c) de abertura e encerramento de exposições e congressos scientificos;
> d) de conferencias de alto valor;

> e) de comemoração de grandes datas nacionais e do Estado ou de grandes acontecimentos que se relacionem com os fins do INSTITUTO (ESTATUTOS IGHA, 1917, p. 24-5).

Desta feita, ficaram estabelecidos os dispositivos que regulamentariam os trabalhos do IGHA, indicando ainda que as sessões solenes teriam seus conteúdos publicados e que a participação de pessoas estranhas ao quadro de associados da casa, só seria possível com apresentação formal por um dos sócios e o necessário consentimento do presidente. O que se tem, com este documento inicial do IGHA, é o estabelecimento de mecanismos internos de organização e funcionamento dos trabalhos e a geração de um habitus definidor de determinadas práticas (MATON, 2018, p. 76).

3.1.1 O que mostram as atas

As cinco primeiras atas da história do IGHA, constam no primeiro volume de sua revista. Foram duas reuniões preparatórias em que foram discutidas as bases da entidade e os seus estatutos e uma que fundou o Instituto, seguidas da reunião que discutiu e aprovou modelos de diploma, bandeira e escudo e da sessão solene de instalação da entidade. Entre estes eventos, 2 meses e 2 dias de intervalo, considerando o dia 11 de março, data do primeiro ajuntamento motivado por Vivaldo Lima, Agnello Bittencourt e Bernardo Ramos, e o domingo 13 de maio daquele ano de 1917, quando ocorre na Assembleia Legislativa do Estado a sessão solene de instalação do IGHA.

> A directoria do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas dirigiu-nos um convite para assistirmos, no dia treze do corrente, na sala de sessões da Assembléa Legislativa, a sessão solemne de installação do mencionado instituto (JORNAL DO COMMERCIO, 10 de maio de 1917).

De início, antes de um mergulho propriamente dito nos conteúdos das atas do IGHA, uma característica se destaca nos seus estatutos quando se considera a dinâmica das sessões ordinárias do corpo administrativo e da assembleia geral, a saber, a indicação dos sábados e domingos para a realização das reuniões oficiais da casa. Primeiro e terceiro domingo de cada mês para as sessões ordinárias do corpo administrativo e segundo sábado de fevereiro e último de novembro para as

sessões da assembleia geral. Essa aliás, não seria uma prática apenas do IGHA, uma vez que o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), também teve a sua fundação num domingo e sua primeira sessão ordinária em um sábado do ano de 1838 (SCHWARCZ, 1993). Sem falar no fato de que as seis reuniões preparatórias que antecederam a fundação do IHGB no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), terem se dado em uma sexta-feira, quatro sábados e um domingo.

> Domingo, 21 de outubro, pelas onze horas da manhã, reunidos [...] 27 membros convidados para o Instituto, teve logar a sua installação. [...]. No domingo 25 de novembro, apresentaram-se os estatutos que depois de lidos e de algumas reflexões, foram approvados [...] havendo somente de ser modificados quando a experiência mostrar alguns defeitos (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO DO BRAZIL, 1908, p. 07-08).

Os livros com os registros das sessões de trabalho do IGHA, guardam cerca de 260 atas com as memórias de reuniões do corpo administrativo e de assembleias gerais. Pouco mais de 81% destas reuniões, foram realizadas aos domingos (205 sessões) ou aos sábados (08 sessões). Somente 47 delas ocorreram nos dias de semana entre a segunda e a sexta-feira, geralmente sessões solenes que marcaram datas de aniversário do próprio Instituto, efemérides nacionais como o 13 de maio, ou sessões realizadas para homenagear personalidades políticas ou do mundo das letras em visita ao Estado e recebidas pelo IGHA, como a sessão solene ocorrida na segunda-feira, 12 de novembro de 1917, às 20 horas, no salão nobre da Assembleia Legislativa, para receber o historiador Rocha Pombo.

A recepção de Rocha Pombo promovida pelo IGHA, segue as normas de cerimônia da casa, nos termos do Art. 38° - § 2° de seu Regimento Interno. “Uma comissão composta dos srs. drs. Vivaldo Lima, José Chevalier e Miranda Simões, [...] dirigiu-se para o Grande Hotel, a fim de conduzir o nosso illustre hóspede à sessão” (A CAPITAL, Manaus – terça-feira, 13 de novembro de 1917). Já no local da sessão, a presidência dos trabalhos nomeia outra comissão para introduzir o homenageado no salão nobre e essa tarefa cabe aos sócios Agnello Bittencourt e João Baptista de Faria e Souza. O presidente então o saúda e a palavra é concedida ao orador perpétuo Vivaldo Lima, sendo o momento então registrado:

> O Instituto se acha estimulado com a presença do maior historiador brasileiro da época actual. Declara estimar que um dos maiores vultos das nossas lettras seja testemunha das grandezas e das coisas do Amazonas, tão mal comprehendido pelos forasteiros ambiciosos e malsinado pelo despeito dos aventureiros de fortunas rápidas. [...] Agradece [...] sua visita e termina rogando que informe aos [...] do Sul, que esta é uma terra malsinada, mas que as riquezas naturaes que contém, merecem pol-a em destaque no seio da Federação brasileira (ATA DE SESSÃO SOLENE DO IGHA, 12/11/1917).

Após todos os ritos, a ata registra que Rocha Pombo, cujo nome figura na lista de sócios honorários do IGHA, fez uso da palavra por 45 minutos, onde agradeceu ao Instituto pelas honrarias recebidas e teceu comentários a respeito de sua viagem do Rio de Janeiro até Manaus e das recordações deixadas pelas tradições da Bahia, os edifícios de Olinda, a história do Maranhão e Pará. Em seguida, comentou sobre as impressões despertadas por sua chegada à Manaus, num misto de contemplação e surpresa, como se quisesse amenizar alguns aspectos da imagem de terra malsinada do discurso de Vivaldo Lima, como bem registra a ata daquela sessão.

> Ao sulcar as águas do Amazonas, a sua imaginação ficara empolgada na contemplação de quadros tão majestosos, como jamais pensara ver. [...]. Afirma que Manáos foi para si uma surpresa. Não podia pensar que, neste canto longínquo do Brasil, pudessem existir tantas coisas preciosas, assinalando a energia intelligente dos seus habitantes (ATA DE SESSÃO SOLENE DO IGHA, 12/11/1917).

Na segunda-feira seguinte, 19 de novembro de 1917, outra sessão solene tem o teatro Amazonas como palco para homenagear a bandeira do Brasil. Como na sessão de recepção a Rocha Pombo, nesta também estiveram presentes autoridades as mais diversas, com destaque para os representantes do governo estadual e municipal, representante do bispado, comerciantes, imprensa dentre outros convidados. Se revezaram nos discursos sobre a significação e os sentimentos patrióticos ligados à bandeira, os sócios Jorge de Moraes, Adriano Jorge e Vivaldo Lima. Houve ainda um momento festivo, com declamação de poesia e hino nacional cantado por alunas do colégio Benjamim Constant, acompanhadas de orquestra.

Há outro aspecto nos livros de atas do IGHA, que também chama a atenção de quem os folheia. Depois das duas sessões solenes citadas acima, a próxima reunião

ordinária do corpo administrativo do Instituto só ocorreu quase nove meses depois, às 18 horas de um domingo, em 18/08/1918 e, na mesma levada, a sessão seguinte quase seis meses após, apenas para cumprir as formalidades e se verificar que não havia número legal de presentes e, portanto, a reunião foi suspensa com nova convocatória aprovada. Em que pese a existência de outros intervalos de tempo sem a realização de reuniões, há que se mencionar que em alguns deles já estão incluídos o período de férias da casa, uma vez que "consideram-se de férias para o Instituto os mezes (sic) de Janeiro e Dezembro e feriado o dia 25 de março, data da sua fundação" (ESTATUTOS DO IGHA, Art. 81°, 1917, p. 33). Um dos maiores intervalos sem reuniões do corpo administrativo ou sem assembleias, verificados nos livros de atas entre sua fundação e a década de 1950, foi o de um período de 1 ano e 3 meses, entre maio de 1928 e agosto de 1929.

As atas também dão conta dos contatos e relações entre o IGHA e uma série de instituições científicas ou sociedades locais, nacionais e internacionais, além dos contatos com o mundo da política. Há registros do recebimento de diversos ofícios com convites formais para a participação em eventos, com a solicitação da colaboração do Instituto na realização de atividades ou simplesmente a solicitação do envio de números das revistas da casa. Em ata de reunião ordinária do corpo administrativo, datada de 18 de agosto de 1918, há uma circular do IHGB, especificamente da comissão organizadora do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, para cujo conteúdo vinha "solicitando informações exactas, fidedignas e colhidas in loco para a composição dessa grande obra".

Essa ata, aliás, foi a única encontrada com registros do ano de 1918 e ela traz ainda um convite para que o IGHA tomasse parte nos trabalhos de organização do vigésimo Congresso Internacional de Americanistas, a ocorrer em junho de 1919 no Rio de Janeiro, constituindo para isso "um comitê local, para angariar adhesões ao certamen", diz a ata. Sobre este ponto específico, Bernardo Ramos informava já ter tratado do assunto com o governador do Estado, conseguindo o apoio necessário para que o IGHA pudesse atender a solicitação recebida. O comitê local do congresso fora formado com 10 nomes, tendo na presidência o governador Pedro de Alcântara Bacellar, ele próprio sócio fundador e presidente de honra do IGHA, e na vice-presidência, Bernardo Ramos, acerca de quem Vivaldo Lima expressa a seguinte observação:

> Que o senhor presidente vá, em pessoa, representar [...] o Instituto, attendendo aos conhecimentos de sua excellência em assumptos da pré-história americana, tendo, então, opportunidade de revelar, perante o mundo scientífico, o resultado surpreendente de suas pesquisas no Valle do Amazonas. [...] porque até fora do país, consta já o preparo do Senhor Coronel Bernardo Ramos e seus estudos sobre inscripções antigas (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 18/08/1918).

Considerando os nove meses sem registro de atividades nos livros de atas, pode-se dizer que essa reunião foi bastante movimentada. Entre os documentos, mais um convite, agora para que o Instituto tomasse parte do 6° Congresso Brasileiro de Geografia, marcado para outubro de 1919, em Belo Horizonte. Mais uma vez, teria Bernardo Ramos que tratar com o governador do Estado acerca daquele assunto, no sentido de garantir a nomeação de um representante que pudesse “estudar o assumpto e defender o interesse justo do Amazonas”.

A ocasião pedia isso, uma vez que dentre os assuntos que seriam tratados no congresso, estaria a ideia do estabelecimento definitivo dos limites entre os Estados brasileiros, ponto que por sinal, sempre figurou entre as preocupações dos membros do IGHA, merecendo inclusive um longo artigo no primeiro número de sua revista com o título A questão de Limites com o Estado do Mato Grosso, do sócio Ignácio Moerbeck, membro da Comissão do IGHA responsável pelo Levantamento das Cartas do Estado.

O que ocorreu em relação ao congresso, foi a nomeação não apenas de um representante, mas de uma comissão em cuja composição estavam os sócios Antonio Monteiro de Souza e Agnello Bittencourt, através de ato do governo do Estado apresentado ao IGHA por meio de ofício da Secretaria Geral do Estado, datado de 21 de janeiro de 1919. Em ata de 06 de abril daquele ano, há o registro das preocupações dos sócios em relação ao assunto de limites que seria tratado na ocasião.

> O senhor doutor Paulo Eleutherio comunica que o Club de Engenharia do Amazonas está confeccionando um trabalho sobre os limites do Estado, o qual offerecerá à apreciação deste Instituto. Lembra que a comissão que vae representar o Amazonas [...] solicite a coodificação das conclusões [...] para maior divulgação e [...] applicação. O senhor [...] Vivaldo Lima pede que a comissão de geografia do Instituto prepare um memorial sobre as questões de limites do Estado,

> apresentando suas conclusões para serem enviadas áquelle certamem scientifico (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 06/04/1919).

Já mencionamos, em oportunidade anterior, que o IGHA nasceu sob os auspícios do governo do Estado, conforme estabelece o artigo 1° de seus Estatutos, impressos em sua totalidade nas oficinas da Imprensa Pública. Nascer sob estes auspícios significava buscar, sempre que necessário, o apoio dos setores do poder público local, estadual ou municipal, para realizar as atividades e cumprir as tarefas que lhes dissessem respeito enquanto corpo consultivo do Estado, em relação aos assuntos ligados aos seus fins, conforme também versam os mesmos estatutos. Por esse motivo, os convites para os congressos acima citados foram levados até o governador, da mesma maneira que o convite da comissão do IHGB, encarregada de organizar o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, a quem Bernardo Ramos "ponderou a necessidade de uma comissão auxiliada pelo governo, para desde logo começar a grande tarefa, na parte referente ao Amazonas".

A movimentada ata de 1918, termina reforçando ainda mais essa proximidade com o governo do Estado, quando em sua fala final, o presidente Bernardo Ramos ressalta "as relações de cordialidade que esta Associação vae mantendo com o Exmo Senhor Governador e demais autoridades do Estado, do Município e Federais", indicando, para tanto, um voto de agradecimento, pela conclusão das obras no prédio do Instituto, "assignalado benefício" possível justamente pela existência dessa relação auspiciosa com as diferentes frentes do poder político.

São muitos os registros de recebimento de ofícios do governo do Estado ou prefeitura municipal, repassando ou solicitando informações, comunicando sobre o repasse de verbas ou sobre a garantia de serviços ao Instituto, indicando comissões formadas com associados do IGHA para representarem o Estado em algum certame país afora ou simplesmente encaminhando remessas de documentos oficiais de cada esfera do poder público, como as Mensagens e Relatórios lidos perante a assembleia legislativa do Estado e que compõem o rico acervo de documentos oficiais existentes no IGHA.

Uma ata de fevereiro de 1919, traz o registro da nomeação, pelo governador, dos nomes do doutor Vivaldo Lima, do coronel João Baptista de Faria e Souza e do professor Agnello Bittencourt para compor a comissão que representaria o

Amazonas no Congresso Internacional de História Americana, evento pensado para o sete de setembro de 1922, no contexto do centenário da independência, no Rio de Janeiro. Tratava-se do ofício da Secretaria Geral do Estado, com data de 27 de fevereiro de 1919 e que estabelecia ainda como tarefa da comissão “escrever a parte relativa ao Amazonas destinada ao Dicionário Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, conforme solicitou o Sr. Presidente da Comissão Organizadora”

Acontece que o IGHA, por si só, não dispunha de recursos suficientes para garantir a participação de seus membros nos eventos científicos de que recebia os convites e que estão arquivados em seus livros de correspondências e registrados em atas. As nomeações de comissões feitas pelo governo do Estado, não vinham necessariamente com essa garantia, exigindo certo jogo de cintura da presidência para contornar a situação, pela via do uso do volume de capital de relações sociais disponíveis. Exemplo disso é o registro da preocupação de Bernardo Ramos em relação à participação da comissão correspondente no congresso internacional de historia americana:

> Acha-se [...] na impossibilidade de o fazer, por não ter sido votado, pelo Congresso Amazonense, um auxílio para as despesas dessa comissão, não estando o Instituto, de prompto, apparelhado para cumprir esse dever (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 16/03/1919).

Sobre a questão dos limites do Estado, deve-se considerar o fato de que a temática figuraria outras tantas vezes nas discussões do corpo administrativo do IGHA e, já na sessão seguinte a que mencionamos acima, “Vivaldo Lima trata dos limites do Amazonas com a Guyana Inglesa. Lê o laudo que estabeleceu a linha divisória e demonstra o prejuízo que [...] resultou para o Brasil (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 18/05/1919). Além do já mencionado artigo de Ignácio Moerbeck publicado na primeira RIGHA tratando da questão, o tema ainda figurou no volume II (1932), com o artigo Limites inter-Estaduaes, de Ricardo Amorim, no volume V (1935-36), com os artigos Entradas e formação de limites, de Paulo Eleutherio e A questão do Acre, de Arthur Reis e no volume VI (1938), com um relatório da Comissão de Limites do Rio de Janeiro (1933) e o artigo de Agnello Bittencourt, Divisão territorial do Amazonas. O volume

IV, de 1934 da RIGHA, traz ainda na sua última seção denominada Registros, a fala de Vivaldo Lima em relação à atitude do Interventor federal Sr. Cap. Nelson de Mello, com quem congratula-se “pela atitude de verdadeiro interesse que [...] tem posto em prática, afim de ver concluída a pendência de limites entre este Estado e o do Pará” (RIGHA, 1934, p. 142).

Na mesma revista, em artigo sobre o município de Codajás, em que prossegue seu projeto de escrever acerca dos municípios amazonenses, geralmente onde teria trabalhado como juiz, Anisio Jobim pincela a questão das dificuldades de demarcação interna dos limites entre os municípios do Estado, indicando atos administrativos ao mesmo tempo em que fornece informações sobre o papel do IGHA neste trabalho de demarcação, através da participação de alguns de seus associados em comissões especificamente formadas para tal.

> Devido a confusão que reina entre muitos municípios do Amazonas, em relação aos seus limites, imprecisos e mal traçados, o Governo do Estado [...] baixou o Acto n. 1.689, de 12 de agosto de 1932, nomeando uma comissão composta do capitão [...] Braz Dias de Aguiar, como presidente, capitão Alfredo Luna, dos professores Agnello Bittencourt, Alberto de Aguiar Corrêa e do chefe da secção da Secretaria Geral do Estado Raymundo Paes de Andrade Oliveira, para proceder aos estudos da nova fixação de limites dos municípios do Amazonas. Para fazer parte dessa comissão, foi nomeado por Acto n. 1.781, de 10 de outubro de 1932 [...] Arthur Cesar Ferreira Reis, secretário do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas. [A referida comissão] apresentou o resultado dos seus trabalhos, que foram approvados pelo Acto n. 2.220, de 10 de maio de 1933 (RIGHA, 1934, p. 04).

Merece destaque na citação acima, a presença dos nomes de Agnello Bittencourt, Braz Dias de Aguiar, Raymundo Paes de Andrade Oliveira e Arthur Cesar Ferreira Reis, todos eles sócios do IGHA e Agnello presidente da casa na ocasião aqui tratada. Esse aspecto, reforça o papel que o IGHA vinha cumprindo desde a sua fundação, conforme estabelecido em seus estatutos, de atuar na condição de órgão consultivo do Governo do Estado, nos assuntos que estivessem relacionados aos seus fins.

A questão de limites ainda figuraria nas discussões e atas do IGHA no ano de 1919 como vinha sendo indicado, mas antes disso, a sessão ordinária do corpo administrativo de 06 de junho, registra o recebimento por parte da presidência, de uma monografia sobre o município de Lábrea, de autoria do sócio Antonio Clemente

Ribeiro Bittencourt, trabalho acerca do qual Bernardo Ramos tece comentários elogiosos e solicita um voto de louvor e Vivaldo Lima, associando-se à homenagem, também comenta sobre a publicação, considerando “o seu valioso trabalho [...] um contingente para a Chorografia do Amazonas [...] um exemplo aos moços que se queiram dedicar à propaganda das riquezas do Estado” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 06/06/1919).

Além desse registro da publicação de um trabalho por um dos associados da casa, a mesma ata registra ainda o estudo dos efeitos de um eclipse ocorrido em 29 de maio daquele ano, por parte da Comissão de Observações Astronômicas da casa. Não há detalhes acerca dos materiais utilizados para tal estudo, porém, vem a tona as preocupações do presidente da comissão, Comandante Armando Roxo, quanto a necessidade “de se adquirir o instrumental para um observatório ambulante” e, ato contínuo, “o senhor presidente fica autorizado a dispender a importância necessária para começar a acquisição dos respectivos apparelhos”. Vale destacar que o eclipse que fora alvo das observações da comissão, é o evento que serviu para a comprovação das teorias de Albert Einstein acerca da relatividade.

Uma ata de 5 de outubro de 1919, de sessão ordinária do Corpo Administrativo, devolve o centro das discussões internas da casa para a questão de limites, trazendo o registro de que “os senhores Antonio Telles, Antonio Bittencourt e Lopes Braga, respectivamente, pedem a palavra e occupam-se de limites do Estado”, sem que hajam maiores detalhes a respeito, seja nos livros de atas, seja nos demais livros de registros das atividades internas. Em 19 de outubro, em sessão que contou com a presença de um representante da Sociedade de Geografia de Lima, Peru, o sócio Manuel de Miranda Simões fez ponderações sobre como a questão havia sido tratada em comissão específica da assembleia legislativa:

> Salientando o critério da referida comissão, a quem espíritos românticos attribuiram erradas intenções e fez considerações a fim de informar o Instituto, como associação scientifica a quem o assunto interessava sobre o que efetivamente se deu em prol da verdade histórica dos factos [...]. Após algumas ponderações [...] o Corpo Administrativo tomou conhecimento da matéria [...] ficando o Instituto de ocupar-se da matéria em sua revista (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 19/10/1919).

Nas páginas da RIGHA, o assunto voltaria a aparecer somente no ano de 1932, quando surge o segundo número da revista após um lapso de tempo de 15 anos. Antes disso, a ata da sessão ordinária do corpo administrativo ocorrida em 16 de novembro daquele mesmo 1919, traz a aprovação da proposta de redação de um memorial a respeito da questão dos limites do Estado do Amazonas com a Guiana Inglesa, Bolívia e Peru, memorial este que deveria ser apresentado em sessão posterior e cuja tarefa foi dada ao orador Vivaldo Lima, que já havia tecido um conjunto de considerações sobre o assunto naquela reunião.

> Terminando por propor que o Instituto tome a iniciativa de uma propaganda a respeito entre os demais institutos do país, sociedades de geografia e congressos no interesse da rectificação e defesa das nossas fronteiras em face da expansão ou tendências imperialistas de outros países [...] no interesse da nossa integridade territorial (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 16/11/1919).

A esta altura do tempo, Bernardo Ramos já não era mais o presidente da casa, destituído do cargo por desobediência aos estatutos, conforme decisão da assembleia geral extraordinária de 06 de junho de 1919 que, pelo mesmo motivo, também destituiu do cargo o segundo secretário Henrique Rubim. Já sob nova diretoria, eleita para o triênio de 1920-1923 e tendo na presidência Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, ex-governador do Estado, a ata de uma assembleia extraordinária ocorrida em 21 de março de 1920, traz o conteúdo de uma carta de Bernardo Ramos em que o presidente honorário da casa pede seu desligamento do Instituto.

> ILL^{mos} Srs. Membros do Conselho Administrativo do Instituto Geográphico e Histórico do Amazonas: - diante de duas opostas resoluções deste Instituto, que se diz effectuadas, uma em meados do ano p. p. e outra recentemente, nas quaes figura meu humilde nome, só me resta um alvitre: é o de agradecer e declinar dessas singulares homenagens. Para que de vez, permaneça eu a salvo de semelhantes surpresas e attendendendo a minifesta incompatibilidade em que me acho com dois de seus membros, renuncio prudentemente o direito de sócio dessa Instituição, a qual entretanto almejo a mais sensata orientação e progresso – Manaus, 03 de março de 1920. Bernardo de Azevedo da Sª. Ramos.

Bernardo Ramos se refere na carta a duas resoluções que, segundo ele seriam opostas em relação a sua pessoa. A primeira delas diz respeito, obviamente, a decisão da assembleia geral pela sua destituição do cargo de presidente e, não encontrando em nenhuma das atas presentes nos arquivos do Instituto, uma referência explicita a figura ou aos feitos do primeiro presidente após a destituição, entende-se que as singulares homenagens a que ele declina, talvez digam respeito ao fato de que, mesmo tendo sido destituído do cargo, seu nome tenha figurado na eleição para a escolha do segundo corpo administrativo da história do IGHA, ocorrida em 22 de fevereiro de 1920, recebendo 02 votos para o cargo Maximo da casa, no pleito em que Antonio Bittencourt fora eleito o novo presidente e ainda ao fato de seu nome ser indicado para a composição de 03 titulares da comissão de arqueologia como o mais votado, permanecendo, ainda, à frente da comissão de numismática, tombamento, pesquisa de documentos, obras e manuscritos antigos e raros, que já dirigia desde a fundação do IGHA. Um detalhe a mais diz respeito ao fato de que, com os 2 votos que recebeu, Bernardo Ramos seria o terceiro vice-presidente da casa. A segunda resolução, seria a que decidiu pela sua destituição.

Essa eleição seria para a escolha da diretoria que ficaria no cargo no triênio de 1920 a 1923, e “o senhor doutro Presidente declara que a eleição para cada cargo ou comissão separadamente far-se-á por escrutínio secreto [...] tendo cada votante [...] depositado sua cédula na referida urna” (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 22/02/1920). Isso quer dizer que, mesmo destituído e antes até da leitura de sua carta na sessão de 21 de março de 1920, o nome de Bernardo Ramos gozava de prestígio junto aos seus pares, figurando na cédula de votação.

> O Senhor Doutor Vivaldo Palma Lima [...] fez o histórico desta Instituição, lembrando as dificuldades com que surgira, ao tempo em que o Amazonas parecia asfhixiado pelos efeitos da conflagração européa. Não obstante mostra que há progredido e já vai realizando algo de útil em prol da grande terra que ella procura servir com dedicação e carinho (ATA DE SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 25/03/1920).

Transcorrido o fato da destituição e recebido o pedido de renúncia aos direitos de sócio que a carta de Bernardo Ramos trazia, o Instituto precisava se posicionar. A primeira iniciativa saiu da própria reunião em que a carta fora lida, com a

nomeação de Alfredo Augusto da Matta, Vivaldo Palma Lima e Agnello Bittencourt para constituírem a comissão que seria encarregada de transmitir a Bernardo Ramos, a recusa por parte do Instituto ao seu pedido de desligamento total da casa. O trabalho desta comissão consistia em "solicitar-lhe seu regresso ao seio do Instituto e fazer-lhe sentir a necessidade que este tem dos seus serviços e dedicação" (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 21/03/1920).

A tarefa da comissão fora cumprida com sucesso e, a 04 de julho daquele ano, em ata de uma sessão ordinária do corpo administrativo, o primeiro secretário, Agnello Bittencourt, abriu o ponto da ordem do dia daquela reunião informando que "a comissão incumbida de comunicar ao coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, a recusa do Instituto em aceitar o seu pedido de eliminação, cumpriu o seu dever, tendo aquele consócio retirado o seu pedido". Não constam anexos nas atas e nem mesmo algum arquivo nos registros de documentos ou correspondências expedidas pelo Instituto, que ofereçam maiores detalhes sobre essa comunicação feita a Bernardo Ramos, pela negação ao conteúdo de sua carta ou qualquer indicação sobre os dois membros da casa a que fez referência sobre a situação de incompatibilidade que o teria levado a decisão de afastamento total. Seria um deles o orador Vivaldo Lima, "guarda fiel e perpétuo da execução e rigorosa observância [dos] estatutos"[27] e responsável pela proposta demasiadamente fundamentada de sua destituição? E quanto ao outro desafeto, quem seria? Nenhum registro aponta isso.

O fato é que a assembleia extraordinária que discutiu e deliberou pela destituição de Bernardo Ramos e Henrique Rubim dos cargos, fora convocada, nos termos dos estatutos do Instituto, pelos sócios Vivaldo Lima, João Baptista de Faria e Souza, Oscar da Costa Rayol, Rodolpho Pinto e Paulo Eleutério Abreu da Silva, embora nos livros de atas e de registro de correspondências verificados, seja possível vislumbrar somente o nome do orador Vivaldo Lima assinando a proposta de destituição do presidente e segundo secretário. Quanto ao processo de votação que daí resultou, a ata da sessão de 06/06/1919, registra que o mesmo se deu de forma nominal e com a presença de 30 associados conforme lista arquivada

[27] Estatutos do IGHA – Secção VIII – Das atribuições do Orador, Art. 32.

juntamente com a proposta do orador e que consta no livro de arquivo das correspondências recebidas pelo Instituto entre os anos de 1917 e 1921.

Em relação a este fato, verificam-se algumas inconsistências entre a lista dos nomes dos associados constantes na lista arquivada no livro de correspondências e na própria ata de 06/06/1919 e o cômputo final da votação registrado na própria ata, além de uma inconsistência de datas. A ata indica a data de 06/06/1919, enquanto a proposta do orador e a folha arquivada com a lista de sócios presentes no livro de correspondências indica a data de 06/07/1919. A ata de 06/06/1919, está arquivada no livro de atas N° 02, com termo de abertura em 11 de março de 1917. No entanto, o livro de atas N° 03, cujo termo de abertura é de 08 de abril de 1917, há uma outra ata com a data de 06 de junho de 1919, em que aparece o nome de Bernardo Ramos como presidente da sessão.

Observando-se os registros de datas nas referidas atas e cruzando informações com o livro de registros de assinaturas das sessões e o livro de arquivamento de correspondências recebidas pelo IGHA, deve-se considerar o 06 de julho de 1919, como sendo a data correta em que se deu a assembleia geral extraordinária que discutiu e deliberou pela destituição do presidente e do secretário da instituição. Chega-se a essa afirmação, após a identificação sem qualquer problema de grafia, do nome de Bernardo Ramos presidindo a reunião de 06/06/1919, em ata citada acima e, mais ainda, ao verificar-se que, tanto no livro de registro de assinaturas referentes à assembleia da destituição, quanto no livro de correspondências recebidas entre 1917 e 1921, constarem a data de 06 de julho de 1919, coincidindo ainda, nos dois livros, a indicação da presença de 30 associados presentes àquela assembleia, embora no texto da ata que registra a votação nominal do processo, constem 26 votos a favor da destituição e 6 contrários para o caso do presidente e 25 votos a favor e 4 contrários para o cargo de secretário, sem qualquer alusão a abstenções ou outra informação que traga maiores esclarecimentos sobre o total de participantes.

Ressalte-se ainda o fato de que, mesmo sendo indicado o número de 26 votos a favor da proposta de destituição de Bernardo Ramos, a ata daquela sessão da assembleia, registra somente 23 votos a favor da proposta do orador, coincidindo apenas o total de 6 votos contrários. Essa é mais um inconsistência presente na ata, uma vez que não há nenhuma indicação de abstenções ou qualquer outra explicação para esta diferença. Ainda assim, o conteúdo da ata nos coloca diante

dos bastidores da dinâmica do IGHA, até então com dois anos de existência e as voltas com o próprio processo de amadurecimento enquanto instituição cujo episódio da destituição de seu presidente e segundo secretário da primeira gestão da casa, nos revela um conflito surgido do ajustamento de condutas individuais aos preceitos estabelecidos pelas regras estatutárias, num exercício de afirmação de um habitus específico.

Em momento anterior, já foi ressaltado o fato de que para o ano de 1918, somente uma ata foi encontrada nos registros do Instituto. O caso da destituição em tela, também chama a atenção para um certo descuido em relação à observância da atividade de redação das atas das reuniões. Neste sentido, para além do descumprimento dos itens dos estatutos, mencionados por Vivaldo Lima quando se referiu aos atos do presidente, o orador salienta ainda as falhas cometidas por Henrique Rubim, no exercício de seu cargo, faltando com o estabelecido pelo artigo 31 dos estatutos, no que tange as atribuições do segundo secretário.

> Alem de estar imerso em todos os artigos anteriormente citados, quanto ao Presidente, não cumpria com as obrigações de seu cargo, visto não comparecer às sessões, nem fazer o que manda o art. 31, letra A [...] Redigir e registrar em livros especiais, as actas (sic) das sessões do Corpo Administrativo e da Assembleia Geral e lêl-as (sic), nas reuniões respectivas, o que se verifica examinando a escripturação (sic) da sociedade. (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 06/07/1919).

E as relações entre o orador e o segundo secretário se desmancharam de vez, pois na proposta apresentada por Vivaldo Lima, verificam-se outros detalhes que se desenrolaram a partir da acusação que levou a proposta de destituição, a saber, a tentativa de realização de reunião política nas dependências do IGHA. É assim que Vivaldo Lima fala em seus considerandos:

> Considerando que foi elle o instigador do Presidente para que fizesse a reunião de sua assembleia no prédio do Instituto; Considerando que, faltou com os seus deveres de moral e honra [...] dizendo insultos ao orador [...] no pleno exercício das atribuições que lhes são conferidas [...]; Considerando que, ao ser solicitado pelo orador para entrar no caminho do dever, declarou, peremptoriamente, não continuar mais como sócio, fazendo referências pouco lisonjeiras à sociedade (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 06/07/1919).

As propostas apresentadas pelo orador Vivaldo Lima tiveram teor diferente para o presidente e para o segundo secretário. Os considerandos da proposta quanto ao cargo de presidente culminam com apenas com a proposta de destituição do cargo e das referidas comissões de que Bernardo Ramos fazia parte. Já em relação a Henrique Rubim, a proposta encaminhada defende a sua eliminação do quadro social do Instituto, lançando mão das penalidades presentes no artigo 17 dos estatutos, que discorre sobre a pena de eliminação a ser aplicada ao sócio "que atentar contra a moralidade e os bons costumes, ou faltar aos deveres da honra e da probidade" (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 11).

Em relação à proposta de eliminação de Henrique Rubim do quadro social, o sócio Miranda Simões apresenta um substitutivo à proposta do orador, que é aprovada por 25 votos a 4, em que propõe, "quanto ao 2° secretário [...] que se aplique a penalidade de substituição do cargo e comissões, em harmonia com a applicada (sic) ao presidente" (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 06/07/1919). Desta feita, foram declarados vagos os cargos de presidente e de segundo secretário e, segundo os mesmos estatutos invocados para a destituição, deveriam assumir o bispo D. Irineu Joffely, 1° vice-presidente e Gentil Augusto Bittencourt ou Octaviano Silveira, suplentes para o cargo de secretário.

Em nenhuma ata há alguma explicação mais detalhada sobre o assunto, mas o bispo Joffely não assumiu o cargo, sendo o mesmo ocupado pelo 2° vice-presidente, Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Os suplentes da secretaria constantes na lista da primeira diretoria, também não assumiram, ficando a frente do cargo o Sr. José da Costa Teixeira. É óbvio que algum impedimento deve ter havido tanto em relação ao bispo quanto em relação aos suplentes da secretaria, porém não foi possível identificar tal informação nos documentos analisados.

Para o caso do cargo de segundo secretário, a assembleia adotou os pressupostos do art. 23, § 2°, que estabelece em caso de substituição que:

> Os outros membros do Corpo Administrativo serão substituídos pelos respectivos suplentes [...] na ordem da colocação, e, na falta destes, pelo sócio mais votado para o cargo, na ordem dos votos obtidos; e não os havendo, ou achando-se impedidos, occupará (sic) o cargo o mais velho dos sócios presentes, até nova eleição (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 13).

Esse aspecto também remete ao art. 80, das disposições gerais dos estatutos, especificamente o § 1°, que reforça o entendimento da matéria ao estabelecer que "as substituições [...] quando se derem em virtude de vaga, terão o caráter de definitivas até o fim do triennio (sic), à excepção (sic) dos cargos de 1° secretário e de orador, que se farão perpetuamente" (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 33). No parágrafo seguinte, os estatutos determinam que "o substituto ou supplente (sic) [...] no exercício por impedimento de outro que o precedera na [...] votação [...] cederá [...] o logar (sic) a esse outro, logo que elle (sic) se apresente para occupal-o (sic)" (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 33). As atas não registram que tenha havido tal apresentação dos que estavam na lista de suplência e José da Costa Teixeira, o mais velho dentre os presentes, foi aclamado pela assembleia para assumir o cargo.

Em que pesem as observações constatadas ou os aspectos omissos nas atas analisadas, verifica-se a dinâmica de uma instituição que, ainda que muito jovem, se via às voltas com um processo interno de lapidação de suas próprias regras de funcionamento e atuação. A interrupção do mandato do primeiro presidente de uma entidade que foi pensada para prestar "ao Amazonas os mais relevantes serviços" e, com poucos meses de existência, considerada de utilidade pública pelo Governo do Estado, poderia ser entendido como um sinal de fraqueza ou o anúncio de um história breve no cenário cultural local. No entanto, olhando por outro lado, podemos entender esse movimento interno da instituição como um processo de refinamento organizacional, a afirmação não apenas da existência de mecanismos internos de orientação, mas do poder que eles exercem no enquadramento de condutas com vistas ao estabelecimento de um habitus.

Tudo bem que os nomes de Bernardo Ramos e Henrique Rubim figurassem na lista indicada pelo governador Pedro de Alcântara Bacellar, sendo chancelados pela assembleia geral de fundação do Instituto, para compor a primeira diretoria da casa, mas o episódio da destituição de ambos, ao invés de enfraquecer o IGHA, reforçou a figura de uma entidade que, embora jovem e atuando em proximidade com o poder político, mantinha-se firme no propósito de estruturação de uma lógica própria de funcionamento. O que estava em jogo era o processo de consolidação dessa lógica e a garantia de que as posições internamente assumidas pelos associados, pudessem encontrar reconhecimento dentro do próprio microcosmo social por eles fundado. Desenrolava-se, portanto, o processo de autonomização da entidade em

relação ao universo da política, ainda que tal autonomia nunca chegasse ao seu termo em sentido lato.

Nos termos dos estatutos, o Art. 19° em seu § 7°, considerava como expressamente proibido “discutir dentro do INSTITUTO assumptos da política do Estado, do Paiz ou do exterior” (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 12), reforçando tal postura no Art. 91°, ao expressar que “o INSTITUTO não entreterá polêmicas pela imprensa, não se envolverá em questões pessoaes, nem nas luctas partidárias (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 34). No que tange ao universo da política, de permitido apenas o uso do capital de relações mantido por cada sócio com os diferentes postulantes dos cargos públicos, estratégia capaz de oferecer garantias de manutenção do projeto de consolidação do IGHA como campo autônomo de atuação, ainda que tal autonomia tenha que ser tomada como relativa.

O assunto da tentativa de realização de reunião de caráter político nas dependências do IGHA e a consequente destituição de seu presidente e segundo secretário, parece ter sacudido as estruturas e deixado certa dose de poeira no ar. Daquele dia em diante, os nomes dos destituídos não mais figuraram em nenhum registro interno da casa, até pelo menos o dia 03 de julho de 1921, quando há um registro no livro de assinaturas de sócios em que alguém informa a presença de Bernardo Ramos na reunião e, quase dois anos depois, em 06 de maio de 1923, quando o próprio presidente honorário assina o livro de registro da sessão ordinária do corpo administrativo.

Antes disso, a menção a Bernardo Ramos ocorre somente no caso da leitura da carta que ele envia para pedir seu desligamento do Instituto, que já vimos que não só não foi aceita pela casa, como uma comissão especificamente formada na ocasião, o procurou para solicitar seu retorno às atividades da entidade. E esse retorno realmente aconteceu, em que pese o fato mencionado acima quanto ao fato de o livro de assinaturas das sessões da casa não registrarem o seu nome. Na terceira diretoria, Bernardo Ramos voltaria como presidente da casa para ficar, segundo os registros, por dois mandatos consecutivos.

Um outro aspecto da dinâmica do IGHA que fica bem evidente na leitura das suas atas, é o fato de que desde a sua fundação a Instituição ter contado com a oferta de materiais para a composição seja do seu acervo bibliográfico, seja para a montagem das coleções que compõem os seus museus. Na correspondência que manteve com entidades congêneres, o IGHA sempre recebeu muitas revistas de

diversos institutos históricos espalhados pelo país. Na proximidade e a partir do capital de relações de seus membros com o universo da política local, recebeu também documentos oficiais como mensagens, falas e relatórios de governadores e prefeitos fosse da capital ou do interior compondo, dessa forma, um rico acervo documental.

> O senhor presidente declarou aberta a sessão e mandou que o senhor primeiro secretário procedesse a leitura do expediente, que constou do seguinte: um officio do excellentíssimo senhor Doutor Director Geral da Universidade de Manáos [...] oferecendo, para início de sua collecção de mineralogia, uma pedra aurífera, encontrada no rio Verde, affluente do rio Guaporé. Outras offertas: do senhor doutor Vivaldo Palma Lima, cem volumes de várias obras sobre Geographia e História [...] do senhor Luiz Brazil Correia, um machado de pedra [...] e uma pequena moeda de prata [...] do ex-Império do Brazil. Dos meninos Oswaldo e Vivaldo Lima Filho, [...] uma tanga de contas dos índios Macyxys, uma moeda de prata [...] do anno de 1820 e quatro moedas de cobre [...] uma dos tempos coloniaes, duas do Império e uma francesa (ATA DE SESSÃO PREPARATÓRIA DO IGHA, 18/03/1917).

Antes mesmo da fundação do Instituto, como se pode verificar no registro da reunião preparatória, o expediente da ata já se apresenta bem volumoso em se tratando das ofertas recebidas pela casa. Daí em diante, o que se vê é sempre o registro do repasse de muitos documentos, livros, jornais, revistas, fotografias, comunicados, circulares e boletins os mais diversos e também uma série de coisas bem curiosas como “um pedaço de pão de macacheira (sic) de mais de 20 anos dos índios Ito-gakio” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/05/1923).

São muitos os momentos em que se registra o recebimento de documentos oficiais dos poderes públicos, como “um officio [...] do Sr. Doutor Araújo Lima, Superintendente Municipal da Capital, offerecendo um exemplar de sua mensagem lida ao Conselho Municipal em 1° de outubro de 1924” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 16/11/1924). Em outra ata verifica-se o registro do “Sr. Luiz Carlos Augusto, Superintendente Municipal de Maués, offerecendo uma colleção de leis do Império do Brasil” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/05/1923). “Circulares [...] comunicando [...] o [...] Dr. Araújo Lima [...] sua nomeação para [...] Superintendente

Municipal da Capital [...e...] Dr. Ephigênio Salles [...] no cargo de Governador" (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 07/02/1926).

É sabido que os sócios do IGHA mantinham uma rotina muito assoberbada de atividades na capital, dividindo os compromissos do Instituto com uma série de outras obrigações nos mais diversos campos. Através das atas, também é possível verificar por onde andavam os sócios e de que maneira investiam no sentido de ampliar o capital de relações sociais e políticas que tanto influiu no desenvolvimento do Instituto. Desta feita, encontramos informações sobre Vivaldo Lima reassumindo o Conselho Municipal em 1924[28] ou dirigindo o Ginásio amazonense em 1921[29], Costa Tapajós como deputado no mesmo ano de 1921[30], Astrolábio Passos diretor da Universidade de Manáos[31], Gentil Bittencourt Secretário Geral da Universidade de Manáos[32], Bernardo Ramos no Conselho Municipal, Antonio Ayres de Almeida Freitas, Superintendente Municipal e Alfredo da Matta como Presidente do Congresso Legislativo, estes três no ano de 1917[33], para citar apenas os nomes de alguns dos sócios fundadores cujos nomes aparecem nas atas ligados a algum cargo capaz de manter ou ampliar o volume de capital de relações acumulado.

Atualmente, o IGHA conta com uma grande coleção de jornais em seu arquivo, coleção esta que já passou por processo de microfilmagem, compondo parte do acervo digital disponível na base de dados da Biblioteca Nacional. As condições de arquivo desta coleção, destoam da importância que tais materiais possuem. O acondicionamento é feito em ambiente sem controle de umidade e temperatura e os jornais estão guardados em pastas plásticas, algumas delas já esfarelando, da mesma forma que seu conteúdo. Basta dizer que várias pastas, que estão organizadas por sequência numérica e de acordo com os anos, apresentam a indicação de "imprópria para manuseio", haja vista as péssimas condições do material das pastas e dos jornais.

E essa grande coleção, assim como boa parte de tudo o que o IGHA possui em sua biblioteca e em seus museus, vieram de doações que as atas chamam de ofertas, feitas por seus sócios ou por pessoas que simpatizaram ao longo dos anos,

---

[28] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 15/02/1925.
[29] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 07/08/1921.
[30] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 03/07/1921.
[31] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/03/1921.
[32] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 04/07/1920.
[33] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 19/11/1917.

com os fins a que o Instituto se dedicou desde a sua fundação. “O Senhor Presidente [...] vae solicitar do Governo do Estado as duplicatas de todas as obras existentes na bibliotheca pública, afim de enriquecer a do Instituto” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/04/1919). Dentre tais ofertas, “vários exemplares de jornais antigos de Manáos, entre os quais o O Cathechista, de 1869, oferta do C^{el}. Antonio Bittencourt” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/02/1927). Esse registro, inclusive, ocorre já após o falecimento de Antonio Bittencourt, fato registrado em ata de 21 de março de 1926. As doações também vinham de outras regiões onde também havia institutos congêneres, como “vários números do jornal Diário da Manhã, de Alagoas, enviados pelo correio” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 04/11/1923).

> Foram feitas ao Instituto as seguintes offertas, que o Senhor Presidente agradeceu pessoalmente: do Prof. Agnello Bittencourt – uma collecção de jornaes da capital da República, do dia 7 de setembro de 1922, referentes a commemoração do primeiro Centenário da Independência Nacional; do Doutor Vivaldo Lima – um exemplar do número especial de La Nación, de Buenos Ayres, número esse de 7 de setembro de 1922, consagrado à grande data brasileira (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 03/06/1923).

Com o esforço particular de seus sócios ou através da rede de relações que aproximava o IGHA de inúmeras outras instituições congêneres ou não, o acervo foi se formando e o Instituto ganhando força como espaço específico de atuação. Neste movimento, os integrantes passam a percorrer um caminho de investimentos de ordem cultural onde os ganhos, ainda que incertos, só poderiam vir do reconhecimento do próprio Instituto como espaço social autorizado e, na mesma levada, capaz de autorizar falas e discursos.

Obviamente que essa dinâmica internado IGHA não é assim tão tranquila e sem conflitos entre os associados, cada um a ocupar uma posição específica no jogo de possibilidades do campo. Tais posições não estão ligadas somente aos cargos disponíveis no corpo administrativo escolhido a cada 3 anos ou na estrutura das suas comissões de trabalho. É claro que isso tem alguma importância e influência, mas o que conta mesmo, é reconhecimento da posição de cada sócio na paisagem cultural local, ou seja, do volume de capital intelectual que cada um

possui, a partir da construção de uma trajetória neste universo específico de atuação.

> Até fora do país, consta já o preparo do Senhor Coronel Bernardo Ramos e seus estudos sobre inscripções antigas. Relata que o senhor professor Siqueira Coutinho fora aconselhado, em Washington, a procurar no Brasil, o Presidente do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas, por ser o homem mais conhecedor de tais assuntos. Fôra a informação que lhe déra o Ministro Americano, quando aquelle professor despedia-se com destino à América do Sul para o desempenho de representante da Associação Pan-americana, em nosso pais (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 18/08/1918).

O assunto que estava sendo tratado na sessão registrada na ata indicada acima, era o da formação de um comitê local com o fim de atender ao convite recebido pelo IGHA para integrar o vigésimo Congresso Internacional de Americanistas, que seria realizado em junho de 1919, no Rio de Janeiro. O destaque dado ao nome de Bernardo Ramos é feito por Vivaldo Lima e o que está em jogo na ocasião, é o reconhecimento do presidente do Instituto como figura intelectual de destacado saber, no campo específico dos estudos sobre inscrições antigas.

Esse reconhecimento de Bernardo Ramos como nome de referência nessa área, o investe de autoridade intelectual e sua posição na presidência do IGHA, acaba por reforçar o papel da entidade como lugar de onde emanam falas oficiais acerca dos assuntos ligados a realidade local e regional. Ao agradecer Vivaldo Lima pelas palavras, ele promete realizar uma série de conferências sobre o assunto em tela e elas realmente acontecem nos dias 03 e 04 de maio de 1919, sob o título Inscrições e Tradições do Brasil Pré-Histórico, com grande presença de público.

> As oito horas da manhã [...] fazendo parte [...] sua excellência o Senhor Doutor Pedro D'Alcântara Bacellar, Governador do Estado, foi aberta a sessão e dada a palavra ao conferencista, que durante hora e meia discorreu sobre as inscrições encontradas em várias partes do Brasil, referindo-se particularmente a da pedra da Gávea [...], as da cidade abandonada do Estado da Bahia, as da pedra lavrada, na Parahyba e algumas do Amazonas. [...] deu as interpretações de várias dessas inscripções [...] baseando sempre suas conjecturas em factos da história e declarando que elas estavam largamente discutidas e provadas no seu trabalho inédicto, composto já de dois grossos volumes que dedicava ao Instituto e que entregava, naquelle momento à mesa (ATA

> DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 03 E 04/05/1919).

Cabe lembrar aqui que o IGHA foi pensado e emergiu num contexto marcado pela turbulência dos anos de crise do modelo econômico e social baseado na exploração da borracha nativa. As experiências institucionais até então experimentadas no Amazonas, ainda estavam frescas na memória como entidades que sucumbiram à crise ou que estavam em vias de enfraquecimento no vendaval das ilusões perdidas. O IGHA se coloca nessa realidade e seus integrantes já estavam calejados pela participação ativa em outras instituições, inclusive com a atuação constante de alguns deles no campo da política.

Muitos já vinham realizando investimentos numa carreira no campo da cultura, já tendo passado, por exemplo, pela Universidade de Manáos e pelo Ginásio Amazonense ou mesmo pela imprensa, acumulando um certo volume de capital intelectual que será fundamental, juntamente com o capital de relações sociais e políticas, para o desenvolvimento do projeto do IGHA. Era o momento, portanto, de lançar mão destes investimentos para reforçá-los e ampliá-los, com um projeto inteiramente construído por eles e que passaria a congregar outros pares num processo constante depuração.

A distinção feita ao nome de Bernardo Ramos, exalta a figura do próprio Instituto no cenário local, nacional e mesmo internacional. Claro que o IGHA nasce e se desenvolve sob os auspícios do governo do Estado, como pregam seus próprios estatutos, mas essa característica não o impede de trilhar um caminho de auto-valorização, num artesanato intelectual que pretende manter uma aproximação criativa com o campo da política, possibilitando aos seus integrantes, um espaço de atuação dotado da autonomia necessária para que o reconhecimento das posições e dos discursos internamente forjados, provenha de sua própria dinâmica e mecanismos de consagração.

> O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício [...]. Isto significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la continuamente. [...] o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar (MILLS, 2009, p. 22).

Os intelectuais envolvidos na criação e desenvolvimento do IGHA, já tinham certa quilometragem de experiências seja no campo específico ligado ao do mundo das letras e da cultura, com a participação de alguns deles no projeto da Escola Universitária Livre de Manáos, no Ginásio Amazonense Pedro II ou na imprensa, seja assumindo posições nos espaços de atuação da política, a frente do governo do Estado ou da capital, na câmara ou na assembleia ou ainda assumindo postos na estrutura administrativa local. Já mantinham uma rotina carregada de atividades e, ainda assim, se envolveram com a experiência do Instituto, sem qualquer garantia de que a ideia pudesse florescer, mas com a confiança no auxílio que poderia advir do prestígio que acumularam ao longo dos anos vivendo outras experiências culturais ou político-administrativas.

As dificuldades de manutenção da casa e a falta de recursos para a realização de atividades, algo constante nas atas das sessões de seu corpo administrativo, indicavam já desde os primeiros anos de existência, que a trilha a ser percorrida pelo IGHA rumo a sua consolidação na paisagem cultural e intelectual de Manaus, não seria nada fácil. Em 1929, por exemplo, o orador Vivaldo Lima informa que tomou a iniciativa de promover “em cooperação com a Santa Casa de Misericórdia, uma festa de arraial [...] sendo a quota (sic) que couber ao Instituto, destinada à aquisição de cadeiras para o salão de honra” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 18/08/1929).

E mesmo diante de todas as adversidades, o IGHA foi criado e seguiu essa trilha, “o que demonstra evidente disposição para o trabalho em prol da grandiosa instituição que acabamos de fundar” (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 08/04/1917). A estratégia adotada foi a da aproximação com o poder público, por meio do uso do volume de capital de relações sociais e políticas dos fundadores e, posteriormente, dos sócios efetivos, honorários ou correspondentes. Merece destaque, a ação de reconhecimento da instituição como de utilidade pública logo após sua fundação, ação de extrema importância para o desenvolvimento do projeto e uma possibilidade de ganhos simbólicos num futuro próximo aos envolvidos, publicando em sua revista ou simplesmente atuando como órgão consultivo do governo do Estado “em todos os assumptos (sic) referentes ás materias (sic) de sua alçada” (LEI ESTADUAL N° 897 – de 24 de agosto de 1917).

3.1.2 Em busca de recursos

Os Estatutos do IGHA estabeleciam, dentre os deveres e obrigações de seus sócios, que todos deveriam “contribuir [...] com a devida joia de admissão e pagar a quota que for arbitrada pelo seu diploma”[34]. O valor da joia ao tempo da aprovação dos Estatutos era de 50 mil réis aos sócios fundadores que efetuassem o pagamento até a instalação solene e de 100 mil réis aos sócios efetivos, admitidos dali em diante. Além disso, o ponto específico dos Estatutos que trata dos rendimentos do Instituto, versa dessa maneira acerca das rendas internas da casa:

> Art. 73° - Serão rendimentos do INSTITUTO:
> 1° - As joias pagas pelos sócios e as importâncias do preço dos respectivos diplomas;
> 2° - As quotas de entradas nos museus, congressos, exposições, etc;
> 3° - Os juros de hypothecas e penhores e o produto antichreses;
> 4° - Os aluguéis ou rendas de seus immoveis;
> 5° - A receita da “Revista” e de outras publicações;
> 6° - O producto eventual de outras fontes de rendas (ESTATUTOS DO IGHA. 1917. p. 31).

Os Estatutos não traziam os preços dos referidos diplomas, apresentando somente exigências ou valores referentes às demais categorias de sócios, a saber os benfeitores, honorários e beneméritos. Dessa forma, benfeitores e beneméritos, além de prestarem serviços relevantes deveriam doar, respectivamente, quantias superiores a dois e dez contos réis ou doarem objetos de valor equivalente a tais quantias. Aos sócios honorários, fossem do Brasil ou estrangeiro, não recaíam as exigências de terem que apresentar quantias em dinheiro, mas somente serem distinguidos como notabilidades científicas capazes de servir ao Instituto com seus conhecimentos nas áreas de geografia, história e ciências afins (ESTATUTOS DO IGHA, 1917).

As atas do Instituto também não fazem nenhuma referência a qualquer tipo de cobrança pela entrada em congressos ou exposições nos seus museus ou qualquer outro espaço. Alguns eventos até são registrados neste sentido, como a realização de conferências feitas por algum sócio ou convidado acerca da produção interna da casa ou relacionados ao calendário oficial das efemérides locais e nacionais. Dessa

[34] ESTATUTOS DO IGHA. Art. 14°, alínea c. 1917, p. 10.

forma, os recursos de que o Instituto dependeria para o desenvolvimento de suas atividades ou a manutenção da casa, provinham do pagamento das joias pelos sócios, de doações independentes que poderiam vir também de algum associado e, a maior parte, dos cofres do governo do Estado, da prefeitura da capital ou de algumas prefeituras do interior.

Esse é um dos aspectos mais característicos de instituições como o IGHA, ou seja, o fato de ter a quase totalidade de suas necessidades que dependam de recursos financeiros, satisfeitas a partir da relação com o poder público em seus diferentes níveis. Ainda assim, há inúmeras atas que tratam do assunto da falta de recursos para garantir, por exemplo, a participação de membros do IGHA em eventos de caráter nacional e até internacional ou que registram o lamento dos sócios em relação à inconstância nos repasses de verbas para o desenvolvimento de atividades. Já contavam 15 anos desde a sua fundação, quando a ata da sessão ordinária de 18 de agosto de 1932, sessão esta em que o professor Mário Ypiranga Monteiro é aceito como sócio efetivo, registra mais um desses lamentos.

> O Dr. Vivaldo Lima propõe a nomeação de uma comissão que deverá entender-se com o Sr. Interventor Federal, solicitando a inclusão, no próximo orçamento, de um auxílio ao Instituto, devendo essa comissão entender-se também com o Sr. Prefeito Municipal e pleitear a inclusão no futuro orçamento do município, da verba de sete contos de réis, devidos pelo município a este Instituto, crédito este oriundo de passadas administrações

Os Estatutos deixam claro que os recursos do Instituto serão aplicados, dentre outras coisas, na publicação da revista do IGHA (RIGHA) ou de outras obras raras, na construção de seu prédio definitivo e para cobrir despesas do trabalho de comissões, congressos, conferências e exposições e na compra de objetos. No entanto, cabe lembrar que o prédio definitivo do Instituto foi uma doação do governo de Alcântara Bacellar e a participação do IGHA em alguns eventos, fosse para representar o Estado ou não, também foi buscada junto ao poder público em diferentes momentos de sua história. Quando recebe do governador do Estado, uma cópia do convite feito pela comissão do IHGB encarregada da organização do Dicionário Histórico, Geografico e Antropológico Brasileiro, o presidente Bernardo Ramos pede a atenção da casa ao referido trabalho.

> Mostrando o alcance desse trabalho, pede que os membros do Corpo Administrativo se manifestem a respeito desse convite e da possibilidade do Instituto concorrer para essa obra de sciencia e de patriotismo. Falla o Sr. Professor Agnello Bittencourt e mostra que se trata de um encargo de grande responsabilidade e que demanda muito dispêndio de energia, tempo e dinheiro. Só por si, o Instituto não está apparelhado para um commetimento dessa ordem, sem [...] o governador [...] afudal-o na parte material (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 22/07/1917).

A esta altura, o IGHA já contava com um prédio para o desenvolvimento de suas atividades, por força do decreto N° 1.191, assinado pelo governador Pedro Bacellar em 18 de abril daquele ano de 1917. O mundo das letras e da cultura também já tinha tomado conhecimento da primeira RIGHA, publicada no mês de junho, a partir de impressão feita pela seção de obras da Imprensa Pública do Estado. Pouco depois da entrega oficial do prédio, transparecia a preocupação com as obras necessárias para o perfeito estado de funcionamento.

> O Sr. Presidente explicara as providencias que tem tomado no sentido de reparar-se o prédio onde funciona o Instituto, fazendo notar o muito que há ainda a realizar sobre esse assumpto. [...] pede a palavra o Sr. Manoel Miranda Simões, e, depois de abundar em considerações sobre o estado social e financeiro do Instituto, propõe que seja nomeada uma commissão de membros do Corpo Administrativo afim de pessoalmente se entender com o Sr. Dr. Governador do Estado e solicitar de S. Excia um auxílio em benefício das obras que estão sendo feitas no prédio [...] (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 17/06/1917).

Na mesma ocasião em que o assunto das obras de adaptação do prédio é tratado, Vivaldo Lima acrescenta que a referida comissão possa solicitar ao governador a inclusão em sua mensagem à Assembleia Legislativa, da solicitação de uma dotação orçamentária a ser empregada na “montagem da bibliotheca, museu e outras despezas (sic) inadiáveis”. Alguns meses à frente, em 22 de fevereiro de 1919, considerando o fato de que em 1918 os livros de atas registrarem somente uma reunião, a leitura do expediente da sessão aponta o recebido do ofício enviado pelo IGHA ao governador do Estado, agradecendo seu empenho a frente das obras de melhoramento no prédio do Instituto.

Manter-se próximo o suficiente, mas distante o necessário das posições políticas de destaque no Estado e no município, era o tipo de posicionamento capaz

de garantir, na maioria das vezes, as respostas positivas às necessidades do IGHA, fossem elas quais fossem. Decorridos quase 3 anos do lançamento do primeiro número da RIGHA, uma ata registra o desapontamento do orador da casa em relação a demora daquela publicação e propõe a saída possível no momento.

> O Senhor Vivaldo Lima, occupando-se de assumptos referentes as finanças do Instituto, Lembra estar em grande atrazo a sua Revista, sedo conveniente que a [...] commissão [...] se entenda a respeito com o Governador, que é presidente de honra do Instituto a que tão relevantes serviços vem prestando desde o início de sua administração. O Senhor Presidente diz que vae solicitar do Governo do Estado as duplicatas de todas as obras existentes na bibliotheca pública, afim de enriquecer a do Instituto (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 18/04/1920).

Estava em jogo a validade do capital das relações sociais e políticas mantido pelo IGHA através de seus sócios, alguns deles ocupando os mais altos postos políticos locais, como no caso do governador Alcântara Bacellar, ele próprio não apenas um sócio fundador do Instituto, mas Presidente de Honra diplomado em sessão da assembleia geral de 22 de março de 1919, evento cercado de muita pompa e seguindo todos os parâmetros de solenidades da casa, quando a entrega do diploma é entendida como um gesto de gratidão do Instituto ao governador e, talvez por esse motivo, o momento seria o de pressioná-lo no sentido do apoio para a publicação da RIGHA.

Os aportes financeiros tão necessários e desejados pelo IGHA, vinham não apenas do governo do Estado, mas como já mencionado anteriormente, da prefeitura da capital e de alguns municípios do interior do Estado. Quase sempre, quando as atas informam a respeito do repasse de subvenções, o registro já vem acompanhado das referidas aplicações tendo em vista que quase sempre os repasses ocorrerem com certa demora e muitas das vezes somente após as intervenções por parte da presidência ou de algum outro membro do Instituto.

> O Sr. [...] Thesoureiro [...] declara ter recebido da Intendência Municipal de Manáos, a quantia de seiscentos mil réis (600$000), correspondente ao auxílio dos meses de janeiro a março do corrente anno, tendo pago diversas contas de pequeno valor, devidamente legalizadas. [...] Agnello Bittencourt propõe que se consigne em acta um voto de agradecimento ao illustre Conselho Municipal de Manáos,

> especialmente ao seu esforçado presidente, Dr. Vivaldo Lima, pela concessão daquele auxílio, [...]. A proposta é approvada (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/05/1923).

Claro está que quando os sócios não lançavam mão do prestígio que tinham junto aos representantes do poder público, era apenas devido ao fato de estarem eles próprios a ocupar os cargos de onde chegava algum auxílio, como no caso apresentado em que Vivaldo Lima exercia o posto de presidente do Conselho Municipal. Na sessão seguinte, o tesoureiro do Instituto presta contas relativas, talvez, aos gastos de pequeno valor indicado na ata citada e mais a aquisição de uma estante de madeira, tudo isso somando a quantia de quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos réis (526$800) ficando, portanto, dentro daquele valor repassado pela Intendência.

Nem tudo chegava até o Instituto pela iniciativa de quem fizesse alguma doação. Alguns materiais, como no caso das peças para a composição das coleções dos museus, deveriam ser coletadas nos próprios locais em que pudessem ser testemunhadas e, para isso, uma soma em dinheiro deveria ser capitaneada de modo a permitir a organização de viagens pelo interior do Estado.

> Que ficasse a presidência autorizada a mandar o amanuense [...] senhor Medeiros Costa em viagem pelo interior do Estado afim de angariar objetos para o museu do mesmo Instituto, logo que for recebida no Thesouro do Estado, a consignação de quinhentos mil réis (500$000), feita pela Superintendência do município de Benjamin Constant (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 05/08/1923).

Os repasses de recursos sempre foram marcados pela inconstância. Indicamos acima o auxilio repassado pela Intendência Municipal de Manáos, referente as meses de janeiro a março e uma nova referência nos livros de atas, aparece somente no mês agosto, tendo o Instituto “recebido da Superintendência Municipal, a importância de 200$000, referente ao mês de julho do corrente ano” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 19/08/1923). Após isso, novo registro de repasse pela Superintendência só ocorreria na ata de 07 de outubro de 1923, recursos estes referentes aos meses de agosto e setembro daquele ano.

> Na lei N° 107, de 15 de outubro de 1923, que orça a receita e fixa a despesa do município de Benjamin Constant para o exercício de 1924, consta do Art. 3°, e § 17 do Art. 2°, uma subvenção mensal de 150$ ao Instituto, com a condição deste expor em lugar de destaque, no seu museu comercial, as amostras dos productos do referido município que forem enviadas para esse fim, fazendo delles a respectiva propaganda pela Revista do Instituto (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 25/11/1923).

A sequência de atas citadas imediatamente acima, são do ano que marca o retorno de Bernardo Ramos à presidência da casa. Após o desgaste que foi a sua destituição, a apresentação de sua carta solicitando desligamento total e a sua recusa em aceitar uma indicação para representar o Instituto em um evento nacional, ele retorna à cena trazendo, mais uma vez, o prestígio de que gozava junto às autoridades locais. Quanto a esse aspecto, basta destacar o fato de que a Intendência, por força de lei municipal, homenageou o presidente Bernardo Ramos, indicando seu nome para a identificação de uma rua da capital, conforme registro em ata de 04/11/1923, em que Vivaldo Lima discorre sobre o assunto.

> O Senhor Presidente faz um discurso, congratulando-se com os presentes, principalmente com os consócios, Dr. Vivaldo Lima e Prof. Agnello Bittencourt, por se acharem novamente reunidos, como há seis annos, quando, num momento feliz para o futuro do Amazonas, iniciaram os trabalhos deste Instituto. Faz votos para que a obra commum prossiga sem desanimo, tudo para beneficio desta grande terra (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 04/11/1923).

Uma detalhe a mais precisa ser destacado no caso específico da indicação do nome de Bernardo Ramos para uma rua de Manaus, a saber, o fato de que quem estava ocupando o cargo de presidente do Conselho Municipal era o seu consócio, orador perpétuo e que esteve com ele nos momentos iniciais de criação do Instituto, Vivaldo Palma Lima. A ata indicada informa ainda que, junto ao nome de Bernardo Ramos, outros dois nomes figuravam na lei para outras duas ruas. Um era do Frei José dos Inocentes e o outro do pai de Bernardo, Manuel da Silva Ramos, ou simplesmente, Silva Ramos.

Chegamos a isso porque a ata de 06 de maio de 1923 exalta o nome de Vivaldo Lima, presidente do Conselho Municipal que, aquela altura, teria providenciado o repasse do auxílio financeiro ao Instituto. No livro de

correspondências, na seção dos documentos recebidos no ano de 1924, encontra-se arquivado uma circular da Intendência Municipal em que seu presidente, Vivaldo Lima, convida o presidente do IGHA para as solenidades de abertura dos trabalhos daquela legislatura. Vivaldo Lima permanecera no cargo, mantendo sempre aberto o canal de aproximação do IGHA com o campo da política, o que representava a continuidade da estratégia de uso do capital de relações e prestígio em favor do Instituto.

> O trabalho simbólico de constituição ou de consagração que é necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de união, manifestações públicas, etc), terá maiores probabilidades de ter êxito se os agentes sociais sobre os quais se exerce tenderem, dada a sua proximidade no espaço das posições sociais e também das disposições e dos interesses associados a essas posições, a reconhecer-se mutuamente e a reconhecer-se num mesmo projeto (político ou outro) (BOURDIEU, 1997, p. 32-3).

Os agentes sociais que criaram e estavam atuando no processo de desenvolvimento do projeto do IGHA, por si só, um projeto simbólico de constituição de um espaço social capaz de reconhecer e consagrar posições intelectuais em seu interior, agiam no sentido de garantir com que esse objetivo fosse alcançado pela via da proximidade criadora com o campo do poder. Ora usando de prestígio e do volume de capital cultural e político acumulado, ora participando diretamente nos espaços de decisões políticas, ocupando cargos no campo do poder, os intelectuais do IGHA se inserem em espaços mais amplos de sociabilidade e garantem com que, nos espaços de luta que vão se constituindo no real, o Instituto possa se consolidar como um lugar de fala dotado de alguma autonomia para reconhecer e consagrar posições internas.

> O campo do poder [...] é o espaço das relações de força entre as diferentes espécies de capital ou, mais precisamente, entre os agentes que são suficientemente providos de uma das diferentes espécies de capital para ficarem em condições de dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam todas as vezes que é posto em questão o valor relativo das diferentes espécies de capital (por exemplo, a “taxa de câmbio” entre o capital cultural e o capital econômico); quer dizer, [...] quando se encontram ameaçados os equilíbrios [...] no interior do campo das instâncias [...] encarregadas da reprodução do campo do poder (BOURDIEU, 1997, p. 33).

O IGHA surge e se desenvolve num contexto em que é possível identificar outras instituições de caráter semelhante, na paisagem cultural e social da Manaus e do Amazonas. Muitos dos intelectuais envolvidos em sua fundação, participaram de outras experiências de perfil semelhante. Ocorre que as dificuldades econômicas vivenciadas pelo Amazonas nas primeiras décadas do século XX, impuseram um forte desequilíbrio entre o campo do poder e o campo cultural e intelectual local, espaço de atuação, por exemplo, da universidade de Manáos que passaria a sentiru os efeitos quase mortais desse processo.

A universidade, como o próprio IGHA, surgiu e mantinha-se em proximidade com os altos postos do campo do poder, procurando tirar proveito dessa relação por meio de garantias de medidas administrativas necessárias para a manutenção de suas atividades. A realidade favorável da economia da borracha, permitiu a emergência da Universidade, que se utilizou não apenas das verbas oriundas do poder público, mas também dos espaços físicos cedidos para o desenvolvimento de suas aulas e demais práticas específicas. Quando os ventos deixam de soprar a favor, o projeto se enfraquece.

A experiência do Museu Amazonense de Barbosa Rodrigues já tinha ruído anos antes e agora era a vez da universidade sentir os efeitos negativos da falta de recursos, numa economia enfraquecida e sem histórico de valorização de instituições de caráter cultural. Mas se estas experiências sofrem e são feridas de morte, como no caso do museu de Barbosa Rodrigues, o que teria contribuído, primeiro, para que o IGHA viesse a ser pensado e fundado e, depois disso, para que pudesse continuar existindo e desenvolvendo o papel que lhe fora atribuído por seus fundadores? Eles vislumbraram algo que lhes oferecesse alguma certeza de que os investimentos feitos na sua fundação poderiam lhes trazer algum ganho presente e futuro? O que estaria em jogo que permitiu isso?

Diante de todas as dificuldades enfrentadas e que poderiam, por si só, representar a pá de cal no projeto do IGHA, uma possibilidade de entendimento dessas questões, passa pela ideia de que os intelectuais envolvidos em sua concepção pareciam querer equacionar o desequilíbrio entre “um grande esforço e teimosia abnegada de meia dúzia de associados [...] para o bem do Amazonas” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/08/1934) e as dificuldades de ordem material para impulsionar tal feito no sentido de poder

contribuir, no nível intelectual, auxiliando “os poderes públicos estaduaes ou municipaes na pesquisa de novos caminhos que melhor satisfaçam as aspirações do povo e tornem mais feliz esta vastíssima região” (CIRCULAR – IGHA, 14/05/1917).

Estes intelectuais assumem, então, a tarefa de pensar a região em outros termos. O discurso de Vivaldo Lima na sessão solene de instalação do Instituto indica exatamente isso, uma tentativa de reescrever a história local, redefinir seus limites, rediscutir seus tributos, valorizar documentos históricos, sua população, suas línguas e toda a biologia da região. Caberia ainda a estes abnegados e assoberbados intelectuais, a tarefa de propor um redimensionamento da economia, repensando seu papel no cenário nacional que, a partir do vendaval que levou o fausto da borracha embora, ficara a margem de outros processos econômicos e políticos em franca expansão na região sudeste do país.

> Quanto a nossa história, não tem havido nenhuma preocupação em escevel-a, emquanto os documentos e testemunhos vão desapparecendo, impossibilitando de reconstituir-se com acerto os fatos. [...]. Sobre as línguas falladas no Estado, raros são os trabalhos [...] e sem a vulgarização precisa. [...]. Nossa agricultura ainda não passou da phase embryonaria. A seringueira, que é a mina e outro do Amazonas, todos a querem encontrar nativa, posto que há muitos anos se recommende a cultura systemática. [...]. De nosso commercio, de nossa industria e de nossa navegação, como me opprime dizel-o! – quem compulsar as estatísticas terá de franzir e testa e apertar o coração. [...]. E depois de tudo isso, e depois de soffrer a vertigem do abysmo que me atordoa o cérebro, deixae que eu erga minha vista em busca da esperança (ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO IGHA – 13/05/1917).

Está claro que a fundação do IGHA representava para os envolvidos, uma possibilidade de reconfortar os espíritos, diria Vivaldo Lima em outro ponto do seu discurso. Na exaltação do momento, o Instituto era visto como uma porta que se abria para um futuro em que a prosperidade econômica retornaria sob as bênçãos da constelação do Cruzeiro do Sul, diz ainda o orador. Era o momento de os intelectuais assumirem a tarefa que políticos e comerciantes não realizaram a contento, encurtando a visão para os diferentes contextos em que a Amazônia e Manaus estavam inseridas. Uma postura quase de missão salvadora, ao menos no nível intelectual.

É claro que não havia meios de garantir sucesso a esta missão a que os intelectuais passam a se empenhar a partir de março de 1917. Hoje, em olhar retrospectivo e sabendo que o IGHA continua na estrada do pensamento com mais de 100 anos de história, lemos as atas da casa e temos noção das dificuldades enfrentadas e que fizeram, dentre outras coisas, com que o Instituto levasse 15 anos para apresentar o segundo número de sua revista, apesar de todo empenho e abnegação.

Além do próprio empenho, recursos materiais eram necessários para operacionalizar a tarefa auto-atribuída. Em ata de 18 de outubro de 1925, "Vivaldo Lima participa haver apresentado ao Conselho Municipal um projecto (sic) transformado em Lei do Município, concedendo ao Instituto um auxilio", tendo em vista a realização de festividades pela passagem do 1° centenário de nascimento de D. Pedro II. Na mesma ata, o tesoureiro da casa informa o repasse de subvenção por parte da Superintendência da capital referente ao ano de 1924, no valor de Dois contos, sessenta mil e duzentos réis (2.060$200).

> Balancete do movimento de caixa em mil novecentos e vinte e seis [...] por onde se verifica que não foram pagas ao Instituto, pela Prefeitura as importâncias de 1.000$000, correspondentes aos cinco últimos meses do referido anno e de 2.000$000, da verba votada pelo Conselho Municipal para auxilio as festas de recepção do Sr. Washington Luis, presidente da República, quando de sua visita a este Estado (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 03/04/1927).

Mesmo com todo o prestígio de seus sócios, o IGHA nem sempre era lembrado pelo poder público quanto aos repasses das subvenções a que tinha direito, inclusive por força de lei, e que passa a ser incluídas nos orçamentos do Estado e da prefeitura da capital e de alguns municípios. Em oficio de 09 de abril de 1923, Bernardo Ramos lembra ao Superintendente Municipal de Manaus, Edgar do Rego Monteiro, os compromissos daquela instituição com a lei municipal N° 1.168, de 5 de fevereiro de 1923, que concedia o auxilio de duzentos mil réis ao IGHA e solicita-lhe o cumprimento da medida. Antes disso, em 06 de abril de 1923, o presidente do IGHA "pede que V. Ex^{cia} se digne ordenar seja posta em execução, para os devidos fins, a Lei municipal de Manáos, N° 1.168, de 5 de fevereiro do corrente anno".

Esse prestígio ou esse capital de relações dos sócios do IGHA, pode ser verificado em várias situações ao longo da leitura dos documentos do arquivo casa. Convites para a abertura de trabalhos na Assembleia Legislativa ou no Conselho Municipal, envio de mensagens do governador lidas perante a assembleia, solicitação da indicação de nomes para auxiliarem o Estado ou a prefeitura em assuntos de interesse do Instituto, são exemplos dessas situações. Até a criação de leis no âmbito do Estado ou do município, para garantir o repasse de recursos ao Instituto e a cobrança de diferentes presidentes aos ocupantes dos cargos públicos locais, quanto à regularização de subvenções em atraso, demonstram um processo de fortalecimento das condições internas de funcionamento e o reconhecimento do Instituto como entidade a que os poderes públicos deviam alguma satisfação.

> O Sr. Dr. Arthur Reis propõe seja officiado ao Sr. Dr. Interventor Federal, solicitando os seus bons officios no sentido de cada uma das prefeituras do interior auxiliar o Instituto com concoenta mil réis mensaes. O Dr. Vivaldo Lima propõe que no mesmo officio se solicite abertura de crédito, pelo Município, para pagamento [...] das subvenções em atraso; que igualmente se solicite a promulgação de um Ato dererminando as prefeituras que façam recolher ao Instituto, documentos e objetos que se relacionem com a ethnologia, archeologia, botânica, zoologia (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 19/04/1931).

Já na sessão seguinte, tem-se o resultado positivo em relação à solicitação indicada por Arthur Reis, com o registro em ata da leitura de um ofício da interventoria federal, “communicando achar-se no Thesouro do Estado, a disposição do Instituto, a importância de concoenta mil réis, contribuição da Prefeitura de Coary” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 17/05/1931) e, pouco mais de um mês após isso, o Corpo Administrativo do IGHA aprovava resolução para que o orador Vivaldo Lima pudesse “entender-se com o Sr. Prefeito [...] da Capital, no sentido de conseguir o calçamento da rua Bernardo Ramos, em frente ao Instituto” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 21/06/1931). Esta mesma ata de 21 de junho registra ainda, em atenção as deliberações de 19/04/1931, outros dois repasses no mesmo valor de 50 mil réis, oriundos das prefeituras de Itacoatiara e Porto Velho, além de informar a intenção do Interventor Federal em atender a solicitação de abertura de crédito para a quitação de subvenções em atraso.

Na mesma levada, o IGHA também tratava de enaltecer as figuras públicas que demonstravam atenção aos seus assuntos. Homenagens foram prestadas, telegramas foram enviados, votos de louvor registrados e diplomas de sócios honorários foram oferecidos. Tratava-se de agradecer, mas também de cuidar da manutenção das relações do IGHA com o poder público ou empresas capazes de garantir os recursos materiais necessários para a continuidade do projeto. Neste sentido, o Instituto delibera por "mandar cunhar medalha especial para a firma J. G. Araújo Cª. Lda. e conferir-lhe Diploma de Honra, por ter concorrido à exposição com mostruários de várias industrias" (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/12/1925).

A exposição em questão teria sido o evento organizado para festejar o centenário de nascimento de D. Pedro II, ocorrido nas dependências do Instituto e que contou ainda com a colocação de uma placa comemorativa em homenagem ao Imperador no salão nobre da casa que, por sinal, leva o nome de Salão Nobre Pedro II. A proposta dessa homenagem partiu de Vivaldo Lima, que informou "haver apresentado ao Conselho Municipal um projeto, transformado em Lei [...] concedendo ao Instituto um auxilio [...] para as festas [...] ao [...] centenário" (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 18/10/1925).

> Sendo então tomadas as seguintes deliberações – Organizar o programma das festas com que o Instituto solemnisa a passagem do primeiro centenário do nascimento de D. Pedro II; Autorizar o S. presidente a despender o necessário com estes festejos de forma que [...] venham ter o maior brilhantismo; aprovar o programa destes festejos, o qual constará do seguinte: - 1°. Missa campal [...]; 2°. Sessão solemne [...] na sede do Instituto; 3°. Abertura da exposição industrial, organizada pelo Instituto; 4°. Distribuição de medalhas de ouro e prata, aos expositores, de accordo com a classificação do referido jury (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 29/11/1925).

Outro flagrante da manutenção do capital de relações que ligava o IGHA aos altos postos do campo político, pode ser verificado na presidência de Alfredo da Matta, quando este orienta "o Sr. thesoureiro [...] a telegraphar [...] ao Sr. Dr. Washington Luis, agradecendo a abertura de crédito para a publicação da obra do Coronel Bernardo Ramos sobre inscripções lapidares" (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 18/08/1929). Na ata da primeira

reunião ocorrida em 02 de fevereiro de 1930, Vivaldo Lima informava que a impressão da referida obra estava em vias de conclusão.

A cada mudança de nome dentre aqueles que ocupavam as cadeiras políticas, o Instituto se movimentava no sentido de marcar “visitas de cumprimentos”, como ocorreu em relação à Dorval Porto, a quem Agnello Bittencourt propôs, em sessão de 18 de agosto de 1929, um voto de congratulações pela indicação ao cargo e, uma vez tendo tomado posse no ano seguinte, Vivaldo Lima faz o comunicado de que a diretoria do IGHA seria recebida pelo Presidente do Estado, para a referida visita. Meses mais tarde, Dorval Pires Porto teria o nome aprovado como sócio honorário do Instituto.

> O Dr. Vivaldo Lima diz que solicitou, em nome do Corpo Administrativo deste Instituto, uma audiência de S. Exc. o Sr. Dr. Dorval Porto [...] aguardando que seja, para esse fim, designados dia e hora, afim de ser entregue ao referido Dr. Dorval Porto, o diploma de Sócio Honorário que lhe foi conferido por este Instituto (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 03/08/1930).

Os anos vão passando e as pelejas em relação à irregularidade nos repasses de subvenções pelo governo do Estado e pela prefeitura continuam. A cada atraso, comissões são formadas no sentido de entenderem-se com os representantes do executivo das duas esferas de governo local, na tentativa de sempre manter, como já havia se referido o presidente honorário Bernardo Ramos no passado recente, relações as mais cordiais com as estruturas do poder político. Essas investidas, visavam garantir a dinâmica pensada para o IGHA que incluía em alguns momentos, a possibilidade de compra de materiais para os museus ou para a biblioteca do Instituto, como no caso em que Arthur Reis informa ter visitado a família de Bernardo Ramos, após sua morte, e verificado um total de 27 volumes que poderiam enriquecer o acervo da casa “e que os herdeiros do saudoso Presidente pretendem cedel-as pela importância de quatrocentos e cincoenta mil réis, propondo que o Instituto Daca uma oferta de quatrocentos mil réis” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 15/10/1932).

> O Sr. 1° Secretário diz que em conformidade à autorização que lhe foi concedida [...], fechou negócio com os herdeiros do Coronel Bernardo Ramos, tendo adquirido para o Instituto, pelo preço de quatrocentos mil réis, pagáveis de janeiro de 1933

> em diante (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 06/11/1932).

Uma vez que as subvenções eram irregulares, a medida adotada de efetuar o pagamento referente à compra de parte dos livros da biblioteca de Bernardo Ramos era a mais acertada. Parece que os repasses vinham no tranco, sempre que o corpo administrativo tomava a iniciativa de formar uma comissão para entender-se com os mandatários de plantão. Em 19 de junho de 1933, Vivaldo Lima propõe que a casa solicite, e esse é um pedido que as atas registram pelo menos 3 vezes ao longo da historia do IGHA, a reconstrução do passeio do edifício do Instituto e, na mesma ata, o tesoureiro "informa que o Sr. Prefeito Municipal prometteu mandar pagar as subvenções dos dois últimos meses, durante o mês corrente" (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 19/06/1933).

A promessa do prefeito não se efetivou e algumas atas a frente, verifica-se o tesoureiro expondo a situação de que "as subvenções que o Município concede ao Instituto estão em atraso e que o Sr. Prefeito declarou que somente de outubro em diante poderá pagar alguma coisa" (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 20/08/1933). O "alguma coisa" e o "de outubro em diante", se efetivaria em novembro daquele ano e o repasse da subvenção respingaria nos trabalhos de impressão do segundo volume da Revista do Instituto, 15 anos após seu aparecimento no cenário intelectual da cidade de Manaus.

> O Thesoureiro diz haver recebido da Prefeitura [...] a importância de 600$000 [...] tendo pago 200$000 ao zelador [...] de ordenados e entregando 400$000 ao Sr. 1° Secretário, para despesas com a impressão da Revista do Instituto. O Sr. Dr. Arthur Reis communica estar concluída a impressão do vol. 2°, Nos 1 e 2 da Revista [...] tendo recebido do Instituto 500$000 para esse fim, tendo custeado o restante com auxilio dos sócios (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 05/11/1933).

O secretário Arthur Reis havia feito referência à circulação do segundo volume da Revista, ainda em junho de 1933, numa das poucas sessões ordinárias que aconteceram às segundas-feiras no Instituto. O primeiro volume, foi publicado em junho de 1917 e talvez a intenção da presidência da casa, na ocasião exercida por Agnello Bittencourt, fosse a de trazer o segundo volume a público no mesmo mês da anterior. Porém, como se pode verificar na citação acima, tal feito ainda esperaria

um pouco mais, acrescendo em mais 4 meses o atraso que já estava na casa dos 15 anos.

Outros lotes de livros viriam a ser comprados mais adiante e recursos seriam necessários para este e outros atos da diretoria e do Instituto como um todo. Continuar usando da estratégia de manutenção e fortalecimento do capital de relações, seria a alternativa disponível e de fácil realização por parte dos associados, ainda que a inconstância continuasse sendo a marca das tomadas de decisão do poder público em conceder os recursos que o IGHA julgava ter direito pelo fato de ser uma entidade de utilidade pública.

> O senhor Presidente declara ter comprado à senhorita Maria de Miranda Leão, um lote de livros antigos, contendo 100 volumes, que pertenceram à Bibliotheca do saudoso amazonense, Prof. Manoel de Miranda Leão, pela quantia de duzentos mil réis. Entre esses livros, há obras raras sobre o Amazonas (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 07/10/1934).

Seguindo neste caminho, o corpo administrativo do IGHA aprova a concessão do título de Presidente de Honra ao Interventor Federal Capitão Nelson de Mello, “atendendo os grandes serviços que está prestando ao Estado [...] e ser um official de apreciável intelligencia e cultura” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 15/07/1934). Os motivos para tal podem ser encontrados nos próprios registros do IGHA, a saber, a decisão do Interventor pelo repasse de uma boa soma de recursos que viria a ser empregada na aquisição de peças etnográficas e de mobiliário.

> O senhor Presidente declara que participará esta ocorrência ao Capitão Nelson de Mello e vai convidal-o a fazer uma visita a este Instituto, para que sua excellencia veja a colleção ethnografica que acaba de adquirir, bem assim o mobiliário, tudo comprado com parte dos vinte contos de réis que mandou entregar ao senhor Presidente (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 17/05/1934).

A visita do Interventor ocorreu no dia 05 de agosto de 1934, ocasião em que foi convidado para assumir a presidência de honra da sessão que contou ainda com a presença do secretário do governo. A coleção etnográfica aludida, pertencera ao sócio efetivo Chrysanto Jobim e já havia feito parte da programação dos festejos do

centenário de adesão do Amazonas à Independência do Brasil[35]. O Instituto já havia manifestado interesse em adquiri-la em 1931, quando a ata da primeira sessão daquele ano registra a preocupação do corpo administrativo, de que a Prefeitura atualizasse a subvenção para que a compra pudesse ser realizada[36], porém a aquisição da coleção que se chamava Museu Rondon, só se efetivou no ano de 1934, com a execução do repasse da subvenção dos 20 contos de réis realizada pelo Interventor Nelson de Mello.

Falando a partir de um campo e dotados de reconhecimento, primeiramente atribuído pelas estruturas deste próprio campo e, depois, pela identificação da aura que emana da posição que ai ocupam, os sócios do IGHA foram solidificando a ideia iniciada em 1917 e ajudando a estruturar um campo Intelectual na cidade de Manaus. Com regras bem definidas e em constante conexão com diferentes espaços de sociabilidade, cada um com suas próprias regras, o IGHA vai trilhar um caminho de relativa autonomia na busca do equilíbrio entre as pressões externas representativas da ordem social mais abrangente e seu próprio universo enquanto microcosmo social.

3.2 - Produção intelectual – A revista do IGHA (RIGHA)

Os Estatutos aprovados em 1917, deixavam claro que, dentre as ações que seriam desenvolvidas pelo IGHA no sentido de preencher os fins a que foi criado, estaria a publicação de uma revista, “editada trimensalmente, em brochura, na proporção do material de que dispuzer e formará um tomo ou volume em cada anno” (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 29). Capitaneando os trabalhos, estariam o Presidente e o primeiro secretário, os primeiros nomes da terceira comissão do Instituto, a comissão de redação da RIGHA.

> Art. 68° - A Revista publicará os trabalhos dos sócios, as actas das sessões do Corpo Administrativo e da Assembléa Geral, outros trabalhos que forem julgados dignos de publicação e seja autorizada pelos seus autores, e um noticiário do que houver occorrido de mais importante no Estado, no Paiz e no exterior sobre os assumptos attinentes aos fins do INSTITUTO (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 29-30).

[35] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 07/10/1923.
[36] ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 01/02/1931.

A intenção era a de manter um canal permanente de publicação aos associados e oportunizar a reedição de documentos e trabalhos “de reconhecido valor scientifico ou raros sobre o Brazil e particularmente sobre o Amazonas” (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 06). Seguindo os objetivos que estiveram em jogo no processo de fundação do próprio Instituto, a RIGHA cumpriria o papel de coligir e trazer à luz, o montante de informações atinentes à Amazônia e ao Amazonas, corrigindo erros, desfazendo calúnias e apontando os caminhos de superação de processos inibidores do desenvolvimento local.

> Ninguém pode negar as vantagens que tem alcançado vários trabalhos já editados [...]. Existe já um bom cabedal onde o estudioso [...] vae conhecer as cousas que nos dizem respeito. Todavia, tratam-se de obras esparsas, sem o critério scientifico dos modernos processos de investigação [...] apenas os principais lineamentos, muitos dos quaes fornecidos por estrangeiros.
> Cumpria ao Amazonas [...] contribuir para esse desideratum patriótico, fundando seu Instituto e creando a sua Revista (RIGHA, 1917, 09-10).

A criação de uma revista com características editoriais tão abrangentes estava em sintonia com as intenções já indicadas pelos fundadores, desde os primeiros momentos em que a criação do Instituto ocupou espaço na rotina de trabalho de Bernardo Ramos, Vivaldo Lima e Agnello Bittencourt. A situação econômica e social do estado do Amazonas e da região como um todo, não inspirava maiores aspirações nas primeiras décadas do século XX, porém, no cenário da produção de ideias, ainda havia efervescência suficiente para fundar uma entidade cujas pretensões visavam o engrandecimento de uma região percebida como negligenciada e esquecida, apesar de dotada de um enorme potencial.

Dentro desta perspectiva, uma revista pensada como um “repositório de informes e estudos scientificos, de caráter geográfico e histórico, afferentes ao Brasil, sobretudo a este Estado” (RIGHA, 1917, p.09) visava, a um só tempo, oferecer uma alternativa reflexiva para a realidade de crise econômica e social e uma possibilidade para que os envolvidos no projeto institucional do IGHA e de sua revista, continuassem investindo numa carreira intelectual, dando vazão às suas habilidades no mundo das letras.

O objetivo estava claro, no entanto, a periodicidade pretendida pela RIGHA sofre descompasso logo em relação ao segundo volume, quando se verifica um

hiato de 15 anos sem que o Instituto fizesse circular a sua revista. Todo esse tempo não significava um silêncio por parte de seus sócios que, apesar da rotina sempre carregada de tarefas, continuavam em plena atividade intelectual, fosse dentro do Estado e da cidade de Manaus, fosse em congressos de caráter nacional ou internacional em que participavam, muitas das vezes, representando não apenas o IGHA, mas o Amazonas, apresentando e publicando trabalhos ligados aos seus fins estatutários. Ao agradecer pelo recebimento do primeiro número da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Para, é assim que o IGHA se posiciona através de seu secretário Agnello Bittencourt[37]:

> Farei registrar o obsequio e a gentileza com que nos dignais dispensar ao Instituto do Amazonas, cuja "Revista" não tem sido publicada, por motivo independente da nossa vontade, apezar da matéria já abundante que possui em original. Assim [...] que isso se realizar, não esquecerei de satisfazer o vosso desejo e retribuir a vossa particular attenção (OFICIO AO SECRETÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GROGRÁFICO DO PARÁ, 16/02/1921).

O IGHA também era solicitado, na condição de ser entidade de utilidade pública e órgão consultivo do governo do Estado, para atuar em atividades pontuais que tivessem relação com as duas grandes áreas da geografia e da história ou com as ciências a elas correlatas. Exemplo disso é o registro em uma ata do ano de 1932, em que a prefeitura da capital encaminha solicitação para que o Instituto pudesse participar das comemorações referentes ao centenário da vila de Manaus, com a apresentação de um trabalho sobre a temática, sendo a solicitação discutida e aprovada pela casa. Registre-se ainda, a solicitação recebida pelo IGHA da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, pedindo cooperação com o Centro de Informação e Documentação dos Museus Científicos de Paris.

> O Senhor 1° Secretário Dr. Arthur Reis communica que o Prefeito Municipal de Manáos, mantem-se no propósito de commemorar o centenário da Villa de Manáos, propondo que seja nomeado um dos sócios para escrever, pelo Instituto, uma

[37] O texto é de um ofício do IGHA destinado ao 1° Secretário do Instituto do Pará, onde fica patente não apenas o agradecimento feito pelo envio da revista, mas uma espécie de constrangimento pelo fato de o IGHA não poder retribuir naquele momento com o envio de sua própria revista, cujo segundo volume sairia somente dali a 11 anos, em 1932.

> monographia sobre o assumpto, sendo pelo Sr. Presidente nomeado para tal fim, o autor da proposta (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 04/09/1932).

O que estava em jogo nesse atraso em relação à publicação do segundo volume da RIGHA, era a falta de recursos próprios para garantir o projeto editorial. Inúmeras entidades, congêneres ou não, espalhadas pelo país, encaminhavam solicitações para que pudessem receber os números da RIGHA e os sócios externavam a preocupação com o atraso na publicação em diversas reuniões do corpo administrativo, como é possível verificar na postura de Vivaldo Lima em sessões nos anos de 1920 e 1925 e de Arthur Reis em 1933. “Por proposta do Dr. Vivaldo Lima, aceita por unanimidade, fica deliberado que o Instituto promova, com a maior brevidade possível, a publicação do 2° numero da Revista do mesmo Instituto” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO, 20/09/1925).

O aspecto específico do convite da prefeitura para que o IGHA tomasse parte no evento do centenário da vila de Manaus, é significativo não apenas por sua participação em um evento oficial, mas pelo reconhecimento feito pela prefeitura, da capacidade do Instituto em responder, à altura, a solicitação que lhe foi encaminhada. O fato não representa apenas uma retribuição às subvenções repassadas pelo poder municipal, embora isso também tenha que ser considerado, mas a afirmação de sua posição como entidade reconhecida e capaz de reconhecer as posições internamente assumidas por seus integrantes.

Aceitar o chamado da prefeitura naquele momento e diante do assunto em questão, o que tornaria a acontecer em toda a história do IGHA e em relação às diferentes esferas do campo político local, significava investir num mercado de bens futuros, onde o que estava em jogo não eram apenas as possíveis vantagens imediatas de tal ato, mas reconhecer-se numa posição menos favorecida, do ponto de vista econômico, e com o indicativo de ganho no futuro. Em outras palavras, fazer uso do capital simbólico acumulado pelo IGHA, através de investimentos realizados no passado por seus sócios, em novas aplicações visando o reconhecimento das posições internamente ocupadas no campo intelectual e cultural que, em última análise, representaria o reconhecimento do próprio Instituto como lugar de fala.

> Quanto mais a autonomia adquirida por um campo for limitada e imperfeita e mais as defasagens forem marcadas entre as hierarquias temporais e as hierarquias científicas, mais os

> poderes temporais que se fazem, com frequência, os retransmissores dos poderes externos poderão intervir em lutas específicas, especialmente mediante o controle sobre os postos, as subvenções, os contratos etc. (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Entidade de utilidade pública e órgão consultivo do governo do Estado, o IGHA passa a representar aos seus associados, uma possibilidade de desenvolvimento de um nome próprio no interior do campo intelectual. Não que eles dependessem exclusivamente do Instituto para delinearem uma carreira neste campo, haja vista já apresentarem certa intimidade com o mundo das letras, tendo participado, muitos deles, de experiências institucionais anteriores e mesmo contemporâneas ao IGHA. A questão é que, com o IGHA, estava em jogo o processo de estruturação de um espaço especificamente construído pelo esforço destes intelectuais, um projeto pessoal de intervenção numa realidade que eles entendiam carente de atitudes que pudessem tirá-la de seu estado de agonia.

A RIGHA era um instrumento por meio do qual a fala oficial dos associados poderia ganhar eco na paisagem cultural da cidade de da região. Seria uma oportunidade de mostrar que os intelectuais ligados a esse projeto, eram capazes de fazer a leitura da realidade e sugerir os caminhos e os instrumentos necessários para operar as mudanças desejadas, já que o contexto em que o IGHA e sua revista ganham corpo, exigia um posicionamento de autoridades e estudiosos. Além disso, a RIGHA não ficaria restrita a cidade de Manaus e ao Amazonas, mas ganharia outros ares, na medida em que o Instituto mantinha correspondência com inúmeras outras entidades e recebia publicações, ao mesmo tempo em que enviava a sua revista aos mais diversos recantos do país.

Entre a fundação e a década de 1950, período que marca a delimitação deste trabalho, o IGHA publicou sete revistas. Seu conteúdo, conforme seus estatutos procuraram definir, traria os trabalhos dos sócios, registros administrativos e todo e qualquer material que a comissão da revista julgasse importante publicar, a respeito do que ocorresse no país e do exterior, sendo que às comissões internas competia “fornecer ao redactor-chefe [...] no fim de cada trimestre, para ser publicado, um resumo do que houver ocorrido [...] a respeito da especialidade de cada uma dellas” (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 30). No conteúdo das sete revistas a que se fez referências, um total de 34 artigos além de outros materiais publicados que envolviam documentos administrativos, leis estaduais, relatórios, discursos e

registros os mais diversos que, somados aos artigos, perfazem um montante de 60 publicações nas sete revistas entre 1917 e 1950.

Um aspecto interessante de se notar na distribuição específica dos artigos nas revistas, pelo menos no intervalo de tempo aqui escolhido, é o fato de a maior parte deles concentrar-se na grande área da história (41%), seguido de perto pelos da área de geografia (29%). Esse detalhe chama a atenção nas revistas, pelo fato de o IGHA, diferente da maioria esmagadora dos Institutos congêneres pelo Brasil, indicar em seu nome a presença de geografia antes da história, o que não quer dizer, em hipótese alguma, que seus associados não tenham se dedicado aos conteúdos da área de geografia, o que fizeram inclusive participando de congressos nacionais e internacionais e publicando textos nas páginas dos jornais da capital.

Tabela 1 - Conteúdo Geral das Revistas do IGHA (1917-1950)

CONTEÚDO DAS PUBLICAÇÕES	QUANTIDADE	%
História	14	23%
Geografia	10	17%
Documentos oficiais	12	20%
Registros	7	12%
Discursos	6	10%
Aspectos Gerais de Municípios	4	7%
Estudos Vocabulares	3	5%
Economia	1	2%
Biografia	1	2%
Estudos sobre Alimentação	1	2%
Prece de Saudade	1	2%
TOTAIS	60	100%

Fonte: Produzida a partir das Revistas do IGHA

Tabela 2 - Distribuição dos Artigos nas Revistas

ARTIGOS	Quantidade	%
História	14	41%
Geografia	10	29%
Aspectos Gerais de Municípios	4	12%
Estudos Vocabulares	3	9%
Economia	1	3%
Biografia	1	3%
Estudos sobre Alimentação	1	3%
TOTAIS	34	100%

Fonte: Produzida a partir das Revistas do IGHA

Lilia Schwarcz (1993) mostra situação semelhante em se tratando da grande concentração de trabalhos na área da história, ao fazer um estudo comparativo entre as experiências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), onde a diferença em relação aos trabalhos publicados da área de geografia ficaram na faixa dos 30%.

Este mesmo estudo aponta ainda, no caso dos três institutos escolhidos, as biografias ocupando sempre a terceira posição, logo abaixo das áreas prioritárias da história e da geografia, o que no caso do IGHA destoa dessa realidade, na medida em que no intervalo de tempo que delimita a análise do material das revistas, foi identificada apenas uma publicação no volume V da RIGHA (1935/36) que pode ser classificada nesta categoria das biografias, no caso a biografia de um não sócio, Barão de Santa-Anna Nery, escrita pelo sócio correspondente oficializado no ano de 1936, Luiz da Câmara Cascudo.

> A trama muito bem urdida na distribuição dessas pequenas e cotidianas biografias vinculava de forma clara o biografista e seu biografado. A este último cabia a distinção de ver seu nome perpetuado entre as fileiras do instituto; ao primeiro, a honra de se apresentar ao lado de grandes personalidades, e a ambos a noção de pertinência no interior desse jogo de autopromoção (SCHWARCZ, 1993, p. 144).

Em relação ao caso da única biografia verificada na RIGHA de 1935-1936, não se pode dizer que o biografado Barão de Santa-Anna Nery e o biografista Câmara Cascudo, fossem nomes que necessitassem de alguma honraria do Instituto para que tivessem suas próprias trajetórias engrandecidas, mesmo porque Santa-Anna Nery já era falecido. Muito pelo contrário, pode-se dizer que, ao publicar uma biografia assinada por Luiz da Câmara Cascudo, sócio correspondente e um nome já reconhecido no cenário cultural nacional como estudioso do folclore em suas mais diversas frentes, o IGHA acabava por projetar a sua revista, já no quinto volume, com a presença de um nome consagrado para além dos sócios fundadores e efetivos.

3.2.1 RIGHA - 1917

O primeiro volume da RIGHA, veio a luz pouco tempo depois da fundação do Instituto, em junho de 1917 e tornou público alguns documentos administrativos, como os Estatutos aprovados e as cinco primeiras atas preparatórias que registram todo o processo de concepção e os primeiros esforços pela organização interna, daí resultando os próprios Estatutos, a eleição da primeira diretoria e suas comissões, a definição de diploma, escudo e bandeira e a sessão solene de instalação, com a anexação dos discursos proferidos na ocasião pelo representante do governo do Estado, pelo presidente e pelo orador do Instituto. Além disso, uma Prece de Saudade de Álvaro Maia a Lauro Cavalcante, a cópia da lei estadual reconhecendo o IGHA como entidade de utilidade pública e o artigo do sócio Ignácio Moerbeck sobre a questão de limites entre o Amazonas e o Mato Grosso.

> Requintada na sua composição, ilustrada em cores o que deveria ser raro e caro naqueles anos, ostentando as fotos dos mais destacados membros da instituição, a Revista [...] há de ter encantado os leitores, extasiado os organizadores e animado a corporação na trilha que pretendiam seguir. [...] nascia anunciada como espaço de convergência dos estudos dos estudos que poderiam saciar a curiosidade sobre as coisas do interesse amazônico e [...] reunir as obras esparsas já circulantes (BRAGA, 2017, p. 226-7).

Os discursos publicados tratavam de exaltar a fundação do Instituto, louvando, sobretudo, o esforço dos idealizadores em anunciar na paisagem cultural da província, uma instituição de caráter científico e capaz de contribuir para o engrandecimento do Amazonas. Conforme o secretário do Governo do Estado, “O Amazonas [...] procura esculpir no mármore de suas tradições, uma [...] das mais nobilitantes conquistas do momento actual, que é a installação [...] deste centro de cultura scientifica” (ATA DA SESSÃO SOLENE DE ISTALAÇÃO DO IGHA, 1917).

Para Bernardo Ramos, “não é senão da índole e do labor perseverante do homem, amparado pela Providência, que se tem originado [...] as mais [...] proveitosas consecuções em demanda do progresso civilizador” (ATA DA SESSÃO SOLENE DE ISTALAÇÃO DO IGHA, 1917), ao que Vivaldo Lima complementava na mesma sessão, tomando a fundação do IGHA como o surgimento de um sol a clarear os caminhos do engrandecimento do Amazonas. Na prece de saudade

tecida por Álvaro Maia a Lauro Cavalcante, uma marca característica de instituições como o IGHA, a exaltação da imagem do homenageado, ainda que por ocasião de falecimento.

> A pedra silenciosa de um túmulo é uma expressão de saudade e uma ironia dos homens, porque o corpo não ficará dormindo. Serve apenas para salvar o nome do que se foi [...]. O teu nome não necessitará disso. Será fatalmente ligado as associações que fundaste e amparaste com o teu esforço e co o teu trabalho (RIGHA, 1917, p. 209).

Para quebrar esse aspecto de exaltação e de festa, o artigo do engenheiro civil Ignácio Moerbeck trazia uma longa discussão sobre os impasses na definição dos limites entre Amazonas e Mato Grosso. Esse foi o único artigo que figurou naquela primeira RIGHA e a temática trabalhada, ainda iria percorrer as páginas de outros volumes e preencher muitas linhas das atas das sessões da casa. Da mesma forma, alguns sócios publicariam textos nas páginas dos jornais da capital, na tentativa de contribuir para o equacionamento das questões de limites, a exemplo do que já havia ocorrido, no cenário nacional, com o caso da revista do IHGB.

> Os textos de geografia, que perfazem um total de 18%, cumprem um papel bastante específico; boa parte deles referem-se a questões territoriais e de demarcação de limites, ganhando assim uma função claramente pragmática dentro do contexto específico da época, em que vários litígios desse tipo estavam em andamento. Um exemplo relevante é a famosa “questão do Acre” defendida pelo barão do Rio Branco, sócio efetivo do IHGB (SCHWARCZ, 1993, p. 143).

Em seu artigo, Moerbeck procura fazer esclarecimentos sobre o processo de demarcação dos limites entre os dois estados, na tentativa de mostrar os prejuízos sofridos pelo Amazonas, em favor de Mato Grosso. Sua análise parte de um conjunto de documentos oficiais referentes ao assunto, como por exemplo, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e uma ata em que os governadores dos estados e outras autoridades fecham acordo de resolução da peleja. Expondo as contradições entre os documentos, Moerbeck se posiciona de forma a destacar as tentativas de impor ao Amazonas um processo de redução de sua extensão territorial e a consequente queda na arrecadação do Estado.

> O processo capcioso empregado [...] para determinação do ponto de partida do limite entre os dous Estados, sophisma grosseiro com que illudio o então Governador do Estado, illudio a sentença e o Supremo Tribunal e victimou o Estado do Amazonas, é a consequência lógica do accordo firmado em 14 de setembro de 1910, o qual representa um verdadeiro conto do vigário, habilmente preparado e pomposamente executado (MOERBECK, 1917, p. 105).

O acordo a que Moerbeck faz referência no artigo da RIGHA, foi assinado na sede do governo, em Manaus, entre Amazonas e Mato Grosso, na figura de seus governadores, em 14 de setembro de 1910. Como as críticas de Moerbeck, seja na RIGHA, seja na imprensa, foram um tanto duras, classificando a atividade da comissão demarcadora de limites como "decorrente do celebre olhômetro" (MOERBECK, 1917, p. 111), os envolvidos na peleja publicaram respostas que foram apensadas à RIGHA. É o caso do perito técnico da comissão do Amazonas, que fez objeções ao artigo e o entende como um ataque pessoal, de uma contestação de Agnello Bittencourt, em que questiona os cálculos de Moerbeck e uma entrevista de Antonio Bittencourt, governador do Amazonas à época da demarcação, em que retifica o trabalho do perito técnico como resultado de obediência aos critérios técnicos, administrativos e legais. A tudo isso, se seguiu uma longa réplica de Moerbeck, em documento encaminhado ao governador Pedro de Ancântara Bacellar, pontuando as incongruências do que chamou de ofício relatório do chefe da comissão demarcadora de limites.

> Apresento [...] esta longa exposição, que define, em termos precisos, o valor dos trabalhos que a commissão de limites diz ter procedido, denunciando os erros e sophismas commetidos, os prejuízos decorrentes e os vícios e irregularidades insanáveis d'essa questão. Não alimento pretensões nem interesses injustificáveis, só viso a opportunidade de concorrer com os apoucados conhecimentos que a longa prática profissional de mais de 30 annos me tem sugerido, para auxiliar o honesto governo de V. E. na elucidação da verdade dos factos capitaes occorridos n'essa demarcação (MOERBECK, 1917, p. 187).

A peleja na RIGHA, termina com a apresentação da lei estadual N° 980, de 14 de setembro de 1917, em que o governador Pedro Bacellar anula o acordo de 1910 e indica outras providências como a abertura de orçamento para a execução da lei em seus pormenores, o que envolvia a contratação de advogado para a defesa dos

interesses do Amazonas e mesmo a nomeação de uma comissão técnica para reavaliar o assunto e reaver aquilo a que o Estado tinha de direito na querela com o Mato Grosso.

> O relatório do sr. dr. Ignacio Moerbeck, apresentado ao sr. dr. Alcantara Bacellar sobre limites entre o Amazonas e o Mato Grosso e hontem publicado pelo A Capital é elucidativo, claro e eloquente, expondo as desvantagens que para o nosso Estado trouxe o Accordo de 14 de setembro de 1910 (A CAPITAL, Manaus, 18/07/1917).

Já se mencionou o fato de que a RIGHA destoava das demais revistas de seus congêneres Brasil a fora, em se tratando da questão da inexpressiva presença de publicações de biografias de seus associados em seus números. Em seu primeiro número, algo que se aproxima desse tipo de publicação, mas guardando-se as devidas proporções e intenções, é a prece de saudade tecida por Álvaro Maia ao falecido Lauro Cavalcante. Números à frente, outro tipo de publicação que não pode ser classificada como biografia, mas que também se aproxima dessa categoria de exaltação de nomes, são alguns discursos proferidos por associados, embora haja somente um deles, o discurso de Anisio Jobim em homenagem ao consócio Arthur Reis na RIGHA de 1948. Além deste discurso em particular, há outros no mesmo sentido, porém que não foram endereçados a nenhum sócio das categorias de associados do Instituto.

O que falta de exaltação da personalidade e da trajetória dos sócios nas revistas analisadas, sobra no conteúdo de muitas das atas arquivadas. A autopromoção verificada nestes casos, ocorriam sempre que um dos sócios retornava de algum evento em que estivesse participando em nome do IGHA ou representando o Estado do Amazonas, ou ainda por ocasião de alguma festividade cujo nome estivesse associado, uma publicação na imprensa ou mesmo o lançamento de um livro.

> O senhor Vivaldo Lima occupou-se do sexto Congresso Brasileiro de Geographia [...] e do desempenho que a delegação amazonense, composta dos senhores Agnello Bittencourt, Monteiro de Souza e Furtado Belém deu á missão que a conduziu até Bello Horizonte, salientando o trabalho original que o primeiro dos delegados, também [...] secretário perpétuo do Instituto, apresentou ao congresso, lendo referências a respeito do “Diário de Minas” que considerou o

> referido trabalho de primoroso (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 19/10/1919).

Um pequeno texto publicado na RIGHA de 1948, sem assinatura de um autor e que registra o aniversário de 30 anos da casa, após exaltar a figura do próprio Instituto, procura distinguir os nomes de Agnello Bittencourt e Vivaldo Lima, homenageando-os como sócios beneméritos, “ilustres [...] fundadores com grande folha de serviços [...] ambos merecedores dessa excepcional homenagem pelos relevantes serviços prestados e valor pessoal” (RIGHA, 1948, p. 150). Na mesma linha e no mesmo número da revista, outra demonstração de exaltação, textualmente denominado por seu autor, Anisio Jobim, como “rápido discurso de saudação”, endereçado a Arthur Reis em solenidade de despedida ao consócio que partiria para o Rio de Janeiro.

> Tem sido o Sr. Arthur Reis um elemento de indiscutível merecimento no seio da nossa agremiação, dando-nos o mais nobre de seu espírito e de seu coração. [...] é um dos mais brilhantes estudiosos das ciências sociais e um dos mais conceituados historiógrafos da moderna geração brasileira (RIGHA, 1948, p. 170).

O jogo interno de autopromoção incluía a fórmula de destacar os feitos locais do homenageado, a importância de sua participação no Instituto e sua atuação como intelectual, a desenvolver atividades nos diversos campos em que fosse possível demonstrar suas habilidades. Reforçando este aspecto de distinção enquanto figura local, o orador também procurava acercar-se de informações que pudessem garantir maior expressividade ao biografado, salientando sua participação em outras entidades fora do Estado e destacando o seu reconhecimento por autores de renome nacional. Exemplo dessa dinâmica interna de autopromoção e de exaltação da figura dos confrades foi o que ocorreu em relação a Arthur Cesar Ferreira Reis, quando de sua chegada ao quadro de sócios correspondentes do IHGB.

> A acolhida que lhe foi dada no Instituto Histórico Brasileiro, como seu sócio correspondente, cujo número de membros dessa categoria é limitado e conferido a verdadeiros valores mentais, [...] representa [...] vitória do nosso prezado confrade. [...] O Sr. Afonso Taunay [...] fazendo balanço [...] dos nossos modernos historiadores, citou o nome do professor Arthur Reis [...] Basílio de Magalhães, o cita como o primeiro historiador que forneceu a data exata da terminação [...] da cabanagem.

> [...] Gisamos a sua atividade de professor, de escritor, de jornalista e homem de letras, a sua atuação de historiógrafo erudito (RIGHA, 1948, p. 173-4).

3.2.2 RIGHA – 1932

Diferente do número inaugural, que veio carregado de documentos como que a querer demonstrar não apenas a legalidade do feito, mas as capacidades de seus fundadores para realizarem uma tarefa de tão grande importância, o segundo volume da RIGHA publicado em 1932, já sob os protestos dos sócios pela demora de 15 anos, trouxe apenas artigos de autoria de seus associados, num total de 6 trabalhos distribuídos em 2 publicações na área de história local, 2 na área de geografia, uma monografia sobre o município de Manacapuru e um trabalho intitulado achegas vocabulares.

Em *Ajuricaba* e *Explosão Cívica de 1832*, os autores, respectivamente, os sócios Manoel de Miranda Leão e Arthur Reis, lançam luzes sobre aspectos destacados da história local. Miranda Leão procura deixar claro, desde o início do trabalho, que a intenção seria a de fazer uma "defeza de uma calumnia vil que se repete desde 1723 [...] o de ter sido Ajuricaba, um trahidor e alliado dos holandeses do Rio Branco" (LEÃO, 1932, p. 06). Lançando mão de livros e documentos, o autor procurar desvendar equívocos e contradições, apresentando outro caminho de entendimento à perseguição e a guerra movida pelas forças portuguesas contra o chefe indígena Ajuricaba.

> "Esse meio [...] o de acusar Ajuricaba como alliado dos hollandezes, que os sequiosos traficantes de escravos podiam encontrar para obter a auctorização regia, tão ambicionada, para as suas guerras de escravização por isso levantaram-na". Esta a opinião do embaixador brazileiro Dr. Joaquim Nabuco (LEÃO, 1932, p. 07-8).

Seguindo os princípios estabelecidos nos Estatutos aprovados em 1917 que, dentre outras finalidades, indicava a necessária investigação e "vulgarização" dos fatos, desfazendo erros e desacreditando calúnias, conforme a advertência trazida na abertura do primeiro volume da RIGHA, Miranda Leão percorre as entrelinhas da história para indicar os conchavos e interesses político-econômicos em jogo no cenário das perseguições ao líder indígena.

> Esta é a verdade. Tanto a palavra da autoridade régia lusitana, como a dos embaixadores inglês e brasileiro, como a documentação hollandeza, protestam contra a accusação de [...] Ajuricaba. [...] essa guerra foi uma crueldade, um meio desleal e traiçoeiro de perseguir Ajuricaba. [...] evidencia-se da documentação [...]:
> I – Ajuricaba e os Manáos nunca estiveram ao soldo dos hollandezes;
> II – Nunca foram seus aliados;
> III – Nunca tiveram commercio com elles (LEÃO, 1932, p. 10).

O artigo de Arthur Reis, publicação do material de uma conferência realizada em sessão solene do Instituto em 12 de abril de 1932, rememora, em tom de homenagem que a sessão solene exigia, as acontecimentos que estiveram em jogo no movimento autonomista ocorrido naquela mesma data no ano de 1832. Era o centenário do que Arthur Reis chamou de Explosão cívica de 1832, a tentativa de tornar o Amazonas autônomo em relação ao Grão-Pará e, já que o momento era festivo, tratava-se de prestar "homenagens aos reivindicadores [...] com o compromisso de manter a integridade territorial do Amazonas dentro da unidade nacional" (REIS, 1932, p. 63).

Recorrendo a fontes documentais e bibliográficas, Reis procura apresentar informações a respeito das condições político-administrativas do Lugar da Barra e, em especial, das relações entre a Comarca do Amazonas e a Província do Pará, como que a demonstrar que os acontecimentos não poderiam tomar outro rumo, haja vista que a região "desejava que lhes attendessem a penúria, alevantando, soerguendo economicamente a Comarca, civilizando-a quanto possível" (REIS, 1932, p. 51). A explosão cívica deliberou pela elevação do Amazonas à categoria de Província e, ainda que meses depois os movimentos políticos restabelecessem a ordem anterior, "a aspiração autonomista não morrera, com o fracasso de 32. Pelos annos adiante seria levada com enthusiasmo. Sangue, mortes. Por fim, o 5 de setembro" (REIS, 1932, p. 63).

O artigo Limites inter-estaduaes: Amazonas, Pará e Mato-Grosso, artigo este que teria seu complemento na edição da revista de 1933, reedita a discussão acalorada que já tinha tomado espaço no primeiro número da RIGHA. Ricardo Amorim faz um apanhado histórico acerca do assunto, expõe as opiniões e controvérsias e inclui nesta releitura da temática, as atualizações legislativas que se deram a partir do posicionamento crítico de Ignácio Moerbeck ao perito técnico da

comissão demarcadora dos limites entre o Amazonas e Mato Grosso e todas as réplicas e tréplicas que daí vieram a tona, fosse nas páginas da primeira RIGHA, fosse nas páginas dos jornais da capital que traziam os posicionamentos de todos os envolvidos na querela.

> O debate iniciado entre os dois antagonistas, generalizou-se, assumindo proporções de porfiada batalha entre pessoas de responsabilidade e reconhecida cultura, na imprensa local e nos arraiaes da Assembléa Legislativa, onde o alarme dos reivindicantes teve a sua mais intensa repercussão (AMORIM, 1932, p. 17).

A temática de limites ficava mais uma vez em evidência na esteira das discussões do IGHA. Com o tempo decorrido entre os dois números da revista, novos fatos são acrescentados à discussão e o artigo apresenta as iniciativas que já haviam sido tomadas pelo poder público no intuito de por termo aos problemas com a definição dos limites do Estado do Amazonas e seus vizinhos. Parte da publicação era resultado de uma conferência pronunciada pelo autor na Assembleia Legislativa e baseou-se em argumentos documentais e históricos em prol dos interesses do Amazonas no que dizia respeito às referências que deveriam ser tomadas na definição de seus limites.

> A pretensão de Matto Grosso, relativamente a linha de seu limite com o Amazonas, não é nem menos clara nem mais justa [...] não tem fundamento histórico, nem legal, nem jurídico. [...]. Não existe, portanto, acto legal que legitime a pretensão de Matto Grosso (AMORIM, 1933, p. 12-3).

Na esteira da geografia, Agnello Bittencourt, “na sua especialidade de geógrafo consumado” (RIGHA, 1948, p. 171), publica seu primeiro trabalho na RIGHA, um estudo detalhado sobre as condições físicas do rio Purus[38]. Ali estão informações sobre afluentes, a ocorrência de cachoeiras, características sobre a vegetação de suas margens, sobre o regime das águas. Detalha igapós inundados e lagos “limpos de vegetação fluctuante, outros cobertos de Matupás sob que vivem variadíssimas espécies da fauna aquática do Amazonas” (BITTENCOURT, 1932, p. 42).

[38] Ao final do artigo, encontra-se a informação de que o mesmo foi aprovado para o VIII Congresso Brasileiro de Geografia, que ocorreu em novembro de 1929, em Vitoria.

Informa dos perigos da navegação em épocas de fortes chuvas que criam nevoeiros, da friagem que faz despencar a temperatura e dos fortes temporais que caem em sua extensão, deixando um rastro de samaumeiras, castanheiras e cedros no chão da floresta (BITTENCOURT, 1932). Não descuida das possibilidades econômicas que a floresta pode proporcionar por meio da exploração de plantas medicinais as mais diversas, madeiras, sementes e fibras as mais diversas.

Os dois artigos que fecham a edição da RIGHA de 1932, são *Manacapuru*, de Anísio Jobim e *Achegas Vocabulares,* de Alfredo da Matta. Com o trabalho sobre Manacapuru, Jobim inaugura na revista do Instituto, uma série de publicações que chamou de *Panoramas Amazônicos*, trabalhos a respeito de aspectos da vida em diversas cidades do interior do Estado, em alguns dos quais onde o autor trabalhou como juiz. Na revista de 1934, ele publicou uma monografia sobre o município de Codajás. Na seguinte, em 1935-36, uma monografia sobre o município de Tefé e na edição de 1948, outra sobre o município de Urucará, sem falar no trabalho sobre Coari, dentre outros, que não chegaram a ser publicados na RIGHA.

O trabalhos são um conjunto de monografias com informações sobre a história dos municípios, características das cidades, aspectos físicos e hidrográficos, detalhes de fauna, flora, população, condições de salubridade, aspectos político-administrativos, religião, economia e todo um cabedal de informações que, ao mesmo tempo em que descrevem as condições de vida em cada município, também registram situações que, à época, já inspiravam cuidados que atualmente poderiam ser entendidos como problemas de ordem ambiental e ecológica.

> O gado tem augmentado consideravelmente nas pequenas fazendas, abrindo hiatos na verdura dos varzeais e na densidão impérvia das matas de terra firme. [...]. Conquanto não se trate de uma verdadeira devastação, cumpre registrar os estragos produzidos nas matas pelas constantes queimas para a plantação de cereais e cortes de árvores para lenha, com que se suprem nos portos os vapores e lanchas, e para outros mistéres [...] se fazem derrubadas para o centro em que são sacrificadas especies arborescentes importantes (JOBIM, 1932, p. 89).

Amparado em vasta bibliografia, Alfredo da Matta, apresenta suas *Achegas Vocabulares.* Expressão muito comum nos estudos de folclore, as achegas denotam uma tentativa de aproximação com determinado tema com o qual o autor não possua relação de especialista, mas se achegue esporadicamente, embora isso não

signifique descuido no que diz respeito a fundamentação dos trabalhos desenvolvidos, bastando para tanto, verificar que no pequeno trabalho de 18 laudas, Alfredo da Matta indique uma bibliografia com mais de 50 itens entre livros, revistas, catálogos, coleções, memórias dentre outras fontes de estudo.

> Desnecessário declarar ser assaz incompleta a lista de vocábulos e expressões que apresento, julgando-me, no entanto, com o direito de aguardar dos competentes as correcções devidas, e a satisfação de ver os acertos divulgados (DA MATTA, 1932, p. 94).

Com essa explicação, o autor apresenta uma lista incompleta de vocábulos e expressões referentes a letra A do alfabeto e com a pretensão de ser completada em futura edição da revista conforme indicação ao final da lista. No trabalho aparecem expressões ligadas à alimentação, à fauna, à flora, aos aspectos ligados à sociabilidade, aos costumes, rotinas ligadas ao trabalho com a terra ou o simples fato de aquietar-se em algum lugar que pode muito bem ocorrer após o trabalho, como se verifica no significado da expressão AMOQUECAR, que no popular seria deitar-se agasalhado em um cômodo (DA MATTA, 1932).

> AMAPÁ, s. m. (Bot.) – Grande árvore apocinacea do gênero Parahancornia amapá (Hub) Ducke, rica de seiva leitosa, usada como tônico nas moléstias do apparelho respiratório. Fructos comestíveis (DA MATTA, 1932, p. 106).

3.2.3 RIGHA - 1933

O ano de 1933 marca o surgimento do terceiro volume da RIGHA, que veio a público bem menos volumosa que as anteriores. Além da continuação do artigo de Ricardo Amorim sobre Limites entre os estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, a revista trazia quatro artigos, com três deles concentrados na área da história e um voltado para a economia. Abrindo o volume, um artigo intitulado *História do Acre,* do sócio efetivo Ferreira Sobrinho, que procurava discutir as questões políticas e belicosas entre Brasil e Bolívia no processo por meio do qual o território do Acre fora subtraído ao Estado do Amazonas.

> Lesado o grande Estado nos seus direitos pela União, servida do impatriotismo de um Ministro criminosamente surdo à grita

> dos competentes em assumptos lindeiros [...], os protestos surgiram. Protestava o governo estadoal e protestava a multidão (SOBRINHO, 1933, p. 04).

O referido ministro era Dyonisio Cerqueira que, nas palavras de Sobrinho, teria sido iludido pelos diplomatas bolivianos que imprimiram a perda de parte considerável do território amazonense. Em todo o processo, a União nada teria feito em favor do Amazonas, para quem a "integridade territorial do [...] Estado era [...] assumpto de pouca monta" (SOBRINHO, 1933, p. 05) e o autor se preocupa em prestar esclarecimentos com base em documentos e em matérias de jornais da época, em relação à postura dos dirigentes amazonenses naqueles anos de 1899 e 1900.

> Ahi fica um formal e solemne desmentido aos que se vem afoitando em dizer, atravéz dos tempos e sem documentação, que o Amazonas ficou inerte ante a acção do Governo Federal, ao lhe extorquir o vasto território acreano e que nada despendeu o erário estadoal com as campanhas reivindicadoras. Em breve será feita luz desse campo obsuco da grande faixa de terra sua, que o Brasil comprou à Bolivia por mais de 32 mil contos de réis, graças a teimosia de um Ministro (SOBRINHO, 1933, p. 11).

Arthur Reis reaparece neste terceiro número da RIGHA, com um estudo sobre a história da formação judiciária no Amazonas. Chamando a atenção para a forma pouco louvável com que os arquivos públicos regionais são tratados, "quase inteiramente devorado pelas traças" (REIS, 1933, p. 28), o autor indica que as origens judiciárias amazonenses encontram fundamentação, a exemplo de todo o país, no arcabouço judiciário português que, conservou-se português peça por peça de sua grande engrenagem que incluía tanto cargos políticos quanto eclesiásticos (REIS, 1933).

Os encargos judiciários da metrópole, no entanto, a fizeram instituir a figura do ouvidor, que deveria "conhecer das necessidades das villas e povoados, promovendo, animando os trabalhos agrícolas e industriaes, fiscalizando a vida econômica dos logares" (REIS, 1933, p. 30), figura que, após a independência, e com as reformas judiciárias que levaram a criação de um novo Código de Processo Criminal, foi substituída pelo juiz de direito.

> O juiz deveria ser bacharel em direito e de nomeação do Presidente da Província, accumulando as funcções respeitosas de chefe de policia da Comarca. Até a cabanagem, em 1835, ninguém teve o cargo de accordo com a lei. O juiz de direito não tinha o diploma da formatura, nem estava nomeado pelo presidente do Pará. Chamava-se Henrique João Cordeiro, Juiz municipal, pelo Código, na falta do juiz de direito, exerceu as funcções (REIS, 1933, p. 32).

O nome de Henrique João Cordeiro, conforme o próprio Arthur Reis (1932), capitão da guarda nacional que já tinha exercido o cargo de vereador em Serpa, hoje Itacoatiara, participou dos acontecimentos da explosão cívica de 1832, sendo secretário dos negócios civis e políticos e, após o movimento autonomista, foi "eleito vereador da primeira câmara de Manáos [...], escolhido [...] juiz municipal e [...] juiz de direito interino, accumulando as funcções de chefe da polícia da comarca" (REIS, 1932, p. 63).

O sócio Hermínio de Carvalho é o autor do único artigo que figura nos volumes analisados da RIGHA, que pode ser classificado como um estudo de economia amazonense. Embora publicado em 1933, o trabalho é datado de 18 de maio de 1932 e apresentado como um memorial ao Interventor Federal no Estado do Amazonas, Antonio Rogério Coimbra, em que o autor pretendia fazer sugestões para o enfrentamento da crise monetária vivida pelo Estado. Logo de início, a ideia de que, para alem dos produtos que sofreram desvalorização como a borracha, a castanha e a madeiras, por exemplo, existiriam "outros em nossa flora, de grandes riquezas, que poderão trazer [...] novas fontes de trabalho e receitas compensadoras" (CARVALHO, 1933, p. 33).

Uma sugestão direta neste sentido, seria o investimento na produção de dormentes de madeira, processo a ser capitaneado pelo governo do Estado em parceria com os municípios do interior, a quem se deveriam garantir a logística de embarque e transporte de modo que a produção possibilitasse resultados satisfatórios aos cofres do Estado (CARVALHO, 1933).

> Entre as madeiras conhecidas para DORMENTES e já exploradas pelo Estado do Pará, aqui temos as seguintes: massaranduba, louro chumbo, louro aritú, itaúba preta, itaúba amarela, matamatá preto, piranheira, acapu, pau d'arco, acapurana, macacahuba e muitas outras existentes nas terras firmes que poderão servir e ser exploradas com vantagens nesta vasta região Amazônica (CARVALHO, 1933, p. 36).

Além da produção de dormentes que, segundo o autor, o Amazonas poderia fornecer pelo menos 5% do total produzido no país, “outra industria [...] é a exploração da cultura do ALGODÃO” (CARVALHO, 1933, p. 36), a que o Amazonas poderia se dedicar com a maior brevidade em razão de as secas terem minado a produção dos estados do Nordeste que estariam na dianteira de tal indústria. O autor aponta ainda, as condições de solo como fator animador para a produção de algodão como forma de garantir uma fonte segura de receitas.

> O Estado do Amazonas já foi, em tempos remotos, regular productor de algodão. A fertilidade de suas terras para esta cultura já é bastante conhecida, e abandonada, em virtude de outras fontes de industrias consideradas de maior proveito para os seus habitantes. Há quem afirme que no Amazonas não se pode explorar a industria do algodão, o que é uma inverdade, pois os nossos vizinhos, principalmente o Peru, nos dão o exemplo com a sua exportação de centenas de toneladas [...] que passam [...] pelo nosso porto [...] vindas da cidade de Iquitos, zona ou região considerada igual a nossa (CARVALHO, 1933, p. 36-7).

Fechando o volume, o artigo do Cavaleiro da Corôa da Itália, engenheiro Alberto Armanno Ricci sobre *A batalha naval de Lepanto,* que “marca a decadência da potência naval dos turcos, a qual, dedicada à pirataria, era o terror do Mediterrâneo oriental” (RICCI, 1933, p. 51). O autor expõe as intrigas, as estratégias e as mortes que ocorreram na batalha pela entre cristãos e turcos “em que combateram mais de quinhentas naus [...] onde morreram quase vinte mil inimigos e em que da armada christã faltaram sete mil, cento e cincoenta e seis” (RICCI, 1933, p. 50).

3.2.4 RIGHA – 1934

Chega o ano de 1934 e com ele o volume IV da RIGHA e novamente com as presenças de Anísio Jobim, Arthur Reis, Alfredo da Matta e Agnello Bittencourt. De novidade enquanto autor, o nome de Antonio Cantanhede. Jobim publicou outro estudo de seus *Panoramas Amazônicos,* agora sobre o município de Codajás e nos mesmos moldes do já publicado sobre Manacapuru em 1932. Arthur Reis apresenta o artigo intitulado *Manáos e outras villas,* e já de cara verifica-se que o autor faz referência a um artigo seu publicado na revista anterior, o *Formação Judiciária,*

numa demonstração de estudos continuados e de sintonia entre os artigos publicados nos números da revista. Ao longo do texto, Arthur Reis dá outras demonstrações em relação à fundamentação de seus trabalhos, buscando apresentar informações quanto à sustentação documental e bibliográfica do trabalho, num exercício de habilidade científica.

Este texto também foi publicado como livro, ocasião em que o autor explica que a monografia resultou de solicitação do IGHA por ocasião do centenário de criação da Comarca do Alto Amazonas. Adotando uma postura de homem de ciência, indica mais uma vez detalhes que o trabalho de investigação exige, ou seja, o recurso aos arquivos públicos, cujas condições a que são submetidos pelos sucessivos governos locais, já haviam sido criticadas por ele na RIGHA de 1932, como verdadeiro campo de atuação de traças.

> Os elementos documentaes de que me servi e constan do corpo desta monographia, fui encontral-os no Archivo Publico do Estado, no Archivo da Prefeitura de Manáos. Três outros que vão com as indicações necessárias, obtive-os no Archivo Publico do Pará e na B. Nacional (REIS, 1934, p. 05).

Com todo o cuidado em oferecer as informações quanto às fontes pesquisadas, Arthur Reis faz todo o percurso histórico do processo de estabelecimento da Comarca do Alto Amazonas, destaca personalidades políticas e vicissitudes administrativas, caracteriza uma Manaus na vizinhança da Cabanagem e os meandros do processo de sua elevação a vila, passa ainda por *outras vilas,* como o titulo do artigo indica, e apresenta a historia de Barcelos, Maués e outras vilas e lugares a vivenciarem, com Manaus, a “terrível decadência que assaltou o Valle do Rio Negro” (REIS, 1934, p. 108).

> Sei que não palmilhei o assumpto com a largueza que permitte. Com o que tive em mãos foi, porem, o possível. Outros hão de vir, com saber e facilidade na consulta de archivos e bibliothecas, que farão obra duradoura, perfeita, dando o panorama definitivo dos successos (REIS, 1935, p. 06).

Alfredo da Matta também retorna a RIGHA e, com o mesmo ímpeto de 1932, continua seus estudos vocabulares agora apresentando o cauxí, “esponja de água doce que contem espiculos silicosos, cuja cinsa se emprega para temperar o barro

destinado ao trabalho do oleiro” (DA MATTA, 1934, p. 129). Apresenta o vocábulo como resultado de corruptela do Guarany Acai, que significaria queimar-se, passando-se a Caí, queimadura e daí para chegar a cauxí, com o mesmo significado. Tais significados dizem respeito ao incômodo que os esporos do cauxí causam, no corpo de quem se banha em águas que ele infesta. O autor apresenta ainda as peculiaridades da distribuição espacial do cauxí e sua resistência aos períodos de seca.

> E com propriedade tão irritante para a epiderme, mais pronunciada ainda Ella se torna quando a água ingerida, porque a inflammação da mucosa gastro-intestinal poderá, por vezes, apresentar symptomas alarmantes (DA MATTA, 1934, p. 130).

Com *Serra das Igaçabas,* Antonio Cantanhede inaugura as páginas da RIGHA, apresentando as práticas cerimoniais através das quais os indígenas da tribo dos Uabóis, do médio rio Nhamundá ritualizavam a passagem da menina índia à puberdade. O artigo faz uma espécie de etnografia da cerimônia, com detalhes quanto à preparação da moça e da tribo e todo o desenrolar do processo que terminava numa grande festa com potes contendo as bebidas caxery e a caiçuma.

Certo dia, uma tribo vizinha incomodada com as festas, planejam liquidar a tribo dos Uabóis, chegando no momento da festa em que todos já haviam adormecido por força da embriaguês. Dessa forma, varrem a tribo com uma tempestade destruidora que matou a muitos e deixou outros tantos gravemente feridos, em vingança aos alaridos das festas que atravessavam o rio e tiravam o sossego da tribo da outra margem.

> O tucháua, sobrevivendo a catastrophe, com os restantes da tribo, mudou-se para além das cachoeiras. Poude constatar que, do seu antigo aldeamento, somente os dois enormes potes estavam intactos, porém, transformados já, em duas IGAÇABAS de pedra, as quaes ainda hoje ali se encontram (CANTANHEDE, 1934, p. 134).

O último artigo da revista de 1934, é de autoria de Agnello Bittencourt, autor sempre presente nas páginas da RIGHA com trabalhos voltados para a grande área da geografia que figura como área de abrangência do IGHA. O trabalho em questão era *A anthropogeographia da Amazonia,* onde em 6 rápidas páginas o autor

apresenta uma visão em sintonia com a ideia de um determinismo geográfico onde, ligado a terra, “o homem não pode mais ser estudado scientificamente fora do solo que cultiva, das terras em que viaja [...] dos mares em que trafica, da [...] maneira que o urso póla e o cactus [...] não podem ser comprehendidos fora de seu habitat” (BITTENCOURT, 1934, p. 136).

No ambiente amazônico, o homem se adaptou às condições naturais da floresta e dos rios, vivendo do que podia encontrar em tais ambientes ou mesmo cultivando os solos da várzea. Acolhido pelo meio, não sente necessidade de fatigantes trabalhos, descansando sempre que necessário sem nunca perder sua resistência admirável (BITTENCOURT, 1934). O texto traça ainda rápidas informações sobre a raça, o folclore, a língua, a religião, as condições econômicas e a vida intelectual do região. Neste último aspecto em particular, ressalta a existência de academias de letras, institutos científicos, escolas superiores, jornais e revistas nas cidades de Manaus e Belém.

> A galeria dos homens notáveis, juristas, poetas, professores, inventores, industriais, etc, vivos e mortos já é bem extensa, o que demonntra que a uberdade do espírito não é menor que a da terra. Trabalha-se; produz-se. [...] a anthropogeographia da Amazonia não admitte disparidades no scenario empolgante da sua dilatada planície. No seio do Paraizo Verde, há logar para todas as raças, com tanto que todas se amalgamem com o aborígene (BITTENCOURT, 1934, p. 140).

A RIGHA de 1934 encerra suas páginas com uma seção intitulada *Registros*, única inclusive entre as sete revistas cobertas neste trabalho. Na lista de tais registros, os desdobramentos das solenidades do 17° aniversário do Instituto e do recebimento de algumas visitas ilustres, além de notas referentes ao falecimento dos sócios Alcides Bahia, Armando Ricci e Plácido Serrano Pinto de Andrade, com destaques sobre suas vidas e trajetórias no IGHA e na sociedade amazonense.

Ressalte-se que nos registros referentes ao aniversário do Instituto e às visitas recebidas, neste caso do Capitão do Exercito Espanhol Francisco Iglesias, em expedição científica com destino ao Peru e do Interventor Federal Capitão Carlos Nelson de Melo, tem-se uma clara demonstração do exercício pela manutenção e ampliação do capital de relações sociais e políticas que sempre marcou a história do Instituto. Cercadas das pompas que cada visita exigia, o Corpo Administrativo do IGHA oferece o diploma de sócio correspondente ao capitão Iglesias e comunica ao

Interventor a deliberação da casa por torná-lo seu presidente de honra, “como prova de gratidão pelo grande amparo recebido” (RIGHA, 1934, p. 142). O amparo a que se fez referência, tinha sido o repasse de uma soma em dinheiro para a aquisição do museu Rondon de Chrysanto Jobim.

O registro dos sócios falecidos cumpria o papel de resgatar-lhes as memórias, destacando os itinerários institucionais, sociais e políticos percorridos ao longo de suas histórias de vida. Já observou-se, páginas atrás, o fato de que as revistas do IGHA, diferente dos casos apresentados por Schwarcz (1993), não terem como característica editorial, a publicação das famosas biografias como uma espécie de jogo de autopromoção entre biografados e biografistas. Neste sentido, as preces de saudade como as registradas na RIGHA em questão, tendo como destino a memória de confrades falecidos, atuam como uma possibilidade, ainda que de forma saudosa, de exaltar a figura dos sócios e do próprio Instituto como lugar de fala a congregar a intelectualidade local.

3.2.5 RIGHA - 1935-36

Com 3 artigos voltados para a área da geografia, 2 para a história, mais 1 de Anisio Jobim sobre os *Panoramas Amazônicos* e a única biografia verificada até então, a RIGHA chega ao seu volume de número V. Dos Panoramas de Jobim, agora foi a vez do município de Tefé, seguindo o mesmo formato usado quando dos trabalhos acerca de Manacapuru e Codajás. Um aspecto merece destaque, a saber, o fato de Jobim citar, dentre outras fontes de pesquisa para a monografia, edições anteriores da própria RIGHA ou livros publicados pelos sócios do Instituto. É o caso da referência feita ao artigo *Manáos e outras villas,* de Arthur Reis e, do mesmo autor, o livro História do Amazonas. Jobim também lança mão de sua própria produção, citando o livro *A Intelectualidade do Extremo Norte*, lançado um ano antes, além de uma série de documentos dos arquivos públicos, jornais e as revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro.

O IGHA contava com 18 anos de existência, por ocasião do lançamento deste que é o V número da sua revista e, ao citarem os trabalhos desenvolvidos pelos associados da casa, os autores vão, pouco a pouco, reforçando o processo de reconhecimento interno de falas e posições assumidas no interior do campo intelectual, do qual o IGHA é parte integrante como centro aglutinador da

intelectualidade local. Citar os consócios, reconhece suas posições como autorizadas a falar sobre determinado assunto no interior do campo de forças que é o campo intelectual e reconhece, mais ainda, a posição do Instituto como lugar de fala oficial.

> Este espaço dos possíveis, transcendendo os agentes singulares, funciona como uma espécie de sistema de coordenadas comum que faz com que, ainda quando não se referem conscientemente uns aos outros, os criadores contemporâneos se situem objetivamente por referência uns aos outros (BOURDIEU, 1997, p. 37).

O artigo de Jobim, mas não apenas ele, indicam pistas do processo de autonomização do campo intelectual de que o IGHA é parte importante na sua estruturação. Consolidando o capital intelectual que já traziam em suas trajetórias de ocupantes de posições no cenário do mundo das letras local, os sócios seguem no processo de estruturação do Instituto como instância de consagração e legitimação de falas e posições, dotada de relativa autonomia nas relações que estabelece com outras instâncias de sociabilidade, notadamente, o campo político.

> O princípio da eficácia de todos os atos de consagração não é outro senão o próprio campo, lugar da energia social acumulada, reproduzido com a ajuda de agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se dela, empenhando o que haviam adquirido de tal energia das lutas anteriores (BOURDIEU, 2006, p. 25).

Infelizmente, as investidas da pesquisa não lograram êxito em relação ao levantamento de todos os materiais considerados necessários para a análise final do trabalho. Isso se deu, por exemplo, em relação ao presente número da RIGHA, cuja publicação mais completa levantada, estava sem o seu primeiro artigo, *Rio Negro,* de Agnello Bittencourt. Essa dificuldade também se verificou em relação à edição seguinte da RIGHA, referente ao ano de 1938, aqui com um problema ainda maior, qual seja, o fato de nenhuma das instituições visitadas possuir em seus arquivos, o volume VI da revista que trazia, segundo índice geral organizado pelo próprio IGHA, Alfredo da Matta em continuidade aos estudos de *Contribuição ao estudo do vocabulário amazonense,* Arthur Reis com *a grande Aventura de Pedro Teixeira pelas águas do Rio-Rei,* Agnello Bittencourt em discurso sobre *Divisão territorial do*

Amazonas, além de discursos de homenagens e de um relatório da Comissão de Limites Municipais do ano de 1933.

> O vol. VI, 1937-38, informa sobre a criação das Comissões de Arqueologia e Etnografia, com participação de Vivaldo Lima, Crisanto Jobim e André Araújo. Alfredo da Matta com sua secção de Linguistica ("Contribuição ao Estudo do Vocabulário Amazonense") (COSTA, 1997, p. 189).

A partir da privação destes materiais acima referidos, a RIGHA de 1935-36 trouxe ainda o artigo de Paulo Eleuthério, *Portugal na Amazônia.* Fartamente fundamentado, o artigo procura caracterizar o processo histórico da colonização portuguesa da Amazônia exaltando, em alguns momentos, os feitos e as conquistas lusitanas no cenário da Amazônia oculta, onde o homem vivia em contato com a natureza (ELEUTHÉRIO, 1935). Destaca ainda o trabalho apostólico dos missionários e de exploradores, no duplo processo de salvamento de almas e conquista de territórios, até chegar ao momento final dos laços com Portugal.

> Os missionários, de origem hespanhola ou portuguesa, procurava, fixar os filhos das selvas nas suas posses, ampliando os latifúndios da fé. Os portuguezes, que a força de luctas com os extrangeiros, se haviam tornado sobremaneira resistentes a dureza da terra e do clima, foram outros tantos semeadores de pequenas povoações, localizando também tribus amigas e combatento as hostis (ELEUTHÉRIO, 1935, p. 98).

A exemplo do que já havia feito Jobim e outros sócios autores da RIGHA, Eleuthério reafirma a posição de Arthur Reis como estudioso do campo da história, ao citá-lo entre as fontes de pesquisa para a produção de seu artigo. Associando a produção oriunda da própria revista ou os trabalhos publicados pelos sócios na forma de livros, muitos dos quais produtos de conferências realizadas no Instituto, com toda uma produção nacional e estrangeira acerca dos temas discutidos nos artigos, os autores demonstram não apenas que possuem conhecimento a respeito do que da produção no campo ampliado da ciência, mas parecem querer mostrar que o IGHA caminha no rumo certo da consolidação de sua natureza institucional, dotada de alguma autonomia de funcionamento.

> No campo artístico [...] não há lugar para ingênuos; [...] todos os atos, todos os gestos, todas as manifestações, são, [...] "uma espécie de piscadela no interior de determinado ambiente": essas piscadelas, referências silenciosas e ocultas a outros artistas, presentes ou passados, afirmam nos e pelos jogos da distinção uma cumplicidade que exclui o profano, sempre votado a deixar escapar o essencial, ou seja, precisamente as inter-relações e as interações das quais a obra não passa do vestígio silencioso (BOURDIEU, 2006, p. 93).

Rápida e única biografia propriamente dita presente nas revistas entre 1917 e 1950, *Barão de Santa Anna Nery,* de Câmara Cascudo, exalta a figura de um homem da Amazônia que, trilhando o caminho das ciências e das letras, chegou as mais altas comendas. "Doutor em direito na Universidade de Roma, bacharel em sciencias pela Sorbone, amigo de Victor Hugo [...] Leão XIII fe-lo Barão. A França deu-lhe o officialato da Academia e da Instrucção Pública" (CASCUDO, 1935, p. 209-10).

O destaque aos vários momentos da vida e da carreira de Santa Anna Nery tem o fino propósito de exaltar a sua posição no campo da intelectualidade e da mais alta cultura. Lembrando sua habilidade de poliglota, escritor, conferencista e divulgador das coisas de sua terra, Câmara Cascudo chancela e confirma o acerto do IHGB em elegê-lo como sócio, reconhecimento de uma trajetória intelectual construída no exterior e com pares da patente de um Victor Hugo.

> Em 1874 está fixado em Paris, já doutor, usando polainas, vivendo com serenidade e escrevendo sempre. A curiosidade [...] é que elle escreveu muito e sobre assumptos que pouca gente erudita gostava de escrever morando em Paris e sendo brasileira. Na Sorbone, em jornaes francezes e espanhóes, portuguezes e inglezes, correspondente da "Republique Française", [...] não parou em divulgar themas brasileiros (CASCUDO, 1935, p. 210).

O artigo *Águas do Nhamundá,* é um trecho do livro A Margem do Nhamundá, de José Henrique Souza, resultado do período em que o autor foi Superintendente Municipal de Parintins entre 1914 e 1916, quando sentiu "necessidade de conhecer pessoalmente a região do Nhamundá e de estudal-a em seus varios aspectos" (SOUZA, 1935, p. 213). Ocupando o cargo público, o autor pretendia conhecer as possibilidades econômicas da região em que trabalhava e defender a sua integridade territorial, num momento em que as questões de fronteira estavam

sempre em litígio. Para tanto, nos diz: “perlustrei a região e detidamente observei-a chorographica, orographica, geológica e hydrographicamente” (SOUZA, 1935, p. 213).

A discussão sobre limites voltaria às páginas da RIGHA com o artigo *A questão do Acre,* mais uma contribuição de Arthur Reis para a compreensão da história do processo que envolveu os governos do Brasil e da Bolívia. Mas o artigo não restringe sua contribuição somente aos aspectos geográficos da questão, percorrendo os caminhos do povoamento da região, os bastidores políticos, as insurreições e as perdas financeiras e territoriais sofridas pelo Amazonas ao longo de toda a questão.

> Occupado o Acre, foi assignado, a 17 de novembro de 1903, graças a Rio Branco, o Tratado de Petropolis, pelo qual ao Brasil voltava a ubérrima região. [...] Mas, pouco depois, o Congresso Nacional, no mais evidente attentado a Constituição Federal, votava uma organisação administrativa para o Acre, tirando-o do Amazonas e declarando-o Território da União, diz que por motivos políticos (REIS, 1935, p. 235).

Após ressaltar as perdas sofridas pelo Amazonas, o autor também destaca a atuação dos setores políticos no estado e junto à União, para a obtenção dos ganhos jurídicos que proporcionaram o pagamento de indenizações relativas aos abalos sofridos pelas finanças locais com a perda das terras do futuro estado do Acre. “Feriram-nos na integridade territorial e na nossa dignidade [...]. A hora de hoje é, porem, a do triumpho. Venceu o Amazonas, a causa do Direito” (REIS, 1935, P. 240).

E fechando o volume, Paulo Eleuthério Filho apresenta o artigo *Entradas e formação de Limites,* em que resgata o papel histórico da atuação de missionários e sertanistas, no processo de conquista da região amazônica. Mais uma vez, Arthur Reis é citado como o historiador da Amazônia, dotado de paciência beneditina para resgatar informações dos arquivos túmulos em que se encontravam (FILHO, 1935, p. 255) e a quem Eleuthério Filho recorre para discorrer sobre a participação portuguesa e espanhola, por exemplo, na fundação de povoações ao longo de toda a região.

> Lamentável erro [...] affirmar que os missionários religiosos foram os autores do disseminamento da civilização na

> Amazônia. Tiveram [...] um precioso papel. Mas não a exclusividade [...]. Essa, na sua maior parte, foi fructo do esforço dos entradistas da época, que depois de percorrerem a região em todos os sentidos, creando povoações e dominando o selvagem, paravam aqui ou acolá installando-se definitivamente e organizando a vida social em torno de seu feudo. O jesuíta, o carmelita, tornaram perenne esse domínio, pacificando o indígena, localizando tribus, fundando missões. [...] O religioso convencia emquanto o sertanista vencia [...]. o entradista e o missionário completavam-se na gigantesca construcção (FILHO, 1935, p. 243).

3.2.6 RIGHA – 1948

> Mandada compor e imprimir nas oficinas da Imprensa Oficial, pelo Sr. Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, Governador do Estado do Amazonas, em comemoração à data do centenário de elevação da antiga vila de Manaus à categoria de cidade, com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. (1848-1948). (RIGHA, 1948, p. 04).

A edição da RIGHA de 1948 vem à público já com o indicativo de que sua concepção atendia aos imperativos pragmáticos do governo do Estado, por ocasião das festividades pelo centenário de elevação de Manaus à categoria de cidade. Não à toa, fora composta e impressa nas oficinas da Imprensa Oficial o que denota, mais uma vez na história do IGHA, os laços de proximidade com o poder público. Esse atendimento ao chamado do poder público para participar dos eventos do centenário, com o aspecto da impressão da RIGHA pelas vias oficiais, é uma clara demonstração de que as condições de autonomização do campo intelectual frente ao campo político, sempre guarda traços de autonomia relativa, na medida em que "não é possível tratar a ordem cultural [...] como um sistema totalmente autônomo" (BOURDIEU, 1997, p. 40), espécie de sistema fechado entre autores e suas obras.

> O microcosmo social no qual se produzem as obras culturais [...] é um espaço de relações objetivas entre posições [...] e não podemos compreender o que aí se passa a não ser situando cada agente ou cada instituição nas suas relações objetivas com todos os outros. É no horizonte particular destas relações de força específicas, e das lutas visando conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores [...] as alianças que travam [...] através dos interesses específicos que aí se determinam (BOURDIEU, 1997, p. 42).

O momento social e político indicava a necessidade de se comemorar a data da elevação de Manaus à categoria de cidade e as relações de proximidade e de cordialidade com o campo político, como já caracterizava Bernardo Ramos anos atrás, impunham ao IGHA uma participação dentro de suas habilidades, no caso aqui, a produção de uma revista voltada para a temática. Para tanto, “recebeu [...] da Fazenda Pública, por ordem do [...] Governador [...] a importância de [...] três mil cruzeiros, para auxiliar às despesas [...] com os festejos do centenário de Manaus” (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 17/10/1948).

A importância atribuída pelo poder público à data do centenário ou o prestígio do IGHA junto aos dirigentes políticos, ou quem sabe as duas coisas juntas, talvez tenham influído diretamente para a publicação do volume VII da RIGHA, haja vista que alguns meses antes daquele outubro de 1948, uma sessão do corpo administrativo do Instituto registrava a preocupação da casa em relação aos 10 anos sem que houvesse nova publicação da revista. Tratava-se do segundo maior intervalo de tempo entre um volume e outro, perdendo apenas para o período de 15 anos entre o número inaugural de 1917 e o segundo de 1932.

> O senhor Presidente tratou da publicação da Revista do Instituto que desde mil novecentos e trinta e oito que não circula, havendo solicitado do Governo do Estado a sua cooperação [...]. Presente à sessão o doutor Leopoldo Amorim da Silva Neves, governador do Estado [...] disse que a situação do material do Diário Oficial é precária, as impressões ali se fazem com dificuldade, mas tomaria interesse no sentido de que a nossa Revista fosse impressa (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 11/07/1948).

Apesar de tudo, a RIGHA foi publicada e Anisio Jobim abria o volume com os artigos *A data do centenário – Escorço histórico* e *Urucará (município amazonense).* Este segundo artigo, dava continuidade aos trabalhos do autor em torno do que chamou de Panoramas amazônicos, uma descrição geral dos vários aspectos da vida do município, desde as informações históricas de sua fundação, passando pelos aspectos do relevo, hidrografia, produção, navegação dentre outros. E, na descrição que faz do desenrolar histórico que leva a fundação de Urucará, Jobim se contrapõe aos argumentos de Eleuthério Filho no volume V da RIGHA, quando este

autor minimiza a ação dos missionários no processo de conquista da Amazônia no artigo *Entradas e formação de limites.*

> Quem quer que procure as origens das cidades e vilas do Amazonas, geralmente, com poucas exceções, encontra como marca original, uma missão, em que o padre foi parte saliente na formação do conglomerado humano. Não se afasta deste teor nuclear o povoado de Urucará (JOBIM, 1948, p. 21).

E o autor continua chamando a atenção para o farto de as dificuldades relacionadas às distâncias que afastam as cidades dos maiores cursos d'água, como o rio Amazonas, contribuírem para o estado de marasmo em que se encontram, no que caracteriza como dificuldades de ordem sociológica (JOBIM, 1948). Indica a inexistência de iniciativas capazes de desenvolver a economia da cidade e tirar-lhe o rótulo de pobreza e o estado vegetativo e de selvageria em que se encontrava.

> As terras [...] vivem abandonadas e incultas, os espaços mantém-se selvagens, numa primitividade chocante, e muitas áreas habitadas de selvícolas ainda intratáveis ou que ensaiam pacíficas relações com os brancos, os civilizados [...]. A gente fica a pensar que Urucará ainda não se desvencilhou das faixas bárbaras, ainda não rompeu o casulo da infância para percorrer uma espiral de evolução que a emparelhe a outros centros mais movimentados e alegres, onde o gosto, a moda, a arte imperam relativamente e se respira um ambiente mais satisfatório e confortável (JOBIM, 1948, p. 21-2).

Ao final do artigo, Jobim faz referência ao trabalho de Bernardo Ramos que realizou expedições no sentido de estudar as inscrições rupestres e as ruínas encontradas no município de Urucará, ainda que "sem o necessário equipamento e o relativo conforto que devia ter" (JOBIM, 1948, p. 31), para encerrar o trabalho chamando a atenção para as possibilidades de grandeza do município, representadas pelas riquezas escondidas em seus rios, a aguardar exploração.

No artigo sobre a data do centenário, um percurso histórico desde as incursões de Francisco Orelana pelo rio Negro, os esforços pela fundação do forte e do Lugar da Barra do Rio Negro, mais uma vez o autor indica a ação dos missionários para que "os bugres pagãos pudessem receber os ensinamentos ortodoxos da religião e da cultura europeia" (JOBIM, 1948, p. 10). Recorre aos naturalistas e descreve os

aspectos da vida social na Barra do Rio Negro, o desenrolar político da criação da Capitania de São José do Rio Negro e as agitações que levaram à Cabanagem, para concluir o escorço histórico com a elevação de Manaus à categoria de cidade.

Na sequência, o padre Raimundo Nonato Pinheiro continua os argumentos em prol das festividades que levaram à publicação da RIGHA, com o pequeno artigo *No centenário de Manaus,* em que procura destacar o papel desempenhado pela igreja no processo histórico de desenvolvimento das cidades na Amazônia. Arthur Reis aparece em suas rápidas páginas na condição de ser considerado consagrado historiador, reforçando a atuação dos religiosos na fundação de núcleos urbanos. Ressaltando as contribuições da igreja nos campos da arquitetura e da educação, o padre celebra os benefícios civilizatórios da catequese através do heroísmo dos missionários.

> A obra dos bispos e sacerdotes na encantadora cidade, [...] só poderá ser negada pela leviandade e má fé dos inescrupulosos. No próprio ano de 1848, antes de sua elevação à cidade, Dom José Afonso de Morais Torres aqui fundou o Seminário de São José que por muitos anos foi o único estabelecimento de ensino secundário e de onde saíram – além de sacerdotes – eminentes leigos que lhe outorgaram insignes forais de civilização nos diversos ramos da administração pública. Lima Bacury e Sant'Ana Nery [...] cursaram humanidades em nosso ateneu clerical (PINHEIRO, 1948, p. 34).

Indicando a dinâmica de produção intelectual dos associados, o quarto artigo da RIGHA, é um estudo de Manuel Bastos Lira, apresentado ao 2° Congresso Médico-Social Brasileiro, cujo título é *Sobre o valor dos alimentos aborígenes da Amazônia.* Com o uso da expressão aborígene, o autor procura destacar as desvantagens nutricionais da introdução de alimentos enlatados na dieta do amazônida e o consequente abandono de hábitos alimentares perfeitamente sintonizados com as características físicas e os modos de vida desenvolvidos em cada lugar (LIRA, 1948).

> Com o recurso da "lata" em detrimento dos nossos alimentos originários, que ainda não mereceram a atenção dos nossos pesquisadores, temos conseguido atingir apenas gravemente a vitalidade desse grande brasileiro que é o homem da Amazônia. As carências não teriam dominado sua existência, se fosse tratado convenientemente e proporcionados os seus

> alimentos em quantidade suficiente, afim de que não se debatesse nas ciladas abertas pelas hipovitaminoses (LIRA, 1948, p. 39-40).

Com a crítica ao que chama de golpe inglório dos enlatados, o autor não deixa de fazer uma reflexão acerca da exploração indiscriminada dos recursos da fauna e da flora da Amazônia, propondo como alternativa o estabelecimento de vivedouros ou criadouros capazes de corrigir a degradação e serem explorados no futuro dentro de rigores prático-científicos. A partir da apresentação de análises químicas sobre alimentos como a tartaruga, o peixe-boi, o curimatã e o jacaré, propõe ainda a promoção da agricultura como elemento de fixação do homem à terra e fonte de abastecimento ao lado da pecuária e a introdução de práticas higiênicas no processo de produção e manipulação de alimentos.

> Em lugar dos afiambrados, das carnes cozidas enlatadas [...], dos charques [...] e da necessidade de reparar a falta vitamínica através de fármacos, teremos em nossas casas, um passadio diferente, uma alimentação menos artificial, mais sadia e, sobretudo, menos deprimente. [...]. O que faz mal à gente é reconhecer que os planos existem, que os encarregados dos serviços também aqui estão, mas que [...] a sua realização, não se apresenta nunca (LIRA, 1948, p. 49).

A sequência da RIGHA nos oferece o artigo de André Araújo, *Aspectos Geo-Sociológicos da Amazônia,* trabalho em que o autor discute o homem e a cultura na Amazônia, em suas relações com o ambiente físico, notadamente com os mundos vegetal e zoológico. A respeito disso, o artigo indica que “tudo está virgem ainda. Nada se fez em face do que tem a Amazônia, do que é a Amazônia, do que oferece a Amazônia” (ARAÚJO, 1948, p. 59). E vai tecendo o caminho que leva a compreensão do homem e da cultura neste espaço natural, caracterizando seus aspectos físicos, a começar pelas peculiaridades das várzeas e terras firmes, as potencialidades da fauna e de flora, elementos costurados pelo clima.

> A vegetação do vale é vastíssima. É uma das maiores do mundo. Sob o ponto de vista econômico, médico, alimentar é uma das mais extraordinárias. Plantas oleaginosas, medicamentosas, madeira de construção de primeira ordem, plantas toxicas de todos os graos de mortalidade, plantas úteis, árvores mais duras do que o ferro [...] a flora amazônica resultante de um clima húmido e quente e da predominação do

> elemento líquido da região, é uma das mais portentosas, sinão a mais portentosa do mundo (ARAÚJO, 1948, p. 67).

Acercando-se de diferentes e múltiplas fontes, André Araújo examina a fauna da região estabelecendo uma relação com essa mesma exuberância verificada da flora, destacando não apenas a fauna terrestre, mas chamando a atenção para a grande variedade de vida armazenada nos rios e também nos ares da Amazônia. Lembra do colorido dos peixes, do extraordinário mundo das aves, das cobras, macacos e preguiças, na intenção de mostrar que:

> O meio determinismo creado por essa geografia tropical, não é esse extremo determinismo que cria de um detalhe particular um fato geral. A terra, como meio físico tropical é o ambiente que já está preparado para a ação do homem. O homem aqui não chegou cedo demais. A terra é antiquíssima e o homem veio quando devia vir. A inteligência e a ciência transformarão esse mundo amazônico, em futuro próximo, na maior civilisação do planeta (ARAÚJO, 1948, p. 69-70).

Em franco debate com Euclides da Cunha e a ideia da última página do gênese e avançando para um debate com Gobineau, o autor desconsidera qualquer ideia de entendimento do homem e da cultura na Amazônia, na condição de inferioridade, considerando-os, homem e cultura, na sua interpenetração com o ambiente a produzir um herói tranquilo e de excelentes qualidades, moral e materialmente vigoroso, sem seduções e entregue a sua rotina diária de madrugador, calmo e passivo pela influência do calor da Amazônia.

> A antropologia social, a antropologia física não indicam inferioridade biológica, racial ou cultural dos povos americanos. [...]. Na trama de seu biótipo, na amalgama de seu tipo, na mestiçagem de seu todo, ele traz qualidades admiráveis de inteligência, de valor para construir uma grande civilisação no ambiente de que dispõe, desde que os homens de responsabilidades orientem, cientificamente [...] e assistam o homem, educando-o, curando-o, protegendo-o (ARAÚJO, 1948, p. 73).

A ideia de determinismo é considerada pelo autor não de um ponto de vista infalível, mas com uma estratégia para chamar a atenção para a necessidade da valorização da inteligência e da ciência, elementos indispensáveis para o domínio da natureza. Ainda assim, o salto total para a superação dessa perspectiva de

entendimento parece ficar comprometido na própria ideia de calma e passividade do caboclo, na ideia do domínio absoluto do rio, da cultura subordinada a imperativos geográficos que moldam o caráter do caboclo, que não o impulsiona para grandes ambições. É um homem refém das grandes distâncias e que, quando pratica a agricultura, o faz por força do ambiente em sua teatralidade de herói isolado (ARAÚJO, 1948).

> Todos esses aspectos devem ser tomados em conta para o estudo sobre a cultura do homem. Todas essas circunstâncias influenciam sobre os instrumentos e o material de cultura. Nas peças etnológicas e nas etnográficas estão gravadas tudo aquilo que há pouco nos referimos: a selva e a zoologia tropicais, o meio em geral, tudo está gravado nos instrumentos etnológicos. [...] a Amazônia se levanta para a ciência (ARAÚJO, 1948, p. 78-9).

No artigo de André Araújo, a cultura da juta aparece como perfeitamente adaptada ao ambiente amazônico, cujo determinismo líquido fez deste espaço seu habitat ideal. Com *Climatologia da juta,* que Admar Thury apresenta como capítulo de um livro em vias de publicação, tem-se uma explanação detalhada dos aspectos climatológicos responsáveis por essa adaptação. Citando logo de início, o trabalho, A juta como riqueza econômica da Amazônia, do consócio Vivaldo Lima, o autor destaca a especificidade do clima amazônico “para o plantio da juta, cuja cultura encontrou na Amazônia novo habitat” (THURY, 1948, p. 82), delineando as características de temperatura e umidade do ar e dos fatores pluviométricos que interferem positivamente neste cultivo.

Citando outro consócio, Araújo Lima em *Amazônia – a terra e o homem,* para quem as noites amazônicas são toleráveis em se tratando da temperatura, Thury procura os argumentos para a reabilitação do clima da região que, mesmo sendo equatorial, “não é tão rigoroso como tem sido julgado apressadamente por alguns autores, inclusive o grande Euclides da Cunha: “o calor úmido das paragens amazônicas deprime e exhaure” (THURY, 1948, p. 87). Em rápidos traços comparativos entre a Amazônia e regiões da Índia, como Bengala, apresentando dados numéricos referentes aos fatores pluviométricos e de umidade relativa do ar, o autor conclui pela existência de condições favoráveis ao cultivo da juta, proporcionadas pelo perfeito equilíbrio entre calor e índices pluviométricos.

Prossegue o volume VII da RIGHA com mais um artigo na linha da grande área da história, lembrando que esta edição da revista foi voltada para os festejos do centenário de elevação de Manaus à categoria de cidade. Neste sentido, Agnello Bittencourt publicava *Manaus: sua origem e desenvolvimento,* uma viagem desde a fundação do Forte de São José do Rio Negro, passando pelo ajuntamento que originou o lugar e a Vila da Barra do Rio Negro, as inquietações populares e políticas pelo fato de a Capitania de São José do Rio Negro não ter ascendido à Província no contexto da emancipação do país e a elevação à categoria de cidade em 1848, razão pela qual a celebração de que a revista fez parte.

Recorrendo aos cronistas e viajantes, Bittencourt traça o panorama da fundação da Fortaleza, "chave militar e econômica, senão política, da imensa região que ia aos campos do Rio Branco e às montanhas do Orinoco" (BITTENCOURT, 1948, p. 94). Ato contínuo, apresenta, com base no levantamento das fontes, as condições sociais e humanas do lugarejo que se ergue nos arredores do Forte, um ajuntamento de pouca importância, haja visto que a sede do governo da capitania encontrava-se instalada em Barcelos.

> Apezar dos sensíveis melhoramentos que a Vila usufruiu, com a presença e a ação administrativa de Lobo d'Almada, muito longe ainda estava de apresentar casaria e conforto condignos de uma sede de governo. As telhas de barro para as primeiras casas foram fabricadas em Belém (Pará) (BITTENCOURT, 1948, p. 97).

Os testemunhos de Spix e Martius ilustram a realidade de um lugar que se apresentava, ao tempo de Vila, como uma mera aldeia de palha que apenas anunciava a possibilidade de progresso. Com Alfred Wallace, a já cidade e capital da província, era dominada pelo comércio e a população mantinha uma rotina distante de ocupações de caráter intelectual. O casal Agassiz, surpreende uma Manaus insignificante e feita de ruínas, de mulheres enclausuradas e bailes, apenas uma possibilidade futura de tornar-se um grande centro de comércio e navegação (BITTENCOURT, 1948).

O artigo termina com a remodelação da cidade iniciada por Eduardo Ribeiro, seus aterros e desaterros, a construção de prédios imponentes, como o próprio Teatro Amazonas, os melhoramentos em relação ao abastecimento de água, nivelamento e calçamento de ruas, sistema de transporte e de iluminação pública, a

inauguração da biblioteca pública, a ampliação dos grupos escolares, as preocupações em torno dos cemitérios, as linhas telegráficas e todos os melhoramentos proporcionados pela riqueza da borracha. Não há qualquer tentativa de pensar esse contexto do ponto de vista crítico, mas apenas registrá-lo como deslumbre, como embelezamento da cidade.

> Manaus transformou-se do que era no tempo de Agassiz para ser o que ele predisse: um grande centro de comércio e navegação, com suas instituições científicas e literárias, seus cursos técnicos, com seus jornais e revistas bem colaborados, suas casas de diversão e, sobretudo, seu espírito de brasilidade, cordialidade e progresso (BITTENCOURT, 1948, p. 112).

Vale destacar mais um detalhe deste artigo de Agnello Bittencourt, que é o fato de o autor citar trabalhos de outros consócios do IGHA, além de sua própria produção. Da sua lavra, cita o trabalho *Chorographia do Estado do Amazonas,* lançado em 1925 e dentre os consócios, recorre aos trabalhos *Lobo D'Almada: um estadista colonial (1940),* de Arthur Reis e indica *O Aguadeiro (1947*), de Mario Ypiranga Monteiro, a quem chama de polígrafo e amazonista.

Segue a RIGHA de 1948, com mais uma contribuição de Agnello Bittencourt, suas notas ao *Cincoentenário do Teatro Amazonas,* um apanhado geral publicado em *O Jornal* em 1946 e iniciada em 1937 em *A Selva*, dando notícias do planejamento da escolha do local e detalhes da construção, decoração, instalação e modificações no prédio, alem de um relato sobre algumas exibições e uma rápida pincelada sobre as relações entre o Teatro e a política. Sobre este último ponto, "recordemos [...] 'Canção de Fé e Esperança', que Álvaro Maia recitou no seu palco, a 23 de novembro de 1923, quando se comemorava a passagem do centenário de adesão do Amazonas à Independência" (BITTENCOURT, 1948, p. 125).

O artigo apresenta as discussões em torno da escolha do local para a construção, que envolveu a desapropriação e o nivelamento do terreno das futuras instalações, com algumas rescisões de contratos e altas somas em dinheiro aprovadas pela assembleia provincial. Com obra iniciada em 1884 e instalação solene em 1896, o que não quer dizer conclusão das obras, Teatro Amazonas viveu um período de muitos espetáculos. Com as dificuldades em pesquisar nos arquivos do próprio teatro, o autor lista uma série de exibições de companhias nacionais e

internacionais, que somaram entre 1897 e 1917, pelo menos 414 apresentações, conforme as notas que ele chama de desordenadas feita as pressas.

> Não é fácil encontrar a história do Teatro no seu arquivo. É lamentável o desfalque em que se encontra a sua documentação interna. Alguns livros de ponto, de registro das folhas de pagamento do pessoal, de protocolo, renda de espetáculos, uma coleção incompleta de volantes, prospectos e cartazes [...] tudo. Mas o mal vem de longe, obtivemos os dados presentes principalmente nos relatórios dos Governadores e seus auxiliares, nos velhos jornais de Manaus e no testemunho dos contemporâneos (BITTENCOURT, 1948, p. 120).

Há um outro aspecto que merece destaque no levantamento realizado por Agnello Bittencourt, a saber, o registro da circulação de um jornal durante a temporada de 1906, chamada por ele de esplêndida. Tratou-se do jornal *O Teatro,* que contou com a publicação de 13 números e que "trazia reportagens sobre os espetáculos, resumos dos enredos das peças, crítica teatral e pequenas irreverências" (BITTENCOURT, 1948, p. 121). Não há maiores detalhes a respeito das edições, a não ser a indicação feita pelo autor de que se tratava de um jornal inteligente e com boa apresentação gráfica.

Com o trabalho *Crônicas da Cidade Velha,* Mário Ypiranga Monteiro fecha a sessão de artigos dessa edição da revista. Surpreendendo tipos sociais como o arruador e o atravessador e descrevendo as antigas festas do Divino Espírito Santo, expressões de forte presença na Manaus da segunda metade do século XIX em diante, o autor procura reconstruir aspectos da economia, da cultura e da administração de uma Manaus que "está perdendo aos poucos aquele aspecto de cidadezinha burguesa, de há cinquenta anos atrás" (MONTEIRO, 1948, p. 139).

Chegando à Província junto com a máquina administrativa da Metrópole, o arruador cumpria o papel de zelar pela estética urbanística da cidade. A maneira de um engenheiro abria e tratava de alinhar as ruas da cidade, numa tarefa que não lhe cabia proventos e que não poderia negar ao chamado da administração. Dos seus serviços dependia a perfeita edificação dos prédios, a ausência de becos, o estabelecimento dos limites dos bairros e a identificação das ruas, travessas e praças por meio de postes com tabuletas indicativas.

> O arruador [...] era um desses apagados engenhos cuja ausência tornaria impossível a marcha do mecanismo social do Município. Quando a capital [...] foi transferida para o Lugar da Barra [...] já existia o Arruador. Com a mudança, mudaram-se também os servidores. E o Arruador com eles. [...]. No Arquivo da Prefeitura Municipal de Manaus, relativos aos primeiros anos do século passado, deparamos com várias noticias sobre a personalidade obscura do Arruador. A primeira é de 1830 (MONTEIRO, 1948, p. 128).

O outro tipo social, também chamado pelo autor de tipo curioso da província, é o atravessador, sujeito que pratica o comércio de gêneros alimentícios por meio da compra direta por preços baixos junto aos produtores rurais e a venda na cidade com lucros exorbitantes. Recorrendo a registros oficiais da Câmara Municipal, o autor encontra no ano de 1868 uma tentativa de impedir a ação dos atravessadores tendo em vista a carestia dos produtos quando a população passava por grandes necessidades de abastecimento. Outras medidas no mesmo sentido viriam a ser propostas ao longo dos anos contra esse “tipo que se elege por responsável pelo encarecimento da vida, interferindo desastrosamente, na economia citadina” (MONTEIRO, 1948, p. 137).

O autor ainda procura fazer um esclarecimento acerca da confusão existente entre o atravessador e o regatão, sendo este um tipo trazido da metrópole, porém adaptado às condições alagadiças da região, enquanto o atravessador seria originário da região. E frente à atuação dos comerciantes de porto em porto, providências fiscais foram pensadas, medidas policiais solicitadas e o Presidente da Província acionado quanto a realização de “patrulhas para rondas diurnas e noturnas do litoral, afim de evitar que a farinha que chegasse [...] ao mercado fosse desviada pelos atravessadores” (MONTEIRO, 1948, p. 139).

O último aspecto da Manaus antiga levantado por Mário Ypiranga diz respeito às antigas festas do Divino Espírito Santo, de origem portuguesa e que impressionava pela grandeza das procissões fluviais, com seus imperadores e padrinhos de festas e seus arraiais com levantamento de mastros, particularidades não mais verificadas na paisagem cultural da província. A descrição de um detalhe específico que é o percurso das procissões, revela as transformações sofridas pela cidade como, por exemplo, o aterramento dos igarapés de Espírito Santo e dos Remédios.

> A procissão fluvial era realizada à noite, entre luminárias e espoucar de rojões. Na galeota principal, vinha o Imperador da festa, com o Divino e os padrinhos ou noitários, que eram sempre as pessoas mais influentes [...]. Enquanto a procissão [...] subia o igarapé do Espírito Santo na força do remo, os da cidade, pelas margens, soltavam as rouqueiras, não menos entusiasmados. As vigorosas mulatas [...] de [...] vestidos de cambraia endurecidos à goma de tapioca, entregavam-se aos responsos com unção, antes da pândega final (MONTEIRO, 1948, p. 141).

A partir da contribuição de Mário Ypiranga, a edição da RIGHA não apresenta mais artigos, trazendo uma espécie de ata dos trabalhos da Conferência da Hileia Amazônica, ocorrida em maio de 1948, e os registro da visita dos príncipes D. Pedro de Orleans Bragança e sua esposa Dona Esperanza, da passagem do trigésimo aniversário do IGHA e da posse do sócio Leopoldo Amorim da Silva Neves, antes de entrar numa sessão especialmente destinada a uma série de quatro discursos, dois deles mais uma vez voltados aos príncipes, um para celebrar a data de 7 de setembro e um último para homenagear o consócio Arthur Reis, que em breve partiria para o Rio de Janeiro.

> O Instituto procurará transformar os homens da idade da pedra que aqui se encontram, em homens da idade atômica. [...] tendo como núcleo inicial o Museu [...] Emilio Goeldi [...] e estendendo-se desde logo a Manaus e Iquitos [...]. O Instituto funcionará em cooperação contínua com os institutos científicos do Brasil e países aderentes [...] mas também com grandes centros [...] dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, etc de modo a manter permanentemente na região amazônica, cientistas vindos de todos estes países (JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 12/08/1947).

A notícia de 1947 mostra os interesses que estiveram em jogo na constituição do Instituto da Hileia Amazônica pouco menos de um ano antes de os trabalhos continuarem em Manaus. A ideia do Instituto surgiu como proposta da representação do Brasil junto à UNESCO, em reunião ocorrida em Londres no ano de 1946 e a sessão de sua instalação se deu nas dependências do Teatro Amazonas e sob a presidência do governador do Estado, o Sr. Leopoldo Neves que haveria de ser empossado como sócio efetivo do IGHA, em 13 de março de 1948.

Entre pesquisadores, cientistas e representantes de Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Países Baixos, Reino Unido, estava presente a diretora do Museu

Nacional do Rio de Janeiro, Heloisa Alberto Torres e, compondo a comissão estadual do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, dentre outros nomes, constavam os dos sócios do IGHA Anisio Jobim e João Leda, além da participação de Manoel Bastos Lira e Carlos Mesquita, outros dois associados, atuando como intérpretes na conferência.

> Instalar-se-á [...] a conferência da UNESCO [...] da qual surgirá a estruturação do Instituto da Hileia Amazônica, a mais séria tentativa que já se realizou objetivando o estudo e o exame, a pesquisa sistemática e a investigação metodizada dos problemas sociais e humanos planiciários, bem assim das possibilidades da gleba, da fauna, da flora e do homem do vale (JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 13/05/1948).

O Instituto da Hileia Amazônica, pensado enquanto uma rede de pesquisa e conhecimento de caráter internacional, cujos movimentos da conferência realizada em Manaus a RIGHA deu notícia, não chegou a se efetivar. A iniciativa levada a cabo por um grande número de pesquisadores, que haveriam de “esbarrar, deter-se, para melhor compreender e assimilar os dramas da terra, as forças criadoras do cosmo amazônico” (RIGHA, 1948, p. 145), apesar de tudo, deixaria algum resultado na medida em que os esforços capitaneados “geraram um efeito não previsto [...] o Inpa” (MAIO; SÁ, 2000, p. 1009).

Segue a RIGHA com um rápido registro de “impressionante prova de simpatia, a manifestação realizada pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, as pessoas de SS. AA. os príncipes brasileiros Dom Pedro de Orleans e Bragança e sua nobre esposa Dona Esperanza” (RIGHA, 1948, p. 147). A visita do casal real ocorrera em 5 de outubro de 1947, ocasião que mereceu uma sessão solene do Instituto sob a presidência do governador do Estado, Leopoldo Amorim da Silva Neves e culminou com o Instituto conferindo o título de sócio honorário ao príncipe. Um pouco mais adiante, outro rápido registro em um único parágrafo, completa as informações quanto à visita dos príncipes, apenas para registrar as falas do presidente da casa e do orador na ocasião, respectivamente Anísio Jobim e Mário Ypiranga Monteiro.

> Manaus havia recepcionado, em tempos que lá vão, o vosso ilustre antepassado [...] Conde d’Eu [...]. Manaus, com a mesma alma vibrátil [...] receberia vosso ilustre pai, Dom Pedro d’Alcântara [...] quando nos deu a honra de sua visita. Agora

> vós, príncipes do Brasil, descendentes de nobres casas da Europa, pisais a verde Amazônia, a mais nobre terra do mundo, onde todas as cousas são grandes, desde o rio magestoso, as árvores que desafiam temporais; desde o espaço físico a alma cósmica do nativo (ATA DE SESSÃO SOLENE DO IGHA, 05/10/1947).

Na sessão de *Discursos* desse número da RIGHA, essas falas de Anisio Jobim e Mário Ypiranga encontram-se ampliadas, com Jobim chamando a atenção para o papel do Instituto como órgão consultivo do governo do Estado na esfera cultural, e destacando a figura de D. Pedro II e sua verve científica e artística, e Ypiranga a destacar a simplicidade, a educação e o sentimento de justiça do povo amazonense, para reconhecer e agradecer pelos feitos da família real brasileira.

> O Amazonas – região mais caluniada do mundo inteiro [...] sente-se rejubilado com as vossas presenças. E esta casa, que guarda o passado de vossos ancestrais com carinho, pela palavra do mais humilde dos seus membros, saúda-vos e agradece a vossa visita. Esta hora que estamos vivendo será eterna para a nossa história. E vamos nós [...] eternizá-la no coração. Sede benvindos (sic) a taba grande dos Manaus (RIGHA, 1948, p. 164).

O aniversário de 30 anos do IGHA e a posse do governador do Estado como sócio efetivo da casa, fecham o conjunto desses ligeiros registros. Quanto ao aniversário, o texto exalta a iniciativa dos fundadores e a resistência daqueles que os seguiram no tempo para “animar-lhe as atividades, aumentar-lhe o merecimento e o prestígio no Amazonas, pelo estudo de sua geografia, história, paleontologia, botânica, etnografia, geologia e outras faces porque se apresenta a terra virginal” (RIGHA, 1948, p. 149). A data mereceu discursos em sessão solene que também deu posse à diretoria para o período de 1947-1950, ocasião em que Vivaldo Lima “falou da vida e utilidade do Instituto” (ATA DE SESSÃO SOLENE DO IGHA, 25/03/1947).

A RIGHA informa que a posse do governador Leopoldo Amorim teria ocorrido na mesma ocasião em que se comemorou os 30 anos do IGHA porém, essa informação não bate com a ata da sessão solene especialmente convocada para receber o governador nos quadros de associados da casa, que aponta a data de 13 de março de 1948 como sendo a da posse. Neste sentido:

> O sr. Presidente [...] declarou aberta a sessão solene para dar posse ao novo sócio, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Em ligeiras palavras fez o histórico do Instituto, enalteceu as qualidades morais, intelectuais e cívicas do novel associado e deu-lhe posse fazendo a entrega do diploma de sócio efetivo sob vibrante salva de palmas. [...] Vivaldo Palma Lima [...] disse de suas virtudes [...] bem como do entusiasmo e regozijo do Instituto em recebê-lo em seu quadro social (ATA DE SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA GERAL DO IGHA, 13/03/1948).

Dois discursos de Anisio Jobim completam o conteúdo da RIGHA de 1948, o primeiro deles proferido por ocasião da data de 7 de setembro de 1946 e o segundo uma homenagem ao consócio Arthur Reis. O discurso em relação às comemorações pela semana da pátria, para além de todo o sentimento ufanista, procura destacar a importante e breve presença do Museu Botânico do Amazonas e sua revista Velosia. A intenção do autor, ao relembrar a curta história do museu, que teria sucumbido à politicagem, era tão somente “para fazer votos que o nosso Instituto não tenha a mesma sorte, de diluir-se no esquecimento e na má vontade de muitos que não compreendem ou não querem compreender o significado de criações como esta” (RIGHA, 1948, p. 165).

Do discurso proferido para homenagear Arthur Reis, de partida para o Rio de Janeiro, ressalte-se a maneira pela qual Jobim exalta a figura polígrafa do consócio, atuante no magistério e na imprensa, membro da Academia Amazonense de Letras e sócio correspondente e efetivo de inúmeras entidades de caráter científico e literário, inclusive do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de reconhecido posto de americanista e historiador do Amazonas, descortinador de seu passado colonial pelo mergulho nas suas fontes esquecidas.

> A reputação adquirida como escritor [...] conquistou-a ele com a publicação do seu primeiro livro “História do Amazonas”, editado em 1931 [...]. Não tínhamos até então uma história do Amazonas, não tínhamos nenhum livro que pudesse [...] receber este nome [...] um grande livro, de páginas maciças, a história de nosso grande Estado, desde os velhos tempos de antes da penetração dos portugueses pelo vale e dos missionários [...] até o nosso desenvolvimento atual (JOBIM, 1948, p. 171).

Anísio Jobim trata do que chama de reputação de Arthur Reis como escritor no campo dos estudos de história, de suas habilidades com o mundo das letras e do

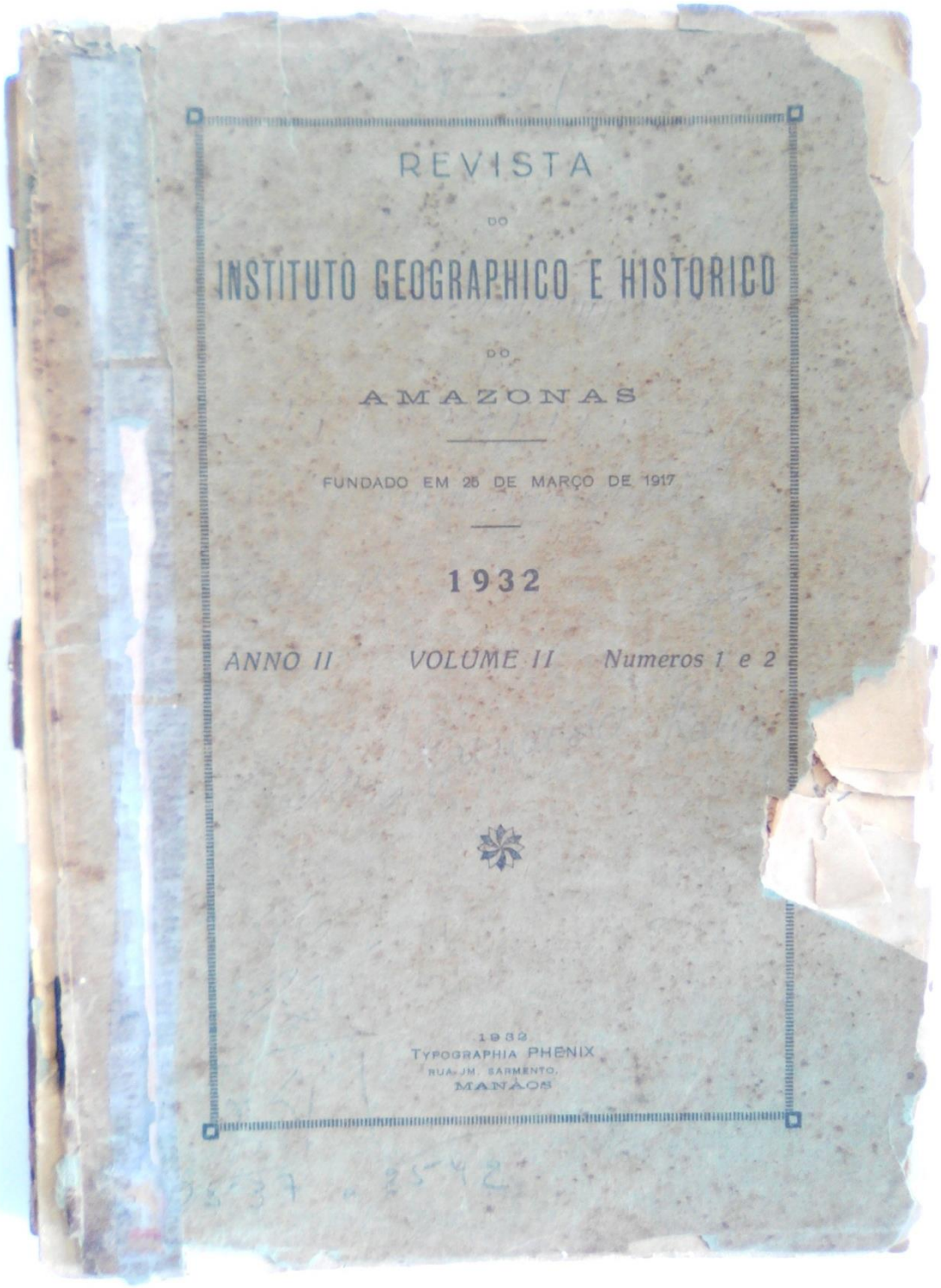
reconhecimento adquirido não apenas em Manaus ou no Estado do Amazonas, mas no país inteiro, haja vista sua participação como sócio efetivo ou correspondente em instituições do mundo das ideias e da cultura, capazes de investir de prestígio seus participantes. Cada instituição, atuando como lugar de fala a reconhecer e legitimar discursos e obras, respalda a atuação do escritor e lhe garante a possibilidade de ganhos futuros pelos investimentos realizados numa carreira intelectual.

> O Instituto [...] era reduto de pessoas que recebiam o status de a ele pertencer, validando as produções científicas e culturais dos seus sócios. O diploma de sócio do Instituto era quase como o passaporte que possibilitava o livre transitar de seus membros em outros círculos intelectuais fora do Estado. Isto é, pertencer a um, ou mais dos Institutos existentes no país facilitava as relações com a intelectualidade dos demais centros destinados à produção científica e cultural (SOUZA, 2010, p. 99).

Figura 8 – Colar comemorativo ao centenário do IGHA.

Fonte: Registro fotográfico do autor.

Figura 9 – Capa da Revista de 1932 presente nos arquivos da casa.


REVISTA

DO

INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO

DO

AMAZONAS

FUNDADO EM 25 DE MARÇO DE 1917

1932

ANNO II VOLUME II Numeros 1 e 2

1932
TYPOGRAPHIA PHENIX
RUA J.M. SARMENTO,
MANAOS

Fonte: Registro fotográfico do autor.

Figura 10 – Salão Nobre D. Pedro II com cadeiras antigas do Teatro Amazonas.

Fonte: Registro fotográfico do autor.

Figura 11 – Máscara mortuária do governador Alcântara Bacellar

Fonte: Registro fotográfico do autor.

CAPÍTULO IV

CORRESPONDÊNCIAS E REDE DE RELAÇÕES

> O progressista Estado do Amazonas não podia por mais tempo deixar de possuir uma Instituição dessa natureza, de fins tão alevantados e de meios apontados à grandeza da pátria (INSTITUTO GEOGRÁPHICO E HISTÓRICO DA BAHIA, OFICIO N° 100, de 4/4/1917, LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS DO IGHA, N° 19).

O contexto de surgimento do IGHA no início do século XX caracterizava a cidade de Manaus e o estado do Amazonas, como realidades extremamente difíceis para qualquer iniciativa ou empreendimento no campo científico e cultural. Outras instituições de caráter semelhante já tinham surgido, definhado ou estavam em situação desfavorável para continuarem atuando, sendo o exemplo mais significativo da história recente naquele período, o do Museu Botânico do Amazonas.

Vivia-se a crise econômica e, uma vez que o campo intelectual local ainda não havia se consolidado, como um espaço dotado de alguma autonomia, os primeiros passos e um bom trecho da caminhada de instituições desse universo, tendiam sempre a ser dados na proximidade com os espaços das tomadas de decisão ocorridas no campo político, entendido como campo do poder. Foi assim com o Museu Botânico e o aval da princesa Izabel, foi assim também com a Universidade Livre de Manáos e a necessidade de se angariar recursos junto a prefeituras do interior do Estado, além da cessão de espaços institucionais públicos para a realização das atividades. Com o IGHA, as coisas não seriam diferentes, e o Instituto nasceria sob os auspícios do Governo do Estado conforme tratavam de registrar seus Estatutos de 1917.

O conteúdo das atas arquivadas pelo IGHA, dão conta de registrar essas relações com o campo do poder político local. São muitos os momentos em que se pode tomar conhecimento das investidas, com base no prestígio dos sócios fundadores e efetivos, em busca de recursos ou dos aparelhos do Estado para efetivar ações como, por exemplo, a publicação de sua revista. Da mesma forma que a Universidade, o IGHA recebe do Estado a concessão de usufruto de prédios de seu patrimônio para estabelecer a sua sede social e, dali em diante, adotaria as

estratégias necessárias para que pudesse deslanchar, sendo uma delas, a corriqueira admissão de nomes da política local em seu quadro de associados.

Para além das atas, que registram a dinâmica administrativa do Instituto, os seus arquivos de correspondências proporcionam um mergulho nas redes de relações que foram sendo estabelecidas a partir de sua fundação, tanto em âmbito local, quanto nacional e internacionalmente. Troca de informações quanto à eleição posse de novas diretorias, solicitação e remessa de fontes de pesquisa, repasse de documentos oficiais por parte do poder público são alguns exemplos da extensa rede que o IGHA sempre procurou construir ao longo de sua existência, seja com instituições congêneres, seja com outras entidades de mesmo caráter ou com setores políticos, no caminho da consolidação de um campo intelectual com a autonomia necessária para o reconhecimento de posições e a autorização de discursos.

Toda a correspondência do Instituto, seja ativa ou passiva, pode ser classificada em quatro grupos de documentos. O primeiro grupo é composto pela correspondência trocada com entidades congêneres de todo o país. O segundo, pelas correspondências com outras instituições de caráter científico-cultural. O terceiro grupo é composto pela correspondência com setores dos poderes públicos, em todas as suas instâncias e o quarto grupo, é constituído pela documentação aqui classificada como de natureza diversa, envolvendo correspondências com entidades patronais, beneficentes ou de classes. Para o propósito deste trabalho, qual seja a verificação de conexões do IGHA com entidades capazes de alavancar a posição do Instituto como entidade participante do campo intelectual e, por isso mesmo, contribuindo para o desenvolvimento do próprio campo, o ultimo grupo de correspondências não foi considerado.

4.1 Arquivos de Correspondências

Os nove livros que arquivam as correspondências do IGHA, agrupam um conjunto de documentos os mais diversos. Há ofícios, circulares, telegramas, cartas, listas de ofertas de material bibliográfico, boletins dentre outros documentos, muitos deles manuscritos, que indicam não apenas a rede de relações do Instituto, mas uma rotina assoberbada e o prestígio da casa junto às instituições com quem mantinha contatos diuturnos. Os livros encontram-se numerados de forma contínua

de 19 a 25, dando um salto, após isso, para 31 e 32 e somente o livro de número 19, que guarda correspondências recebidas entre 1917 e 1921, apresenta uma estatística dos documentos por meio de tabelas indicando os totais para cada ano e uma tabela geral das correspondências.

A tabela com a estatística de 1917, apresenta 34 ofícios e um total de 49 documentos. Já na tabela com os números gerais, essa informação aparece corrigida de forma rabiscada para indicar 35 ofícios e um total de 50 documentos para aquele ano. Destaque-se ainda, que abaixo da tabela e da assinatura do 2° Secretário Paulo Eleuthério, consta uma anotação entre parênteses, informando a existência de 187 documentos[39]. No entanto, percorrendo a listagem completa com a identificação para cada documento arquivado e folheando documento por documento, chega-se realmente ao total de 35 documentos identificados como ofícios, recebidos de diversas entidades, incluindo-se aí, o governo do Amazonas e de vários Estados, prefeituras do interior do Estado e fora dele, bibliotecas públicas, universidades e faculdades país a fora, Institutos congêneres dentre outras. Dessa forma, o montante total de documentos seria de fato 188, com a correção feita na tabela geral para considerar 35 ofícios recebidos em 1917.

Tabela 3 - Estatística Geral da Correspondência Recebida (1917-1921)

N°	CLASSIFICAÇÃO	ANOS SOCIAIS					
		1917	1918	1919	1920	1921	Total Geral
1	Officios	35	9	4	22	25	95
2	Circulares	7	12	9	8	21	57
3	Telegrammas	1	0	0	0	0	1
4	Cartas	0	0	0	2	2	4
5	Prospectos	0	0	0	0	0	0
6	Propostas	0	0	3	0	3	6
7	Programas	0	0	0	0	0	0
8	Lista de Offertas	2	2	0	0	3	7
9	Outros documentos	5	6	3	2	2	18
TOTAIS		50	29	19	34	56	188

Fonte: Livro de Correspondências do IGHA N° 19 (Tabela manuscrita)

Boa parte dos ofícios recebidos naquele primeiro ano de existência do Instituto, tinham por objetivo acusar o recebimento da notícia de fundação ou instalação do

[39] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA - Índice de Correspondências Recebidas entre 1917 e 1921.

IGHA, com as instituições manifestando apoio à iniciativa e, algumas delas, já oferecendo materiais para a constituição de sua biblioteca ou para compor o acervo do que viriam a ser os seus museus. Há o caso específico do ofício da Universidade de Manáos com data de 14 de março de 1917, antes mesmo do aparecimento formal do Instituto no dia 25 daquele mês. A razão disso está no fato de que o diretor geral da Universidade, Astrolábio Passos, seria parte integrante dos primeiros esforços que culminariam na fundação do IGHA, havendo participado da primeira sessão preparatória em 11 de março de 1917 e passando a compor a primeira diretoria da casa ao presidir a Comissão de Etnografia.

> Tenho a honra de saudar V. Exc., em nome da Universidade de Manáos e hipothecar ao mesmo passo a adhesão desta Diretoria ao Instituto Histórico e Geográphico do Amazonas que V. Exas. tão patrioticamente pretendem fundar. Aproveito a opportunidade para offerecer [...] uma pedra aurífera encontrada no Rio Verde, affluente do Rio Guaporé para o início da collecção de mineralogia desse Instituto.[40]

Um aspecto chama a atenção no texto do ofício de Astrolábio Passos, qual seja o fato de que, ao se referir ao processo em curso de fundação do Instituto, o diretor da universidade chamá-lo de Instituto Histórico e Geográfico e não Geográfico e Histórico como haveria de ser. Desde os primeiros momentos em que a ideia de fundação do Instituto foi colocada, o geográfico sempre esteve anteposto ao histórico e não há nos arquivos da casa, qualquer documento que indique uma discussão em torno dessa questão. A maioria dos institutos dessa natureza fundados pelo país, se caracterizam por serem históricos e geográficos, exceções feitas ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico de Parati, Instituto Geografico e Histórico Piauiense e ao próprio Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, conforme lista de institutos congêneres estaduais e municipais do site do IHGB[41].

Questão passiva dentro do IGHA, seus estatutos e sua revista sempre colocaram o geográfico antes do histórico e, alguns dos artigos publicados, dão

---

[40] Livro de Correspondência do IGHA n° 19 -. Ofício n° 62 da Universidade de Manáos ao Presidente do IGHA, em 14 de março de 1917.

[41] A lista do IHGB apresenta 23 institutos estaduais e 52 institutos municipais, alem de instituições estrangeiras de natureza semelhante com quem mantém relações. Disponível em https://www.ihgb.org.br. Acesso em: 12/06/2019.

conta da filiação de seus associados aos pressupostos de um determinismo geográfico que envereda pela louvação à terra (COSTA, 1997). Os associados do IGHA estavam, portanto, mergulhados numa certa tradição de pensamento que exaltava a grandeza do ambiente natural frente ao homem, sempre apequenado nas suas relações com o ambiente (PAIVA, 2002). Talvez esteja aí a explicação para o fato de que o Geográfico se antecipe ao Histórico no nome da instituição.

> Não há negar a influência do meio geographico, comprehendido o ambiente, nos destinos humanos. Hábitos e costumes, característicos em certas raças ou povos, tem a sua origem nas contingências da temperatura. [...]. Foi examinando a natureza, com todos os seus acidentes e effeitos sobre os seres orgânicos, que Ratzel acentuou o conceito scientífico da Anthropogeographia creando a escola do determinismo mesologico (BITTENCOURT, 1934, 135).

Ainda sobre o posicionamento de Astrolábio Passos, tratava-se da chancela de uma instituição de caráter científico ao projeto de fundação de um Instituto que pretendia trilhar os mesmos passos. Tal como Astrolábio Passos viria a integrar o quadro de sócios do IGHA, muitos dos fundadores e depois sócios efetivos da casa, também já tinham atuado no quadro de professores daquela universidade fundada em 1909. E esses fundadores não estavam apenas em instituições desta natureza, mas ocupavam cargos na administração local, como é o caso do Secretário de Governo Hamilton Mourão, participante das primeiras reuniões de fundação e membro da comissão de antropologia, que assina circular de 22/07/1917, ofertando ao IGHA um livro de Epitácio Pessoa que tratava, dentre outras coisas, da questão dos limites entre o Amazonas e o Pará.

É preciso lembrar, que o governador Pedro de Alcântara Bacellar era ao mesmo tempo sócio fundador e Presidente de Honra do IGHA e o secretário de Estado, Hamilton Mourão tratava de encaminhar ao Instituto, as decisões favoráveis tomadas em relação às solicitações encaminhadas por seus pares. Exemplo disso é o ofício que autorizava o IGHA a realizar pesquisas no arquivo público do Estado[42] e um segundo divulgando as intenções do IHGB em publicar o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, atividade para a qual o governo estadual solicitava a adesão do Instituto.

---

[42] Livro de Correspondência N° 19 do IGHA - Ofício n° 36 da Secretaria do Governo do Estado do Amazonas ao Presidente do IGHA, em 26 de junho de 1917.

> Tratando-se de um emprehendimento da máxima relevância pelos seus intuitos scientificos para o amplo conhecimento da nossa pátria e valioso auxilio dos estudiosos da sua historia, espero que V. Excia. Lhe prestará toda a coadjuvação dando maior publicidade a esta communicação e rogo V. Excia. Verificar desde já quem nesse Estado dedicando-se a este magno assumpto possa ampliar notável tentamen do Instituto.[43]

A Universidade e o Governo do Estado eram espaços por onde os membros do IGHA transitavam desde muito antes de sua própria fundação. Fundado o Instituto, o momento era o de lançar mão do prestígio adquirido dessa convivência para fazer o projeto caminhar conforme seus objetivos e finalidades. O prestígio dos sócios se transfere então para a figura do Instituto que, tornando-se conhecido e reconhecido como lugar de fala, deveria entrar numa espiral de ampliação de seu próprio respaldo, primeiro junto às camadas intelectuais locais e, a partir daí, em relação a experiências de produção de ideias em outros estados do país.

> Envolvidos por esses objetivos, certamente que os intelectuais associados ao IGHA buscavam inserção numa associação que respaldasse seus trabalhos, que os fizessem ser reconhecidos como pertencentes a um grupo seleto (SOUZA, 2010, p. 99).

Dotados de prestígio junto às altas rodas políticas locais, a partir da demonstração de habilidades práticas e intelectuais, os fundadores do IGHA precisavam canalizar a energia que traziam das experiências anteriormente vividas para fortalecer a imagem do Instituto no cenário cultural local e nacional. Em visão ampliada, o esforço pela fundação do IGHA representou uma tentativa de fortalecimento e consolidação do campo intelectual em Manaus e no Amazonas, diante da situação de penúria econômica e de abandono intelectual (SOUZA, 2010) vivida no contexto do início do século XX.

O IGHA seria um instrumento que teria como tarefa contribuir para o acúmulo de energia por parte do campo intelectual (BOURDIEU, 2006), energia essa que deveria ser constantemente ampliada pela realização de investimentos específicos em seu próprio fortalecimento, o que nada mais é que agir no sentido de uma

---

[43] Livro de Correspondência N° 19 do IGHA - Ofício N° 41 da Secretaria do Governo do Estado do Amazonas, em 16 de julho de 1917.

depuração interna, visando o estabelecimento de critérios próprios de organização e operacionalização do trabalho intelectual. O chamado do IHGB para a composição do Dicionário, atividade que poderia ser vista apenas como mais uma ação daquele Instituto, para o IGHA representava uma oportunidade para o estabelecimento de uma relação não com qualquer congênere, mas com o Instituto pioneiro fundado no Rio de Janeiro e que mantinha "correspondência com o Instituto Histórico de Pariz (sic) [...] e [...] com outros da mesma natureza em nações estrangeiras" (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GROGRÁFICO BRASILEIRO, 1908, p. 07).

> É esse domínio prático que permite sentir e pressentir, fora de qualquer cinismo calculista, "o que há a fazer" e onde fazê-lo e a maneira como e com quem – considerando tudo o que foi feito, tudo o que se faz, todos aqueles que o fazem e onde o fazem. A escolha de um lugar de publicação, editor, revista, galeria, jornal, só é tão importante porque, a cada autor, a cada forma da produção e do produto, corresponde um lugar natural no campo da produção. [...] os produtores ou os produtos que não estão no devido lugar, mas, como se diz, "deslocados", estão mais ou menos condenados ao fracasso (BOURDIEU, 2006, p. 57).

Sobre o assunto do Dicionário a ser organizado pelo IHGB, há uma carta assinada por Agnello Bittencourt já em 1921, em que o Secretário Perpétuo do Instituto informa seu afastamento temporário do cargo em razão de uma viagem de trabalho para o interior do Estado. O motivo da viagem era a necessidade de "colher os subsídios para continuar a escrever a contribuição do Amazonas [...] ao grande diccionário Histórico, Geographico e Ethnographico Brasileiro"[44], atividade para qual Agnello Bittencourt informa ter sido comissionado pelo Instituto e pelo Governo do Estado.

O momento era o de realizar investimentos cujos resultados não trariam lucros imediatos, uma vez que o que estava em jogo era a possibilidade de entrar num mercado de bens culturais onde o IHGB já ocupava uma posição de destaque, enquanto o IGHA apenas iniciava a sua trajetória. Claro que o Instituto não partia do nada, se pensarmos nas trajetórias individuais de seus associados, de certa forma calejados por atividades que lhes exigiam habilidades no mundo das letras, mas como instituição, numa realidade em que o campo intelectual buscava uma

[44] Livro de Correspondência N° 19 do IGHA - Carta de Agnello Bittencourt à Presidência do IGHA, em 18 de fevereiro de 1921.

estruturação mais definitiva, o IGHA ainda precisava mostrar para que veio, para além das manifestações de apoio advindas de entidades e autoridades locais, em que pesem os riscos envolvidos em todo esse processo pelo fato de esse apoio vir normalmente do campo da política.

> Um ciclo longo de produção, fundado não só na aceitação do risco inerente aos investimentos culturais, mas, sobretudo, na submissão às leis específicas do comércio da arte: não tendo mercado presente, esta produção inteiramente voltada para o futuro pressupõe investimentos de elevado risco (BOURDIEU, 2006, p. 59-60).

Parte das estratégias utilizadas pelos fundadores do IGHA nesse mercado de bens simbólicos, passava pela tarefa de comunicar a sua fundação. Governadores, prefeitos, institutos congêneres, bibliotecas, universidades, faculdades e mesmo o Supremo Tribunal Federal, receberam as circulares enviadas pela presidência da casa, informando da criação e instalação do Instituto e responderam a gentileza do anúncio através de documentos em papel timbrado. A notícia da nova entidade era muito bem recebida e despertava posicionamentos como o do gabinete do prefeito do Departamento do Alto Purus:

> Vou levar ao conhecimento de V. Excia. Que os meus melhores votos são em prol da prosperidade e engrandecimento desse Instituto, que na medida de seus esforços e círculo de ação, estou certo, concorrerá muito para o preparo da mocidade desse importantíssimo Estado[45].

Na lista das entidades que acusaram o recebimento da noticia da fundação figuram, além de setores do poder público como prefeituras e governos de estados, incluindo-se aí o próprio governo do Amazonas, as faculdades de direito do Pará e do Ceará, a Universidade do Paraná e os Institutos congêneres do Rio Grande do Norte e da Bahia. Há uma comunicação com o timbre do Instituto Histórico do Ceará, assinada pelo Barão de Studart em 12 de junho de 1917, que não se trata de um documento do Instituto em si, mas de uma carta pessoal em que o remetente agradece sua eleição para sócio correspondente do IGHA e, ao final, sugere que sejam envidados esforços para a criação de uma revista própria.

---

[45] Livro de Correspondência do IGHA N° 19 do IGHA - Ofício n° 234 do Gabinete do Prefeito do Departamento do Alto Purus, em 28 de julho de 1917.

> Agora que está fundado o Instituto do Amazonas, fato que veio muito alegrar os estudiosos das coisas pátrias, urge tomar as medidas conducentes a fundação da respectiva Revista em cujas páginas se publiquem os trabalhos dos sócios (CARTA DO BARÃO DE STUDART, 12/06/1917).

Esse tipo de comunicação informando a fundação de uma entidade ou a eleição de nova diretoria, trazendo inclusive a lista completa da composição do corpo administrativo eleito, se repete muitas vezes ao longo dos livros de arquivamento das correspondências. Informando ou recebendo documentos a esse respeito, o IGHA ia estabelecendo contatos com uma série de instituições e, embora muitas dessas instituições não tivessem lá relação com suas finalidades, os registros acabam oferecendo detalhes da participação de alguns de seus associados em outros espaços de sociabilidade.

4.1.1 Relações com Institutos Congêneres

Os intelectuais que conceberam e fundaram o IGHA, conheciam e mantinham contato com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e com os demais institutos congêneres país a fora. Exemplo disso é a presença nas reuniões preparatórias de 11 e 18 de março e na sessão solene de instalação em 13 de maio daquele ano de 1917, do delegado no Amazonas do IHGB, João Baptista de Faria e Souza, que, na ocasião, “apresentou credenciaes [...] para representar [...] as associações congêneres do Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Sergipe” (ACTA DA SESSAO SOLEMNE DE INSTALLAÇÃO DO IGHA, 13/05/1917), o que indica que a iniciativa de fundação havia sido anunciada fora do Amazonas. Especificamente na reunião de 18 de março, quando a ata registra várias ofertas feitas ao futuro Instituto, João Baptista oferece “as collecções das Revistas dos Institutos [...] da Bahia e Parahyba, Archeologico de Pernambuco, prometendo a do Instituto Geographico do Rio de Janeiro, que encommendara para esse fim” (ACTA DA SESSÃO PREPARATÓRIA DO IGHA, 18/03/1917).

Um primeiro registro da associação mais direta, pelo menos em termos práticos, entre o IGHA e o IHGB, se deu conforme indicado antes, com a adesão do Instituto ao projeto do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. No entanto, a notícia da elaboração do dicionário não chega de imediato ao IGHA

através de documento oficial expedido pelo IHGB, mas por meio de um ofício da secretaria do governo do Estado do Amazonas, datado de 16 de julho de 1917, encaminhando cópia de um radiotelegrama que, segundo o texto do ofício, vinha assinado pelo Ministro do Interior e pelo presidente da comissão diretora dos trabalhos do dicionário.

Percorrendo o livro de registro das correspondências do ano de 1918, é possível verificar a presença do documento do próprio IHGB, em que a atividade de levantamento de dados e a solicitação de adesões para o dicionário é encaminhada. Esse documento fora redigido em 25 de junho de 1917, mas uma anotação na parte superior da folha indica que a leitura se deu somente na sessão do corpo administrativo ocorrida em 18 de agosto de 1918, portanto mais de um ano depois da comunicação feita pela secretaria do governo do Estado. Na ocasião, o presidente Bernardo Ramos informou ter buscado o apoio do governador, Pedro de Alcântara Bacellar, que teria prometido auxílio para tal, conforme ata da referida sessão.

O assunto voltaria à baila na sessão de fevereiro de 1919, quando Vivaldo Lima promete elaborar um plano para a efetiva participação do IGHA na tarefa[46]. Em abril de 1920, era a vez de Agnello Bittencourt, membro da comissão local indicada pelo governador do Estado para a obra o dicionário, informar que os trabalhos estavam em andamento[47], o que ainda duraria um pouco mais, tendo em vista que o próprio Agnello informaria, em fevereiro de 1921, viagem ao interior do Estado para continuar o levantamento, conforme carta indicada acima de 18 de fevereiro daquele ano. Após isso, não há mais nenhum documento que indique, por exemplo, a conclusão dos trabalhos ou o envio do material ao IHGB para a formatação final do dicionário.

Dentro do período que vai da fundação do IGHA em 1917, até a década de 1950, há um total de 117 correspondências indicando relações com 17 institutos congêneres de todo o país. A maior parte desse volume, um total de 74 documentos, é composto por correspondências recebidas, que procuravam informar aspectos administrativos, como a eleição e posse de novas diretorias para um determinado período, informações referentes ao aceite de sócios correspondentes, solicitação de envio de material ou o convite para a participação do Instituto em alguma atividade.

---

[46] ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 22/02/1919.
[47] ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 18/04/1920.

Muitas das correspondências arquivadas, por exemplo, no livro 19, que concentra documentos dos primeiros cinco anos de existência do Instituto, mais especificamente as correspondências referentes ao ano de 1917, são ofícios de congêneres acusando o recebimento do comunicado da fundação do IGHA, quando vários Institutos país afora, aproveitavam para saudar e desejar votos de sucesso ao empreendimento do Amazonas, alguns deles até oferecendo livros e outros materiais para compor o acervo inicial da casa. Há também documentos de felicitações pela passagem do aniversário do Instituto ao longo dos anos e, de forma mais direta, a solicitação das revistas do IGHA.

> Tenho a honra de solicitar de V. Exc. uma colleção da "Revista" desse Instituto, bem como monographias sobre História, Geographia, Ethnographia, Leis, Decretos, Relatórios, Regulamentos, Cartas Geographicas, Estampas, Álbuns, Jornaes e Revistas referentes a esse Estado e toda e qualquer obra sobre a nossa Patria. O Instituto Histórico e Geographico do Pará communica a V. Exc. que se acha apto a prestar quaisquer informações sobre a Amazônia, nos ramos para o qual foi fundado[48].

Dentre os 17 institutos congêneres com os quais o IGHA se correspondeu no período indicado, o maior volume de documentos foi trocado com o instituto paraense, que teve sua fundação, conforme indica o papel timbrado de suas correspondências, em 06 de março de 1917, 19 dias antes da fundação do próprio IGHA. A correspondência trocada entre as duas instituições, somam um total de 30 documentos, sendo 16 correspondências enviadas e 14 recebidas, que registram os mais variados assuntos tratados pelos dois institutos. Dentre os assuntos constam, eleição e posse de diretorias, encaminhamento e solicitação de revistas, recomendação de associados em atividade de levantamento de dados em Manaus ou em Belém, notícia de falecimento de associados e realização de atividades científico-culturais.

> Tenho a satisfação de apresentar-vos o portador deste, nosso consócio [...] José de Alarcón Fernandes, que viaja em nosso paíz, percorrendo seus Estados em observação e estudos de seus assumptos regionais, sobretudo os de caracter econômico. Trata-se de um jornalista consagrado,

[48] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício N° 189 do Instituto Histórico e Geográphico do Pará ao Presidente do IGHA, em 11 de agosto de 1921.

> correspondente dos principais periódicos do Brasil e Hespanha [...] para quem rogo o apreço desse emerito Instituto, a fim de que o illustre publicista encontre facilidades em adquirir os informes que precisa para o trabalho de propaganda em que se acha empenhado[49] (INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, OFÍCIO S/N, de 15/08/1930).

O documento em questão, assinado por Alfredo da Matta na condição de presidente do IGHA, apresenta-se manuscrito e sem a indicação formal de numeração de saídas, mas no rodapé consta uma anotação informando que documentos com o mesmo teor também foram enviados aos institutos do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de São Paulo, além da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Isso demonstra que o IGHA estava numa rede de relações institucionais que envolvia não apenas institutos de mesma natureza, mas outras instituições de caráter científico cultural, como é o caso aqui salientado da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Participar dessa rede institucional significava reforçar a própria condição de participante no jogo de reconhecimento e consagração específico do campo de produção de ideias. Reconhecer a posição autorizada dos institutos das demais regiões do país, gerava um efeito bumerangue, fazendo com que o IGHA também fosse reconhecido como um lugar de fala autorizada e espaço de produção de discursos legítimos por estas bandas. Exemplos disso são os documentos que, ao mesmo tempo que encaminhavam a produção de seus congêneres, solicitavam as revistas do IGHA ou trabalhos que seus associados produzissem acerca da realidade do estado do Amazonas e da região como um todo.

Uma característica presente em alguns documentos, diz respeito ao fato de que os Institutos costumavam apresentar alguns de seus sócios que, por ventura, estivessem em viagem marcada para os estados em que existisse uma instituição congênere. Essa apresentação geralmente era marcada pelo relevo dado às habilidades do apresentado com as letras e com o campo de produção de ideias, destacando ainda aspectos de suas relações com outros espaços de sociabilidade, destacando sua imagem e, ao mesmo tempo, a importância do instituto de que era associado.

---

[49] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao Presidente do Instituto Histórico e Geographico do Pará, em 15 de agosto de 1930.

Agnello Bittencourt, na condição de secretário do IGHA, por exemplo, apresenta dessa maneira o consócio Paulo Eleutherio ao Instituto do Pará:

> Tenho a honra de apresentar-vos o nosso consocio Dr. Paulo Eleutherio Alves da Silva, que, por algum tempo, vae residir nessa capital, onde os seus apreciados serviços de jornalista [...] serão certamente úteis a sociedade paraense. Bacharel em Direito e Agronomo [...] é ainda nosso colega no Gymnasio Amazonense, no qual possue, com substituto, a cadeira de História Universal. Como secretário que foi do nosso Instituto, sua actividade deixou vestígios de muita intelligencia, o que patenteia capacidade para o trabalho. Trata-se, pois, de um homem digno, cujos dotes de coração e de espírito bem podem ser estimados, no meio em que vae viver. Rogo-vos a bondade de o apresentar aos nossos illustres consócios desse egrégio Instituto[50].

Em 1929, Paulo Eleutherio seguiria mais uma vez para Belém e Bittencourt novamente o apresentaria ao instituto do Pará, tornando-o portador de um documento enviado ao secretário daquele congênere onde, além de fazer distinções ao apresentado, aproveita para destacar o apreço, a simpatia e a amizade que considerava existir entre os Estados do Amazonas e Pará, através de seus Institutos.

> Elle é uma voz autorizada a fallar por nos, em tudo que diga respeito á grandeza da Amazônia, de que o vosso Estado tem sido um notável pioneiro. Dirá do interesse que temos pelo cada vez maior estreitamento das nossas relações de cordialidade, que devem unir e identificar, nos seus destinos sociaes, a quantos vivam e trabalham nesta vasta zona banhada pelo Rio Mar[51].

Antes disso, em 1926, ocasião em que o IGHA recebeu o orador do Instituto paraense, foi o presidente Bernardo Ramos quem retribuiu o afeto, a simpatia e os votos de prosperidade ao Instituto do Pará. O orador Luiz Barreiros fora recepcionado em sessão especial do Corpo Administrativo, ocasião em que suas habilidades como intelectual foram salientadas, como se assim o Instituto quisesse destacar todos os intelectuais ligados ao Instituto do Pará e, ao mesmo tempo,

---

[50] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao 1° Secretário do Instituto Histórico e Geographico do Pará, em 26 de maio de 1924.

[51] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao 1° Secretário do Instituto Histórico e Geographico do Pará, em 19 de dezembro de 1929.

colocar-se como integrante desse campo seleto, às voltas com o que considerava Bernardo Ramos, a grandeza própria dos dois estados e glória do país.

> O Corpo Administrativo desta Casa teve o prazer de recepcionar, não só em apreço a saudação de que viera incumbido, com pelos seus dotes de alta cultura e destaque social. Tratando-se de um cidadão vantajosamente conhecido e relacionado na Amazônia, onde seu espírito tem brilhado em tantos trabalhos de valor, em prélios da sciencia, o nosso Instituto sente-se ufano de o receber e homenagear, dando a esse gesto a expressão da sympathia e amizade que alimenta pelo seu congênere do Pará[52].

Mesmo quando a correspondência entre os institutos visava informar a eleição e posse de nova diretoria, também era possível encontrar demonstrações de interesse no estabelecimento de relações que poderiam alimentar suas ações e os acervos. Fundado em 05 de agosto de 1920 e solenemente instalado em 10 de novembro daquele ano, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, logo procurou comunicar o acontecimento de sua aparição na paisagem cultural de Porto Alegre, enviando um documento endereçado ao presidente e demais membros do Instituto Histórico e Geográfico de Manaus, maneira pela qual o documento se referia ao IGHA. Ali estavam as notícias da fundação, instalação, composição da primeira diretoria e o desejo de estreitar relações com o Instituto amazonense.

> O Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul se sentirá profundamente honrado em poder manter com a illustre Instituição que VV. Exs. representam, as mais cordiaes relações e desde já põe á disposição de VV. Exc. o seu limitado concurso todas as vezes que este possa ser útil aos elevados fins e aos nobres ideaes que as duas associações cultivam[53].

O documento do Instituto do Rio Grande do Sul ainda apresenta outro aspecto bem característico do processo de surgimento de instituições como estas em todo o país, a saber, as relações de proximidade com setores do campo político. Da mesma maneira que o IGHA, que realizou as sessões iniciais que levariam a sua fundação e instalação, nos espaços do Paço da Intendência Municipal, do Conselho

---

[52] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao Presidente do Instituto Histórico e Geographico do Pará, em 02 de outubro de 1926.

[53] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício S/N do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul ao Presidente do IGHA, em 15 de dezembro de 1920.

Municipal e Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado, o congênere do Rio Grande do Sul informava sua instalação em sessão que teve lugar no salão nobre do Paço Municipal de Porto Alegre.

O interesse pelo estabelecimento de relações também aparece num telegrama de 1918, enviado ao IGHA pelo congênere do Maranhão. Sem que seja possível identificar a data de envio, mas recorrendo a uma anotação na mesma folha do telegrama que indica sua leitura em sessão do IGHA de 18 de agosto de 1918, o telegrama comunicava a fundação do referido instituto e manifestava interesse em realizar a permuta de publicações. Semelhante a isso, Ignacio Moura solicitava ao presidente Bernardo Ramos, em nome do Instituto do Pará e por meio de um pequeno bilhete escrito no que parece ser seu cartão pessoal e sem a possibilidade de identificação da data, a revista que trouxesse publicada a conferência que realizara em 04 de maio no IGHA. Mesmo com as dificuldades em identificar a data do bilhete, sabe-se que a referida conferência realizada por Bernardo Ramos e que tratou do tema Inscrições e Tradições do Brasil Pré-Histórico, ocorreu nos dias 03 e 04 de maio de 1919, conforme a ata da sessão que registra essa atividade.

Em 1923, o mesmo Instituto Histórico do Rio Grande do Sul com quem o IGHA já se correspondia desde 1920, enviava oficio ao secretário Agnello Bittencourt solicitando a doação do que era identificado como a série completa da RIGHA, certo de que fosse compreendida "a mutua vantagem [...] nesta permuta de publicações"[54]. Sabemos que no período desta solicitação, apesar de o IGHA já contar seis anos de existência e de seus estatutos indicarem que sua revista teria edição trimestral, a chamada série completa da revista do Instituto contava apenas com o seu primeiro número, publicado ainda no ano de fundação e teria que esperar mais nove anos para que o segundo número viesse a público no ano de 1932.

Através da correspondência ativa do IGHA, também é possível identificar não apenas o recebimento de documentos que informavam a eleição e posse de diretorias, alem de outras notícias administrativas referentes à vida dos demais institutos históricos do país, mas ter uma noção do quanto essa rede de relações entre os institutos era utilizada como um canal para o enriquecimento dos acervos bibliográficos das instituições em contato. Não são poucos os documentos arquivados, sejam atas ou correspondências, que indicam o recebimento de revistas

[54] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício N° 299 do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul ao Secretário do IGHA, em 18 de junho de 1923.

ou livros enviados por confrades ou mesmo a solicitação de material publicado pelo IGHA.

> Tenho a satisfação de acusar o recebimento do volume de n. 57 (de 1931) da importante revista desse Instituto. É mais um livro de valor, que entra para a nossa bibliotheca e demonstra quanto, nesse glorioso Estado, se trabalha pelo conhecimento da terra e pelas brilhantes tradições bahianas. Agradecendo a gentileza da offerta, apraz-me reiterar-vos os meus protestos de subida estima e apreço[55].

O instituto baiano havia sido fundado 23 anos antes que o IGHA e, enquanto em 1932 encaminhava o número 57 de sua revista, seu congênere amazonense chegaria, naquele ano, ao número 2 da RIGHA, já contando 15 anos de existência desde a fundação em 1917. Data do mesmo ano de 1932, outro ofício assinado pelo secretário Agnello Bittencourt e endereçado aos redatores da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em que o IGHA acusa ter recebido o "volume dessa importante Revista, relativo ao III e IV trimestres de 1931"[56], com o restante do texto apresentando teor igual ao do verificado no documento enviado ao congênere baiano.

> Aproveito o ensejo para solicitar-vos a remessa de monographias editadas pelo Instituto Paraense, afim de que se estabeleça assim um intercâmbio cultural, primeiro passo [...] de aproximação dos homens das províncias políticas do Valle[57].

Os livros de correspondências do IGHA arquivam somente 8 documentos trocados com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo que deste total, apenas 2 deles são correspondências ativas, em que o secretário Arthur Reis acusava, em uma delas, o recebimento de um boletim da revista do IHGB com uma conferência de Max Fleiuss sobre o centenário de São Vicente e, na outra, o recebimento de um boletim da mesma revista editado em comemoração ao

---

[55] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao Presidente do Instituto Geographico e Histórico da Bahia, em 12 de março de 1932.

[56] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Ofício S/N do IGHA aos Redactores da Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul, em 12 de março de 1932.

[57] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao 1° Secretário do Instituto Histórico e Geográphico do Pará, em 23 de abril de 1932.

nonagésimo terceiro aniversário de fundação do IHGB. Os documentos apresentam-se manuscritos e datados de 26 de abril de 1930.

> Fleiuss, secretário do instituto a partir de 1905, [...] foi, antes de mais nada, um "profissional de institutos": sócio correspondente do Instituto Archeologico Pernambucano e do Instituto Histórico de Minas Gerais e da Bahia, efetivo da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e acadêmico da Real Academia de Madrid, mostrou-se um entusiasta do modelo dos institutos. Em 1905 tomou a iniciativa de alterar a data das sessões magnas – realizadas até então no dia da primeira participação do imperador no IHGB – para 15 de novembro [...], uma nova aliança com os representantes da República que [...] ganhavam um acesso mais formalizado aos recintos do instituto (SCHWARCZ, 1993, p. 140).

As demais correspondências com o IHGB, todas passivas, são referentes aos anos de 1917, 1921, 1933, 1939 e 1941. A correspondência do ano de 1917 versava sobre os trabalhos já mencionados da elaboração do Dicionário Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, a de 1921, apresentava os trâmites estabelecidos pela comissão organizadora do Congresso Internacional de História da América, para "facilitar aos estudiosos da história pátria que não residem no Rio de Janeiro, a apresentação de monographias sobre as theses que constituem a [...] sessão do Regulamento do Congresso: História Geral do Brasil"[58]. Em 1933, o IGHA recebia um cartão do IHGB, encaminhado ao secretário da casa, agradecendo pelo envio de exemplares dos estatutos do Instituto e em 1939, a secretária da presidência do IHGB solicitava ao secretário do IGHA, em ofício de 11 de novembro e respondido em 21 de dezembro, "cópia do discurso proferido [...] em comemoração ao cincoentenário da morte de Visconde de Mauá"[59]. Ainda em 1939, a 20 de dezembro, o IGHA receberia outra correspondência com um convite para participar de uma série de atividades que o IHGB propunha como festividades pelo quarto centenário de fundação da Companhia de Jesus.

> Certos de que as grandes instituições responsáveis, no domínio da história, pelos nossos créditos de nação culta, não faltarão à grandeza dessa tarefa, permitimo-nos acrescentar aqui um programa de estudos, investigações, conferências e

[58] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro ao IGHA, em 19 de novembro de 1921.

[59] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro ao Secretário do IGHA, em 11 de novembro de 1939.

> publicações científicas que, durante o ano comemorativo do 4° centenário de 1940 ponham em sua verdadeira claridades, a história da Companhia de Jesus nas suas profundas e indestrutíveis relações com a história da formação e progresso da nacionalidade brasileira[60].

Entre as chamadas grandes instituições responsáveis pelo fato de o Brasil figurar na relação das nações cultas, conforme o documento citado, estava o IGHA, chamado a participar, mais uma vez, de uma atividade proposta pelo IHGB. Em 1941, o IHGB solicitava os números da RIGHA publicados a partir do ano de 1938, contendo a observação de que "caso não seja possível a remessa [...] peço [...] o obsequio de mandar cópia do índice de cada volume, pois muito nos interessa saber a matéria contida nos mesmos"[61].

Nesse processo de troca de correspondências, fosse com o IHGB ou com qualquer dos demais congêneres localizados nas diversas regiões brasileiras, o IGHA se inseria no jogo de autopromoção gerado a partir da rede de relações materializada por estes contatos. Se há correspondências que indicam uma relação mais pautada no caráter científico das instituições, como verificado nos exemplos dos documentos trocados com o IHGB, há outras que exemplificam muito mais o caráter de sociedade de corte dos institutos, com os confrades encaminhando propostas de novos associados ou agradecendo a aprovação de seus próprios nomes como sócios correspondentes.

> Com prazer não pequeno, accuso o recebimento de uma communicação do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas na qual V. Ex^{cia} me scientifica de ter sido eu proposto e aceito como sócio correspondente deste Instituto. Orgulhoso senti-me da distincção concedida e aproveito agora a opportunidade para agradecer a V. Ex^{cia} a fineza da communicação promettendo por á disposição do Instituto do Amazonas todas as minhas energias e esperando vel-o dentro de pouco tempo, distinguir-se entre as outras instituições congerenes do paiz[62].

---

[60] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro ao IGHA, em 20 de dezembro de 1939.

[61] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro ao IGHA, em 18 de setembro de 1941.

[62] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA - Carta de Florentino Menezes, do Instituto de Sergipe, a Agnello Bittencourt, em 20 de junho de 1917.

Além da carta ao secretário Bittencourt, Florentino Menezes escreve também para João Baptista de Faria e Souza, sócio fundador do IGHA e delegado do IHGB no Amazonas. O teor da carta é o mesmo da que enviou para a secretaria do Instituto, em que diz, "agradeço de coração as attenções [...] e apresento a V. Ex^{cia}, aqui em Aracajú, os meus diminutos préstimos, subscrevendo-me como amigo agradecido e consocio"[63]. De mesma data dos documentos anteriores, mas recebido de Natal, outro confrade agradece a comunicação de "haver sido [...] acceito sócio correspondente"[64].

Durante o ano da fundação do Instituto, a indicação e a aprovação de novos sócios correspondentes parecia ser um expediente de que os fundadores lançavam mão para incluir o IGHA no panorama das instituições reconhecidas como lugares de falas reconhecidas e autorizadas. Apesar de os fundadores já apresentarem certa rodagem intelectual, autorizar outros intelectuais a atuarem como correspondentes, eles mesmos envolvidos com os cenários culturais em suas próprias regiões, significava buscar mais peso ao Instituto com a incorporação de nomes de intelectuais de fora dos seus limites geográficos.

> Sistema social de normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos, a não ser quando eles renunciam à convivência em seu círculo de sociedade, à participação em seu grupo social. Tais normas não podem ser esclarecidas a partir de um mistério encerrado no peito de grande número de homens singulares; elas só podem ser esclarecidas em conexão com a figuração específica que os muitos indivíduos formam conjuntamente, e com as interdependências específicas que os ligam uns aos outros (ELIAS, 2001, p. 85).

Participando de uma economia de ganhos totalmente incertos e sem qualquer previsão sobre quando tais ganhos poderiam se efetivar, lançando os possíveis resultados para o futuro, o IGHA buscava um prestígio ainda maior do que o representado pelas posturas intelectuais de seus fundadores. Os próprios intelectuais ligados aos diferentes institutos históricos existentes nas diversas regiões do país, encaravam essa possibilidade de atuarem como correspondentes

---

[63] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA - Carta de Florentino Menezes, do Instituto de Sergipe a João Baptista de Faria e Souza, em 20 de junho de 1917.

[64] Correspondências N° 21 do IGHA - Carta de Luiz Fernandes, do Instituto do Rio Grande do Norte a Agnello Bittencourt, em 20 de junho de 1917.

em outros congêneres, como uma estratégia particular de distinção, como uma honra, orgulho ou prazer, conforme muitos deles, incluindo os intelectuais ligados ao IGHA, acabam reconhecendo.

> Em resposta, cumpre-me declarar a V. Ex. afim de levar ao conhecimento dessa futurosa associação, que acceito com muito prazer e desvanecimento a subida honra que acaba de conferir-me e mais [...] assegurar-lhe que no desempenho dessa incumbência, [...] dispor os limitados préstimos de que disponho[65]

A rede de relações e interdependências incluía, portanto, demonstrações de agradecimento pelo fato de tornar-se sócio correspondente de algum instituto, o protocolo contínuo de informações referentes aos procedimentos de eleição e posse de novas diretorias ou, até mesmo, a investidura em algum cargo público na esfera municipal ou estadual, pelo menos para o caso específico do IGHA conforme os livros de arquivamento de correspondências. Mas não eram somente os intelectuais de outros estados que tinham seus nomes incorporados aos quadros do IGHA, tanto que em 1940, era Agnello Bittencourt quem recebia uma distinção.

> Tenho a honra de comunicar a V. Excia. Que, de acordo com os dispositivos estatutários, foi V. Excia. Proclamado, em sessão de ontem, SÓCIO HONORÁRIO, deste Instituto que, assim, dá o mais elevado testemunho da sua homenagem à inconfundível personalidade de V. Excia., cuja cultura é por todo o pais respeitada e acatada. Permita-me [...] em obediência à praxe [...] vigorante no Instituto do Ceará, que lhe solicite [...] a remessa de sua fotografia, para figurar no salão de honra, enriquecendo a nossa secção Iconográfica.[66]

Uma vez que o sócio correspondente era uma personalidade e uma fala autorizada de um instituto fora dos seus limites regionais, havia a preocupação de alguns deles em manter atualizadas suas listas de associados, como demonstra um documento do Instituto Histórico de Alagoas, datado de 31 de outubro de 1933, em que seu secretário perpétuo buscava saber se Agnello Bittencourt e José Chevalier ainda residiam no Amazonas, de modo que o quadro de sócios correspondentes

---

[65] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA - Carta de Luiz Fernandes, do Instituto do Rio Grande do Norte a Agnello Bittencourt, em 20 de junho de 1917.

[66] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N, do Instituto do Ceará a Agnello Bittencourt, em 10 de fevereiro de 1940.

daquele Instituto pudesse ser revisado. E no que tange as atualizações, em 1932 o IGHA se dirigia ao Instituto Histórico de Alagoas informando o recebimento de documento com a informação a respeito da mudança do nome daquele congênere.

> Tenho a satisfação de accusar o recebimento da circular de 3 de dezembro ultimo [...] na qual me communica haver sido designado, com o presente nome, o antigo Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, bem assim ter sido empossada sua nova Directoria, para o triênio ora iniciado. Agradecendo a gentileza [...] reitero os votos que sempre fiz, pela prosperidade desse importante sodalício, do glorioso Estado de Alagoas.[67]

E no jogo de autopromoção e auto-afirmação posto em movimento pelos institutos, um documento do IGHA direcionado ao Instituto do Pará, permite com que se perceba no conteúdo de um texto que procura retribuir agradecimentos recebidos, a euforia que representou o fato de o documento com as congratulações enviadas pelos confrades paraenses, ter chegado à Manaus trazido pelo avião que inaugurara a linha entre Belém e Manaus, como indica o documento do IGHA. Para além da simples retribuição, uma reflexão das possibilidades que isso poderia representar.

> Por motivo deste grande acontecimento, que vem abrir novos horizontes a fraternidade social, política e econômica dos nossos estados, venho agradecer [...] o sentido patriótico das saudações recebidas, certo de que com o desapparecimento das distancias que separam os povos da Amazônia, a nossa terra terá destinos mais seguros na alliança dos mesmos ideaes e no cultivo de uma estima recíproca. A viagem aérea [...] será um seguro factor de estabilidade política e administrativa [...]. Sagrem-se os nomes dos cidadãos que procuraram substituir as “muralhas chinezas” dos nossos limites interestaduaes pelos traços leves da ingerência administrativa dos respectivos governos.[68]

A ideia das grandes distâncias como um fator complicador para o desenvolvimento da Amazônia, algo que povoou o imaginário político-cultural local a partir do contexto de quebra da economia da borracha, encontrava na inauguração

---

[67] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Ofício S/N, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas ao Secretário Perpétuo do Instituto Histórico Alagoano, em 23 de março de 1932.

[68] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Ofício S/N, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas ao Presidente do Instituto Histórico e Geographico do Pará, em 26 de outubro de 1933.

da linha aérea indicada, a oportunidade de sua superação, oferecendo, conforme se imaginava, uma aproximação criadora não apenas entre os estados do Amazonas e Pará, mas entre os intelectuais que compunham os quadros de seus Institutos Históricos. Embora o texto do documento ressalte a ingerência administrativa dos governos dos dois estados para a superação das distâncias via linha aérea, é preciso lembrar que essa informação está inserida no contexto da troca de correspondências entre duas instituições de caráter científico-cultural que, embora tenham em sua história uma nítida aproximação com o campo político, trilharam um caminho de relativa autonomia no campo intelectual.

A ideia de que os intelectuais ligados aos Institutos Históricos possuíam a capacidade de pensar sobre suas realidades, propondo alternativas às possíveis dificuldades verificadas em cada contexto, sempre foi uma tônica no interior dessas instituições. Centros de uma fala oficial de exaltação da pátria e espaço para o exercício da autopromoção, os institutos surgem como produtores de uma "interpretação positiva da realidade" (SCHWARCZ, 1993, p. 180), resultado das habilidades intelectuais de seus sócios.

E, vez por outra, as correspondências trocadas entre os diferentes congêneres, exaltam essa questão, como fica evidente no documento enviado ao Instituto do Pará, quando o que estava em discussão era a realização de um congresso de história da Amazônia, pensado e proposto por aquele Instituto, para celebrar o centenário de elevação do Amazonas à categoria de Província, evento que Agnello Bittencourt considerava, na ocasião, uma "oportunidade de reunir os intelectuais da Planície, na mais benéfica fraternidade, para mostrarmos nosso empenho [...] na paz e na prosperidade da região".[69]

4.1.2 Contatos com Outras Instituições de Caráter Científico-Cultural

As redes de relações que o IGHA foi constituindo ao longo de sua história e que podem ser vislumbradas a partir dos arquivos das suas correspondências incluiu, para além dos seus congêneres, os contatos com outras instituições de caráter científico-cultural. O leque dessas instituições inclui universidades, faculdades, bibliotecas, Institutos, Associações, Sociedades dentre outras com quem o IGHA se

[69] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício S/N, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas ao 1° Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 24 de dezembro de 1945.

correspondeu e foi fortalecendo sua posição no cenário cultural e intelectual da cidade de Manaus e fora dela.

O IGHA já somava os seus 27 anos quando uma nova iniciativa intelectual surgia na capital do Amazonas tendo Nunes Pereira na presidência. Trata-se da experiência do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas (IESA) que, mesmo tendo uma curta existência na paisagem cultural do Estado, existindo de 1944 a 1949, "indica que não se vivia em absoluto vazio cultural na província amazonense" (FAULHABER, 2005, p. 247). E a fundação do IESA não passaria despercebido aos integrantes do IGHA, como demonstra um documento em que Nunes Pereira cumpre o protocolo de acusar o recebimento das felicitações que recebera do Instituto.

> Acuso e agradeço o recebimento do oficio [...] datado de 23 de maio próximo findo, em o qual V. Excia. exprimiu as suas congratulações pela fundação do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas, colocando à disposição dos membros dessa novel sociedade de cultura o material etnográfico do Instituto Geográfico e Histórico, de que sois digno presidente, para estudos in loco.[70]

Em 1945, o IESA enviava convite ao IGHA, para que participasse de uma sessão em que seria eleita e empossada a sua nova diretoria. Na mesma ocasião, o convite indicava ainda que ocorreria uma "homenagem à memória do insígne etnógrafo e etnólogo CURT NIMUENDAJÚ, viajante e pesquisador de renome universal, com [...] notáveis estudos acerca das populações indígenas do Brasil"[71] e que havia falecido recentemente.

A notícia da instalação do IGHA fora encaminhada "a diversas autoridades e pessoas gradas"[72], conforme o cabeçalho do documento arquivado indica. A partir dessa comunicação, diversas instituições passam a se posicionar a respeito, ora desejando sucesso no empreendimento, ora contribuindo com a oferta de material para o acervo da recente instituição. a Biblioteca e Arquivo Público do Pará, encaminhava em 15 de junho de 1917, "collecção dos Annaes desta Bibliotheca e

---

[70] Livro de Correspondências N° 25 do IGHA – Ofício S/N, do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas a Agnello Bittencourt, Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em 20 de julho de 1944.

[71] Livro de Correspondências N° 25 do IGHA – Ofício S/N do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas (IESA) ao IGHA, em 20 de dezembro de 1945.

[72] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Circular S/N e S/D, expedida a diversas autoridades e pessoas gradas.

Archivo Público”[73], enquanto que a Faculdade de Direito do Ceará e a Universidade do Paraná, procuraram exprimir protestos de prosperidade ao IGHA.

Em 1918, o Atheneu Pedro II, fundado e dirigido por Paulo Eleutherio, sócio fundador do IGHA, oferecia uma coleção de nove obras para compor o acervo da biblioteca do Instituto, “algumas das quaes [...] devam servir ao inicio de uma collecção de livros raros. Incluo um pequeno mappa do Acre, organizado pelo saudoso brasileiro Plácido de Castro”.[74] Do mesmo Atheneu, o IGHA receberia ainda 12 números de jornais diversos publicados na capital da república em novembro de 1914, noticiando a posse de Wenceslau Braz na presidência[75].

Já se mencionou o fato de que muitos dos intelectuais ligados ao IGHA, também ocupavam posições em outras instituições que tinham sua existência ligada ao mundo da cultura, mantendo uma rotina plural em se tratando de suas experiências institucionais. As correspondências recebidas pelo Instituto de instituições localizadas em Manaus dão conta dessa participação em diferentes espaços de afirmação que compartilhavam com o IGHA o cenário de lugares de fala disponíveis aos que desejavam realizar investimentos no campo intelectual e cultural. É assim que se percebe, por meio de um ofício da Universidade de Manáos que procurava comunicar a colação de grau de quatro de seus cursos, a presença dos nomes de três sócios fundadores figurando no documento, sendo eles os nomes de Astrolábio Passos, diretor geral da entidade e os de Vicente Telles de Souza Junior e Gentil Augusto Bittencourt, na lista dos formandos em ciências jurídicas e sociais da universidade.[76]

Essa realidade de vivência em diversos espaços institucionais, já vinha ocorrendo antes mesmo da fundação do IGHA e contribuiu para garantir a manutenção e ampliação do capital de relações sociais movimentado pelos fundadores para efetivarem a tarefa. Além dos associados cujos nomes aparecem no documento acima indicado, outros tantos compunham o quadro de professores

---

[73] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício N° 132 da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará ao Presidente do IGHA, em 15 de junho de 1917.

[74] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício S/N, do Atheneu Pedro II ao Presidente do IGHA, em 09 de janeiro de 1918.

[75] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício S/N, do Atheneu Pedro II ao IGHA, em 15 de novembro de 1918.

[76] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício S/N, da Universidade de Manáos ao Presidente do IGHA, em 28 de janeiro de 1918.

da Universidade de Manáos alguns anos antes de 1917 e, da mesma maneira, continuariam a viver essa rotina assoberbada e ligada as suas habilidades intelectuais na paisagem cultural de Manaus e do Estado.

Vivendo diferentes círculos de amizade e barganhando intelectualmente pela inserção em espaços de afirmação (SOUZA, 2010), os intelectuais do IGHA não só o conceberam e fundaram, como puderam garantir, ainda que com algumas dificuldades, um espaço institucional, ele próprio parte integrante de um campo intelectual em desenvolvimento, onde poderiam atuar, de forma relativamente autônoma, realizando investimento capazes de lhes render ganhos futuros no campo da cultura. Quando a Associação de Artistas Paraenses comunica a fundação de uma Academia Livre de Belas Artes em Belém e solicita o apoio do IGHA ao empreendimento cultural, estamos diante da dinâmica do campo cultural, em que as instituições buscam se fortalecer pelo estabelecimento de regras específicas para o reconhecimento e a consagração interna de seus membros, tendo como elementos norteadores, a própria dinâmica do campo.

> Outro não é nosso intuito senão o de incentivar, a todo nosso poder, a cultura artística no Estado, despertando energias latentes ou adormidas, á carência de um gesto encorajador, que as oriente e aproveite, para o bom nome da terra paraense e seu galardão futuro. Sendo assim e tendo em conta o vosso bom gesto e decidido amor às cousas d Art, tomamos a liberdade de confiar na vossa acção esclarecida, dando-nos com o vosso apoio moral, o auxilio inestimável da vossa cooperação.[77]

A instituição paraense buscava no IGHA e, com certeza, em outras instituições de igual caráter, o apoio necessário para se firmar na paisagem cultural em que surgia. Caminho igual fez o IGHA quando procurou comunicar os diversos setores da sociedade amazonense e brasileira, da sua fundação, sempre exaltando o aspecto científico que animara seus fundadores para trabalharem “pela grandeza futura do Amazonas”[78]. Buscava-se fortalecer e ampliar o círculo de referências próprias do mundo da cultura e da intelectualidade, para garantir terreno ao desenvolvimento do IGHA.

---

[77] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Comunicação da Associação de Artistas Paraenses ao IGHA, em 07 de junho de 1918.

[78] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Circular S/N e S/D, expedida a diversas autoridades e pessoas gradas.

O contexto de realização do 6° Congresso Brasileiro de Geografia, que ocorreria em outubro de 1918, na cidade de Belo Horizonte, chancelaria a posição do IGHA como instituição reconhecidamente capaz de falar pelo Estado do Amazonas durante o certame. Recebendo documentos da comissão do congresso para que pudesse efetivar a sua adesão por meio "de um representante e offerecimento de alguma memória ou informe inedito"[79], ao Instituto ainda seria solicitado o envio de revistas e outros trabalhos da lavra de seus associados e que fossem capazes de enriquecer o evento.

> Reiterando a V. Excia o appello da Commissão Organizadora do 6° Congresso Brasileiro de Geographia para que preste esse benemérito Instituto a sua valiosa adhesão a tão importante commettimento, tenho a honra de solicitar [...] para os fins do mesmo certamem, a remessa [...] não só da collecção da revista d'esse Instituto e de quaesquer outras suas publicações, como também da lista de seus sócios vivos, sobretudo d'aquelles que se dedicam especialmente aos assumptos da pertinência do Congresso.[80]

As correspondências também nos proporcionam o conhecimento da realidade das instituições locais. Em 1921, quando o IGHA encabeçava, no Amazonas, o programa das festividades pelo centenário da independência nacional, enviando documentos a todas as instituições que poderiam aderir às comemorações, recebe um documento falando em nome da Associação de Imprensa do Amazonas, dando conta de sua inatividade e justificando sua ausência do programa tendo em vista que "a Associação [...] deixou de ter existência há perto de três annos, sem que tivesse sido approvada a redação final dos respectivos Estatutos. [...]. Por essa razão, deixo de attender a solicitação".[81]

> Deseja o Instituto ouvir a opinião de todos os interessados na grande commemoração, especialmente conhecer das sugestões e do concurso das differentes instituições do Estado, pois seu melhor empenho é que o Amazonas empreste o maior brilho às projectadas solennidades de

[79] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício N° 220, da Comissão do Sexto Congresso Brasileiro de Geographia ao Presidente do IGHA, em 12 de maio de 1918.
[80] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício S/N da Comissão do Sexto Congresso Brasileiro de Geographia ao Presidente do IGHA, em 12 de junho de 1918.
[81] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício S/N de Gaspar Guimarães (Associação de Imprensa do Amazonas) ao Presidente do IGHA, em 27 de agosto de 1921.

> Setembro de 1922, neste departamento da Federação Brasileira[82].

Na mesma sequência de arquivos, há um documento do Manaos Sporting Club, com a mesma data do que fora recebido da Associação de Imprensa, onde o teor já é diferente em relação ao convite do IGHA para participação na sessão da casa que lançaria as bases do programa das festas em honra ao centenário da independência. O primeiro secretário do Club assina o documento e se dirige ao presidente do Instituto, levando "ao conhecimento de V. Exa., para os devidos fins que fui delegado para naquella sessão representar este Club".[83]

E nem tudo são flores no processo de estruturação desse programa de festas. Há um documento que representa as Sociedades Syrio-Libanezas indicando que um de seus diretores havia participado da sessão do IGHA que discutira o assunto, compartilhando com o presidente do Instituto tanto o interesse em cooperar com o evento, quanto o desapontamento dos demais diretores em relação ao fato de o convite para a referida sessão não ter chegado a todas as representações daquelas Sociedades. Neste sentido, fala o diretor Jorge Isaac Yared que os diretores ficaram "recentidos por falta de consideração, de esquecimento da parte do Secretário do Instituto, deixando de convidar as ditas Sociedades visto o convite foi para todas as colônias e sociedades".[84]

Descontentamentos à parte, a rede de relações e de atuação do IGHA continua sendo vislumbrada a partir dos arquivos de correspondências. Em 15 de janeiro de 1919, a Universidade de Manáos enviava, ao Instituto o convite do que seria o 1° Congresso Amazonense de Estudantes daquela instituição, que ocorreria na Assembleia Legislativa do Estado, ocasião ainda em que haveria a solenidade em comemoração aos dez anos de fundação da Universidade, "ao mesmo tempo que [...] diplomará os alumnos que concluíram os cursos de Agronomia e Odontologia, turmas de 1918".[85]

Na ocasião do congresso de estudantes, quem falava em nome da comissão executiva do evento, conforme documento anexo ao recebido da Universidade de

---

[82] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Modelo de Circular do IGHA, em 20 de agosto de 1921.

[83] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício S/N de João Severiano de Souza (Manaos Sporting Club) ao Presidente do IGHA, em 27 de agosto de 1921.

[84] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N de Jorge Isaac Yahed (Sociedades Syrio-Libanezas e União Hamui - ASSEHAM) ao Presidente do IGHA, em 07 de setembro de 1921.

[85] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N de Astrolábio Passos (Diretor Universidade de Manáos) ao Presidente do IGHA, em 15 de janeiro de 1919.

Manáos[86], era Paulo Eleuthério, sócio fundador do IGHA e na ocasião acadêmico da Universidade. Em 1920, o mesmo Paulo Eleutherio, na condição de presidente da Federação Amazonense de Estudantes, encaminhava ao Instituto "exemplar dos ANNAES do Primeiro Congresso Amazonense de Estudantes, effectuado de 15 a 26 de janeiro do anno recém findo, para a solennização [...] do primeiro decennio de fundação da Universidade de Manáos".[87]

> Tenho a honra de communicar [...] a fundação, nesta capital, da Federação Amazonense de Estudantes, ao ser encerrado [...] o 1° Congresso Amazonense de Estudantes [...]. a Federação, que assume o compromisso da representação collectiva dos estudantes do Amazonas, resulta [...] de uma das conclusões do Congresso, notável pela cordealidade havida no seio das delegações de todos os institutos federados e pelo apoio unanime do meio escolar. Fazendo esta communicação, ouso esperar o valioso concurso de V. Ex.ª para a consecução integral dos grandes tentamens da mocidade estudiosa – a união e o prestigio da classe.[88]

Saindo do circuito local e mesmo nacional, a rede de relações do IGHA chega ao Peru. Buscando estabelecer comunicação com todas as sociedades brasileiras cujos fins de atuação fossem semelhantes aos seus, A Sociedade Geográfica de Lima envia documento ao Instituto em agosto de 1922, na tentativa de abrir um canal para o compartilhamento de materiais que pudessem enriquecer os acervos das duas entidades.

> La Sociedad Geográfica de Lima, desea sostener un cange de obras y de los respectivos boletines de las sociedades con las cuales sostenga relaciones; a la vez ayudarse recíprocamente en informaciones. Espero señor Presidente que dada la importancia de este recíproco intercambio que tiene que resultar para ambas instituciones recibir una respuesta favorable para proceder a comunicar a la Sociedad Geográfica de Lima.[89]

---

[86] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N de Paulo Eleuthério (Commissão Executiva do 1° Congresso Amazonense de Estudantes) ao Presidente do IGHA, em 15 de janeiro de 1919.

[87] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N de Paulo Eleutherio (Federação Amazonense de Estudantes) ao Presidente do IGHA, em 01 de junho de 1920.

[88] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N de Paulo Eleutherio (Federação Amazonense de Estudantes) ao Presidente do IGHA, em 01 de fevereiro de 1919.

[89] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N de La Sociedad Geográfica de Lima ao Presidente do IGHA, em 25 de agosto de 1922.

Na esteira dos sócios fundadores do IGHA que ocupavam posições de destaque em diversas instituições locais, encontramos um ofício da Escola Agronômica de Manáos, em cujo cabeçalho constam os nomes de Antonio Telles de Souza, como diretor e o de Paulo Eleutherio A. da Silva, no cargo de secretário da escola para o ano de 1922. O documento tinha por objetivo informar ao presidente do Instituto a eleição de Antonio Telles e a autonomia conquistada por aquela escola no interior da Universidade.

> Levo ao conhecimento de V. Ex.cia que a Congregação Geral da Universidade de Manáos, por acto de 8 do fluente, deu plena autonomia a Escola Agronômica, desannexando-a da Faculdade de Engenharia, de que fazia parte desde 1912, passando esta Escola a ser um instituto autônomo no conjunto universitário.[90]

Adriano Augusto de Araujo Jorge, outro do grupo dos sócios fundadores assina como presidente da Academia Amazonense de Letras (A.A.L.), um convite endereçado ao presidente do IGHA para que a casa pudesse "abrilhantar, com as suas presenças, o saráo litero-musical que em homenagem ao Centro do nascimento de Gonçalves Dias realisa a Academia [...] no salão nobre do Ideal Club, as 20 ½ horas".[91] É importante ressaltar que as relações entre o IGHA e a A.A.L. sempre foram muito fortes, tendo muitos dos sócios que fundaram o Instituto em 1917, participado ativamente, em 1918, do processo de fundação e, depois, do desenvolvimento da própria Academia que se tornou mais um importante espaço de atuação para a intelectualidade local, um lugar de fala que, como o IGHA, reconhecia e consagrava os discursos produzidos em seu interior, na perspectiva de uma autonomia institucional relativa.

A troca de documentos ao longo dos anos ia servindo para fortalecer os laços institucionais estabelecidos pelo IGHA. Recebendo ou enviando convites e outros documentos, o Instituto consolidava sua presença no cenário simbólico da produção de ideias e, a interlocução com instituições que também trilhavam caminho neste mesmo cenário, garantia ao IGHA à posição de instituição de fala oficial local, a partir de critérios próprios de reconhecimento forjados no interior do campo de

---

[90] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N da Escola Agronomica de Manáos ao Presidente do IGHA, em 27 de março de 1922.

[91] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Convite da Academia Amazonense de Letras ao IGHA, em 03 de agosto de 1923.

produção cultural, em sentido amplo, e do campo intelectual como um microcosmo de atuação dos agentes ligados as instituições em contato.

> Tenho a honra de communicar a V. Exa. Que, fundado aos treze dias do mês de novembro do anno passado, o Instituto Varnhagem realizou [...] a sessão inaugural de seus trabalhos e, ao fazer tal participação, [...] cumpro o gratissimo dever de saudar a essa douta instituição, na pessoa eminente de V. Exa., certo de que entre ambos os institutos se estabelecerão profícuas relações em beneficio da cultura histórica brasileira. Peço [...] que se digne acceitar, com a expressão da mais perfeita solidariedade intellectual, os protestos da minha elevada estima e de minha admiração.[92]

Esse jogo de reconhecimentos mútuos em vista do fortalecimento das instituições correspondentes, enriquecia também seus acervos, uma vez que ou o IGHA atendia as solicitações de envio de suas revistas e outros trabalhos realizados por seus associados ou, a exemplo do que ocorria com seus congêneres, também recebia materiais produzidos por outras instituições ou mesmo de autores individuais franca atuação no campo das letras. É assim que, ao ter recebido material encaminhado por seu sócio correspondente Barão Studart, o secretário Agnello Bittencourt procura não apenas agradecer, mas destacar as qualidades do interlocutor e sócio.

> De ordem do Sr. Presidente, tenho a honra de agradecer a V. Ex.[cia] a offerta de um exemplar da "Geographia do Ceará", 1924, bem assim da obra intitulada Commemorando o 1° Centenário do Jornalismo no Ceará, trabalhos estes com que V. Ex.[cia] se revela, mais uma vez, um infatigável e competente estudioso das coisas desse nobre Estado, que é tão caro a todos os bons amazonenses. A bibliotheca da nossa Instituição honra-se com esses livros, que põem em evidencia as grandezas desse querido pedaço do Brasil e as energias da sua [...] gente.[93]

O contexto político local neste período não era lá de encher de alegrias aos intelectuais ligados ao IGHA. O mesmo secretário Agnello Bittencourt que louvava a produção e a inteligência de Studart, aproveitava para fazer uma leitura crítica da

---

[92] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício S/N do Instituto Varnhagem ao IGHA, em 27 de fevereiro de 1923.

[93] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao Sócio Correspondente Barão Studart, em 20 de novembro de 1924.

realidade amazonense, ao destacar a atuação de um grupo de intelectuais do Estado que haviam fundado em Belém, um Centro Amazonense. Dirigindo-se ao consócio Paulo Eleutherio que havia se fixado na capital paraense, o secretário do IGHA dispara contra o que chama de desbragada desonestidade dos governantes locais.

> Pelo noticiário da apreciada "Folha do Norte" [...] este Instituto teve a satisfação de saber que se acha fundado, nessa capital, o Centro Amazonense, composto de filhos e amigos do Amazonas e destinado a pugnar pela prosperidade desta infeliz terra. [...] gesto patriótico de um grupo de abnegados, que ainda tem coração, para se condoer dos infortúnios políticos do nosso Estado, uma pobre victima da ganância, da prepotência [...] dos seus governantes. Há muito que echoava, lá fora, o descalabro administrativo, a desfarcatez partidária e a pilhagem aos cofres públicos, traços negros com que a chronologia registrava a acção dos nossos governos. [...] Esse infortúnio [...] despertou a piedade dos bons amazonenses e dos verdadeiros amigos destas plagas. A creação do Centro Amazonense, em Belém, e de instituições idênticas, no Rio e em Pernambuco, é um surto de humanidade pela terra generosa, mas entregue a ganância dos seus exploradores políticos.[94]

A desesperança em relação ao campo político só encontra um alento na iniciativa dos bons amazonenses que criaram o Centro em Belém. Fica evidente na fala de Agnello Bittencourt, a importância atribuída aos esforços intelectuais no sentido da defesa dos interesses do Estado. Destacando os aspectos da infelicidade da terra como resultado de infortúnios políticos e da ganância dos governantes, o autor maximiza, em contraposição, as capacidades intelectuais do Centro Amazonense em responder satisfatoriamente ao estado de degradação que vivia o Estado naquele contexto.

Parece que a fala do secretário perpétuo do IGHA, que é uma fala autorizada pelos créditos obtidos em investimentos realizados no campo cultural na cidade de Manaus, procura evidenciar o fato de que, em Belém, no Rio ou em Pernambuco, os intelectuais do Centro experimentassem uma maior autonomia para refletirem, no campo específico de atuação intelectual, acerca do que ocorria no Amazonas. Seu discurso, representando o IGHA, soa como um lamento num período em que,

---

[94] Livro de Correspondencias N° 22 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao Consócio Paulo Eleutherio, em 23 de agosto de 1924.

coincidentemente, o maior instrumento de divulgação e circulação das ideias produzidas no IGHA, que era a sua revista, amargava sete anos de silêncio e ainda aguardaria mais oito anos até que o segundo volume viesse à tona em 1932, sem o cumprimento da periodicidade trimestral conforme seus estatutos indicavam em 1917.

Esse aspecto de exaltação e entusiasmo em relação às habilidades e capacidades intelectuais dos jovens de bom coração em Belém, e o desconforto quando o que está em jogo são as ações políticas para o enfrentamento dos problemas enfrentados pelo Estado, também pode ser vislumbrado num trecho extraído da Revista do IHGB, onde a distinção entre o trabalho intelectual e a ação política, é bem evidente e, da mesma maneira que no texto de Bittencourt, procura sempre destacar as habilidades no mundo das letras frente às incertezas do campo político, muito mais poroso e sujeito a ingerências de toda ordem.

> Senhores! Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com suas trigiversações (sic) e subtilezas (sic). Lá fora esbravejam de noite e de dia os ruidosos interesses desencontrados e antagonistas... Aqui o silêncio de quem medita, a paz e a serenidade de animo do que se fadiga por honrar o renome nacional [...] Aqui a calma dos desambiciosos que tudo antepõem ao conhecimento da verdade para a transmitir intacta (RIHGB, 1890, p. 192).

Afora as observações e distinções entre o campo intelectual e o campo político, as correspondências indicam um intenso intercâmbio de publicações entre as instituições. Internamente, há um documento de 1929, em que o Instituto agradece ao sócio Paulo Eleutherio, pela "valiosa oferta de duzentos volumes de obras diversas, que, por duas vezes, no corrente anno, fizestes á bibliotheca deste Instituto".[95] Alguns anos à frente, um documento da biblioteca pública do Estado de Sergipe, solicitava cópias dos estatutos do IGHA, "desejando completar a coleção dos estatutos dos Institutos Históricos do Brazil [...]".[96]

Ao longo de sua história, o IGHA sempre recebeu documentos que traziam a solicitação de informações a respeito do acervo de sua biblioteca e de seus museus. Ora essas informações eram solicitadas por órgãos ligados aos poderes públicos,

---

[95] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Ofício S/N do IGHA ao Consócio Paulo Eleutherio, em 19 de dezembro de 1929.

[96] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Documento do Diretor da Bibliotheca Pública do Estado de Sergipe ao Presidente do IGHA, em 03 de novembro de 1931.

ora por outras instituições ligadas ao trabalho científico cultural, interessadas em conhecer o acervo bibliográfico da casa e tê-lo como recurso, conforme necessidade em trabalhos futuros. Antes mesmo de o Instituto completar seu primeiro ano de existência, já recebia uma solicitação da Diretoria Geral de Estatística, ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para que enviasse informações referentes à sua dinâmica institucional, uma vez que a referida diretoria objetivava realizar "a estatística das associações scientificas, litterarias e artísticas"[97] do país.

Neste documento específico e em vários outros da mesma Diretoria Geral de Estatística, há sempre a indicação de um questionário anexo em que o Instituto deveria fornecer as informações para compor e "aperfeiçoar o inquérito [...] sobre o movimento das bibliothecas de toda a natureza existentes no Brazil"[98], porém, nenhum dos livros que arquivam as correspondências do IGHA, guardam uma cópia do referido questionário. Também não há arquivo de qualquer documento expedido pelo Instituto, dando conta do repasse das informações solicitadas, a não ser uma anotação manuscrita, no canto inferior esquerdo de mais um documento de mesmo teor, de 21 de setembro de 1932, do Departamento Nacional de Estatística, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em que é possível verificar a expressão "respondido em 16/11/32".[99]

O livro de arquivo de correspondências de N° 24, que concentra os documentos recebidos e expedidos entre os anos de 1940 e 1941, guarda um documento do Instituto Nacional do Livro, ligado ao Ministério da Educação e Saúde, em que novamente o IGHA é questionado em relação às condições gerais de funcionamento de sua biblioteca e, neste caso, o questionário indicado no referido documento, encontra-se arquivado e é composto por 24 itens dentre os quais, informações sobre fundação, acervo, caráter, finalidade, funcionamento, dados de consultas, intercâmbio, publicações, cursos, catalogação, coleções e obras raras[100].

> Procurando colher mais completos informes sobre a situação cultural brasileira, houve por bem o Instituto Brasileiro de

[97] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício N° 54 da Directoria Geral de Estatística (Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio) ao Presidente do IGHA, em 07 de janeiro de 1918.
[98] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício N° 2001 da Directoria Geral de Estatística (Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio) ao Presidente do IGHA, em 12 de julho de 1918.
[99] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Ofício N° 420 do Departamento Nacional de Estatística (Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio) ao IGHA, em 21 de setembro de 1932.
[100] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N do Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Saúde) ao IGHA, S/D.

> Geografia e Estatística, incluir na campanha estatística de 1940 um inquérito caracterizando as bibliotecas possuidoras de mais de 300 volumes quer de caráter público, quer privado. Nestas condições, tomo a liberdade de enviar anexo, um questionário e um modelo para o conveniente preenchimento do primeiro.[101]

E essa iniciativa em torno do conhecimento acerca das bibliotecas não se limitava ao território nacional. Em 1940, a União Panamericana[102] pretendendo lançar uma nova edição de um folheto já esgotado acerca das bibliotecas dos países da América Latina, encaminhou um pequeno questionário a ser preenchido pelas bibliotecas interlocutoras com dados sobre identificação, endereço, ano de fundação, total de livros no acervo, média anual de livros recebidos, média anual de frequentadores e os nomes do diretor e do bibliotecário responsável. No mesmo ano, a The Library of Congress, de Washington, enviava uma publicação ao mesmo tempo em que solicitava material ao IGHA.

> Tenho o prazer de anexar à presente a publicação A Fundação Hispânica na Biblioteca do Congresso, para as coleções de sua Biblioteca. Agradecemos [...] a remissão de suas publicações, as quais se destinam ser acessíveis a estudantes e investigadores da cultura brasileira neste país.[103]

O pedido do Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo, não era de informações administrativas ou acerca da dinâmica da biblioteca do Instituto, mas solicitava informações visando "reunir num índice-catálogo toda a bibliografia brasileira e estrangeira sobre o Brasil concernente a imigração e colonisação (sic)"[104]. Para tanto, desejava receber do IGHA, a relação completa de monografias,

---

[101] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício N° 62 do Departamento de Estatística (Prefeitura Municipal de Manaus) ao Presidente do IGHA, em 27 de fevereiro de 1940.

[102] Organização internacional mantida pelas vinte e uma repúblicas americanas no intuito de promover entre as mesmas entendimento e amizades mútuos, cooperação commercial e paz. É dirigida por um conselho director composto do Secretário de Estado dos Estados Unidos e representantes diplomáticos das outras nações americanas acreditados em Washington. É administrada por um director geral e um sub director escolhidos pelo Conselho Director e auxiliados por um quadro de funccionarios composto de peritos internacionaes, redactores, estatísticos, compiladores, traductores e bibliothecarios. (Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N da União das Repúblicas Americanas (União Panamericana) ao Presidente do IGHA, em 01 de julho de 1940).

[103] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Documento S/N da The Library of Congress (Washington) ao IGHA, em 20 de março de 1940.

[104] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Documento S/N da Bibliotheca do Serviço de Imigração e Colonização (São Paulo) ao IGHA, em 14 de setembro de 1940.

artigos, relatórios e quaisquer outros documentos que pudessem prestar os esclarecimentos desejados por aquela instituição.

Atendendo solicitações de envio de materiais ou recebendo contrapartidas nesse jogo de troca de prestígio entre diferentes instituições em contato, o IGHA foi construindo sua trajetória em busca da consolidação, cada vez maior, de sua imagem como entidade autorizada a falar sobre os aspectos representativos da vida na região. Se as solicitações ou as ofertas tinham o Instituto como destino, não se pode dizer que isso ocorresse por acaso, mas que resultasse do processo de realização de investimentos, posto em prática por seus associados desde a sua fundação em 1917. Gozando de prestígio junto a uma série de instituições, o IGHA sempre era lembrado quando o que estava em jogo era o processo de produção de ideias sobre o Brasil e sobra a região amazônica em específico.

> Em resposta ao oficio de V. S., datado de 30 de junho do corrente, esclareço que acaba de ser posto nos correios, para o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, outro exemplar do fascículo I, do volume 35, de 1939, da REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO.[105]

Do mesmo estado de São Paulo chegaria a notícia de fundação do Centro de Estudos Inter-americanos, “sociedade que, sem intuitos econômicos, políticos ou religiosos, se propõe a difundir no Brasil, a cultura americana, e a promover ativo intercâmbio com os círculos intelectuais do continente”[106]. E, de Petrópolis, o anúncio da instalação da biblioteca especializada em assuntos históricos brasileiros, do Museu Imperial, intencionando intercâmbio para poder “receber a coleção completa da Revista desse Instituto”[107].

> Estando empenhado em preencher as falhas existentes nas coleções da Biblioteca do Museu Paulista e verificando achar-se incompleta a da explendida Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, venho solicitar de V. S. providências no sentido de serem enviados os volumes abaixo

[105] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício N° CT5-232 da Biblioteca da Faculdade de Direito (Universidade de São Paulo) ao Presidente do IGHA, em 16 de setembro de 1940.
[106] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N do Centro de Estudos Inter-Americanos (São Paulo) ao Presidente do IGHA, em 27 de março de 1941.
[107] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício N° 60 do Museu Imperial (Ministério da Educação e Saúde) ao Presidente do IGHA, em 16 de outubro de 1940.

> mencionados, que viriam completar e enriquecer nossas coleções.[108]

É significativa a presença de um pequeno manuscrito entre os livros de arquivo do IGHA. Para além de todos os documentos até aqui indicados e que atestam o jogo de autorreconhecimento que pode ser vislumbrado pela troca de correspondências entre o Instituto e o universo de instituições de caráter científico-cultural país afora, as linhas de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira investem de prestígio tanto o IGHA, através do destaque dado a sua Revista, quanto o autor de Contribuição ao Estudo do Vocabulário amazonense, Alfredo Augusto da Matta. "Tive oportunidade de folhear, há poucos dias, o volume VI [...] da Revista da instituição que V. S. preside, e nele encontrei, ocupando quase todo o espaço, uma preciosa Contribuição ao estudo do vocabulário amazonense".[109]

Ao manifestar interesse pelo artigo de Alfredo da Matta, Aurélio Buarque de Hollanda reconhece, como autor já dotado de energia suficiente para reconhecer, o IGHA, sua Revista e os intelectuais que ali congregam, colaborando para a constituição de um espaço autorizado de fala de onde emanam discursos criadores da região enquanto um elemento simbólico. Na década de 1940 e já com uma caminhada de mais 23 anos de existência, o IGHA já se apresentava local e nacionalmente, como dotado de uma certa bagagem cultural que o credenciava a falar pelo Amazonas em diferente frentes, sobretudo em relação aos assuntos ligados as suas áreas de atuação. Mas esse reconhecimento operado por Aurélio Buarque de Hollanda, lança o Instituto num cenário mais abrangente da produção simbólica.

Pode-se dizer que o IGHA, ao nascer sob os auspícios do Estado, conforme lembram seus Estatutos, e ao congregar intelectuais com certa rodagem no processo simbólico de produção de ideias, já surge na paisagem cultural de Manaus e do Amazonas, como uma entidade legitimada e capaz de legitimar as posições ocupadas por seus sócios no interior do campo intelectual local. Vez por outra, por exemplo, na imprensa ou em livros lançados, os nomes de seus associados vão aparecendo acompanhados da expressão Do Instituto Geográfico e Histórico do

---

[108] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N do Museu Paulista (Universidade de São Paulo) ao Secretário do IGHA, em 13 de novembro de 1941.

[109] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Carta de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira ao Presidente do IGHA, em 04 de abril de 1941.

Amazonas, marcando, portanto, a posição do autor como membro de uma entidade de reconhecimento garantido nos meios intelectuais locais.

Ocorre que esse não é um processo que se desenrole de maneira isolada, embora o campo intelectual em específico e o campo de produção cultural de forma abrangente, constituam microcosmos sociais. Além da própria iniciativa em tornar-se autônomo, definindo regras próprias de funcionamento e atuação, fechando-se, pouco a pouco, às imposições da ordem social mais abrangente, o campo intelectual vai se estruturando como um espaço com legislação específica, que busca em sua própria lógica, os elementos reconhecedores das falas forjadas em seu interior.

Mesmo que o IGHA, a exemplo de todos os seus congêneres, tenha nascido fortemente ligado aos setores dirigentes do campo político, sempre agraciando um ou outro governador do Estado com o título de Presidente Honorário, aos poucos, foi se tornando uma instância de consagração e legitimação a buscar em seus cânones internos, os elementos capazes de atribuir importância e reconhecimento tanto ao projeto do Instituto como um todo, quanto às posições ocupadas por seus associados como intelectuais de destaque numa sociedade com francos problemas como a Manaus do início do século XX.

Quando um autor como Aurélio Buarque que, conforme expressa em sua carta, era professor de português no Colégio Pedro II e autor do dicionário da Língua Portuguesa que, na ocasião, passava por revisão para lançamento da 3ª edição, busca referências na Revista do IGHA, ele o distingue como uma instituição que, localizada no Amazonas, é capaz de fornecer contribuições a uma obra de abrangência nacional como seria o caso do dicionário. A distinção e o reconhecimento vinham, portanto, de um intelectual em relação ao trabalho de outro intelectual integrante, ele próprio, do conjunto de intelectuais congregados em torno do IGHA.

> Será necessário tornar-se cego para não enxergar que o discurso sobre a obra não é um simples acompanhamento, destinado a favorecer sua apreensão e apreciação, mas um momento da produção da obra, de seu sentido e de seu valor (BOURDIEU, 2006, p. 96).

O círculo da crença (BOURDIEU, 2006), fecha-se sobre si mesmo e não é fora do campo que se busca o reconhecimento para o que é produzido em seu interior, mas a partir de sua lógica interna de funcionamento que faz com que seus

integrantes possam “reconhecer-se mutuamente e a reconhecer-se num mesmo projeto” (BOURDIEU, 1997, p. 33). Ocupando uma posição de maior destaque no interior do campo intelectual nacional, Aurélio Buarque chancela o projeto do IGHA e o investe de uma dose maior de energia capaz de valorizar os investimentos simbólicos que já vinham sendo realizados por seus fundadores.

> O que se produz no campo é cada vez mais dependente da história específica do campo, e cada vez mais difícil de deduzir ou de prever a partir do conhecimento do estado do mundo social (situação econômica, política, etc.) no momento considerado. A autonomia relativa do campo realiza-se cada vez mais em obras que apenas devem as suas propriedades formais e o seu valor à estrutura, portanto à história do campo, desqualificando cada vez mais as interpretações que, através de um curto-circuito, se permitem passar diretamente daquilo que se passa no mundo ao que se passa no campo (BOURDIEU, 1997, p. 49).

Ainda sobre o interesse e a solicitação feita por Aurélio Buarque do envio do volume VI da RIGHA, não há nenhum documento arquivado que indique que o autor do dicionário da língua portuguesa a tenha efetivamente recebido. A única indicação que aponta para essa possibilidade é uma anotação no canto superior direito da carta, em que se identifica a expressão “Resp. em carta”, seguida da rubrica de Agnello Bittencourt, então presidente do IGHA na ocasião. Pela importância do pedido e de quem o realiza, é provável que não tenha passado em branco, levando-se em conta as pretensões do Instituto que também estariam em jogo nesse processo de autorreconhecimento e autopromoção (SCHWARCZ, 1993).

Outras duas manifestações que podem ilustrar essa dinâmica própria ao campo intelectual e operadora de reconhecimento por parte dos pares, são as solicitações feitas por duas instituições de caráter científico-cultural no mesmo contexto. Tratam-se dos pedidos encaminhados ao IGHA no ano de 1941, pelas bibliotecas do Institut für Weltwirtschaft der Universität Kiel e de la Comisión Nacional de Bellas Artes, de Buenos Aires, ambas interessadas no intercâmbio de obras, em especial no recebimento das edições da RIGHA.

> Temos tomado nota que este Instituto tem publicado desde 1917 uma Revista. Como centro de documentação no ramo da economia nacional e internacional, temos empenho em dispor da Revista e de receber-la (sic) com regularidade, em caso de V. Excias tenham continuado a sua publicação. Veríamos, por

> isso, com muita satisfação se nos fosse enviado um exemplar dos volumes que tem saído até agora. Demais ficaríamos gratos se V. Excias tivessem a bondade de fazer-nos o serviço da Revista também no futuro. Aproveitamos o ensejo para solicitar [...] queiram mandar-nos em tempo opportuno (sic) igualmente as demas (sic) publicações desse Instituto.[110]

O pedido da biblioteca da Comissão Nacional de Belas Artes de Buenos Aires, fica mais amplo, na medida em que solicita "el envío de las publicaciones disponibles de las realizadas hasta la fecha por ese Instituto, rogándole quiera ordenar que el nombre de esta biblioteca sea incluído em la lista del canje".[111] Note-se que, o que está em jogo mais uma vez, é a possibilidade do estabelecimento de intercâmbio cultural entre as instituições, exercício rotineiro e que, no caso do IGHA, contribuiu para sua consolidação como espaço de possíveis e lugar de fala (BOURDIEU, 1997).

E a RIGHA ainda seria solicitada outras vezes por outros interlocutores ao longo do tempo. Em 1945, a biblioteca do Departamento de Administração, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, verificava "a falta de diversos números da REVISTA desse Instituto. Para completar a coleção em apreço, solicitamos [...] a finesa (sic) de doar [...] os volumes de 1918 a 1934 e de 1939 em diante"[112]. Uma anotação no canto do documento indica o atendimento ao pedido por meio de ofício N° 273, de 27 de fevereiro de 1945.

Em outro contexto, Agnello Bittencourt, na cadeira de presidente do IGHA, encaminhava um documento ao presidente da Academia Paraibana de Letras, onde indicava ter enviado, "por via marítima, uma coleção da nossa Revista, que se acha em atraso desde 1939"[113]. As dificuldades com a edição da RIGHA eram constantes desde os primeiros momentos do Instituto. "Cumpre-me informar-vos que, por insuperáveis dificuldades de impressão, não foram editados outros números daquela Revista"[114].

---

[110] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício N° B-1342 do Institut für Weltwirtschaft der Universität Kiel ao IGHA, em 18 de junho de 1941.

[111] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício S/N da Biblioteca de la Comisión Nacional de Bellas Artes (Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de Buenos Aires) ao IGHA, em 06 de outubro de 1941.

[112] Livro de Correspondências N° 25 do IGHA – Ofício S/N da Biblioteca do Departamento de Administração (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) ao Presidente do IGHA, em 19 de janeiro de 1945.

[113] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 40 do IGHA ao Presidente da Academia Paraibana de Letras, em 24 de dezembro de 1946.

[114] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 17 do IGHA à Biblioteca do Ministério de Educação e Saúde (Rio de Janeiro), em 10 de julho de 1946.

Dificuldades com a revista a parte, ressalta-se aqui a continuidade dos contatos institucionais com entidades ligadas ao trabalho com o mundo das letras como uma biblioteca e uma academia de letras. Quando questionado pelo Museu Nacional sobre o recebimento das publicações daquela instituição, o presidente Agnello Bittencourt se apressava em dizer à diretora Heloiza Alberto Torres "que o nosso Instituto vem sempre recebendo tais publicações, embora demoradamente, em consequência da falta de transporte para esta capital"[115] e reafirmava "que este Instituto muito se interessa pelas referidas publicações, das quais tem recebido sempre o Boletim e o Arquivo"[116].

Demonstrando o peso e a importância do IGHA no cenário cultural local e nacional, quando o Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas do Brasil, ligado ao Ministério da Agricultura, resolve atribuir a alguém a tarefa de recolher o espólio do etnólogo Curt Nimuendaju, é ao Instituto, através de seu presidente, que recorre. Desta feita, Agnello Bittencourt se reporta a um professor em Santa Rita do Weil, a respeito de quem recebera informações referentes aos destinos daquele espólio:

> Sendo informado a que procedestes ao enterramento do cadáver e fizestes uma relação minuciosa do mesmo espólio, venho rogar-vos, em nome daquele Conselho, duas copias autenticadas da dita relação acompanhada do recibo da autoridade a quem foram entregues os valores, em dinheiro, e os objetos respectivos. E, sendo possível, também vos peço um relatório informativo das circunstâncias do óbito, local do enterramento e o mais que possa interessar aquele Conselho e ao Museu Nacional de cuja diretoria Curt se achava comissionado.[117]

O pedido feito por Agnello Bittencourt ao professor de Santa Rita, obteve resposta positiva, na medida em que é possível identificar nos arquivos do IGHA, um documento do presidente agradecendo o envio das informações solicitadas em atenção à solicitação do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas do Brasil. A tarefa repassada ao Instituto foi cumprida e, dessa maneira,

---

[115] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 29 do IGHA à Heloisa Alberto Torres, (Diretora do Museu Nacional), em 06 de outubro de 1946.

[116] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 24 do IGHA à Heloisa Alberto Torres, (Diretora do Museu Nacional), em 17 de agosto de 1946.

[117] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 03 do IGHA ao Prof. Pepo de Almeida Barroso (Santa Rita do Weil), em 14 de janeiro de 1946.

mais créditos simbólicos eram incorporados à sua trajetória como entidade contribuinte do processo de estruturação de um campo de produção cultural na cidade e na região.

> Em resposta ao meu ofício n° 3, de 15 de janeiro último, tenho a satisfação de acusar o recebimento da vossa carta de 15 de fevereiro passado, referente ao etnólogo Curt Nimuendajú. Muito grato pelas informações que me prestastes sobre as ocorrências da morte e enterramento daquele cientista. Fico certo de que a lista que fizestes dos objetos e valores encontrados na bagagem e por vós entregue a quem de direito, somente da respectiva autoridade poderei obter[118].

Anos antes o IGHA já estivera envolvido no processo de transladação dos restos mortais do etnólogo Theodor Kock-Grünberg, que morrera em outubro de 1924. Em ata da sessão ordinária do corpo administrativo de 19/10/1924, Vivaldo Lima propunha um voto de pesar pelo falecimento do etnólogo e a 04/07/1926, o presidente do Instituto informava ter tratado com o Presidente do Estado, “no sentido de conseguir [...] isenção de direito para a lapide a ser colocada no túmulo do sábio ethnologo” (ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 04/07/1926).

> O consócio prof. Agnello Bittencourt, á personalidade do Dr. Theodor Kock Grünberg, [...] tece os mais vivos elogios. Diz terem chegado a esta capital os seus restos mortaes, por iniciativa da Associação das Academias de Letras do Brasil, applaudindo a ideia da trasladação para o Cemiterio de Manáos. O consócio Dr. Anisio Jobim propõe a nomeação de uma commissão para assistir a cerimônia da trasladação da urna mortuária, para aquella necrópole, em nome do Instituto. approvada a proposta, o Sr. Presidente designou os consócios Anisio Jobim, Arthur Reis e Vivaldo Lima para desempenharem aquella missão (ATTA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO CORPO ADMINISTRATIVO DO IGHA, 01/05/1938).

A respeito do assunto específico do pedido de isenção em relação à lápide do túmulo do etnólogo Kock-Grünberg, a resposta do poder público foi favorável, constando nos arquivos de correspondências, um ofício em que Alfredo da Matta, na condição de presidente do Instituto, agradece ao Governador do Estado, Ephigênio Salles, nos seguintes termos:

---

[118] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 11 do IGHA ao Prof. Pepo de Almeida Barroso (Santa Rita do Weil), em 04 de março de 1946.

> Tendo este Instituto solicitado de V. Ex.cia um appêllo ao Ex.mo Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de permitir a isempção de impostos devidos ao material importado para o tumulo do reputado ethnologo allemao Theodor Kock Grunberg, que tão grandes serviços prestou à Sciencia, no Amazonas, e havendo V. Ex.cia conseguido esse favor, que é uma justa homenagem á memória desse abnegado scientista, venho patentear [...] os sinceros agradecimentos desta Corporação, que, mais uma vez, estimula seus propósitos nesse acto benemérito do Governo Amazonense.[119]

4.1.3 Aproximações com o campo político

> Em nome deste Instituto [...] vimos agradecer-vos os grandes serviços que lhe prestastes durante o longo período da vossa proveitosa gestão. O auxilio que o vosso governo prestou, nos orçamentos anuais, para conservar e desenvolver as nossas coleções e arquivos, bem assim a recente doação do prédio sito à rua Frei José dos Inocentes, para desafogar o acervo dessas coleções, não podem ser esquecidos, nesta hora propícia ao nosso constante agradecimento.[120]

Foi com essas palavras que, em 20 de novembro de 1945, o presidente Agnello Bittencourt procurou agradecer ao consócio, Álvaro Maia, por todos os serviços prestados ao IGHA, no momento em que este deixava as rédeas do governo do Estado. E 28 anos após a fundação e a concessão pelo uso do primeiro prédio, feita pelo então governador Pedro de Alcântara Bacellar, Álvaro Maia concedia ao Instituto os poderes em relação ao prédio vizinho que, segundo o próprio Agnello, ajudaria no desafogo do material das coleções existentes na casa.

> Levo ao vosso conhecimento que, por despacho de 5 do corrente mês, o Senhor Interventor Federal mandou lavrar no Contencioso Fiscal termo de entrega a êsse Instituto, a título precário, do prédio de propriedade do Estado, sito a rua Frei José dos Inocentes N° 132, com a obrigação de ser no mesmo ampliado o museu etnográfico existente nesse sodalício.[121]

---

[119] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Ofício S/N do Presidente do IGHA ao Sr. Ephigênio Salles (Governador do Estado do Amazonas), em 05 de julho 1926.

[120] Livro de Correspondencias N° 32 do IGHA – Ofício N° 296 do Presidente do IGHA ao Consócio Álvaro Maia, em 20 de novembro de 1945.

[121] Livro de Correspondências N° 25 do IGHA – Ofício N° S-SE 37 do Sr. Ruy Araújo (Secretário Geral do Governo do Amazonas) ao Presidente do IGHA, em 12 de março de 1945.

E a 21 de março daquele ano de 1945, Agnello Bittencourt compareceu ao prédio da Diretoria da Fazenda Pública para assinar o contrato de utilização do prédio conforme os termos estabelecidos entre o Governo do Estado e o Instituto. Era mais um capítulo da longa e sempre benéfica relação entre o IGHA e as altas rodas do campo político local. Estava posto, mais uma vez, o prestígio que os intelectuais do Instituto nutriam com os representantes mais destacados do cenário político do Estado e, além disso, a presença de alguns destes intelectuais nos cargos mais importantes do Amazonas.

E por falar na presença do sócio Álvaro Maia na Interventoria do Estado, é ele quem encaminha ao IGHA, uma demanda muito específica recebida da prefeitura de Urucará e que tinha por objeto à questão de limites com o município de Itapiranga. A temática de limites sempre figurou entre preocupações do IGHA desde a sua fundação, bastando para isso lembrar que boa parte de sua primeira revista foi ocupada por uma contenda intelectual relacionada aos limites entre o Amazonas e o Mato Grosso. O que buscava o interventor junto aos seus confrades era o apoio técnico necessário para poder se posicionar junto aquela prefeitura que lhe encaminhara a demanda.

> Tenho prazer em submeter à consideração desse Instituto o ofício número 71, de 23 do corrente [...] dirigido a este Interventoria pelo Senhor Prefeito Municipal de Urucará, relativo à execução da linha divisória do referido município com o de Itapiranga.[122]

Órgão consultivo do Estado em relação aos assuntos que dissessem respeito aos seus fins estatutários, o IGHA era chamado para assessorar o consócio Interventor em questão melindrosa encaminhada pelo o prefeito solicitante. “Este limite [...] tem trazido séria desvantagem [...] até mesmo dificultando a ação da justiça. Confio [...] que a esclarecida visão de V. Excia. solucionará o caso”[123]. Não foi possível encontrar nos arquivos da casa, um documento encaminhando resposta ao referido pleito, mas na mesma folha do ofício recebido, a anotação “verifique-se e informe-se, 4/11/1940”, seguida da assinatura de Agnello Bittencourt, indica que a solicitação do Interventor fora levada em conta.

---

[122] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício 4.310 de Álvaro Maia (Interventor Federal no Amazonas) ao Presidente do IGHA, em 30 de outubro de 1940.

[123] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício 71 da Prefeitura Municipal de Urucará ao Exmo. Sr. Dr. Álvaro Maia (Interventor Federal no Estado), em 23 de outubro de 1940.

Quando a Constituição determinou que a bandeira nacional deveria substituir as bandeiras dos Estados, o IGHA foi mais uma vez acionado, em outra demonstração da posição que o Instituto ocupava como guardião da memória do Estado, devendo, conforme estabeleciam seus estatutos, “colligir documentos, estudos, plantas, cartas, mappas, etc., inéditos ou raros” (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 05). O prestígio dos associados e a imagem de uma Instituição intelectualmente sólida dentro do campo cultural de Manaus e do Amazonas, garantia ao Instituto essa posição de destaque.

> Havendo a Constituição Brasileira, promulgada a 10 de novembro de 1937, determinado, em seu art. 2°, a extinção das bandeiras dos estados e tornado obrigatório o uso, em todo o país, da Bandeira Brasileira, como único emblema de nossa Pátria, remeto a V. Excia. para ser guardada nesse Instituto, a do Estado do Amazonas, usada, até então, [...] na fachada deste edifício. Quero, assim, fique esse símbolo marcando nesse sodalício mais um período da nossa história.[124]

Conforme o livro de arquivo de correspondências do IGHA de N° 23, a lógica de atuar “concatenando, publicando e archivando documentos e trabalhos concernentes ao Brazil e especialmente ao Estado do Amazonas” (ESTATUTOS DO IGHA, 1917, p. 05), continuava seu fluxo na medida em que o IGHA seria mais uma vez acionado pelos setores oficiais do Estado, recebendo do gabinete da Interventoria Federal no Amazonas, “a pedido do Sr. Dr. André Vidal de Araújo, digno Juiz de Direito da Comarca de Manacapuru, a ata da fundação da cidade de Manacapuru”.[125]

Muito contribuía para essa situação, para além do relevo dado às habilidades intelectuais dos associados, o fato de que muitos deles estavam nas rodas de confiança dos altos mandatários do Estado, passando a figurar em diversos cargos de confiança para os quais seus serviços eram solicitados. Já se destacou a presença de Álvaro Maia na Interventoria do Estado. Destaque-se ainda, a presença de Themístocles Gadelha na direção geral do Departamento de Educação e Cultura do Estado em 1944, Admar Thury na Prefeitura de Manaus em 1941, André Vidal de

---

[124] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Ofício N° 51 de Ismael de Almeida (Presidente do Tribunal de Apelação do Amazonas) ao Presidente do IGHA, em 26 de abril de 1941.

[125] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Ofício N° 920 do Gabinete da Interventoria Federal no Estado do Amazonas ao Presidente do IGHA, em 13 de agosto de 1932.

Araújo na direção da Instrução Pública em 1933 e como juiz de menores do Estado em 1940, Vivaldo Lima na Intendência Municipal em 1924 dentre outros associados e cargos. E alguns documentos arquivados demonstram o interesse sempre presente por parte dos sócios, de informar ao Instituto a chegada a diferentes postos no campo político. Exemplos disso são os casos de Theógenes da Silva Beltrão e André Vidal de Araújo ao assumirem a Instrução Pública, respectivamente em 1919[126] e 1933[127] e Admar Thury ao assumir a Prefeitura no ano de 1941[128].

Transitando pelos campos intelectual e político, espaços cujas regras de atuação destoavam completamente, os associados do IGHA trilharam uma rotina assoberbada, sem negligenciar a tarefa de consolidar o Instituto como entidade reconhecida nos assuntos ligados às áreas de geografia e da história. O chamado diante da demanda da prefeitura de Urucará e o crédito dado para a salvaguarda da bandeira, até aqui indicados, são exemplos de que essa tarefa vinha sendo realizada com algum sucesso. Há muitos outros documentos nos arquivos de correspondências que também atestam o prestígio da casa junto aos executivos e legislativos municipal e estadual como, por exemplo, as ofertas de cópias das mensagens lidas junto à Superintendência ou à Assembleia Legislativa ou mesmo o convite para que o IGHA se fizesse representar nas aberturas solenes dos trabalhos do legislativo.

> O Governador do Estado convida-vos para assistir a leitura da sua Mensagem, dirigida aos Srs. Representantes do Estado, na sessão Solenne de abertura da terceira reunião da 9ª legislatura, da Assembleia Legislativa, a 10 do corrente, as 13 horas, no prédio respectivo, a rua Barroso.[129]

Manter essa proximidade com o campo político local, significava garantir ao IGHA todas as possibilidades materiais necessárias ao seu desenvolvimento nos termos colocados pelos fundadores. É preciso dizer, também, que o retorno político em relação às demandas do Instituto, não era natural e imediato, mas resultava do

---

[126] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Circular S/N de Theógenes da Silva Beltrão (Diretor Geral de Instrução Pública) ao Presidente do IGHA, em 09 de setembro de 1919.

[127] Livro de Correspondências N° 23 do IGHA – Circular S/N de André Vidal de Araújo (Diretor Geral de Instrução Pública) ao Presidente do IGHA, em 21 de outubro de 1933.

[128] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Circular S/N de Admar Thury (Prefeito Municipal de Manaus) ao Presidente do IGHA, em 25 de abril de 1941.

[129] Livro de Correspondências do IGHA N° 19 – Circular do Governador Pedro de Alcântara Bacellar ao Presidente do IGHA, em 08 de julho de 1918.

prestígio que seus intelectuais mantinham junto aos setores dirigentes, revertendo o capital político acumulado em ganhos intelectuais. Tanto não era natural e imediato esse retorno, que por várias vezes encontramos documentos que indicam descontentamento do corpo administrativo em relação ao atraso nos repasses das subvenções municipais e estaduais.

> Em nome deste Instituto e no meu em particular, tenho a honra de agradecer ao ilustre Conselho, que V. Ex.cia é digníssimo presidente, o auxilio constante da Lei Municipal n. 1168 [...]. o Corpo Administrativo que aqui trabalha, sente-se encorajado a prosseguir sua nobre tarefa, diante desse gesto de distinção e prestígio, que bem assignala o empenho e o amor de V. Ex.cia e de seus esforçados companheiros pelo desenvolvimento scientifico do Amazonas. É deveras penhorado que faço registrar esse facto, como exemplo de civismo de um grupo de cidadãos merecedores de francos e sinceros aplausos, pelo muito que vão fazendo pelo bem público e pelo futuro desta terra.[130]

Embora encontremos documentos como o de 11 de setembro de 1918[131], em que o secretário de Estado retribui a manifestação de agradecimento do IGHA em relação aos trabalhos de reconstrução do prédio ordenados pelo Governador, em outro contexto político, encontramos o presidente se posicionando oficialmente no sentido de cobrar das autoridades, o repasse da verba “proveniente da subvenção a que faz jus, constante da atual lei orçamentária do Estado”[132]. E as cobranças eram endereçadas tanto ao executivo estadual quando ao municipal, indicando sempre a oficialidade da existência de créditos estabelecidos em lei.

> Havendo o orçamento deste município, no corrente ano, consignado um auxilio [...] a este Instituto, rogo a V. Ex.cia se digne ordenar que [...] seja paga ao Sr. Dr. Hermínio de Carvalho, Thesoureiro deste [...] para satisfazer urgentes compromissos do mesmo Instituto.[133]

---

[130] Livro de Correspondências do IGHA N° 21 – Ofício S/N do Presidente do IGHA a Vivaldo Palma Lima (Presidente da Intendência Municipal de Manaus), em 06 de abril de 1923.

[131] Livro de Correspondências N° 19 do IGHA – Ofício N° 103 da Secretaria de Estado do Amazonas ao Presidente do IGHA, em 11 de setembro de 1918.

[132] Livro de Correspondências do IGHA N° 32 – Ofício S/N do IGHA ao Secretário Geral do Estado, em 14 de dezembro de 1946.

[133] Livro de Correspondências do IGHA N° 22 – Ofício S/N do IGHA ao Prefeito José Francisco de Araújo Lima, em 30 de março de 1927.

Destaque-se aqui, que o documento é encaminhado ao prefeito José Francisco de Araújo Lima, ele próprio, um sócio fundador do IGHA ocupando um cargo político na capital, a exemplo do que ocorreria com muitos dos associados do Instituto ao longo de suas trajetórias. Talvez fosse mais fácil o trânsito com os setores dirigentes, quando os postos políticos fossem ocupados por algum confrade, o fato é que, com confrade ou não a frente dos cargos, o IGHA sempre buscava os recursos financeiros junto ao poder político, como forma de continuar desenvolvendo suas atividades como entidade de utilidade pública, situação definida na esfera estadual pela Lei N° 897, de 24 de agosto de 1917 e, anos mais tarde, na esfera municipal pela Lei N° 1.071, de 22 de outubro de 1973. Neste sentido, fala o presidente, "Tenho a honra de comunicar a V. Ex.cia, para os devidos fins, que o Sr. Dr. Hermínio de Carvalho, Thesoureiro deste Instituto, está autorizado a receber as subvenções que lhes são devidas por essa prefeitura"[134].

> Tendo a Lei municipal n. 1168, de 5 de fevereiro do corrente anno, concedido um de duzentos mil reis mensaes auxilio a este Instituto, que é considerado de utilidade pública pela Lei do Estado n. 897 de 24 de agosto de 1917, cabe-me a honra de solicitar de V. Ex.cia a expedição de ordens no sentido de ser executada a referida Lei.[135]

Para além das simples cobranças das subvenções junto à prefeitura e ao governo do Estado, alguns documentos também indicam a preocupação com a prestação de contas por parte do Instituto, com a discriminação detalhada das receitas e despesas da casa. É bem verdade que documentos dessa natureza não estão arquivados em abundância, mas constam nos livros 24 e 32 desses arquivos, envolvendo o período de 1940 a 1947.

> Tenho a satisfação de vos enviar uma demonstração dos últimos recebimentos, por mim, feitos no Tesouro, concernentes ao auxilio que o Tesouro nos concede, bem assim a relação das despesas, com o respectivo balanço, tudo acompanhado por 18 documentos (recibos). Como vereis há

[134] Livro de Correspondências do IGHA N° 22 – Ofício S/N do IGHA ao Prefeito Joaquim Augusto Tanajura, em 27 de março de 1930.

[135] Livro de Correspondências do IGHA N° 21 – Ofício S/N do IGHA ao Sr. Dr. Edgar do Rego Monteiro, Superintendente Municipal, em 09 de abril de 1923.

> um saldo em favor do Instituto [...] que vos entrego nesta data, para os devidos lançamentos.[136]

Em relação a essa prestação de contas específica, os lançamentos dão conta do recebimento de três repasses do Tesouro do Estado, o primeiro deles efetuado em 21 de junho, cobrindo os meses de janeiro a março, o segundo efetuado em 12 de julho, para o período de abril a julho e o terceiro, com efetivação em 31 de julho, referente aos meses de novembro e dezembro daquele ano de 1946, totalizando Cr$ 2.700,00, diante de uma despesa de Cr$ 1.907,50 que incluía o pagamento dos serviços de zeladoria e datilografia, o pagamento de conta de luz, livrarias e outras despesas menores.

Há um documento de maio de 1946, indicando o recebimento de créditos da prefeitura municipal "relativos ao auxílio dado a este Instituto, correspondente aos meses de janeiro, fevereiro e março últimos. Com essa importância efetuei alguns pagamentos de contas"[137], informa Agnello Bittencourt. O presidente também se apressa em dizer que os meses de agosto a dezembro do ano anterior ainda encontravam-se descobertos em relação aos repasses municipais e que, mesmo assim, entregava a prestação de conta com saldo positivo em favor do Instituto.

Já no mês de dezembro, os arquivos guardam lançamentos de despesas e receitas que incluem repasses tanto do Tesouro do Estado quanto da Prefeitura Municipal[138]. Sem que seja possível identificar a data exata de efetivação dos repasses, verifica-se que o crédito estadual era referente aos meses de agosto e setembro, ficando de fora somente o mês de outubro para fechar o exercício completo daquele ano. Já o crédito municipal, correspondia ao auxílio referente aos meses de abril a junho, sem que haja qualquer outro documento indicando repasses complementares para o exercício de 1946. O que há são outros inúmeros documentos em que o IGHA solicita o pagamento de subvenções atrasadas, seja da prefeitura, seja do estado.

Afora as questões meramente administrativas ou numéricas ligadas ao repasse das subvenções estaduais ou municipais, o assunto merece destaque por ressaltar

---

[136] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício S/N de Agnello Bittencourt (Presidente do IGHA) a Ney Rayol (Tesoureiro do IGHA), em 07 de agosto de 1946.

[137] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 15 de Agnello Bittencourt (Presidente do IGHA) a Ney Rayol (Tesoureiro do IGHA), em 23 de maio de 1946.

[138] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 38 de Agnello Bittencourt (Presidente do IGHA) a Ney Rayol (Tesoureiro do IGHA), em 11 de dezembro de 1946.

as relações do IGHA, como instituição componente do campo intelectual e do campo cultural, com os setores dirigentes do campo político. Essa, na verdade, sempre foi uma característica marcante na história do IGHA e de todas as instituições de igual caráter nos diversos estados brasileiros. Não que essa marca desabone os esforços dos intelectuais empenhados na estruturação do campo cultural em Manaus e no Amazonas, do qual o Instituto é parte integrante, mas que possa ser pensada como estratégia de que lançaram mão para transformar capital político em prestígio institucional capaz de favorecer ganhos intelectuais.

Manter esse capital político era fundamental para fazer girar o capital intelectual adquirido em momentos anteriores do estado do campo. Nada apontava, com qualquer dose de certeza, que o projeto do IGHA seria duradouro e lucrativo, representando uma possibilidade segura para a continuidade de investimentos no campo da produção de bens simbólicos. Neste sentido, era preciso manter uma liturgia de homenagens e condecorações às figuras de destaque no campo político, garantindo possibilidades materiais presentes e futuras ao projeto iniciado em 1917, lembremos, sob os auspícios do governo do Estado.

Foi dentro dessa lógica que o IGHA recebia, em retribuição às felicitações enviadas pela passagem do aniversário do presidente Getúlio Vargas, um telegrama da secretaria da presidência agradecendo a gentileza[139]. Em outro momento do tempo e dos arquivos, um telegrama[140] assinado por Arthur Bernardes, agradece ao presidente do IGHA pelas palavras enviadas quando da morte de Ruy Barbosa, ele próprio sócio honorário do Instituto desde março de 1922. Essa é mais uma demonstração de que a rede de relações construída e mantida pelo IGHA ao longo de sua história, mantinha contatos com os mais altos postos políticos do país, fortalecendo, em nível local, sua posição de destaque enquanto instituição reconhecida e autorizada a falar pelo Estado. Sobre o título de sócio honorário concedido a Ruy Barbosa, foi dessa maneira que o IGHA se posicionou:

> Este Instituto, tendo na mais alta consideração os excepcionaes méritos de V. Ex.cia affirmados nos mais variados ramos do saber humano, bem assim os inigualáveis serviços prestados ao paiz, resolveu, por voto unanime, conferir a V.

[139] Livro de Correspondências N° 24 do IGHA – Telegrama da Secretaria da Presidência da República a Agnello Bittencourt (Presidente do IGHA), em 23 de maio de 1941.

[140] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Telegrama de Arthur Bernardes ao Presidente do IGHA, em data impossível de precisar devido ao apagamento da impressão.

> Ex.cia, num preito da mais espontânea justiça, o Titulo de seu Sócio Honorário. Entendeu, assim, que o glorioso nome de V. Ex.cia passasse a dar maior brilho a pequena lista dos grandes homens, que tem merecido a consagração da Pátria e a particular homenagem dos que trabalham nesta casa.[141]

Tendo seu nome profundamente associado à fundação do IGHA em 1917, amigo e conterrâneo que era de Vivaldo Lima, grande idealizador, o governador Pedro de Alcântara Bacellar, falecido em 1927, seria lembrado pelo Instituto, que convidava a sociedade amazonense "para abrilhantarem a sessão cívica com que [...] homenageará [...] a memória de seu saudoso sócio e Presidente de Honra"[142]. Era o reconhecimento do Instituto ao governador que lhe reconheceu os estatutos, lhe concedeu o uso do prédio e assinou a Lei Estadual que passou a considerar o IGHA uma entidade de utilidade pública.

E a rede de relações do IGHA com os setores políticos ia se ampliando e era acionada sempre que alguma necessidade mais imediata aparecesse no caminho. Quando a sede do Instituto fora alvo de vandalismo, o chefe de polícia foi acionado. "Apedrejada por meninos desocupados [...] pela molecagem vadia [...] venho rogar uma providência enérgica no sentido de defender aquele edifício que é um próprio do Estado"[143]. Em outra ocasião, quando um incêndio destruiu a biblioteca pública, em agosto de 1945, o IGHA não apenas lastimou a perda cultural que o incidente ocasionou, como iniciou uma campanha em prol da reconstrução da biblioteca.

> É uma iniciativa que o Instituto toma a si, com o prestígio do governo de V. Excia. e de quantos queiram cooperar nessa obra da nossa cultura e de progresso de nossa terra. Começando o resultado da campanha bendita, que ontem mesmo foi posta em prática, V. Excia., bem como os nossos consócios Drs. Vivaldo Palma Lima e M. Nunes Pereira, ofereceram as suas preciosas livrarias. O gesto magnânimo há de ser largamente imitado[144].

---

[141] Livro de Correspondências N° 21 do IGHA – Ofício N° 06 de Antonio Bittencourt (Presidente do IGHA) ao Conselheiro Ruy Barbosa, em 03 de julho de 1922.

[142] Livro de Correspondências N° 22 do IGHA – Convite do IGHA para Sessão em Homenagem a Pedro de Alcântara Bacellar, em 17 de junho de 1927.

[143] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 19 do IGHA ao Major Gonzaga Pinheiro (Chefe de Polícia do Estado), em 13 de julho de 1946.

[144] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 287 do IGHA ao Dr. Álvaro Maia (Interventor Federal), em 23 de agosto de 1945.

Há um documento que retrata a oferta feita por Vivaldo Lima para iniciar uma nova coleção de livros. Nele, o presidente Agnello Bittencourt agradece a sensibilidade do orador do Instituto que ofereceu "para início de um novo centro de leitura nesta capital, a vossa preciosa livraria composta de cerca de 4000 volumes [...]. O vosso gesto merece os maiores louvores"[145]. Diante das manifestações encabeçadas pelo IGHA, coube, ao Interventor Federal Álvaro Maia, manifestar os agradecimentos e indicar as ações imediatas a serem tomadas.

> Aceitando a cooperação dêsse Instituto, assim como de outras instituições culturais e do povo, a Interventoria Federal já determinou as primeiras providências para conseguir uma nova Biblioteca, à altura das nossas tradições e das nossas necessidades culturais.[146]

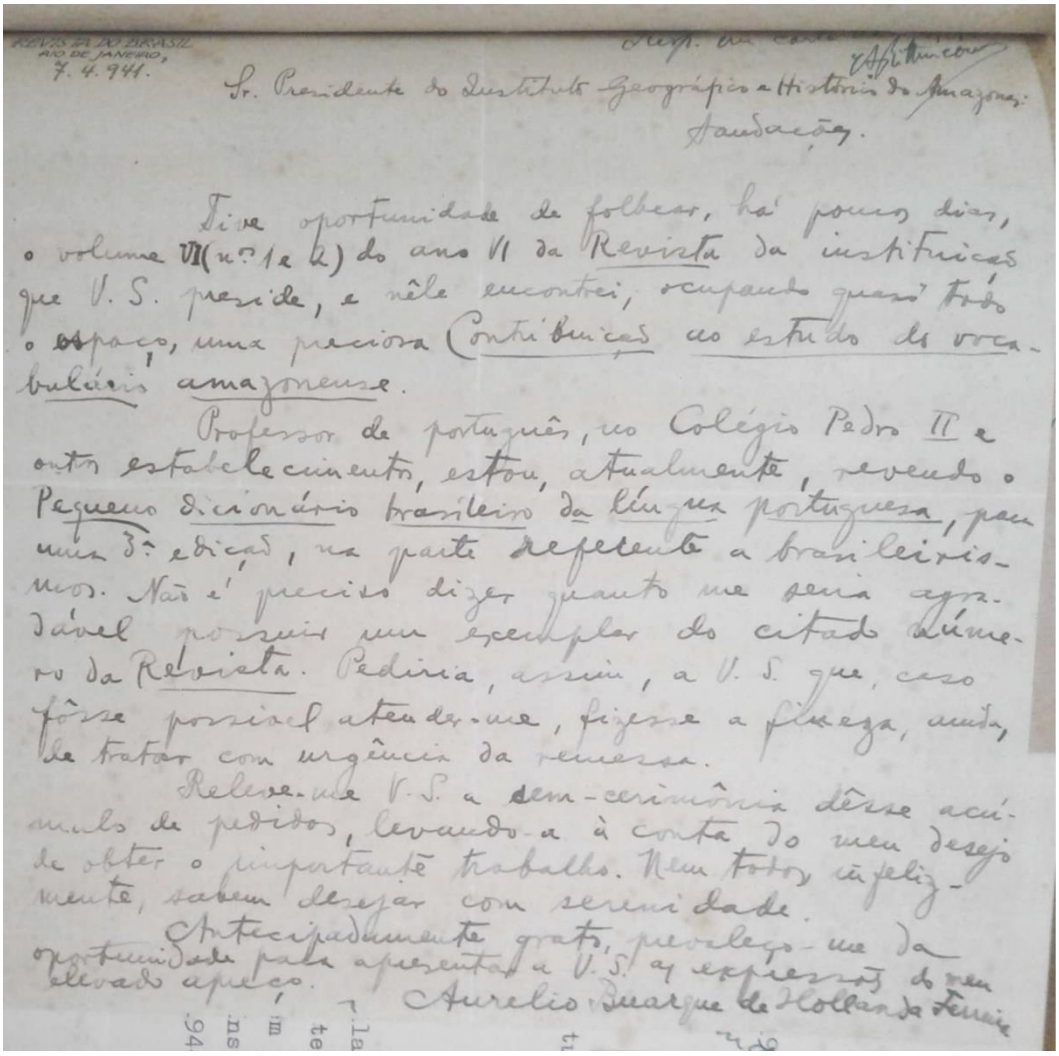
Estabelecendo relações com diferentes setores da sociedade local, nacional e internacional, incluídas neste leque as relações com instituições congêneres, instituições científico-culturais e setores políticos, em suas diferentes esferas, o IGHA pavimentou o caminho de sua consolidação como entidade reconhecida e autorizada que cumpriu o papel de congregar certos membros da intelectualidade local em torno de objetivos comuns. Se o cenário cultural da cidade de Manaus do início do século XX não era lá dos mais incentivadores para empreendimentos ligados ao processo de produção de ideias, tendo em vista o enfraquecimento ou o total esfacelamento de algumas instituições de caráter semelhante, os intelectuais que fundaram o Instituto souberam acionar o volume de capital de relações sociais de que dispunham, para criarem possibilidades de investimentos para a energia intelectual que traziam de experiências anteriores.

---

[145] Livro de Correspondências N° 32 do IGHA – Ofício N° 288 do IGHA ao Consócio Dr. Vivaldo Palma Lima, em 23 de agosto de 1945.

[146] Livro de Correspondências N° 25 do IGHA – Ofício N° 2.097 de Álvaro Maia (Interventor Federal no Amazonas) para o Presidente do IGHA, em 28 de agosto de 1945.

Figura 12 – Carta de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira



REVISTA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO,
7. 4. 941.

Sr. Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas:
Saudações.

Tive oportunidade de folhear, há poucos dias, o volume VI (nos 1 e 2) do ano VI da Revista da instituição que V. S. preside, e nêle encontrei, ocupando quasi todo o espaço, uma preciosa Contribuição ao estudo do vocabulário amazonense.

Professor de português, no Colégio Pedro II e outros estabelecimentos, estou, atualmente, revendo o Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa, para uma 3ª edição, na parte referente a brasileirismos. Não é preciso dizer quanto me seria agradável possuir um exemplar do citado número da Revista. Pediria, assim, a V. S. que, caso fôsse possível atender-me, fizesse a fineza, ainda, de tratar com urgência da remessa.

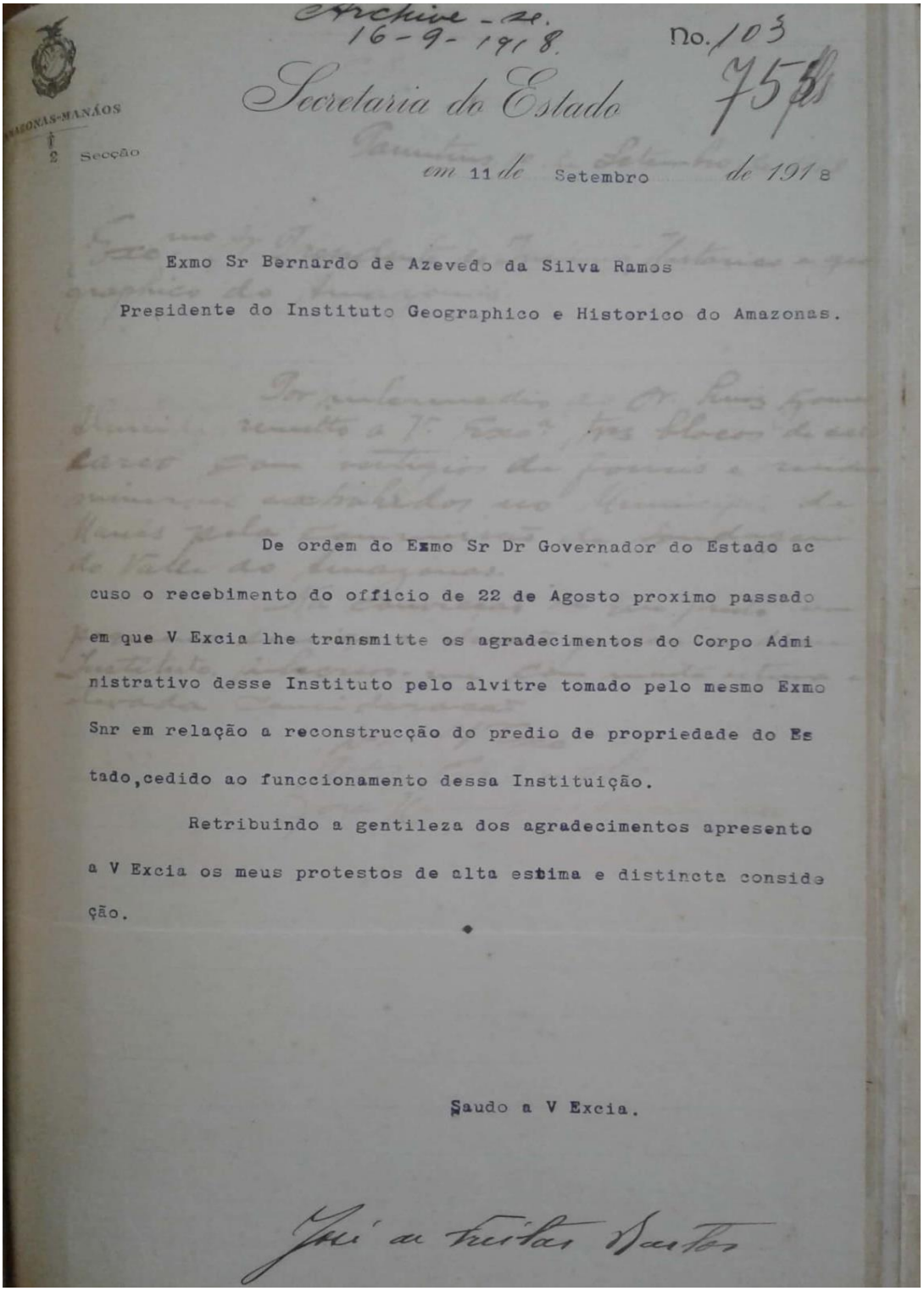
Releve-me V. S. a sem-cerimônia dêsse acúmulo de pedidos, levando-a à conta do meu desejo de obter o importante trabalho. Nem todos, infelizmente, sabem desejar com serenidade.

Antecipadamente grato, prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V. S. as expressões do meu elevado apreço.

Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira

Fonte: Livro de arquivo de correspondência do IGHA N° 24.

Figura 13 – Proximidade com o campo político



Archive - se.
16-9-1918.

No. 103

Secretaria do Estado

AMAZONAS-MANÁOS

2 Secção

em 11 de Setembro de 1918

Exmo Sr Bernardo de Azevedo da Silva Ramos

Presidente do Instituto Geographico e Historico do Amazonas.

De ordem do Exmo Sr Dr Governador do Estado accuso o recebimento do officio de 22 de Agosto proximo passado em que V Excia lhe transmitte os agradecimentos do Corpo Administrativo desse Instituto pelo alvitre tomado pelo mesmo Exmo Snr em relação a reconstrucção do predio de propriedade do Estado, cedido ao funccionamento dessa Instituição.

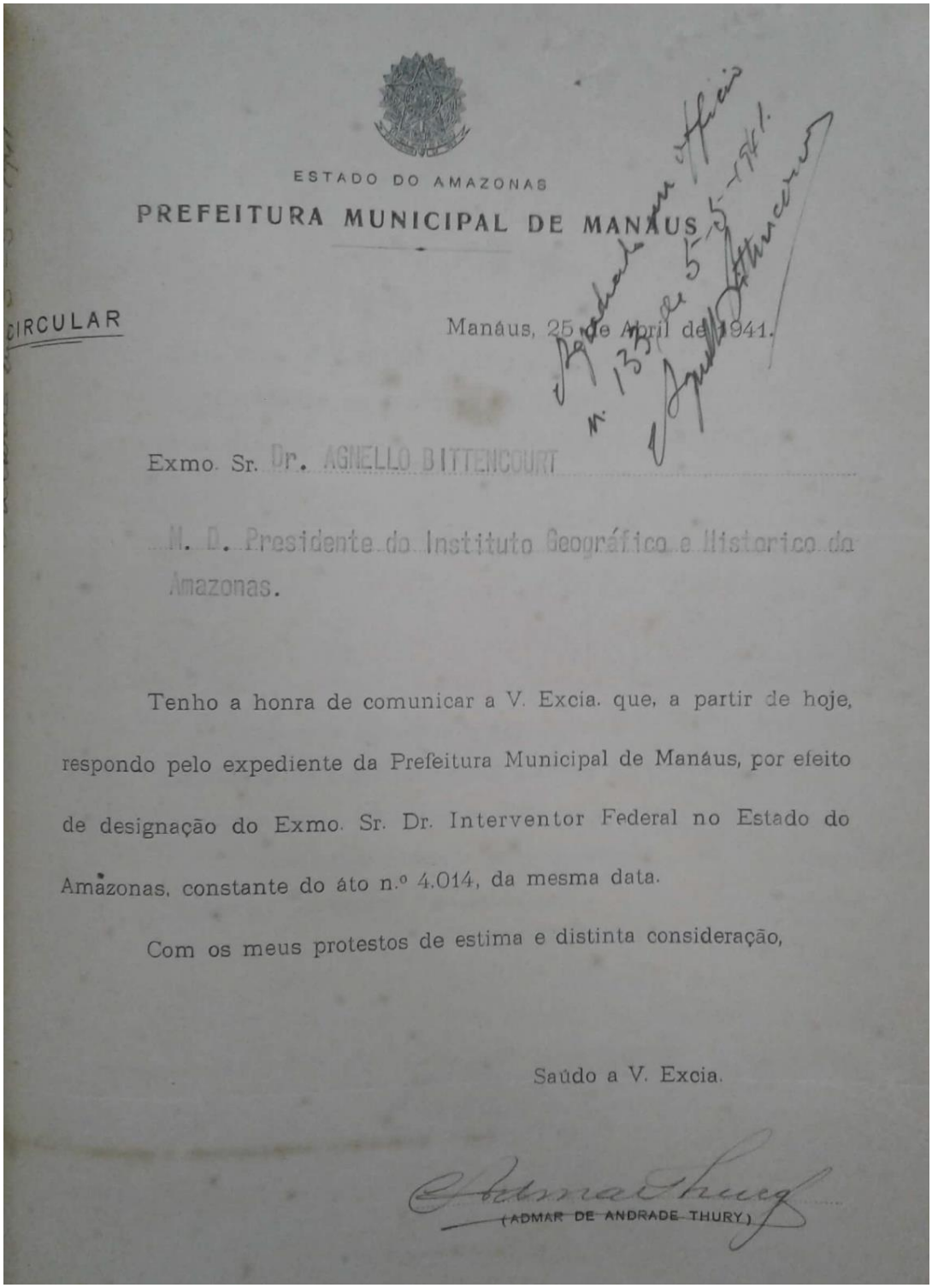
Retribuindo a gentileza dos agradecimentos apresento a V Excia os meus protestos de alta estima e distincta consideração.

Saudo a V Excia.

José de Freitas Santos

Fonte: Livro de arquivo de correspondência do IGHA N° 19.

Figura 14 – Presença de associado em posto político.



ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS

CIRCULAR

Manáus, 25 de April de 1941.

Exmo. Sr. Dr. AGNELLO BITTENCOURT

M. D. Presidente do Instituto Geográfico e Historico do Amazonas.

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, a partir de hoje, respondo pelo expediente da Prefeitura Municipal de Manáus, por efeito de designação do Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, constante do áto n.º 4.014, da mesma data.

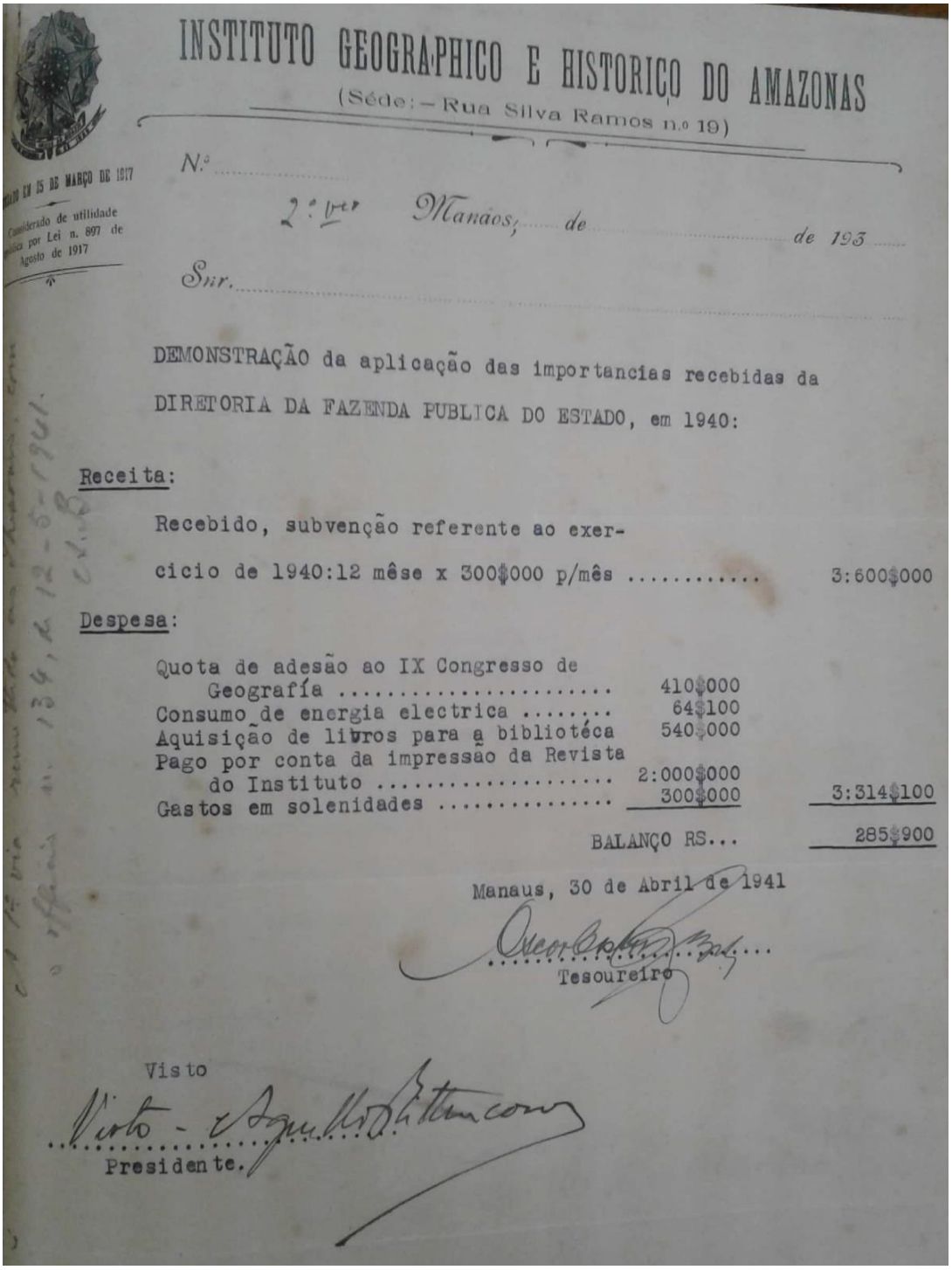
Com os meus protestos de estima e distinta consideração,

Saúdo a V. Excia.

(ADMAR DE ANDRADE THURY)

Fonte: Livro de arquivo de correspondência do IGHA N° 24.

Figura 15 – Prestando contas do uso de subvenção recebida.



INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO DO AMAZONAS

(Séde: – Rua Silva Ramos n.º 19)

...ADO EM 25 DE MARÇO DE 1917

Considerado de utilidade ...blica por Lei n. 897 de Agosto de 1917

N.º .....

2.ª vez Manáos, ... de ..... de 193 .....

Snr. .....

DEMONSTRAÇÃO da aplicação das importancias recebidas da DIRETORIA DA FAZENDA PUBLICA DO ESTADO, em 1940:

Receita:

Recebido, subvenção referente ao exercicio de 1940:12 mêse x 300$000 p/mês		3:600$000

Despesa:

Quota de adesão ao IX Congresso de Geografía	410$000	
Consumo de energia electrica	64$100	
Aquisição de livros para a bibliotéca	540$000	
Pago por conta da impressão da Revista do Instituto	2:000$000	
Gastos em solenidades	300$000	3:314$100
BALANÇO RS...		285$900

Manaus, 30 de Abril de 1941

Oscar Cabral Braz

Tesoureiro

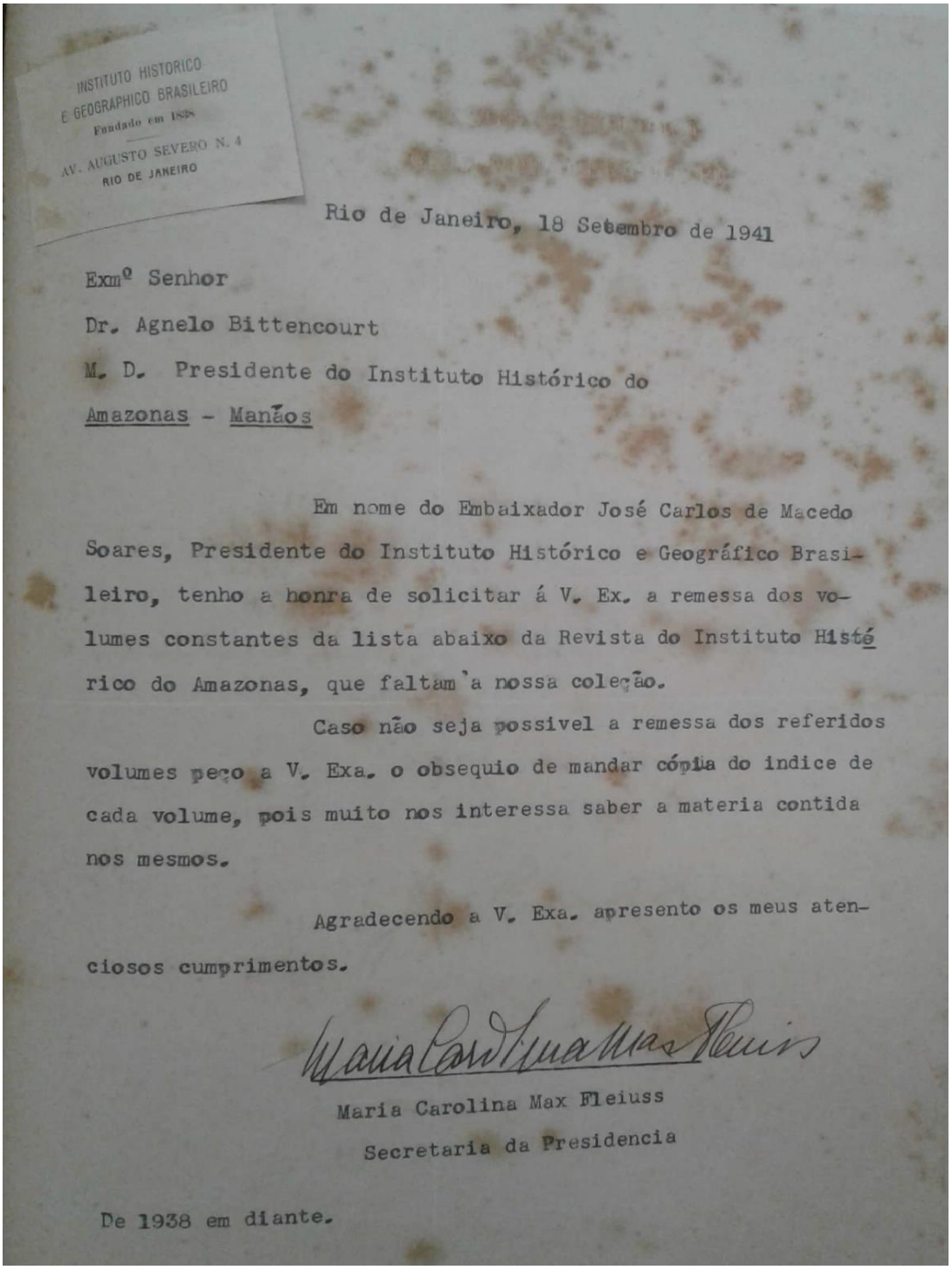
Visto

Visto - Aguiar Pittencourt

Presidente.

Fonte: Livro de arquivo de correspondência do IGHA N° 24.

Figura 16 – solicitação de material.



INSTITUTO HISTORICO
E GEOGRAPHICO BRASILEIRO
Fundado em 1838
AV. AUGUSTO SEVERO N. 4
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 18 Setembro de 1941

Exmº Senhor
Dr. Agnelo Bittencourt
M. D. Presidente do Instituto Histórico do
Amazonas - Manãos

Em nome do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tenho a honra de solicitar á V. Ex. a remessa dos volumes constantes da lista abaixo da Revista do Instituto Histórico do Amazonas, que faltam a nossa coleção.

Caso não seja possivel a remessa dos referidos volumes peço a V. Exa. o obsequio de mandar cópia do indice de cada volume, pois muito nos interessa saber a materia contida nos mesmos.

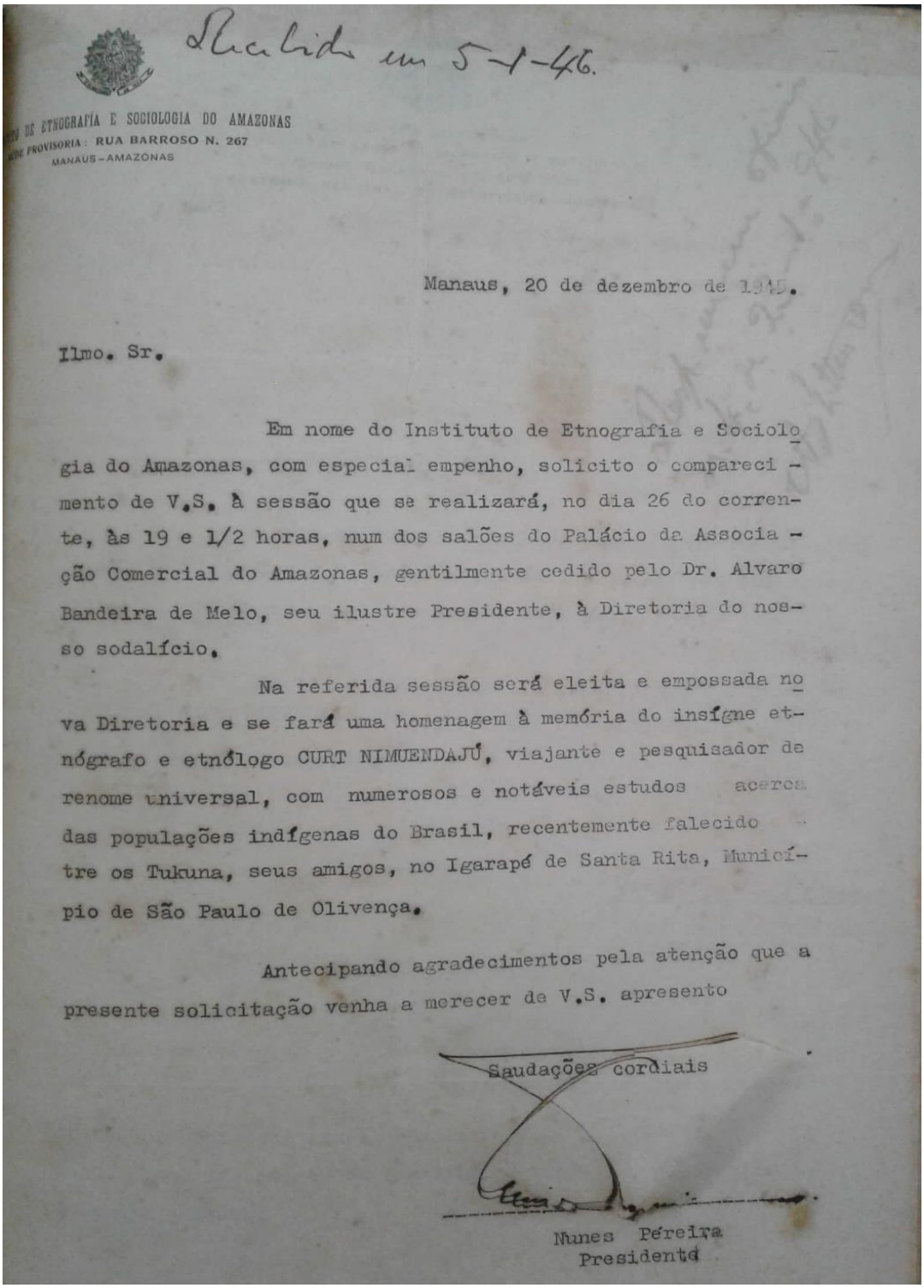
Agradecendo a V. Exa. apresento os meus atenciosos cumprimentos.

Maria Carolina Max Fleiuss
Secretaria da Presidencia

De 1938 em diante.

Fonte: Livro de arquivo de correspondência do IGHA N° 24.

Figura 17 – Contatos institucionais.



Recebido em 5-1-46.

TUTO DE ETNOGRAFIA E SOCIOLOGIA DO AMAZONAS
SEDE PROVISORIA: RUA BARROSO N. 267
MANAUS-AMAZONAS

Manaus, 20 de dezembro de 1945.

Ilmo. Sr.

Em nome do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas, com especial empenho, solicito o comparecimento de V.S. à sessão que se realizará, no dia 26 do corrente, às 19 e 1/2 horas, num dos salões do Palácio da Associação Comercial do Amazonas, gentilmente cedido pelo Dr. Alvaro Bandeira de Melo, seu ilustre Presidente, à Diretoria do nosso sodalício.

Na referida sessão será eleita e empossada nova Diretoria e se fará uma homenagem à memória do insígne etnógrafo e etnólogo CURT NIMUENDAJÚ, viajante e pesquisador de renome universal, com numerosos e notáveis estudos acerca das populações indígenas do Brasil, recentemente falecido entre os Tukuna, seus amigos, no Igarapé de Santa Rita, Município de São Paulo de Olivença.

Antecipando agradecimentos pela atenção que a presente solicitação venha a merecer de V.S. apresento

Saudações cordiais

Nunes Pereira
Presidente

Fonte: Livro de arquivo de correspondência do IGHA N° 25.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do processo de constituição e autonomização de um campo intelectual, como parte integrante do campo de produção cultural na cidade de Manaus, a partir das primeiras décadas do século XX, é uma tarefa que exige de quem a empreende, o esforço por tentar perceber, por um lado, as iniciativas singulares postas em prática neste sentido e, por outro, as possíveis pressões exercidas pelos processos sociais em relação a tais iniciativas. Optar por uma das possibilidades separadamente seria adotar uma estratégia analítica circunscrita aos aspectos internos do processo, para o caso do estudo das iniciativas singulares ou privilegiar as imposições da ordem social mais abrangente como únicas promotoras de individualidades, em se tratando das pressões do mundo externo.

Olhar para as iniciativas singulares e concebê-las como realidades em si mesmas, apartadas da realidade em que ocorrem, significa negligenciar o mundo lá fora, tomar as experiências postas em prática por diferentes agentes sociais como produto de mentes iluminadas e independentes em relação ao contexto histórico-social. Trajetórias, obras e projetos pensados nesta perspectiva internalista, resultariam da obediência à lógica específica de atuação de um determinado campo social, ela própria suficiente para explicar as escolhas feitas pelos agentes no interior deste que é um espaço de possibilidades.

Se, por outro lado, o olhar é tentado a perceber tais escolhas como um reflexo de imposições advindas do exterior desse espaço de atuação em que os agentes desenvolvem suas atividades, privilegiando, portanto, uma abordagem externalista, o peso dos condicionantes sociais é tomado de tal forma que a dinâmica interna dos diferentes campos de possibilidades só pode ser entendida na relação direta de dependência frente ao mundo social. Nesta perspectiva, todo o processo de produção e criação simbólica, envolvendo aí a atuação intelectual, não passa de mero reflexo da realidade histórico-social.

O desafio colocado, e essa é a proposta discutida neste trabalho, é o de buscar perceber o processo de autonomização de um campo intelectual na cidade de Manaus, por meio de uma reflexão que seja capaz de combinar as duas possibilidades analíticas, ou seja, dar conta das conexões que se estabelecem entre esses dois domínios, o mundo interno e o mundo lá fora, sem que isso represente uma redução das iniciativas singulares ao contexto social ou que elas venham a ser

privilegiadas como realidades em si mesmas, autônomas e apartadas do mundo, imunes as pressões sociais. Nem tanto à subjetividade do mundo interno do campo e sua lógica própria, nem tanto a objetividade do mundo externo e suas pressões. A combinação das duas possibilidades nos permite uma aproximação com os agentes sociais concretos envolvidos com a produção de bens simbólicos, ao mesmo tempo em que percebemos a maneira pela qual, recebem e retraduzem, em linguagem específica, as imposições da ordem social mais abrangente.

A iniciativa de um grupo de intelectuais pela fundação do IGHA, num contexto em que outras experiências institucionais eram mera lembrança de um passado recente ou uma presença enfraquecida na paisagem cultural da Manaus do início do século XX, pode ser pensada nesta perspectiva. O momento em que Bernardo Ramos, Vivaldo Lima e Agnello Bittencourt promovem o primeiro ajuntamento no sentido de materializar a ideia do Instituto, era o de uma crise profunda, marcada pela perda da hegemonia local no comércio da borracha. Toda a euforia econômica e cultural verificada até então, sucumbe frente aos novos ventos internacionais que apresentam a borracha do cultivo asiático.

O museu botânico de Barbosa Rodrigues desaparecera e a Universidade de Manáos caminhava a passos lentos num cenário de rearranjos onde o que mais se ouvia eram canções de lamento. Abandonada pelo capital internacional que por algum tempo injetou grandes somas em dinheiro para o embelezamento e preparação da cidade para os fastígios da goma elástica, Manaus e a região buscavam respostas. Todo o poderio econômico oriundo da exploração gomífera, não fora capaz de se traduzir em vantagens políticas no novo cenário em que o governo central do país também era acusado de abandono.

O momento era de crise e as coisas não caminhavam bem para a vida das instituições locais. Mesmo assim, ocorre um esforço intelectual no sentido de empregar energia na fundação de mais uma instituição de caráter científico-cultural como foi o caso do IGHA. Olhando em retrospectiva a partir do acervo documental da casa, é possível saber que o projeto inicial foi vitorioso, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo do tempo, mas no momento em que a ação se desenrolava, não havia como ter alguma dose de certeza quanto aos rumos que a coisa tomaria.

De certo, apenas o fato de que os intelectuais que encamparam a ideia de fundação do Instituto traziam uma carga de energia acumulada da participação em

outras experiências institucionais onde haviam realizado investimentos simbólicos. Com passagem, por exemplo, pelos quadros da Universidade de Manáos, pelas páginas dos muitos jornais da capital, pelo magistério de nível intermediário além da participação em inúmeras instituições de caráter o mais plural possível, como entidades filantrópicas, comerciais e de representação de classes, os fundadores colocaram a prova não apenas o capital simbólico acumulado desses investimentos anteriores ao IGHA, mas também o volume de capital de relações sociais de que dispunham da vivência em diferentes espaços de sociabilidade.

A julgar pelo fato de que os fundadores buscavam “auxiliar os poderes públicos estaduaes ou municipaes na pesquisa de novos caminhos”, para uma região cuja economia tinha sido refém de um único produto, conforme procuraram deixar claro no documento encaminhado a autoridades e instituições dando notícia da instalação solene do Instituto, pode-se afirmar que a motivação principal daqueles intelectuais era a de poder participar do processo de equacionamento dos problemas enfrentados pela cidade e pela região, oferecendo respostas satisfatórias no campo intelectual e simbólico, na medida em que considerassem a impossibilidade de o campo político assumir tal tarefa.

Pensar a realidade e seus problemas de ordem econômica e social e apresentar alternativas de superação deste estado de coisas pareciam ser tarefas que faziam parte do projeto de vida dos intelectuais do Instituto. O entendimento de que a intelectualidade seria capaz de cumprir essa tarefa-missão, haja visto que a região havia chegado a essa situação através das escolhas do campo político, significava buscar destacar o papel do campo intelectual no cenário cultural da cidade da cidade e da região. Destacar, portanto, a atuação do IGHA neste contexto, seria uma forma de garantir um espaço de possibilidades de aplicação dos créditos simbólicos que cada intelectual possuía.

O peso do contexto histórico-social do início do século XX, indicava alguns rumos possíveis de análise. Era preciso equacionar os problemas da realidade e propor novos caminhos. Estes intelectuais, fosse pela larga experiência vivida no mundo das letras ou pela participação de vários deles em setores do próprio campo político, sentiam-se preparados para responder às pressões da ordem social mais ampla, ao mesmo tempo em que poderiam, através dessa tomada de posição, fortalecer o campo intelectual em desenvolvimento na região, do qual o IGHA seria presença de destaque.

A estratégia escolhida para isso foi a de lançar mão do prestígio construído pelos intelectuais fundadores junto aos setores dirigentes da sociedade local, especificamente os poderes executivos municipal e estadual e, em alguns momentos, as prefeituras de algumas cidades do interior do Amazonas. O fácil trânsito que Vivaldo Lima, Agnello Bittencourt e Bernardo Ramos, para citar apenas os três idealizadores, tinham nas esferas do poder político local, abriu várias possibilidades para o desenvolvimento do projeto do IGHA, a começar pelo reconhecimento de seus estatutos, passando pela concessão do prédio até chegar ao estabelecimento de uma lei estadual que considerou o Instituto como entidade de utilidade pública.

Além disso, para manter sintonia com o modus operandi dos institutos fundados nas demais regiões do país, tendo o IHGB como modelo pioneiro, o IGHA obteve de diferentes prefeitos e governadores, o repasse de subvenções que, mesmo não apresentando regularidade, contribuíram para o desenvolvimento de inúmeras atividades internas do Instituto, como a impressão de números de sua revista, as pequenas reformas no prédio, a aquisição de material para a biblioteca ou museus, a garantia de participação em eventos científicos e culturais fora do Estado, dentre outras realizações possíveis na medida em que a tesouraria da casa recebia os repasses.

O expediente empregado era o de manter contatos diuturnos com o poder político, por meio de visitas oficiais de comissões previamente montadas para este fim, além das homenagens prestadas aos governadores de plantão com a distinção de serem reconhecidos como presidentes de Honra da casa. Estratégia adotada, a responsabilidade daí em diante, era com a tarefa de transformar essa logística de relações em materialidade de ações e obras intelectuais. E pode-se dizer que essa tarefa foi cumprida, na medida em que o Instituto conseguiu atuar como espaço de congregação de certo número de intelectuais empenhados na compreensão da realidade local e na apresentação de caminhos alternativos às alternativas que tinham, pelo menos no campo da produção simbólica.

As possibilidades para o desenvolvimento de uma carreira intelectual na Manaus de 1917, não eram assim tão dinâmicas, exigindo dos agentes sociais que miravam esse objetivo, um jogo de cintura para transitarem em diferentes frentes de atuação e exercitarem suas habilidades com as letras. A fundação do IGHA, representou, para este grupo social, uma oportunidade de se autorreconhecerem

como capazes de empreenderem um projeto dessa natureza, numa realidade cujas condições sociais e culturais apontavam em outra direção. Neste sentido, não apenas fundaram o Instituto, como foram capazes de angariar o apoio e o reconhecimento de instituições congêneres e equivalentes, além do reconhecimento por parte de setores do campo político local, com quem sempre o IGHA manteve proximidade.

Transitando por espaços intelectuais e ambientes políticos, congregando agentes sociais com trajetória no mundo das letras ao lado de personalidades políticas e comerciais, o IGHA foi se firmando como lugar de fala. Para ilustrar essa questão da presença de personalidades políticas e comerciais, vide o fato de J. G. Araújo, importante comerciante local, aparecer na lista de sócios fundadores e compor o corpo administrativo do período 1923-1926, ocupando o cargo de segundo vice-presidente.

Lançando mão de um capital de relações sociais como possibilidade de garantir as condições materiais para o desenvolvimento do projeto, o IGHA manteve uma aproximação criadora com o campo político e, dessa maneira, teve sua parcela de contribuição no processo de estruturação de um campo de produção cultural na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas, realidade abrangente em que o campo intelectual local encontrou espaço para se desenvolver como microcosmo social dotado de regras próprias e de autonomia relativa frente a ordem mais ampla de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Manaus:** praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2002. (Série Em busca da identidade regional).

AMORIM, Ricardo. Limites Inter-estaduaes: Amazonas, Pará e Matto-Grosso. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume II, ano II, N° 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1932, p. 11-34.

_____. Limites Inter-estaduaes: Amazonas, Pará e Matto-Grosso. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume III, ano III, N° 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1933, p. 12-26.

ARAÚJO, André Vidal. Aspectos Geo-Sociológicos da Amazônia. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 57-79.

BATISTA, Djalma. Letras da Amazônia. In:_____. **Amazônia –** cultura e sociedade. 3ª ed. organização de Tenório Telles. Manaus: VALER, 2006, p. 11-66.

BITTENCOURT, Agnello. Rio Purús. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume II, ano II, N° 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1932, p. 35-43.

_____. A anthropogeographia da Amazônia. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1934, p. 135-140.

_____. Manaus: sua origem e desenvolvimento. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 93-112.

_____. Cincoentenário do Teatro Amazonas: Notas à margem. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 113-125.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Oeiras: Celta Editora, 1997.

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva. 1974.

_____. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, Robério. Quase posfácio. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume I, ano I, N° I, Manaus: Imprensa Pública. 2017, p. 226-7. Edição Comemorativa.

CANTANHEDE, Antonio. A serra de Igaçabas. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1935/36, p. 132-135.

CARVALHO, Hermínio de. Pela economia amazonense. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume III, ano III, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1933, p. 33-37.

CARVALHO, Edgard de Assis. Abertura. In:_____.**Polifônicas ideias:** antropologia e universalidade. São Paulo: Editora Imaginário, 1997, p. 09.

CASCUDO, Liz da Câmara. Barão de Santa Anna Nery. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1935/36, p. 209-212.

COSTA, Selda Vale. O saber na selva. In:_____. **Labirintos do saber:** Nunes Pereira e as culturas amazônicas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1997, p. 185-243.

_____. **Eldorado das ilusões:** cinema e sociedade – Manaus (1897-1935). Manaus: EDUA, 1996.

DA MATTA, Alfredo. Achegas vocabulares. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume II, ano II, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1932, p. 91-106.

_____. Caí e Cauxi. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1935/36, p. 129-132.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto –** Manaus 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999.

DINIZ, Antonio; PESSOA, Simão. **História da Câmara Municipal de Manaus.** Manaus: Edições Gens da Selva. 2013.

ELEUTHÉRIO, Paulo. Portugal na Amazônia. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1935/36, p. 69-109.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro SÜssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de folclore no Amazonas:** itinerários científicos e políticos de um intelectual regional (1940-1950). Manaus: EDUA, 2015.

FAULHABER, Priscila. A história dos institutos de pesquisa na Amazônia. In: **Revista Estudos avançados.** 19 (54), 2005, p. 241-257.

FILHO, Eleutherio. Entradas e formação de limites. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1935/36, p. 241-255.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**.** 16ª ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2008 (Leituras Filosóficas).

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** Org. Pierre Fruchon. Tradução Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 57-71.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. **Correspondência de Euclides da Cunha.** São Paulo: EDUSP, 1997.

GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolpho. **Norte do Brasil:** através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. Brasília: Senado Federal, 2011.

HATOUM, Milton. **Dois irmãos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JOBIM, Anísio. Manacapuru. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume II, ano II, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1932, p. 65-90.

_____. A data do centenário: escorço histórico. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 07-19.

_____. Urucará: município amazonense. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 21-32.

_____. **A intelectualidade no extremo norte:** contribuições para a história da literatura no Amazonas. Manaus: Livraria Clássica, 1934.

LAWN, Chris. **Compreender Gadamer.** Tradução de Hélio Magri Filho. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEÃO, Manoel de Miranda. Ajuricaba. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume II, ano II, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1932, p. 05-10.

LEONG, Leyla. **João Barbosa Rodrigues e o museu de botânica do Amazonas.** Manaus: VALER, 2010.

LIRA, Manoel Bastos. Sobre o valor dos alimentos aborígenes da Amazônia. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 37-56.

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas.** Rio de Janeiro: Globo, 2012.

LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2008.

LUFT, Lya. **O tempo é um rio que corre.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

MAIA, Álvaro. Canção de fé e esperança. In: _____. **Poliantéia:** a obra, o exemplo, o homem. Manaus: Edição União Brasileira dos Escritores(UBE/AM), 1984, p. 147-168.

MAIO, M. C.; SÁ, M.R. Ciência na periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. In: **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, vol. VI (suplemento), 957-1057, setembro de 2000.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura.** Tradução Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MATON, Karl. Habitus. In: **Pierre Bourdieu:** conceitos fundamentais. Ed. Michael Grenfell. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 73-94.

MELLO, Thiago de. **Manaus:** amor e memória. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984. (Coleção ofício de viver, 1).

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus:** história e arquitetura – 1852-1910. 3ª ed. Manaus: Valer/Prefeitura de Manaus/UNINORTE, 2006.

MOERBECK, Ignácio. A questão de limites com o Estado de Mato Grosso. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume I, ano I, N° I, Manaus: Imprensa Pública. 1917, p. 95-216. Edição Comemorativa.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Crônicas da Cidade Velha. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 127-142.

NERY, Paulo Pinto. O Amazonas e a primeira universidade brasileira. In: **REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS**, fevereiro de 1985, Ano LXVII, N° 20 (1984-1985), p. 221-238.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Na garganta da selva: as memórias de Galvez e a representação literária da Amazônia. In: LEÃO, Alisson; KRUGÜER, Marcos Frederico (orgs). **O mostrador da derrota:** estudos dobre o teatro e a ficção de Márcio Souza. Manaus: UEA Edições, 2013, p. 79-111.

_____. **Identidade regional e folclore amazônico na obra de Mário Ypiranga Monteiro.** Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas. 2002.

PENNINGTON, David. E sobre Manaus?. In:_____. **Manaus e Liverpool:** uma ponte marítima centenária – anos finais do império/meados do século XX. Manaus: EDUA/Centro Universitário do Norte, 2009, p. 68-137.
PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Raimundo Nonato. No centenário de Manaus. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 33-35.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias.** Manaus: Editora VALER, 2008.

RAMOS, Mário; RAMOS, Julião. **Um caboclo amazônico**. Manaus Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. Explosão cívica de 1832. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume II, ano II, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1932, p. 45-64.

_____. Formação judiciária. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume III, ano III, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1933, p. 27-32.

_____. A questão do Acre. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1935/36, p. 219-240.

_____. Manáos e outras villas. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume IV, ano IV, Números 4, Manaus: Typographia Phenix. 1934, p. 29-127.

_____. **Manáos e outras Villas.** Manaus: [s.n.], 1934.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DA A.C.A. lido em sessão da Assembleia Geral de 07/03/1909.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO DO BRAZIL. Terceira edição, tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1908.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Ano I, N° 5, de 05/11/1908.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Ano I, N° 5, de 05/11/1908.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Ano IX, N° 110, de 10/08/1917.

RICCI, Armando. A batalha naval de Lepanto. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume III, ano III, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1933, p. 38-51.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus.** 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia:** 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz. 1980.

SOBRINHO, Ferreira. História do Acre. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume III, ano III, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1933, p. 03-11.

SOUZA, José Henrique. Águas do Nhamundá. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume V, ano V, Números 1 e 2, Manaus: Typographia Phenix. 1935/36, p. 213-217.

SOUZA, Lademe Correia de. Arthur Reis: da relação com os intelectuais amazonenses à sua colocação nos Institutos Históricos. In: **SOMANLU.** Ano 10, n. 1, jan/jun. 2010, p. 85-105.

SOUZA, Marcio. **A expressão amazonense:** do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THURY, Admar. Climatologia da juta. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume VII, ano VII, Manaus: Imprensa Pública. 1948, p. 81-91.

WALLACE, Alfred Russel. A cidade da Barra do Rio Negro e o Rio Solimões. In:_____. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro.** Tradução Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 109-126.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Distribuição das correspondências com institutos congêneres

Institutos Congêneres	Livro 19		Livro 20		Livro 21		Livro 22		Livro 23		Livro 24		Livro 25		Livro 32		Total
	1917-21		1917-22		1917-23		1924-30		1931-33		1940-41		1939-45		1945-47		
	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	
1 Instituto H. e G. Brasileiro	0	1	0	0	0	1	0	0	2	1	0	3	0	0	0	0	8
2 Instituto H. e G. do R. G. do Norte	0	2	1	0	0	3	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	9
3 Instituto H. e G. de Sergipe	0	4	2	0	0	4	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	12
4 Instituto G. e H. da Bahia	0	4	3	0	0	0	0	1	2	1	0	1	0	0	1	0	13
5 Instituto H. e G. do R. G. do Sul	0	2	2	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	9
6 Instituto H. e G. do Espírito Santo	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
7 Instituto H., G. e Antrop. do Ceará	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	5
8 Instituto H. e G. do Pará	0	4	2	0	0	3	4	0	8	6	0	0	0	0	2	1	30
9 Instituto G. e H. Piauhyense	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
10 Instituto H. e G. Parahybano	0	1	1	0	0	0	1	0	0	2	0	2	0	2	2	0	11
11 Instituto H. e G. de Minas Geraes	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
12 Instituto G., Anthrop. e H. do Maranhão	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
13 Instituto H. e G. de São Paulo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
14 Instituto Histórico de Matto-Grosso	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
15 Instituto A. e G. Alagoano	0	0	0	0	0	1	1	0	1	2	0	1	0	0	0	0	6
16 Instituto A. e H. Pernambucano	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3
17 Instituto H. e G. de Santa Catarina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAIS PARCIAIS	**0**	**22**	**14**	**0**	**0**	**18**	**8**	**1**	**15**	**14**	**0**	**14**	**0**	**4**	**6**	**1**	**117**
TOTAL GERAL POR LIVRO	**22**		**14**		**18**		**9**		**29**		**14**		**4**		**7**		

Fonte: Livros de arquivos de correspondências do IGHA (1917-1950)

Apêndice 2 – Participação de associados do IGHA em outras instituições

ANO	ASSOCIADOS	CARGO	INSTITUIÇÃO
1918	Antonio C. R. Bittencourt	Presidente	Asylo da Mendicidade de Manáos
	Virgílio Ramos	Vice-Presidente	
	Agnello Bittencourt	1° Secretário	
	Plácido S. P. de Andrade	Diretor	
	Elviro Dantas Cavalcanti	Suplente	
	Gentil Bittencourt	Suplente	
	Hamilton Mourão	Conselho Fiscal	
1919	Achilles Bevillaqua	Presidente	Ideal Club
	Lourival Muniz	Conselho Fiscal	
	Gilberto Frignani	1° Secretário	Societá Italiana Di Mutuo Socorro
	Virgílio Ramos	Presidente	Asylo da Mendicidade de Manáos
	Agnello Bittencourt	1° Secretário	
	Gentil Bittencourt	Suplente	
	Antonio C. R. Bittencourt	Comissão Fiscal	
	Elviro Dantas Cavalcanti	Suplente	
1920	Virgílio Ramos	Presidente	
	Agnello Bittencourt	1° Secretário	
	Gentil Bittencourt	Suplente	
	Antonio C. R. Bittencourt	Comissão Fiscal	
	Lourival Alves Muniz	Presidente	Club de Engenharia
	Francisco Lopes Braga	1° Vice-Presidente	
	Antonio Telles de Souza	2° Vice-Presidente	
	Paulo Eleuthério A. da Silva	1° Secretário	
	Angelino Bevilaqua	Tesoureiro	
1921	Basilio Torreão Franco de Sá	Presidente	Athlético Rio Negro Club
	Raymundo Perdigão	Comissão Fiscal	
	Edgar de Mello Freitas	Presidente	Assoc. dos Empregados no Comércio no Amazonas
	Adalberto Pedreira	Presidente	Club de Engenharia
	Antonio Telles de Souza	1° Vice-Presidente	

	Lourival Alvez Muniz	Cons. Diretor	
	Francisco Lopes Braga	Cons. Diretor	
	Paulo Eleuthério A. da Silva	Cons. Diretor	
	Angelino Bevilaqua	Cons. Diretor	
	Alberto Armanno Ricci	Cons. Fiscal	
	Luiz de Paula Sarmento	Orador	Grêmio de Estudantes de Comércio
	Gentil Bittencourt	Vice-Presidente	Associação Amazonense de Cirurgiões Dentistas
	João L. Pereira	Cons. Fiscal	União Sportiva Portugueza
	Admar de Andrade Thury	Director Esportivo	Brasil Sport Club
	João Baptista Faria e Souza	Diretor	Soc. Benef. dos Empregados Públicos do Amazonas
	Paulo Eleuthério A. da Silva	Secretário e Professor	Escola Média de Agricultura
1922	Octaviano Mello	1° Secretário	Associação Amazonense de Cirurgiões Dentistas
	Antonio Vasconcellos	Presidente	Assoc. dos Empregados no Comércio no Amazonas
	Arthur Studart	1° Secretário	
	Basilio Torreão Franco de Sá	Presidente	Athlético Rio Negro Club
	Raymundo Perdigão	Comissão Fiscal	
1923	Alberto Armanno Ricci	Presidente	Lega Coloniale Italiana
	Gilberto Frignani	Vice-Presidente	
	Alcides Bahia	Vice-Presidente	Secretaria da Assembleia Legislativa
	Octaviano Mello	Vice-Presidente	Associação Amazonense de Cirurgiões Dentistas
	João de Oliveira Freitas	Orador	
	Gentil Bittencourt	Vice-Presidente	Dispensário Maçônico
	Thomaz de Medeiros Pontes	Comissão de Contas	Federação Espírita Amazonense
1924	Raymundo de Carvalho Palhano	Presidente	Grêmio Maranhense
	Alberto Armanno Ricci	Sindaci	Lega Coloniale Italiana
	Gilberto Frignani	Sindaci	
	Octaviano Mello	Presidente	Associação Amazonense de Cirurgiões Dentistas

	Astrolábio Passos	Diretor	Universidade de Manáos
	Vicente Telles de Souza	Vice-Diretor	
	José Francisco de Araújo Lima	Diretor - Medicina	
	Adriano A. de Araújo Jorge	Vice-dir. - Medicina	
	Antonio Telles de Souza	Diretor - Engenharia	
	Francisco Lopes Braga	Vice-dir. - Engenharia	
	Agnello Bittencourt	Diretor - Cienc. Letras	
	Gentil Bittencourt	Vice-dir. - Fac. Militar	
	Agostinho Cesar de Oliveira	Conselho Fiscal	Associação Comercial dos Retalhistas
	Luiz Crelange	Vice-Presidente	
1932	Adelino Cabral da Costa	Suplente	Associação Comercial do Amazonas
	Maximino de Miranda Corrêa	Vice-Presidente	Associação dos Proprietários de Manáos
	Armindo de Barros	Suplente	
	Vicente Torres da Silva Reis	Conselho Fiscal	
	Lourival Muniz	Conselho Fiscal	
	Adelino Cabral da Costa	Conselho Fiscal	
1933	Agnello Bittencourt	Membro de Honra	Grêmio Literário Machado de Assis
	André Vidal de Araújo	Membro de Honra	
	Vivaldo Palma Lima	Membro de Honra	
	Agostinho Cesar de Oliveira	Diretor	Associação Comercial do Amazonas
	Adelino Cabral da Costa	Suplente	
	Hamilton Mourão	Presidente	Athlético Rio Negro Club
	Adalberto Pedreira	Vice-Presidente	
	Manoel Xavier Paes Barreto	Conselho de Honra	
1940	João Leda	Presidente	Associação Amazonense de Imprensa
	Agnello Bittencourt	Vice-Presidente	
	José F. Sobrinho	1° Secretário	

	Antonio de Vasconcellos	Vogal	
	Oscar Rayol	Vogal	
1941	Agostinho Cesar de Oliveira	Suplente	Associação Comercial do Amazonas
	Themistocles Pinheiro Gadelha	Presidente	Sociedade Amazonense de Professores
	André Vidal de Araújo	Vice-Presidente	
1944	Agnello Bittencourt	Presidente	Diretório Acadêmico da Faculd. de Direito do Amazonas
	João Leda	Presidente	Associação Amazonense de Imprensa
	Agnello Bittencourt	Vice-Presidente	
	Carlos Mesquita	1° Secretário	
	Felix Valois Coêlho	Vice-Presidente	Sociedade Amazonense de Professores
1945	Agnello Bittencourt	2° Vice-Presidente	Diretório Acadêmico da Faculd. de Direito do Amazonas
	Rodolpho Guimarães Valle	Secretário Geral	

Fonte: Livros de arquivos de correspondências do IGHA (1917-1950)

ANEXOS

Anexo 1 – Reconhecimento dos Estatutos do IGHA.

Decreto n.º 1.190 de 17 de Abril de 1917

Approva os Estatutos do Instituto Geographico e Historico do Amazonas.

O DOUTOR PEDRO DE ALCANTARA BACELLAR,
Governador do Estado do Amazonas, etc.

Attendendo ao que lhe foi requerido,

DECRETA:

Art. 1°—Ficam aprovados os Estatutos do Instituto Geographico e Historico do Amazonas que com este baixam.

Art. 2°—Revogam-se as disposições em contrario Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir como nelle se contém.

O sr. Secretario do Estado o mande imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo, em Manáos, 17 de Abril de 1917.

Dr. PEDRO DE ALCANTARA BACELLAR.
Hamilton Mourão.

Publicando o presente Decreto nesta Secretaria do Estado, aos dezessete dias mez de Abril de mil novecentos e dezessete.

Hamilton Mourão.

Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Anexo 2 – O IGHA como entidade de utilidade pública.

LEI N. 897— de 24 de agosto de 1917

Considera de utilidade publica diversas associações e dá outras providencias.

O DOUTOR PEDRO DE ALCANTARA BACELLAR, Governador do Estado do Amazonas:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do Estado decreta e eu sancciono a seguinte

LEI:

Art. 1.° — São considerados de utilidade publica o INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO DO AMAZONAS e as Sociedades de Medicina e Cirurgia deste Estado e os Tiros n. 10 e Naval do Amazonas.

Art. 2.° — O INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO e a Sociedade de Medicina e Cirurgia deste Estado, servirão de corporações consultivas em todos os assumptos referentes ás materias de sua alçada.

Art. 3.° — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir como nella se contem.

O Sr. Secretario do Estado a mande imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo, em Manáos, 24 de agosto de 1917.

Dr. PEDRO DE ALCANTARA BACELLAR.
Hamilton Mourão.

Publicada a presente Lei nesta Secretaria do Estado, aos 24 dias do mez de agosto de 1917.

Hamilton Mourão.

Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Anexo 3 – Documento de concessão do prédio do IGHA.

F

Decreto n.º 1.191 de 18 de Abril de 1917

Concede ao Instituto Geographico e Historico do Amazonas o usufructo dos predios do Estado, sitos a rua de S. Vicente ns. 19 e 21.

O DOUTOR PEDRO DE ALCANTARA BACELLAR, Governador do Estado do Amazonas, etc.

Usando das attribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando que, nos termos do art. 41 n.º 1 da Constituição do Estado, é de sua privativa competencia promover e defender todos os interesses do Estado

Considerando que, de accôrdo com o n.º 20 do citado artigo 41 da Constituição, é tambem de sua exclusiva competencia alienar os bens do Estado;

Considerando que é principio geral de Direito que quem póde alienar também pode grávar de qualquer onus;

Considerando que o Instituto Geographico e Historico do Amazonas, segundo os seus fins, consignados nos Estatutos approvados por Decreto n.º 1.190 de 17 do corrente, tem, por intuitos, entre outros de real interesse collectivo, promover o desenvolvimento das riquezas economicas do Estado trabalhar pelo seu progresso sob multiplos aspectos e defender os seus direitos e interesses, auxiliando por tal forma a acção dos Poderes Publicos;

Considerando que uma instituicão com tão altruísticos e patrioticos intuitos se torna evidentemente, de utilidade publica, e ao Estado corre o dever de auxilial-a na medida de suas forças

DECRETA:

Art. 1º—E' concedido ao Instituto Geographico e Historico do Amazonas o usufructo dos predios ns. 19 e 21, á rua de S. Vicente, de propriedade do Estado.

Art. 2.º— O Instituto Geographico e Historico do Amazonas fará á expensas proprias todos os concertos, obras e modificações de que o predio carecer para adaptal-o á installação do seu Corpo Administrativo, dos seus archivos, museus, bibliotheca, etc.

Fonte: Revista do IGHA, ano I, Vol. I, N° I.

Art. 3.º—Em caso de dissolução do Instituto, ficará extincto o usufructo que ora lhe é concedido, e o predio volverá ao Estado sem indemnisação de qualquer especie pelas obras e concertos que nelle tenham sido feitos.

Art. 4.º— O presente Decreto será submettido a approvação da Assembléa Legislativa do Estado em sua proxima reunião.

Art. 5.º—Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução deste Decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir como nelle se contem.

O Sr. Secretario do Estado o mande imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo, em Manáos, 18 de Abril de 1917.

DR. PEDRO DE ALCANTARA BACELLAR
Hamilton Mourão.

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria do Estado aos dezoito dias do mez de Abril de 1917.

Hamilton Mourão.

TERMO DE CONCESSÃO

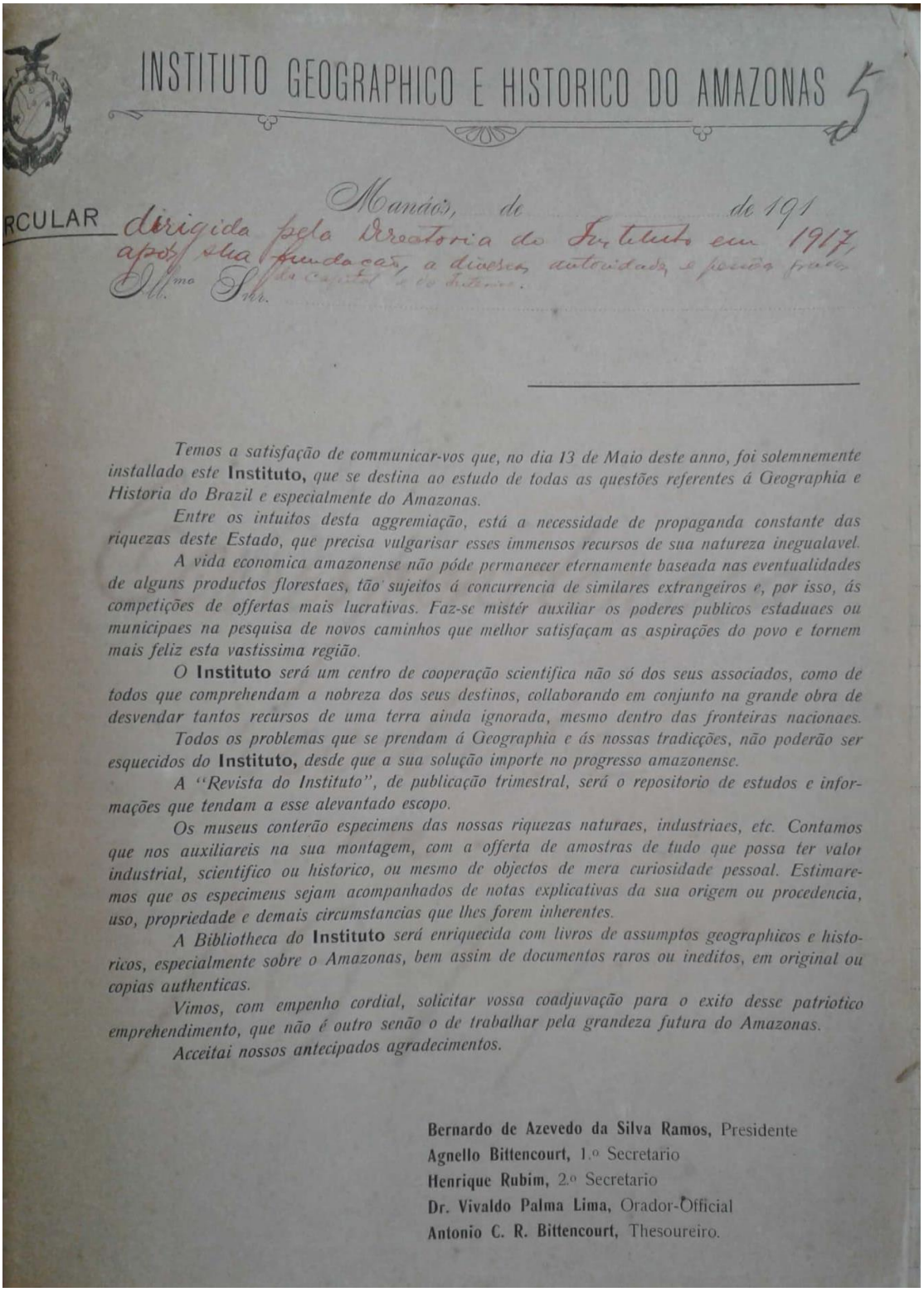
Aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil novecentos e desesete, nesta cidade de Manáos, capital do Estado do Amazonas, na Secção do Contencioso Fiscal do Thesouro Publico do mesmo Estado, presente o sr. dr. Marcionillo Lessa, procurador fiscal da Fazenda Estadoal, commigo solicitador do seu cargo abaixo nomeado, compareceu o sr. coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, presidente do Instituto Geographico e Historico do Amazonas, e disse que nesta qualidade vinha assignar o presente Termo de concessão de usufructo que faz o Estado do Amazonas ao mesmo Instituto, dos predios sitos a rua de São Vicente desta cidade e sob os numeros desenove (19) e vinte e um (21), de accordo com o decreto numero mil cento e noventa e um (1191), de 18 de Abril corrente, obedecendo as seguintes condições:

Primeira.— O Instituto Geographico e Historico do Amazonas, fará a expensas proprias todos os concertos, obras e modificações de que os predios carecem para adaptal-os á installação do seu côrpo administrativo, dos seus archivos, museus, bibliotheca, etc.

Segunda.— Em caso de dissolução do Instituto, ficará extincto o usufructo que ora lhe é concedido e os predios volverão ao Estado sem indemnisação de qualquer especie pelas obras e concertos que n'elles tenham sido feitos.

Terceira.—De accordo com o decreto citado fica a presente concessão dependente de approvação da Assembléa Legislativa do Estado.—Pelo sr. procurador fiscal foi dito que na qualidade de legitimo representante da Fazenda Publica do Estado, e devidamente autorisado por officio do exm. sr. dr. governador do Estado, datado de 20 do corrente e sob numero cento e um (101), dirigido ao sr. inspector do Thesouro e por este enviado a esta Procuradoria Fiscal para cumprir, acceitava o presente termo como nella se contem. E para constar-lavrou-se este que depois de lido e achado conforme vae pelas partes assignado com as testemunhas abaixo. Eu, Jonathas Fernandes, solicitador interino dos Feitos da Fazenda Publica do Estado, o escrevi. O presente Termo deixa de pagar sello por ser o Instituto Geographico e Historico do Amazonas creado e mantido sobre os auspícios do Estado. Manáos, 25 de Abril de 1917. (a-a) *Marcionillo Lessa, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos.*—Testemunhas *Dr. Vivaldo Palma Lima, João das Neves Pereira.*

Anexo 4 – Documento de comunicação da instalação do IGHA



INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO DO AMAZONAS

5

Manáos, de de 191

CIRCULAR dirigida pela Directoria do Instituto em 1917, após sua fundação, a diversas autoridades e pessoas grandes da Capital e do Interior.

Ill.mo Snr.

Temos a satisfação de communicar-vos que, no dia 13 de Maio deste anno, foi solemnemente installado este **Instituto,** *que se destina ao estudo de todas as questões referentes á Geographia e Historia do Brazil e especialmente do Amazonas.*

Entre os intuitos desta aggremiação, está a necessidade de propaganda constante das riquezas deste Estado, que precisa vulgarisar esses immensos recursos de sua natureza inegualavel.

A vida economica amazonense não póde permanecer eternamente baseada nas eventualidades de alguns productos florestaes, tão sujeitos á concurrencia de similares extrangeiros e, por isso, ás competições de offertas mais lucrativas. Faz-se mistér auxiliar os poderes publicos estaduaes ou municipaes na pesquisa de novos caminhos que melhor satisfaçam as aspirações do povo e tornem mais feliz esta vastissima região.

O **Instituto** *será um centro de cooperação scientifica não só dos seus associados, como de todos que comprehendam a nobreza dos seus destinos, collaborando em conjunto na grande obra de desvendar tantos recursos de uma terra ainda ignorada, mesmo dentro das fronteiras nacionaes.*

Todos os problemas que se prendam á Geographia e ás nossas tradicções, não poderão ser esquecidos do **Instituto,** *desde que a sua solução importe no progresso amazonense.*

A "Revista do Instituto", de publicação trimestral, será o repositorio de estudos e informações que tendam a esse alevantado escopo.

Os museus conterão especimens das nossas riquezas naturaes, industriaes, etc. Contamos que nos auxiliareis na sua montagem, com a offerta de amostras de tudo que possa ter valor industrial, scientifico ou historico, ou mesmo de objectos de mera curiosidade pessoal. Estimaremos que os especimens sejam acompanhados de notas explicativas da sua origem ou procedencia, uso, propriedade e demais circumstancias que lhes forem inherentes.

A Bibliotheca do **Instituto** *será enriquecida com livros de assumptos geographicos e historicos, especialmente sobre o Amazonas, bem assim de documentos raros ou ineditos, em original ou copias authenticas.*

Vimos, com empenho cordial, solicitar vossa coadjuvação para o exito desse patriotico emprehendimento, que não é outro senão o de trabalhar pela grandeza futura do Amazonas.

Acceitai nossos antecipados agradecimentos.

Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Presidente
Agnello Bittencourt, 1.º Secretario
Henrique Rubim, 2.º Secretario
Dr. Vivaldo Palma Lima, Orador-Official
Antonio C. R. Bittencourt, Thesoureiro.

Fonte: Livro de Arquivo de correspondências do IGHA N° 19.